BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO

FORTALEZA-CE
JAN./JUN. 2019

BJ 2019.1.indd 1 25/10/2019 07:56:08

Brasil. Tribunal Regional do Trabalho. Região, 7ª. Boletim de Jurisprudência. Fortaleza, jan./jun. 2019.

1. Jurisprudência Trabalhista. I. Ceará. Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

CDU 34:331 (094.9)

A reprodução de qualquer parte desta publicação é permitida, desde que citada a fonte.

COMISSÃO DO BOLETIM
Seção de Memória

CAPA
Claudia Giovana

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
Seção de Memória
Av. Santos Dumont,3384.
Fortaleza-CE - CEP: 60.150-163
Fone: (0xx85) 3388.9313 - http://www.trt7.jus.br

Sumário

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL.....5

APRESENTAÇÃO.....7

EMENTÁRIO.....9









Composição do Tribunal

Des. Plauto Carneiro Pôrto
Presidente

Des. Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Vice-Presidente

Des. Emmanuel Teófilo Furtado
Corregedor Regional

Des. José Antonio Parente da Silva

Des. Cláudio Soares Pires

Des. Maria José Girão

Des. Maria Roseli Mendes Alencar
Vice-Diretora da EJUD7

Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior
Diretor da EJUD7

Des. Jefferson Quesado Júnior

Des. Durval César de Vasconcelos Maia

Des. Francisco José Gomes da Silva
Ouvidor-Geral Substituto

BJ 2019.1.indd 5 25/10/2019 07:56:08

Des. Paulo Régis Machado Botelho

Juiz Carlos Alberto Trindade Rebonatto
(Juiz Convocado)

Juiz Clóvis Valença Alves Filho
(Juiz Convocado)

BJ 2019.1.indd 6 25/10/2019 07:56:08

Apresentação

O presente número do Boletim de Jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região divulga as ementas dos acórdãos julgados e/ou publicados no período de janeiro a junho de 2019.

Seção de Memória









Ementário

AÇÃO ANULATÓRIA. INOBSERVÂNCIA DO CRITÉRIO DA DUPLA VISITA. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO.

Comprovado o enquadramento da autora na condição de Empresa de Pequeno Porte e não observado o requisito objetivo da dupla visita pelo Auditor Fiscal do Trabalho, aliado ao fato de não ter ocorrido reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização, aplica-se o contido no § 6º do art. 55, da Lei Complementar nº 123/2006, que determina a nulidade do Auto de Infração. Recurso Ordinário conhecido e improvido.

Processo: 0001283-83.2015.5.07.0011 **Julg.: 28/02/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 07/03/2019**
Turma 3ª

AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO. VÍNCULO ESTATUTÁRIO. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Por ocasião dos julgamentos cautelares na ADI nº 3.395-6 MC/DF e na ADI nº 2.135-MC/DF, firmara a excelsa corte pátria o entendimento de que toda vinculação entre servidor e Poder Público, longe de ostentar feição celetista, é de natureza nitidamente estatutária ou jurídico-administrativa. Em assim, esta Justiça Especializada carece de competência para processar e julgar ação de cobrança ajuizada por entidade de classe pretendendo a condenação do Município de Aracati ao pagamento de contribuição sindical relativamente a servidores contratados sob regime jurídico estatutário. Remessa à Justiça Comum conforme determinação do Juízo *a quo*. Recurso conhecido e improvido

Processo: 0000077-54.2018.5.07.0035 **Julg.: 23/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 23/05/2019**
Turma 3ª

AÇÃO DE CUMPRIMENTO. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. CATEGORIA DIFERENCIADA. LEGITIMIDADE ATIVA.

O sindicato autor representa categoria diferenciada, ou seja, empregados que exercem funções ou profissões diferenciadas por força de estatuto profissional próprio, a saber, a Lei nº 12.009/2009 (motoqueiros).

NOTIFICAÇÃO PESSOAL PARA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO.

Não tendo sido observado o requisito estabelecido no art. 605, da CLT, ante a não comprovação de notificação prévia e pessoal da reclamada para pagamento da contribuição sindical, acolhe-se o apelo da reclamada para, reformando a sentença, julgar improcedente a presente ação.

Processo: 0001170-52.2017.5.07.0014 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

AÇÃO RESCISÓRIA. CONLUIO E VÍCIO DE CITAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO BASEADA NOS INCISOS III E VII DO ART. 966 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO.

A ação rescisória não se destina à reavaliação da lide submetida ao Poder Judiciário, sob a ótica em que originalmente posta (Súmula 410/TST), mas à pesquisa dos vícios descritos pelo art. 966 do CPC, restritivamente estabelecidos como autorizadores do desfazimento da coisa julgada. Não se amoldando os documentos juntados ao conceito de "prova nova" e diante da ausência de indícios de que houve colusão das partes no processo originário, impõe-se a improcedência da ação rescisória.

Processo: 0080469-86.2018.5.07.0000 **Julg.: 26/03/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/03/2019**
Pleno do Tribunal

AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO MANIFESTA A NORMA JURÍDICA. IMPROCEDÊNCIA.

Sendo certa a inexistência de violação manifesta a norma jurídica, tem-se que a Decisão rescindenda não desafia corte rescisório com fundamento no inciso V do artigo 966 do NCPC, julgando-se improcedentes os pedidos formulados na inicial.

Processo: 0080447-62.2017.5.07.0000 **Julg.: 18/06/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 18/06/2019**
Pleno do Tribunal

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO MANIFESTA DE NORMA JURÍDICA. ART. 966, V, NCPC. NÃO-APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA POR ACIDENTE DE TRABALHO. MOTORISTA CARRETEIRO. INEXISTÊNCIA DE ENTENDIMENTO SUMULADO OU PRECEDENTE VINCULANTE.

1. Não se amolda à hipótese do art. 966, inciso V, do NCPC a discussão em derredor da ocorrência ou não de violação a literal disposição de lei/norma jurídica, que tem por fundamento decisões ou precedentes que não tenham caráter vinculante. 2. O Tema 932 do STF, referenciado pelo autor, ainda se acha pendente de julgamento de mérito, tendo sido apenas acolhida a repercussão geral. 3. Hipótese, ademais, que a interpretação dada pelo título judicial rescindendo adotou entendimento que não se indispõe com orientação jurisprudencial remansosa, dando lugar à aplicação do entendimento vertido da Súmula 343 do STF, cuidando-se, pois, de mera divergência na interpretação do Direito entre Tribunais, sem que existisse, ao tempo da prolação da decisão rescindenda, precedentes vinculantes do STF ou STJ (art. 927, CPC) sobre o tema, situação que não deflagra direito à rescisão, pois não se configura a manifesta violação de norma jurídica.

AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. NÃO DEFLAGRAÇÃO.

"A caracterização do erro de fato como causa de rescindibilidade de decisão judicial transitada em julgado supõe a afirmação categórica e indiscutida de um fato, na decisão rescindenda, que não corresponde à realidade dos autos. O fato afirmado pelo julgador, que pode ensejar ação rescisória calcada no inciso IX do art. 485 do CPC, é apenas aquele que se coloca como premissa fática indiscutida de um silogismo argumentativo, não aquele que se apresenta ao final desse mesmo silogismo (...)"(TST, SDI-II, OJ 136). Caso em que a sentença rescindenda não incorre em erro de fato, tendo, simplesmente, adotado o entendimento de que não se aplica a responsabilização objetiva. Ação Rescisória conhecida, julgados improcedentes os pedidos.

Processo: 0080007-32.2018.5.07.0000 **Julg.: 12/03/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 12/03/2019**
Pleno do Tribunal

ACIDENTE DE TRABALHO. DEVER CIVIL DE REPARAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.

Fala-se em responsabilidade objetiva e, portanto, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem (Inteligência da parte final do art. 927, parágrafo único, do Código Civil). Nessa linha, mantém-se a condenação ao pagamento da indenização por danos morais.

MONTANTE REPARATÓRIO. DANOS MORAIS.

No caso, resta indubitavelmente configurado o chamado dano moral em ricochete (violação à integridade psíquica-emocional da companheira e dos filhos, que se viram privados da convivência de seu companheiro e pai, respectivamente), nos termos do artigo 186 e 927 do Código Civil e do art. 5º, incs.

V e X, da Constituição Federal. Remanesce a discussão, apenas, no que toca à fixação da indenização por danos morais. Nesse mister, deve-se considerar: que o episódio danoso é de gravidade exponencial; que a acionada é empresa de grande porte; os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade; e casos paradigmas que minimizem o espectro de subjetividade dos parâmetros utilizados e tornem mais equitativo o tratamento dispensado. A apreciação conjunta de todos os fatores reportados e não havendo recurso dos reclamantes conduzem ao entendimento de que o valor de R$200.000,00 (duzentos mil) - atende à finalidade da reparação deferida, sem que se promova o enriquecimento ilícito das partes. Nada a reformar.

DA CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL. DETERMINAÇÃO.

A natureza alimentar da pensão mensal torna recomendável a aplicação da determinação da constituição de capital (art. 533 do NCPC), mesmo que a empresa tenha liquidez manifesta. Enfatize-se que a obrigação de conceder pensão é de trato sucessivo, não podendo o pensionamento ficar sujeito às oscilações econômicas ou ao fechamento da empresa. Vale dizer, uma empresa que hoje é líquida pode não ser amanhã. Nesse sentido, a jurisprudência iterativa, atual e notória do TST, assim como a Súmula 313 do Superior Tribunal de Justiça. Recurso da parte reclamada conhecido e não provido.

Processo: 0001371-84.2016.5.07.0012 **Julg.: 02/05/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 03/05/2019**
Turma 1ª

ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RATIFICAÇÃO.

O deferimento de indenização por dano moral decorrente de acidente de trabalho demanda a presença simultânea de três requisitos: efetivo prejuízo, nexo causal e culpa do agente. *In casu*, é inquestionável o dano à saúde do trabalhador - os graves ferimentos causados pela caçamba do caminhão basculante que desceu sobre seu corpo inadvertidamente, exigindo prolongado tratamento médico - e também o nexo de causalidade entre o sinistro e a atividade profissional desenvolvida na empresa reclamada. Configurada, outrossim, a culpa patronal, pelo mau funcionamento do sistema hidráulico da caçamba, consoante constatado em laudo pericial produzido por iniciativa da própria empresa. Nesse contexto, confirma-se a obrigação reparatória imposta na Decisão recorrida.

Processo: 0001199-75.2017.5.07.0023 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÕES POR DANOS MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO. INDEFERIMENTO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA.

Constatando-se, ao exame da prova reunida nos autos, a culpa exclusiva do trabalhador no acidente que, lamentavelmente, o vitimara, resta improcedente a pretensão reparatória de prejuízos materiais, morais ou estéticos formulada em face de seu ex-empregador.

Processo: 0000309-52.2016.5.07.0030 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 19/06/2019**
Turma 2ª

ACIDENTE DE TRABALHO. MOTOCICLISTA. RESPONSABILIZAÇÃO PATRONAL PELOS DANOS MATERIAIS E MORAIS.

Em regra, a responsabilidade do empregador em relação a acidente de trabalho é subjetiva, consoante a prescrição hospedada no inciso XXVIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, deferindo-se a indenização correspondente quando tenha ele concorrido com dolo ou culpa para o evento. Todavia, excepcionalmente, tratando-se de atividade empresarial ou dinâmica laborativa que importe risco especialmente acentuado para os trabalhadores, constante do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, sobreleva-se a responsabilidade objetiva patronal pelos danos acidentários, a exemplo do caso dos vertentes autos, cuja função de motociclista desempenhada pelo empregado fora capitulada como perigosa pelo parágrafo 4º do art. 193 da CLT, acrescentado pela Lei 12.997/14.

DAS HORAS EXTRAS. DEFERIMENTO. JORNADA PASSÍVEL DE CONTROLE PELO EMPREGADOR.

A exceção prevista no inciso I do art. 62 da CLT só se aplica quando a atividade externa desenvolvida é incompatível com a fixação de horário de trabalho. *In casu*, o trabalhador, embora laborando extramuros empresariais, o fez sob fiscalização do empregador, tendo jus, portanto, à remuneração da sobrejornada efetivamente comprovada nos autos.

Processo: 0000858-16.2017.5.07.0034 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

ACORDO JUDICIAL. ADIMPLEMENTO DE PARCELA COM ATRASO. DESCUMPRIMENTO. CLÁUSULA PENAL.

Comprovado nos autos que o adimplemento da última parcela do acordo judicial foi realizado com atraso, impõe-se a incidência da cláusula penal nele prevista, mas com redução para o percentual de 50% do valor da parcela objeto da mora, nos termos do art. 413, do Código Civil, assim como em observância aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da vedação ao enriquecimento sem causa. Agravo de Petição conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000097-48.2018.5.07.0034 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 23/04/2019**
Turma 2ª

ACÚMULO DE FUNÇÃO. COMPROVAÇÃO. DEFERIMENTO DO ACRÉSCIMO SALARIAL.

Restando comprovado que o reclamante, efetivamente, acumulava funções, dentre as quais a de caixa, que exige maior responsabilidade, inclusive com pagamento de percentual da rubrica "quebra de caixa", deve ser mantida a sentença que condenou a reclamada a pagar as diferenças salariais daí resultantes, limitadas ao montante constante na inicial.

ASSÉDIO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

A configuração do dano moral, decorrente de assédio moral, depende da comprovação de que o trabalhador foi exposto, de forma repetitiva e prolongada, a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhe causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica, o que restou demonstrado nos autos, pelo que devida a indenização.

QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO DO VALOR.

Na fixação do *quantum* indenizatório, o magistrado deve adotar um critério de justiça, analisando a posição social do ofendido, a situação econômica do ofensor, a culpa do ofensor na ocorrência do evento, devendo inibir o infrator a praticar atos da mesma natureza, sem, no entanto, constituir enriquecimento ilícito, pelo que deve ser mantido o valor arbitrado a título de indenização por danos morais (R$10.000,00 - dez mil reais).

CÁLCULOS.

A sentença já limitou a R$200,00 o valor da diferença salarial pelo acúmulo de função. A impugnação aos cálculos realizados pela contadoria da Vara deve ser feita por ocasião da execução, visto que já constou na sentença o limite máximo da condenação, pelo que deve ser mantida a sentença de origem.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. COTA-PARTE DO EMPREGADO.

É ônus do reclamante suportar o valor de sua cota-parte da contribuição previdenciária, sendo da empresa apenas a responsabilidade pelo seu recolhimento. Recursos ordinários conhecidos, sendo improvido o do reclamante e provido em parte o da reclamada.

Processo: 0000517-71.2018.5.07.0028 **Julg.: 11/03/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 12/03/2019**
Turma 2ª

ADESÃO AO PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO. PARCELAS ORIUNDAS DO EXTINTO CONTRATO DE TRABALHO. EFEITOS.

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 590.415, a adesão do empregado ao plano de demissão voluntária implica quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas objeto do contrato de emprego, desde que essa condição conste expressamente do acordo coletivo que aprovou o referido plano. *In casu*, não havendo comprovação nos autos de ajuste coletivo nesse sentido, não se há falar em eficácia liberatória por adesão ao PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PIDV.

HORAS EXTRAORDINÁRIAS. NÃO-APRESENTAÇÃO DOS CONTROLES DE PONTO. § 2º DO ART. 74, DA CLT. SÚMULA 338 DO C. TST. ÔNUS DO EMPREGADOR.

Cumpre ao empregador, que conta com mais de 10 empregados, o registro da jornada de trabalho na forma do § 2º do art. 74, da CLT. Consoante preceitua a Súmula 338 do Colendo TST, a não-apresentação dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada informada na inicial, a qual pode ser elidida por prova em contrário, o que não se verificou *in casu*, por isso devido o pagamento pelo sobrelabor.

INTERVALO INTERJORNADAS. EMPREGADOS PETROLEIROS.

No tocante ao intervalo interjornada, tem-se que, ante a ausência de disposição legal específica aplicável à categoria dos petroleitos, incide a norma geral prevista no art. 66 da CLT, que garante um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho. Em assim, constatando-se que as horas intervalares não foram concedidas, imperioso o pagamento das horas extras conforme preconizado na Orientação Jurisprudencial nº 355 da SDI-1.

DO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

Merece parcial reforma a sentença para que seja aplicado o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TRD) para os débitos trabalhistas devidos até o dia 24/3/2015, e, a partir do dia 25/3/2015, a correção deve

ser realizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) nos termos da Jurisprudência do TST.

Processo: 0001176-98.2017.5.07.0001 **Julg.: 03/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 04/06/2019**
Turma 2ª

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CONFIRMAÇÃO. PROVA PERICIAL ATESTATIVA DA CONDIÇÃO LABORAL INSALUBRE.

Constatado pela prova pericial, após a devida vistoria no local de trabalho do autor, que o trabalho se desenvolvia em condições hostis à saúde obreira, cabível o pagamento do adicional de insalubridade, com seus reflexos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONVÊNIO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA PELOS DIREITOS TRABALHISTAS DE EMPREGADOS DA ASSOCIAÇÃO CONVENIADA. CULPA IN VIGILANDO DEMONSTRADA.

Ainda que o Ente Público haja firmado convênio com organização civil privada para a realização de serviços públicos, responde subsidiariamente pelos encargos trabalhistas inadimplidos pela associação conveniada, na qualidade de tomador dos serviços, em consonância com o preconizado na Súmula nº 331 do TST, sem implicar, com isso, afronta às premissas estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da ADC 16 e, mais recentemente, do RE 760.931/DF, com repercussão geral, desde que comprovada a culpa *in vigilando* do Ente Estatal quanto à execução do Contrato/Convênio e disto tenha resultado prejuízo ao empregado. É caso dos autos.

Processo: 0000164-85.2018.5.07.0010 **Julg.: 03/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 04/06/2019**
Turma 2ª

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DEVIDO.

Comprovado através de laudo técnico elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho, designado pelo juiz da instrução, que os EPI's fornecidos pelo empregador ao empregado eram ineficazes para neutralizar o fator de risco detectado em seu ambiente de trabalho, devido o pagamento do adicional de insalubridade.

Processo: 0001129-34.2016.5.07.0010 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE PERÍCIA. ANÁLISE POR OUTROS MEIOS DE PROVA. OJ 278 DA SBDI-1.

A realização de perícia é indispensável para a caracterização da insalubridade. No caso, não obstante a não efetivação da prova técnica ante à finalização da obra na qual o reclamante prestou os seus serviços, restaram ponderados outros meios de prova que evidenciam o direito do reclamante à percepção do adicional, permissivo este norteado pela Orientação Jurisprudencial nº 278 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho.

Processo: 0000524-37.2016.5.07.0027 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. COZINHEIRA. TRABALHO EM CENTRO EDUCATIVO DESTINADO A ADOLESCENTES INFRATORES.

Observa-se que as atividades desenvolvidas pela parte reclamante, que era cozinheira em um centro de menores infratores, ainda que a expusesse a risco mais acentuado no caso de tumultos ou rebeliões, não pode ser equiparada, para fins de adicional de periculosidade, à de instrutor educacional, que envolve contato direto com adolescentes em conflito com a lei. O papel do "Instrutor Educacional" é de, inclusive, garantir a segurança dos internados, podendo ser enquadrado, no entender deste julgador, no item "Segurança pessoal" do quadro do item "3" do Anexo 3 da NR 16, o que difere da atividade da reclamante, a qual não possui o mesmo tratamento legal. Recurso conhecido e provido.

Processo: 0000427-75.2018.5.07.0024 **Julg.: 21/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 22/02/2019**
Turma 3ª

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. VIGIA. ATIVIDADE RECONHECIDA COMO PERIGOSA PELO MUNICÍPIO RECLAMADO.

Produzida pelo município reclamado prova documental favorável à pretensão do autor, é devido o adicional de periculosidade ao ocupante da função de vigia, inobstante o fato de o Anexo 3 da NR nº 16 do MTE classificar apenas a atividade de vigilante como perigosa. Inteligência do art. 487, III, 'a' do CPC de 2015. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000857-12.2018.5.07.0029 **Julg.: 28/02/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 1º/03/2019**
Turma 3ª

ADICIONAL NOTURNO. AUSÊNCIA DA TOTALIDADE DOS CARTÕES DE PONTO. SÚMULA 338, DO C. TST. ÔNUS DA PROVA.

A reclamada, ao não colacionar os cartões de ponto relativos a todo o período de contrato de trabalho do autor, atraiu a aplicação da Súmula 338, do C. TST, gerando a inversão do ônus da prova e recaindo sobre si o encargo processual de afastar a jornada declinada na exordial, do qual não se desvencilhou a contento.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.

Comprovado que o autor desenvolvia atividade perigosa enquanto trabalhava para a reclamada, deve ser mantida a sentença que deferiu o adicional de periculosidade.

PEDIDOS DE REFLEXOS DOS ADICIONAIS NOTURNO E DE PERICULOSIDADE. ESPECIFICAÇÃO DAS PARCELAS SOBRE AS QUAIS INCIDEM. PRESCINDIBILIDADE.

Levando-se em conta os princípios da simplicidade das formas e da instrumentalidade, os quais norteiam a processualística juslaboral, conclui-se que em preenchendo a petição inicial os requisitos do artigo 840, §1º da CLT, não há falar em inépcia dos pleitos de reflexos dos adicionais noturno e de periculosidade, uma vez que possuem natureza acessória, prescindindo, portanto, de discriminação das parcelas sobre as quais irão incidir, tratando-se de mera aplicação do direito à espécie.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA LEI 13.467/2017.

Em homenagem aos princípios da não surpresa e da causalidade, uma vez ajuizada a presente ação em 19/09/2017, ou seja, antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, de se excluir do *decisum* de origem a condenação do autor na verba honorária, não havendo falar em sucumbência recíproca no caso em tela.

Processo: 0001203-76.2017.5.07.0035 **Julg.: 16/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 20/05/2019**
Turma 3ª

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. EMATERCE. VANTAGEM PREVISTA EM REGULAMENTO INTERNO PATRONAL. SUPRESSÃO (CONGELAMENTO) POR NORMA COLETIVA. DESCUMPRIMENTO DE NORMA REGULAMENTAR. PRESCRIÇÃO PARCIAL.

A pretensão do reclamante não decorre diretamente da alteração do pactuado e, sim, da alegada omissão da reclamada em cumprir disposições regulamentares que viabilizariam o acréscimo no percentual de pagamento de Adicional de Tempo de Serviços (ATS), o que afasta, por si só, a incidência da Súmula 294 do TST. Outrossim, as diferenças postuladas, no caso, são de trato sucessivo, cuja prescrição se renova mês a mês, pelo descumprimento da obrigação. O pagamento a menor da remuneração enseja apenas a pronúncia da prescrição parcial.

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO INSTITUÍDO POR NORMA INTERNA. CONGELAMENTO MEDIANTE ACORDO COLETIVO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL LESIVA. ARTIGO 468 DA CLT. PROCEDÊNCIA.

Constitui alteração contratual lesiva o congelamento do percentual do triênio, perpetrada pela reclamada mediante formalização de acordo coletivo de trabalho, tendo em vista que houve supressão de direitos já incorporados ao patrimônio jurídico do trabalhador previstos no Regulamento Interno da EMATERCE (art. 67, §1º). Hipótese infringente do art. 468 da CLT e à Súmula 51, item I, do TST.

Processo: 0001621-89.2017.5.07.0010 **Julg.: 23/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 23/05/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. EMPREGADOR. PESSOA JURÍDICA. AUSÊNCIA DE PROVA DA INÓPIA FINANCEIRA.

A jurisprudência pacificada na Corte Máxima Trabalhista corre no sentido de que a concessão da gratuidade judicial à pessoa jurídica está condicionada à efetiva prova da impossibilidade de se arcar com as despesas processuais, o que não ocorreu, na espécie.

EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

A recuperação judicial, por si só, não é capaz de demonstrar a ausência de recursos para efetivar o pagamento das custas e o recolhimento do depósito recursal. Afigura-se inextensível às empresas nessa condição o disposto na Súmula 388, do TST, que estabelece a não sujeição da massa falida às penalidades do art. 467, da CLT, cabendo destacar, por oportuno, que as sociedades em recuperação judicial permanecem na gestão de seus patrimônios.

CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. ART. 99, § 7º, DO CPC/2015. NECESSIDADE.

Verificando-se a inércia da recorrente, mesmo que se tenha convertido o julgamento em diligência, com vistas a oportunizar-lhe o recolhimento do depósito

recursal e das custas processuais, no prazo de 05 (cinco) dias, com fulcro no art. 99, § 7º do CPC/2015, sob pena de deserção, impõe-se o desprovimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e não provido.

Processo: 0001909-45.2014.5.07.0009 **Julg.: 20/02/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 20/02/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMATERCE. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE PREPARO. ADPF 437/CE.

Considerando que a Decisão Liminar proferida pela Ministra Rosa Weber, do E. STF, em sede da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 437-CE, apenas reconheceu que a EMATERCE se sujeita a procedimento executório pela via precatorial, sem, no entanto, dispensá-la do recolhimento de custas processuais e depósito recursal, tem-se por deserto o Recurso Ordinário por ela interposto, por falta de preparo. Agravo desprovido.

Processo: 0001647-96.2017.5.07.0007 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMATERCE. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE PREPARO. ADPF 437/CE.

Considerando que a Decisão Liminar proferida pela Ministra Rosa Weber, do E. STF, em sede da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 437-CE, apenas reconheceu que a EMATERCE se sujeita a procedimento executório pela via precatorial, sem, no entanto, dispensá-la do recolhimento de custas processuais e depósito recursal, tem-se por deserto o Recurso Ordinário por ela interposto, por falta de preparo. Agravo desprovido.

Processo: 0001866-03.2017.5.07.0010 **Julg.: 11/03/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho **Data Ass.: 12/03/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMATERCE. EMPRESA PÚBLICA. PREPARO RECURSAL. EXIGÊNCIA. DESERÇÃO.

O deferimento parcial da liminar na ADPF 437-MC/CE não conduz à extensão em favor da agravante de toda e qualquer prerrogativa inerente à Fazenda Pública que não descrita expressamente na decisão proferida pelo STF em caráter

precário. Concedido prazo à agravante para a realização do preparo recursal, e quedando-se inerte, impende reconhecer a deserção do recurso ordinário. Agravo de Instrumento conhecido e improvido.

Processo: 0002667-56.2017.5.07.0029 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMANTE. INDEFERIMENTO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO DA PARTE AUTORA. REFORMA.

A declaração de insuficiência financeira firmada pela reclamante e anexada aos autos junto com a exordial sob Id. 8abc600 (fl. 18 do PDF) presume-se verdadeira e preenche satisfatoriamente os requisitos legais para a prova da miserabilidade jurídica, já que o fato extraordinário, que seria a falsidade da declaração de pobreza, insere-se no dever probatório do réu, que não cumpriu tal mister neste feito, autorizando, portanto, o deferimento dos benefícios da justiça gratuita e a consequente dispensa da reclamante do recolhimento das custas processuais como pressuposto processual. Agravo conhecido e provido.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA DONNA XIQUINHA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO LTDA - ME. DESERÇÃO. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECOLHIMENTO COMO PRESSUPOSTO RECURSAL. INEXIGIBILIDADE. OJ. 409 DA SDI-1.

Nos termos da OJ nº 409 da SDI-1, não se pode exigir, como pressuposto recursal trabalhista, o recolhimento do valor da multa imposta como sanção por litigância de má-fé.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE E DA RECLAMADA DONNA XIQUINHA. MATÉRIA COMUM A AMBOS OS RECURSOS. DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE ORIGEM.

Verificado nos autos que a autora e a primeira reclamada se utilizaram da presente ação para praticar ato simulado e conseguir fim vedado por lei, de se manter a sentença de origem que condenou a reclamante e primeira reclamada, solidariamente, a pagar multa de 10% do valor da causa, a ser revertido em prol da Associação Beneficente das Irmãs de Nossa Sra. das Dores. Recursos conhecidos e não providos.

Processo: 0003138-97.2016.5.07.0032 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO. CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA A PESSOA FÍSICA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. PROVIMENTO.

Nos termos da Súmula nº 463 do TST, para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim (art. 105 do CPC de 2015). Declarando o autor a sua impossibilidade de arcar com as custas processuais e depósito recursal, dá-se provimento ao agravo de instrumento para destrancar o recurso ordinário.

RECURSO ORDINÁRIO. PRESCRIÇÃO PARCIAL. DIFERENÇA SALARIAL. REDUÇÃO DOS INTERSTÍCIOS REMUNERATÓRIOS DE 12% E 16%. PROVIMENTO.

Se a pretensão da reclamante origina-se no descumprimento de norma regulamentar interna do reclamado Banco do Brasil S/A; e, observando-se que referido ato normativo empresarial interno tem força de lei, impõe-se o enquadramento do caso à hipótese prevista na parte final da Súmula 294, do TST, bem como no direcionamento contido na Súmula 452, do TST, que estabelece: "[...] a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês". Portanto, as diferenças salariais são devidas com os respectivos reflexos.

PROGRESSÃO FUNCIONAL. INTERSTÍCIOS REMUNERATÓRIOS. ALTERAÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS.

A norma empresarial interna (Carta Circular Funci nº 805/1991) que assegurou aos empregados do Banco do Brasil S/A os parâmetros salariais base correspondente a cada nível funcional para cada interstício (Vencimento Padrão), com variação de 12% (doze por cento) e 16%, incorporou-se ao contrato individual de trabalho de cada empregado como cláusula adesiva, não podendo ser unilateralmente alterada ao arbítrio do empregador, sob pena de malferimento ao disposto no artigo 468, da CLT. Portanto, as diferenças salariais são devidas com os respectivos reflexos. Sentença reformada, no particular. Recurso conhecido e parcialmente provido.

DANO MORAL EXISTENCIAL. NÃO CABIMENTO. NÃO PROVIMENTO.

O descumprimento de obrigações trabalhistas não enseja, por si, o direito à indenização por danos morais, posto existir outros meios de reparação das próprias obrigações, incumbindo destacar, outrossim, que o dano moral possui gênese em fatos que abalam, ofendem a intimidade e a honra da pessoa, causando-lhe muitas vezes uma situação vexatória, não devendo ser confundido

com mero dissabor, sob pena de propiciar-se o ajuizamento de ações que buscam reparações em virtude de desalento trivial.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEVIDOS.

Em julgamento visando à uniformização da jurisprudência acerca do tema "honorários advocatícios sucumbenciais na Justiça do Trabalho", este Tribunal firmou entendimento, por meio da edição da Súmula nº 2, no sentido de que os honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorrem pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. Assim, tendo em vista que "*in casu*" restaram observados os requisitos das Súmulas 219 e 329, do C. TST, bem como da Súmula TRT-7 nº 2, são devidos os honorários advocatícios. Sentença reformada, no aspecto. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001837-77.2017.5.07.0001 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 26/02/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO. CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA A PESSOA FÍSICA RECLAMADA. CUSTAS E DEPÓSITO RECURSAL.

Nos termos da Súmula nº 463 do TST, para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim (art. 105 do CPC de 2015). Agravo conhecido e provido.

RECURSO ORDINÁRIO.INDENIZAÇÃO.DANO MORAL.

Pressupõe o dever de indenizar não só a conduta lesiva por parte do agente, mas também a efetivação do prejuízo à vítima e, ainda, a existência do nexo causal entre o ato lesivo e o resultado obtido. No caso, é incontroverso que a empregada/reclamada efetivamente promovia a execução de canções cujos direitos em parte são da empresa autora, consoante as provas colacionadas aos presentes autos. Desse modo, comprovando a empresa reclamante que a Sra. Zilmara Maria Moraes Barros, ora reclamada, deixou de cumprir o acordo homologado nos autos da reclamação trabalhista nº 0000942-76.2014.5.07.0016, mediante o qual se comprometeu "a não executar em seus shows as músicas que foram editadas junto ao reclamado, com exceção daquelas que são de autoria da reclamante, observa a legislação quanto à propriedade material e intelectual", é de se manter integramente a sentença que a condenou ao pagamento de indenização por dano moral no importe de R$ 20.000,00.

Processo: 0000398-20.2016.5.07.0016 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 14/02/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO. EMATER.CE. EQUIPARAÇÃO À FAZENDA PÚBLICA. MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº 437/CE. DISPENSA DE DEPÓSITO RECURSAL.

A Ministra Rosa Weber, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 437/CE, equiparou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará - EMATER.CE à Fazenda Pública para o fim de permitir a execução de suas dívidas judiciais, por via do sistema de precatórios. Considerando a decisão supra, impõe-se reconhecer que a Empresa Pública em questão tem a prerrogativa de interpor recursos trabalhistas sem que, para isso, tenha que efetuar o depósito recursal ordinariamente exigido. Agravo de instrumento conhecido e provido para destrancar o recurso ordinário da reclamada. Agravo de Instrumento conhecido e provido.

RECURSO ORDINÁRIO. PREJUDICIAL. PRESCRIÇÃO PARCIAL. EMATER.CE. ANUÊNIOS. BENEFÍCIO PREVISTO EM NORMA INTERNA. CONGELAMENTO EFETIVADO MEDIANTE ACORDO COLETIVO.

O congelamento puro e simples do pagamento de anuênios ou de outra parcela de cunho trabalhista viola, diretamente, o contrato de trabalho e, assim, as regras que o protegem (art. 468, da CLT), não havendo dúvidas que tal procedimento do empregador causa ao empregado prejuízo que se renova no tempo. Diante desse quadro, não há dúvidas de que a prescrição aplicável, ao caso, sub examine, é parcial, considerando-se prescritas apenas as parcelas anteriores ao quinquídio que antecedeu o ajuizamento da ação, eis que se trata de violação que se repete mês a mês. Prejudicial rejeitada.

MÉRITO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. DESCUMPRIMENTO REITERADO DE NORMA INTERNA. INTEGRAÇÃO AO PATRIMÔNIO JURÍDICO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL LESIVA. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS.

Instituído o Adicional de Tempo de Serviço através do "Regimento do Pessoal da EMATER.CE", cujas regras se incorporaram ao contrato de trabalho, importa reconhecer que o "congelamento" perpetrado pelo Acordo Coletivo firmado em 1999, referente à verba em questão, constituiu a alteração lesiva prevista no art. 468,

da CLT. Considerando o exposto, resta concluir que a negociação coletiva somente poderá alcançar os contratos firmados após sua edição. Inteligência da Súmula 51, inciso I, do TST, de acordo com a qual "As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento". Sentença integralmente mantida. Recurso ordinário conhecido; prejudicial de mérito rejeitada; apelo desprovido.

Processo: 0001175-47.2017.5.07.0023 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO. INTEMPESTIVIDADE.

Considera-se intempestivo o recurso ordinário não apresentado dentro do octídio legal no juízo competente para proceder a admissibilidade recursal, em observância ao comando do art. 895, da CLT, eis que ausente o requisito extrínseco de admissibilidade referente à tempestividade. *In casu*, a reclamante protocolizou o recurso ordinário diretamente no PJE 2º grau, sendo direcionado à Vara de origem apenas após decorrido o prazo recursal, o que implica na intempestividade do recurso. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

Processo: 0000923-31.2018.5.07.0016 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO. JUSTIÇA GRATUITA. EMPRESA QUE DECLARA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. FALTA DE PROVA. INDEFERIMENTO.

Não são devidos os benefícios da justiça gratuita à empresa que declara insuficiência de recursos, mas não faz prova cabal da alegada impossibilidade de custear os encargos do recurso. Agravo de instrumento improvido. Além disso, os benefícios da justiça gratuita eventualmente conferidas às pessoas jurídicas, no âmbito do processo do trabalho, encontram limite nas custas e despesas processuais, não alcançando o depósito recursal, por não ostentar natureza de taxa ou emolumento judicial, mas de garantia de juízo, visando à satisfação do débito. Agravo de instrumento desprovido.

Processo: 0001323-34.2016.5.07.0010 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 05/06/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO. SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. PESSOA JURÍDICA. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. NECESSÁRIA COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA.

O sindicato autor, conquanto substituto processual, detém personalidade jurídica própria e em sendo pessoa jurídica, os benefícios da justiça gratuita somente deverão ser deferidos se houver demonstração, de forma inequívoca, da insuficiência econômica e da impossibilidade de efetuar o recolhimento das custas processuais, o que não foi comprovado nos autos. A mera declaração no tocante à escassez de arrecadação, ainda que considerada a extinção da obrigatoriedade do imposto sindical, não é suficiente para a concessão da gratuidade da justiça. Agravo de instrumento conhecido e improvido.

Processo: 0001055-10.2017.5.07.0021 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 16/04/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO DE INICIATIVA DA RECLAMANTE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA.

Em sendo de iniciativa da reclamante o recurso e sendo esta beneficiária da justiça gratuita, não se há exigir preparo recursal. Agravo conhecido e provido.

RECURSO ORDINÁRIO. EMPREGADA DOMÉSTICA. HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2015.

Consoante dispõe o art. 12 da Lei Complementar nº 150/15, é obrigação do empregador o registro do horário de trabalho do empregado doméstico, por qualquer meio manual, mecânico ou eletrônico, desde que idôneo. Em assim, a não juntada aos autos do referido controle gera a presunção de veracidade da jornada declinada na peça inicial da reclamatória, desde que não infirmada por prova em contrário, a teor do item I da Súmula nº 338 do TST. Recurso a que se dá parcial provimento.

Processo: 0000505-72.2018.5.07.0023 **Julg.: 18/03/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho **Data Ass.: 22/04/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. PENHORA SOBRE PROVENTOS. POSSIBILIDADE. BLOQUEIO PARCIAL.

O art. 833, inciso IV, do CPC, considera impenhoráveis "os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º". Ocorre que o § 2º do aludido artigo retira a impenhorabilidade em casos de "(...) pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8o, e no art. 529, § 3o". Dessa forma, afigura-se razoável e proporcional a determinação de bloqueio de parte dos valores salariais auferidos pelo executado. Precedentes.

PENHORA SOBRE POUPANÇA.

É impenhorável, na forma do artigo 833, do Código de Processo Civil, inciso X, a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos. Precedentes desta Corte. Jurisprudência firmada na OJ-SDI2-153, do Tribunal Superior do Trabalho. Agravo de petição conhecido e provido quanto à impenhorabilidade da conta de poupança.

Processo: 0000405-82.2015.5.07.0004 **Julg.: 27/05/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 27/05/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. ACORDO. CUMPRIMENTO. ART. 835, DA CLT. OBSERVÂNCIA. QUITAÇÃO EM ATRASO. INCIDÊNCIA DA CLÁUSULA PENAL.

O cumprimento do acordo ou da decisão deve observar o prazo e condições estabelecidas, nos termos do art. 835 da CLT. *In casu*, induvidoso que a reclamada descumpriu cláusula contida no termo de conciliação, relativa à observância do prazo para pagamento de uma das parcelas do acordo, configurando a mora e atraindo a incidência da cláusula penal convencionada. O convencionado entre os litigantes deve ser observado, sob pena de vilipêndio ao princípio da segurança jurídica, bem como para que se preserve a soberania da vontade das partes, devidamente chancelada pela autoridade judicial competente. Agravo de petição conhecido e improvido.

Processo: 0000451-58.2017.5.07.0018 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 25/06/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. ACORDO HOMOLOGADO. FRAUDE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE

MÉRITO PELO JUÍZO HOMOLOGADOR. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 259 DO TST.

Nos termos do parágrafo único, do art. 831, da CLT e da Súmula 259 do TST, o acordo judicial faz coisa julgada e é irrecorrível pelas partes, não podendo, portanto, ser desconstituído pelo próprio juízo homologador, por meio de decisão que extingue o feito sem resolução do mérito, a teor do art. 836 da CLT. Decisão agravada reformada. Agravo de Petição conhecido e provido.

Processo: 0000043-61.2013.5.07.0033 **Julg.: 20/02/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 20/02/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. ACORDO. PAGAMENTO COM ATRASO DO VALOR AJUSTADO. CLÁUSULA PENAL. INCIDÊNCIA.

Constatado atraso no pagamento do valor definido no acordo judicialmente homologado, deve a execução prosseguir quanto ao pagamento da cláusula penal fixada para o caso de descumprimento do ajuste, não sendo possível sua exclusão, sob pena de violação à coisa julgada. Agravo de petição conhecido e provido.

Processo: 0000285-69.2017.5.07.0036 **Julg.: 19/02/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 25/02/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. ANTERIORIDADE DA PENHORA. CRÉDITO PRIVILEGIADO.

O princípio da anterioridade da penhora (art. 908 do CPC) é aplicável nos casos em que há pluralidade de credores, excetuados os trabalhistas, cujos créditos são privilegiados, de natureza alimentar (art. 449 da CLT e Lei n°11.101/05, art. 83 c/c 186 do CTN), atraindo a incidência do disposto no artigo 962 do Código Civil. Recurso conhecido e provido.

Processo: 0277200-15.1996.5.07.0004 **Julg.: 20/05/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 21/05/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. ASTREINTES. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECALCITRÂNCIA. MANUTENÇÃO.

A imposição de multa por descumprimento de obrigação de fazer e não fazer (astreintes) constitui instrumento processual, à disposição do juiz, para induzir o devedor ao cumprimento espontâneo do título executivo. No caso, o que se depreende de toda a análise do caderno processual, é que o valor da multa fixado na origem não foi suficiente para compelir a executada ao cumprimento da obrigação de fazer, na medida em que a mesma levou 15 anos para atender a ordem judicial de implantar em folha de pagamento o percentual de 84,32%. Assim, a exclusão da multa cominatória não é recomendável à luz do caso concreto em vista da recalcitrância de cumprimento da obrigação, posto que a resistência evidenciada pelos fatos narrados nos autos faz inferir que não foi elevada o suficiente para compelir a empresa demandada a adotar as providências necessárias para cumprir a decisão judicial. Desse modo, deve remanescer a condenação com relação ao período de 2002 a 2009, como medida justa pelo longo período em que o reclamante ficou privado do reajuste salarial que lhe era devido.

Processo: 0015800-86.1993.5.07.0004 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE.

Comprovado que o bem penhorado consiste no único imóvel pertencente ao executado e que se destina à residência dos seus genitores, os quais se enquadram no conceito de unidade ou entidade familiar, deve-lhe ser aplicada a impenhorabilidade prevista na Lei nº 8.009/90.

Processo: 0001109-16.2012.5.07.0032 **Julg.: 25/04/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 02/05/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. BEM MÓVEL (AUTOMÓVEL) SUBMETIDO A CONSTRIÇÃO JUDICIAL. FRAUDE À EXECUÇÃO.

Constando dos autos, por prova inequívoca, que a proprietária (compradora) do bem sob constrição reside no mesmo endereço do executado (vendedor), resta configurada a fraude à execução. Portanto, confirma-se a decisão recorrida, por via da qual foram julgados improcedentes os embargos de terceiro. Agravo de Petição conhecido e desprovido.

Processo: 0000337-64.2018.5.07.0025 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. CÁLCULOS HOMOLOGADOS. OBSERVÂNCIA AO COMANDO EXEQUENDO.

De acordo com o comando inserto no art. 879, §1º, da CLT, "na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal". Desse modo, considerando que no presente caso os cálculos homologados estão em estreita conformidade com o título executivo, nega-se provimento ao agravo de petição.

Processo: 0161100-48.2008.5.07.0006 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. FATO GERADOR.

Com o advento da Lei 11.941/09, que alterou o art. 43, da Lei 8.212/91, o termo inicial do cômputo de juros e multas nas contribuições previdenciárias passou a ser a data da efetiva prestação de serviços (regime de competência), com aplicabilidade a partir de 05/03/2009, em observância aos princípios constitucionais da irretroatividade tributária e da anterioridade nonagesimal. Considerando que as verbas discutidas em juízo abrangem período misto, impõe-se a retificação dos cálculos para que as contribuições previdenciárias relativas ao período laboral anterior a 05/03/2009 sejam calculadas de acordo com as diretrizes do item IV, da Súmula 368, do C. TST. Agravo de Petição conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001048-79.2011.5.07.0004 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 16/04/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. MODIFICAÇÃO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE.

Uma vez transitada em julgado sentença condenatória que condenou a Edilidade de Várzea Alegre na obrigação de fazer consistente na implementação da gratificação de regência de classe de 40% e do adicional de 5% à título de quinquênio, ambos sobre o salário-base da parte reclamante, não pode esta ser afastada em execução trabalhista, por se tratar de matéria cuja discussão só é cabível na fase cognitiva. Portanto, de se negar provimento ao agravo de petição que tem por escopo alterar decisão já tornada imutável pela "*res judicata*".

Processo: 0000171-29.2018.5.07.0026 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma

AGRAVO DE PETIÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE.

Incensurável a decisão agravada que, reconhecendo incidir a penhora sobre o único imóvel residencial da embargante, determinou sua desconstituição, em respeito ao Instituto do Bem de Família (Lei nº 8.009/90). Agravo de Petição desprovido.

Processo: 0000344-10.2018.5.07.0008 **Julg.: 1º/04/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho **Data Ass.: 02/04/2019**
Turma

AGRAVO DE PETIÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. EMBARGANTE INTEGRADO AO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO EM RAZÃO DO RECONHECIMENTO DE SUCESSÃO EMPRESARIAL. ILEGITIMIDADE ATIVA.

O agravante, em razão do reconhecimento da sucessão empresarial, já foi integrado à lide nos autos da execução trabalhista, não mais ostentando a condição de terceiro, deixando, pois, de enquadrar-se nas disposições contidas no art. 674 do CPC. Portanto, o agravante não detém legitimidade para propor Embargos de Terceiros, extinguindo-se o presente feito sem resolução do mérito.

Processo: 0000652-11.2016.5.07.0010 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 16/05/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO. CONFIGURADA.

Considerando que o Juízo *a quo* examinou os fatos e aplicou o direito nos termos da lei, impõe-se seja mantida a decisão agravada em todos os seus termos. Agravo de petição conhecido e improvido.

Processo: 0000755-69.2018.5.07.0035 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 17/06/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. EMPRESA RECUPERANDA. TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA O JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

É cediço, à luz do disposto na Lei n. 11.101/2005, que, a partir da data de deferimento da recuperação judicial, as decisões correlacionadas à constrição do patrimônio da empresa recuperanda, competem ao juízo da recuperação. Logo, em respeito ao referido instituto, tem-se por acertada a transferência para o juízo da recuperação judicial dos valores bloqueados nas contas bancárias da executada.

Processo: 0000879-49.2017.5.07.0015 **Julg.: 03/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 04/06/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO.ENTE PÚBLICO. PROCESSAMENTO DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE LEI DEFINIDORA DAS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV. APLICAÇÃO DO ART. 87, II, DO ADCT.

Inexistindo nos autos comprovação de lei definidora da obrigação de pequeno valor pelo município executado, e sua respectiva publicação oficial, a execução deve observância ao art. 87, II, do ADCT, limitando-se a 30 salários mínimos para fins processo por RPV. Agravo conhecido e provido.

Processo: 0000510-13.2017.5.07.0029 **Julg.: 27/05/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 27/05/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO CONTRA O DEVEDOR SUBSIDIÁRIO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO A QUE SE REDIRECIONE A EXECUÇÃO PRIMEIRO CONTRA OS SÓCIOS DA DEVEDORA PRINCIPAL.

Infrutíferas as tentativas de identificação e constrição de bens da devedora principal, é correto o direcionamento da execução contra o devedor subsidiário, não sendo direito deste que, primeiramente, se proceda à desconsideração da pessoa jurídica da primeira, buscando-se o patrimônio de seus sócios.

Processo: 0001876-60.2012.5.07.0030 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO DE DÉBITO TRABALHISTA. SUSPENSÃO DA CNH DO DEVEDOR. ART. 139, IV DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

A suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do devedor trabalhista, além de ineficiente e ineficaz para a satisfação do crédito do exequente, também não encontra agasalho na previsão do art. 835 do CPC/2015, ao tratar da ordem preferencial para a penhora de bens para pagamento de crédito, bem como esbarra nas hipóteses legais fixadas pelo Código de Trânsito Brasileiro para suspensão da habilitação de motoristas infratores. Decisão mantida. AGRAVO DE PETIÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO

Processo: 0046900-55.2000.5.07.0023 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 24/06/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL CONTRA MASSA FALIDA. EXAURIMENTO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO.

A competência da Justiça do Trabalho se encerra na apuração do *quantum* devido, e na expedição de certidão para habilitação de crédito (Lei 11.101/05, art. 6º, §§ 1º e 2º) pelo Juízo falimentar, não havendo que se falar em prosseguimento da execução. AGRAVO IMPROVIDO.

Processo: 0108000-52.2006.5.07.0006 **Julg.: 28/02/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 01/03/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV). LEI MUNICIPAL NÃO CONSTANTE DOS AUTOS.

In casu, o Município agravado não anexou a Lei Municipal nº 292/2015, que supostamente trataria da definição do valor a ser considerado para expedição da Requisição de Pequeno Valor, de modo que deverá prevalecer o limite de 30 salários mínimos previstos no art. 97, do ADCT, para processamento da presente execução, por meio de RPV. Recurso conhecido e provido.

Processo: 0000566-46.2017.5.07.0029 **Julg.: 20/05/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 21/05/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. LEI MUNICIPAL QUE FIXA LIMITE PARA REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. IRRETROATIVIDADE.

Ante a necessária observância ao princípio da irretroatividade das leis (art. 5º, XXXVI, da CF/88) não se admite que Lei Municipal, disciplinadora do teto para fins de expedição de RPV, retroaja para alcançar título executivo cujo trânsito em julgado seja anterior à data de sua vigência. (Ementa redigida com inspiração em precedente deste Regional, Processo nº 0000498-74.2013.5.07. 0017). Agravo de petição conhecido e improvido.

Processo: 0001700-61.2014.5.07.0014 **Julg.: 29/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 29/04/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. MEDIDAS COERCITIVAS PARA SATISFAÇÃO DA EXECUÇÃO. SUSPENSÃO DA CNH DA PARTE EXECUTADA. RETENÇÃO DO PASSAPORTE. CANCELAMENTO DO CARTÃO DE CRÉDITO. BLOQUEIO DOS SERVIÇOS DE INTERNET. IMPOSSIBILIDADE.

As medidas coercitivas pretendidas pela parte agravante não se encontram expressamente asseguradas no art. 139, IV, do CPC, cuja leitura deve se dar em conjunto com os demais preceitos da legislação, notadamente aquele previsto pelo art. 805 também do CPC, segundo o qual "quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado". Não se vê, nos autos, elementos capazes de demonstrar a imprescindibilidade das medidas requeridas, quer pela vertente da utilidade prática, quer pela evidência de que a execução estaria sendo frustrada por ardil do devedor. Assim, afasta-se da razoabilidade e da proporcionalidade a pretensão da parte agravante.Agravo de petição conhecido e improvido.

Processo: 0001747-38.2014.5.07.0013 **Julg.: 18/03/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 09/04/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. MUNICÍPIO DE CHAVAL. LEI MUNICIPAL Nº 292/2015. ART. 100, § 4º, DA CF/88.

O § 12, e seus incisos, do art. 97 do ADCT, acrescentado pela Emenda Constitucional n° 62, de 09/12/2009, estabelecera o prazo fatal de 180 dias, contados de sua publicação, para que os municípios editassem leis, definindo o patamar das

obrigações de pequeno valor, para efeito de expedição de RPV. A Lei Municipal n° 292/2015, compatível com a EC n° 62/2009, somente fora editada em 28/04/2015, em inobservância ao prazo disposto na pré-citada Emenda, sendo válida a execução por RPV, face à primazia da norma constitucional sobre a lei ordinária.

Processo: 0002060-77.2016.5.07.0029 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE. GRATIFICAÇÃO DE REGÊNCIA DE CLASSE E QUINQUÊNIOS. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA (ARTS. 184, INCISOS VIII E IX). IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA SOBRE EXECUÇÃO DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO.

A declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Orgânica ou de qualquer outra norma legal somente tem efeitos prospectivos ou para o futuro, dispondo, nesse sentido, o art. 525, do Código de Processo Civil de 2015, ao tratar da inexigibilidade de "obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal" (§ 12), que "Se a decisão referida no §12 for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal" (§ 15). Ante o exposto, tem-se como certo, analogicamente e por extensão, que a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, proferida após o trânsito em julgado da sentença exeqüenda, somente poderá ser desconstituída pela via estreita da ação rescisória, não sendo automática a impossibilidade de execução do título executivo.

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE EXECUÇÃO RELATIVA A PROCESSO ANTERIOR AO INÍCIO DE VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017.

Cuidando-se de execução de sentença transitada em julgado, antes do ingresso no mundo jurídico da Lei nº 13.467/2017, que alterou a CLT, com vigência a partir de 11/11/2017, não há que se falar em incidência de prescrição intercorrente, mormente quando se verifica que, no caso, o processo exeqüendo alberga somente a correção da implantação de gratificações de regência de classe e de qüinqüênios que o executado, a seu talante, decidiu "congelar", deixando de aplicar, sobre tais verbas, o mesmo reajuste concedido ao salário base. Agravo de petição conhecido e desprovido; decisão agravada confirmada em todos os seus termos.

Processo: 0002120-25.2017.5.07.0026 **Julg.: 24/04/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 24/04/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. PENHORA ON-LINE VIA BACENJUD. MANUTENÇÃO.

Considerando que o dinheiro em espécie é equiparado a depósito ou aplicação em instituição financeira, os quais são bens preferenciais na ordem de penhora (arts. 835, I, e 854 do CPC), tem-se que a penhora on-line de fls. 351 (ID. 4fd11cd - Pág. 7), realizada via BACENJUD, não ofende ao princípio da menor onerosidade ao devedor, devendo ser mantida ante a ausência de comprovação de que o valor bloqueado seria absolutamente impenhorável.

Processo: 0198300-14.2007.5.07.0010 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 27/06/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

Constatado nos autos que não houve descumprimento de determinação judicial no curso da execução, impõe-se a reforma da decisão recorrida para afastar a prescrição intercorrente, com o retorno dos autos à Vara de origem para prosseguimento da execução, nos termos dos arts. 11-A da CLT, 2º da Instrução Normativa 41/2018, do TST e 4º e 5º da Recomendação nº 3/2018, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Agravo de Petição conhecido e provido.

Processo: 0074800-54.2006.5.07.0006 **Julg.: 28/02/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.:1º/03/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. LEI Nº 13.467/2017. RECOMENDAÇÃO Nº 3/2018 - CGJT.

Com advento da reforma trabalhista, o instituto da prescrição intercorrente restou aplicável no âmbito da Justiça do Trabalho e seu fluxo conta-se a partir do descumprimento da determinação judicial a que alude o § 1º do art. 11-A da CLT, desde que feita após 11 de novembro de 2017, início da vigência da Lei nº 13.467/2017, nos termos da regulamentação contida na Recomendação Nº 3/CGJT, de 24 de julho de 2018. Antes do reconhecimento da prescrição intercorrente, necessária expressa intimação da parte exequente para cumprimento de determinação judicial, com expressa cominação das consequências do descumprimento.

No caso vertente, antes do reconhecimento da prescrição intercorrente, não houve "expressa intimação do exequente" para cumprimento de determinação judicial, com expressa cominação das consequências do descumprimento. Vê-se, pois, que a Recomendação Nº 3/GCGJT, de 24 de julho de 2018 não foi observada pelo juízo da execução. Dessa sorte, merece provimento o apelo para, reformando a decisão agravada, determinar ao juízo de origem que prossiga na execução, doravante com constante observância a Recomendação Nº 3/CGJT, de 24 de julho de 2018. Agravo de petição conhecido e provido.

Processo: 0065100-39.1992.5.07.0008 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 24/06/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. ART. 97, § 12, INCISO II DO ADCT.

Não tendo sido observado pelo ente público o prazo estabelecido no § 12 do art. 97 do ADCT, acrescido pela EC nº 62, para edição de lei definidora das obrigações de pequeno valor, na forma prevista no art. 100, § 4º, da CF/1988, de se aplicar aos débitos da fazenda púbica municipal a regra contida no inciso II daquele dispositivo, que fixa o limite de trinta salários mínimos para pagamento por meio de Requisição de Pequeno Valor. Agravo provido.

Processo: 0002051-18.2016.5.07.0029 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 27/06/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. RPV - PRECATÓRIO.DEFINIÇÃO DE LIMITES DE VALORES PELO MUNICÍPIO.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 62/2009, que alterou, no que se relaciona ao presente caso, o § 4º, do art.100 da CF, com a inexistência da lei municipal juntada aos autos e/ou fora do prazo estipulado na citada emenda constitucional, é a hipótese de se manter a execução com base nos valores referenciados na EC 37/2002. Agravo de petição conhecido e provido.

Processo: 0002039-04.2016.5.07.0029 **Julg.: 08/04/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 10/04/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. SOCIEDADE EMPRESÁRIA INTEGRADA AO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO MEDIANTE APLI-

CAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA. LEGITIMIDADE. PENHORA DE BEM DA EMPRESA. BENEFÍCIO DE ORDEM. INEXISTÊNCIA.

Admite-se no Processo do Trabalho a aplicação da Teoria da Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica, onde se afasta o princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica a fim de responsabilizar a sociedade empresarial por obrigação do sócio, evitando-se que este a utilize como escudo para ocultar do juízo executório o seu patrimônio. Assim, passando a sociedade a integrar o polo passivo da execução, responde ela pelo débito sem se cogitar de benefício de ordem em relação aos sócios da executada principal. Ademais, *in casu*, ela própria oferecera, voluntariamente, bem à penhora em substituição a imóvel de seu sócio. Recurso a que se nega provimento.

Processo: 0010400-40.2012.5.07.0032 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. SOCIEDADE. FRAUDE.

No caso,o conjunto probatório destes autos demonstra a inserção de integrante no contrato social da executada de forma fraudulenta, o que implica reconhecer a ilegitimidade passiva para figurar na presente demanda.

Processo: 0028500-13.1992.5.07.0010 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. SÓCIO RETIRANTE.

O ex-sócio não se exime, de forma imediata, da responsabilidade referente às dívidas e obrigações da empresa, nos termos do art. 1.032 do Código Civil. Enquanto não for formalizada a retirada do ex-sócio, persiste sua responsabilidade cível, trabalhista e tributária. A sentença homologatória da separação dos sócios, cônjuges, e da partilha dos bens não tem o condão de elidir a responsabilidade da parte agravante quanto ao pagamento da indenização por acidente de trabalho a que foi condenada a empresa reclamada, COMACHE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. Agravo de petição conhecido e improvido.

Processo: 0258800-71.2006.5.07.0013 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 16/04/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. SUCESSÃO TRABALHISTA.

Somente a exploração da mesma atividade não é suficiente para o reconhecimento da sucessão. Ademais, é incontroverso que o reclamante não laborou para a segunda pessoa jurídica, bem como não há comprovação válida de transferência de patrimônio. AGRAVO DE PETIÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Processo: 0056600-21.2006.5.07.0031 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 24/04/2019**
Turma 3ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. SUSPENSÃO DA CNH DO EXECUTADO. DIREITO CONSTITUCIONAL À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO ASSEGURADO.

A determinação de suspensão da CNH do executado não configura medida coercitiva eficaz para a obtenção da satisfação da execução. Tal permissão esbarraria nos limites insculpidos no art. 5º, XV, da Constituição Federal, o qual assegura a liberdade de locomoção. Ademais, a medida pretendida estaria dissonante dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, os quais devem nortear o feito executório. Agravo de petição conhecido e improvido.

Processo: 0013800-46.1999.5.07.0023 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 25/06/2019**
Turma 2ª

AGRAVO DE PETIÇÃO EM EMBARGOS DE TERCEIRO. VEÍCULO. PROVA DA PROPRIEDADE.

Incontroverso nos autos a ausência de registro da transferência do veículo automotor junto ao DETRAN, não há como se possa reconhecer a propriedade alegada pelo agravante, com base apenas em contrato de promessa de compra e venda e recibo particular, inteligência do art. 123 da Lei nº. 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro). Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000796-27.2018.5.07.0038 **Julg.: 09/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 09/05/2019**
Turma 3ª

AGRAVO REGIMENTAL.DESPACHO QUE DETERMINA A EXPEDIÇÃO DE REQUISITÓRIO. AUSÊNCIA DE CONTEÚDO DECISÓRIO. NÃO CABIMENTO.

Não cabe Agravo Regimental de despacho que determina a expedição de requisitório, eis que não decide questão incidente no processo, não possuindo conteúdo decisório, mas de mero impulso do procedimento(Inteligência do art.181, II, do Regimento Interno desta Corte).

Processo: 0007868-63.2010.5.07.0000 **Julg.: 09/04/2019**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto **Data Ass.: 24/04/2019**
Pleno do Tribunal

AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE REJEITA APÓLICE DE SEGURO-GARANTIA JUDICIAL. ILEGALIDADE OU ABUSIVIDADE. CONFIGURAÇÃO.

Deve-se observar, nesta situação, o comando legal previsto no artigo 882 da CLT, c/c art. 835, §2º, do CPC, o qual prevê expressamente que a garantia do juízo pode ser efetuada por seguro-garantia judicial. Inteligência da IN 39 e OJ nº 59 da SDI-2, ambas do TST. Agravo provido.

Processo: 0080143-92.2019.5.07.0000 **Julg.: 11/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 27/06/2019**
Pleno do Tribunal

AGRAVO REGIMENTAL DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO QUE DETERMINA A APLICAÇÃO DE JUROS DE 1%(UM POR CENTO). LEI 11.960/2009 SUPERVENIENTE AO TRÂNSITO EM JULGADO. ALTERAÇÃO DE ÍNDICE DE JUROS EM SEDE ADMINISTRATIVA DE PRECATÓRIO A PARTIR DA VIGÊNCIA DA NOVA LEI. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO REFERENTE A CRITÉRIO DE CÁLCULO. ERRO MATERIAL NÃO CONFIGURADO. INCOMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL.

O pedido de alteração de índice de juros em virtude de Lei superveniente ao trânsito em julgado da decisão, que estabeleceu o percentual a ser aplicado, refere-se a critério de cálculo. Não sendo a hipótese de erro material, falece competência ao Presidente do Tribunal para apreciação. Inteligência do artigo 1-E da Lei 9494/1997 e decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIs 1.098/1997 e 1.662/1997. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0026500-88.2002.5.07.0010 **Julg.: 30/04/2019**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto **Data Ass.: 14/05/2019**
Pleno do Tribunal

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA AÇÃO MANDAMENTAL. EXTINÇÃO LIMINAR DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

O juízo de origem converteu o julgamento da reclamação trabalhista em diligência por entender existir vício na citação e, assim, revertendo a revelia outrora aplicada à reclamada, determinou a reabertura da instrução processual, com designação de nova audiência. Irresignado, o reclamante ajuizou mandado de segurança objetivando restabelecer a revelia da reclamada. Diante desse contexto, o indeferimento da petição inicial do mandado de segurança fundamentou o entendimento de que a ação mandamental foi utilizada de forma inadequada como via substitutiva do meio processual próprio, a saber, o recurso ordinário cabível da decisão de mérito a ser proferida na reclamação trabalhista, com a possibilidade de discussão em profundidade de todas as supostas irregularidades processuais narradas na exordial. Em sede recursal, os argumentos veiculados no agravo regimental, asseverando fato novo, qual seja, que "o Reclamante decidiu NÃO comparecer ao citado ato, e, assim, viabilizar a sentença extintiva e a consequente abertura de prazo para o questionamento em grau de Recurso Ordinário", deixaram cada vez mais evidente a conclusão de que o Impetrante realmente buscou o manejo da via mandamental como substitutivo do recurso específico previsto na legislação processual, na ânsia de abreviar a entrega da prestação jurisdicional por via inadequada. Desse modo, se as razões recursais da parte agravante, mesmo alegando fato novo, não conduzem argumentos suficientes para elidir o teor da decisão monocrática agravada, impõe-se negar provimento ao Agravo Regimental para mantê-la por seus próprios fundamentos. Agravo regimental desprovido.

Processo: 0080612-75.2018.5.07.0000 **Julg.: 09/04/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 09/04/2019**
Pleno do Tribunal

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA AÇÃO MANDAMENTAL. EXTINÇÃO LIMINAR DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS E JURÍDICOS FUNDAMENTOS.

Se as razões recursais da parte agravante não veiculam argumentos suficientes para elidir o teor da decisão monocrática agravada, impõe-se negar provimento

ao Agravo Regimental para mantê-la por seus próprios e jurídicos fundamentos, na medida em que a ação mandamental foi utilizada de forma inadequada como via substitutiva do meio processual próprio, a saber, o recurso ordinário cabível da decisão de mérito a ser proferida na reclamação trabalhista, com a possibilidade de discussão em profundidade de todas as alegações de nulidade e cerceamento de defesa narradas na exordial. Agravo regimental desprovido.

Processo: 0080611-90.2018.5.07.0000 **Julg.: 12/03/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 12/03/2019**
Tribunal Pleno

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CANDIDATO APROVADO EM CADASTRO DE RESERVA DE CONCURSO PÚBLICO PROMOVIDO POR ENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ALEGAÇÃO DE PRETERIÇÃO DE NOMEAÇÃO EM VIRTUDE DE TERCEIRIZAÇÃO PRATICADA PELO PRETENSO EMPREGADOR. CONTROVÉRSIA SURGIDA NA FASE PRÉ-CONTRATUAL. DISCUSSÃO SOBRE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. TEMA 992. SUSPENSÃO NACIONAL DOS FEITOS IDÊNTICOS DETERMINADA PELO RELATOR NO STF. CUMPRIMENTO OBRIGATÓRIO. DISTINÇÃO DOS CASOS NÃO DEMONSTRADA. SOBRESTAMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO NA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA DE INTERESSE DA IMPETRANTE. PROSSEGUIMENTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO CONFIGURADO. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.

A despeito do esforço argumentativo da Agravante, no intuito de evidenciar distinção entre o caso concreto debatido na reclamação trabalhista 0000544-50.2014.5.07.0010, na qual figura como reclamante, e o tema 992 de repercussão geral reconhecida pelo STF no julgamento do recurso extraordinário RE 960429 RG/RN, suas alegações não convencem a um entendimento contrário ao já exposto nos autos. Com efeito, após analisar o caráter amplo e genérico da repercussão geral reconhecida pelo STF, a decisão monocrática agravada fundamentou que "as contro-

vérsias havidas na fase pré-contratual, nos termos alegados pelos candidatos que se afirmam preteridos em suas nomeações pelas contratações terceirizadas praticadas pelos pretensos empregadores, são indissociáveis da questão jurídica a ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal", matéria debatida sob o Tema 992, a saber: "Discussão quanto à competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado." Daí, pontuou-se a necessidade de observância dos princípios da segurança jurídica e da isonomia, concluindo-se ser imperiosa a suspensão do processo 0000544-50.2014.5.07.0010 e de todos os demais feitos em tramitação neste Tribunal versando sobre idêntica matéria, por se tratar de cumprimento obrigatório da decisão proferida pelo Ministro Gilmar Mendes, Relator do recurso extraordinário RE 960429 RG / RN, que determinou a suspensão nacional de todos os feitos que versem sobre o tema 992 de repercussão geral reconhecida pelo STF, com base na previsão do art. 1.035, §5º, do CPC/2015. Nesses termos, se as razões recursais da Agravante não veiculam argumentos suficientes para elidir o teor da decisão monocrática agravada, impõe-se negar provimento ao Agravo Regimental para mantê-la incólume, permanecendo o indeferimento do pedido de liminar que objetiva o prosseguimento do Recurso Ordinário interposto na reclamatória trabalhista. Agravo Regimental conhecido e não provido.

Processo: 0080569-41.2018.5.07.0000 **Julg.: 29/01/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 29/01/2019**
Pleno do Tribunal

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA NO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO. SUSPENSÃO DOS EFEITOS E INVALIDADE DE CLÁUSULA DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INADEQUAÇÃO DO MEIO PROCESSUAL. INCOMPETÊNCIA FUNCIONAL. CABIMENTO DE AÇÃO ANULATÓRIA PERANTE O TRIBUNAL. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

Fundamentada em reiteradas decisões do Tribunal Superior do Trabalho, a decisão liminar agravada destacou que, embora seja possível encontrar acórdãos isolados na jurisprudência do TST no sentido de admitir natureza mista da Ação Civil Pública, o certo é que a colenda Corte Superior firmou, há tempo, precedente com base na interpretação e aplicação literal do art. 3º da Lei nº 7.347/85, pacificando o posicionamento de que o uso de Ação Civil Pública não é adequado para o pleito de

anulação de cláusula convencional coletiva, tendo em vista que, para tal objetivo, existe ação própria, qual seja, a Ação Anulatória, como previsto no art. 83, IV, da LC 75/93. Daí a conclusão de que, no caso em exame, cabe ao Ministério Público do Trabalho, legitimado nos termos do art. 83 da LC 75/93, propor duas ações autônomas, perante juízos trabalhistas com competências funcionais distintas, a saber, a Ação Anulatória, de competência originária do Tribunal, na forma do art. 678, I, da CLT, com a pretensão de atacar a cláusula convencional vigente na CCT 2019/2019, e a Ação Civil Pública no tocante às demais obrigações de fazer e não fazer e suas decorrências, perante o 1º grau de jurisdição, porque assim é o entendimento pacífico do Colendo TST, a cujas decisões este Tribunal Regional deve observância pela disciplina judiciária. Desse modo, não prospera a reforma pretendida pelo MPT no Agravo Regimental, porque a suspensão liminar antecipada dos efeitos da cláusula convencional, em sede de medida de urgência, é pressuposto indissociável do futuro julgamento meritório do pedido principal de nulidade da cláusula normativa. Decerto que a sustação prévia dos efeitos da norma coletiva só tem algum significado jurídico se tal norma contiver ilegalidade ou inconstitucionalidade que a torne inválida, nula de pleno direito, pois do contrário não há razão para retirar sua eficácia dentro do ordenamento. Por conseguinte, sendo o juízo de 1º grau incompetente para julgar o mérito da pretensão anulatória da cláusula convencional, o mesmo raciocínio abrange a incompetência funcional para determinar antecipadamente a suspensão dos efeitos da cláusula convencional como medida de urgência. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalhou consolidou-se no sentido de afastar a cumulação de pedido de declaração incidental de nulidade de cláusula convencional em sede de Ação Civil Pública, porque o cabimento desta se restringe à sua natureza cominatória pura, própria das obrigações positivas e negativas de fazer e não fazer, de competência funcional das Varas do Trabalho. Já a Ação Anulatória, dada a natureza declaratória com feição coletiva semelhante aos dissídios coletivos, insere-se na competência originária do Tribunal. Como as razões recursais da parte agravante não conduzem argumentos jurídicos suficientes para elidir o teor da decisão monocrática agravada, impõe-se negar provimento ao Agravo Regimental para mantê-la por seus próprios fundamentos. Agravo regimental desprovido.

Processo: 0080144-77.2019.5.07.0000 **Julg.: 18/06/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 18/06/2019**
Pleno do Tribunal

ANOTAÇÕES NA CTPS. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. SÚMULA 12, DO TST. COMPROVAÇÃO DE SALÁRIO DIVERSO DO ANOTADO.

As anotações apostas na CTPS do trabalhador gozam de presunção relativa de veracidade, sendo passíveis de desconstituição mediante prova em contrário. Isso porque

o Direito do Trabalho é norteado pelo princípio da primazia da realidade, devendo, pois, a realidade fática prevalecer sobre os aspectos formais do contrato de trabalho. No caso dos autos, o autor não se desincumbiu de seu ônus probatório. Sentença mantida.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INSTRUTOR EDUCACIONAL (AGENTE SOCIOEDUCATIVO). TRABALHO DIRETO COM MENORES EM CONFLITO COM A LEI.

As atividades desenvolvidas pela parte reclamante envolviam contato direto adolescentes do sexo masculino que se encontravam em internação provisória, exercendo funções similares a de um agente penitenciário, estando sujeito a condições arriscadas de trabalho, sujeitos diariamente, a agressões físicas e constantes ameaças, além da segurança pessoal dos menores infratores. Nessa condição, o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, sobre o assunto, já pacificou entendimento no sentido de que os agentes de apoio socioeducativo, que exercem a segurança pessoal de menores infratores e educadores, submetidos a um ambiente de trabalho hostil e perigoso, sujeitos a violência física, enquadram-se no inciso II do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e no anexo 3 da NR 16 da Portaria 1.885/MT, em virtude da exposição a risco permanente, quando no exercício de suas atribuições, fazendo, por via de consequência, jus ao pagamento do adicional em comento. Sentença reformada, nesse aspecto.

HORAS EXTRAS. JORNADA 12X36. PERÍODO NÃO ACOBERTADO POR NORMA COLETIVA. COMPENSAÇÃO DE JORNADA. SÚMULA 85, DO TST.

Na hipótese dos autos, a Recorrida apresenta um ACT 2015/2016 que tem vencimento em 30.06.2016 (ID. 93be57a), conforme prevê a cláusula 1ª, sendo que o Autor foi contratado em 01.03.2017 e demitido em 14.07.2017, portanto tal jornada especial não se aplica ao seu contrato de trabalho. Assim, faz jus o recorrente ao pagamento de horas extras, relativo as horas que ultrapassarem a jornada prevista em lei, no período de 01.03.2017 a 30.06.2017, considerando a jornada 12x36 (das 07:00 às 19:00 horas), conforme confessado em seu depoimento, no período não acobertado pelos citados Acordos Coletivos.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA. SÚMULA Nº 85, IV, DO TST.

A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário. (ex-OJ nº 220 da SBDI-I - inserida em 20.06.2001). inteligência da súmula nº. 85, do TST, Inciso IV.

HORAS EXTRAS. PERÍODO ACOBERTADO POR NORMA COLETIVA. VALIDADE. SÚMULA Nº. 444, DO TST.

Apresenta, também, a recorrida ACT 2017/2018, com vigência no período de 01.07.2017 a 30.06.2018, com previsão de jornada 12x36. No caso, no período

de 01.07.2017 a 14.04.2017(fim do contrato), dentro, portanto da vigência do ACT 2017/2018, em sendo incontroverso o labor do reclamante em regime especial, pactuado em Acordo Coletivo de Trabalho, não se há cogitar de horas extras decorrentes da aparente violação da limitação legal da jornada semanal em 44 horas.

INTERVALO INTRAJORNADA. HORAS EXTRAS.INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.EMPREGADOR COM MAIS DE 10 (DEZ) EMPREGADOS.APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº. 338, I, DO TST. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE.

Cabia ao reclamante a comprovação dos fatos constitutivos de seus direito, nos termos do art. 333, I, do Código de Processo Civil Brasileiro c/c art. 818, da CLT. Contudo, a reclamada, por contar com mais de 10(dez) empregados, atraiu para si o ônus da prova, a qual não se desimcumbiu. Sentença reformada.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

A obrigação de indenizar surge com a prática de ato ilícito atribuído ao empregador ou preposto. Nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil, fica obrigado à reparação aquele que, por ato ilícito, viola direito e causa dano a outrem, ainda que de cunho exclusivamente moral, garantia que se encontra inserta também no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal. Na hipótese dos autos, em pese constar documentos de apuração de suposta infração por parte do autor (ID. e103b6c), a ruptura do pacto laboral operou-se sem justa causa, não havendo provas de qualquer ato de perseguição ou discriminatório. Sentença mantida RECURSOS CONHECIDO E DADO PROVIMENTO PARCIAL

Processo: 0001832-55.2017.5.07.0001 **Julg.: 29/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 30/04/2019**
Turma 2ª

ANULAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DE SINDICATO IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO DE FUNDAÇÃO DA NOVA AGREMIAÇÃO. NULIDADE DECRETADA.

Verificando-se a ocorrência de vícios na constituição de novo sindicato (SINTERCE),deve-se declarar a nulidade dos seus atos constitutivos e decretar a cassação do seu registro, mantendo-se como representante da categoria dos empregados em empresas de transporte escolares do Estado do Ceará a agremiação que já o representava, qual seja, o SINDICATO TRABALHADORES TRANSPORTES RODOVI ESTADO CEARA - SINTRO/CE.

Processo: 0001329-35.2017.5.07.0033 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 02/05/2019**
Turma 3ª

APOSENTADORIA COMPLEMENTAR. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO. SÚMULA 288 DO C. TST.

Tem jus a Reclamante ao direito de ver aplicado ao cálculo da complementação de proventos, cujos requisitos para a concessão do benefício foram implementados antes da edição das Leis Complementares 108 e 109, de 29.05.2001, o regulamento vigorante quando de sua admissão aos quadros do Banco do Brasil S/A. Nesse sentido, os itens I e III da Súmula 288 do TST: "I - A complementação dos proventos de aposentadoria, instituída, regulamentada e paga diretamente pelo empregador, sem vínculo com as entidades de previdência privada fechada, é regida pelas normas em vigor na data de admissão do empregado, ressalvadas as alterações que forem mais benéficas (art. 468 da CLT); III - Após a entrada em vigor das Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29/05/2001, reger-se-á a complementação dos proventos de aposentadoria pelas normas vigentes na data da implementação dos requisitos para obtenção do benefício, ressalvados o direito adquirido do participante que anteriormente implementara os requisitos para o benefício e o direito acumulado do empregado que até então não preenchera tais requisitos."

Processo: 0197000-37.2009.5.07.0013 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

APOSENTADORIA ESPECIAL. PERMANÊNCIA DO EMPREGADO NAS MESMAS ATIVIDADES NOCIVAS À SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO.

A SBDI-I do TST firmou entendimento no sentido de que a aposentadoria especial é causa compulsória de rompimento do contrato de trabalho, "na medida em que é dever do Estado impedir que o trabalhador permaneça trabalhando em condições comprovadamente prejudiciais à sua saúde. Tanto assim, que o legislador previu expressamente o seu cancelamento na hipótese de o empregado continuar no exercício de atividade nociva". Desse modo, com fundamento nos arts. 46 e 57, § 8º, da Lei n° 8213/91, concluiu a SBDI-I que a aposentadoria especial enseja a resilição unilateral do contrato de emprego por iniciativa do trabalhador. Recurso conhecido e desprovido.

Processo: 0000915-82.2017.5.07.0018 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

ASSÉDIO MORAL.CONFIGURAÇÃO.INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DEVIDA.

I - Caracteriza-se o assédio moral pela conduta lesiva e culposa do empregador, que abusa do poder diretivo, disciplinar ou fiscalizatório e cria um ambiente de trabalho hostil ao empregado, expondo-o a reiteradas situações de constrangimento e humilhação, que ofendem sua saúde mental e até mesmo física. II - Na hipótese sub judice, restou provado que a parte autora teve sua imagem afetada em razão de comentários maldosos por parte de sua superiora hierárquica, razão pela qual não merece reparo a r. sentença recorrida. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0000475-06.2018.5.07.0001 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 13/02/2019**
Turma 1ª

ASSÉDIO MORAL. INDENIZAÇÃO. ÔNUS DA PROVA.

Cumpria ao autor, ao alegar a prática de atos ilícitos pela demandada, comprovar os fatos constitutivos do direito à pretendida reparação por danos morais, conforme regra ordinária de distribuição do ônus da prova constante nos arts. 818, I, da CLT e 373, I, do CPC/15, encargo do qual se desincumbiu a contento. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000504-85.2017.5.07.0035 **Julg.: 31/01/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 04/02/2019**
Turma 3ª

AUDIÊNCIA INAUGURAL. NÃO-REALIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROPOSTA CONCILIATÓRIA. NULIDADE PROCESSUAL.

Os Artigos 764, 846 e 850 da CLT não deixam dúvida, nem margem a dicotomia interpretativa, quando condicionam a higidez judiciária dos dissídios individuais e coletivos à formulação das propostas de conciliação nas ocasiões estabelecidas nos dois últimos. Em assim, omitindo-se o Juiz do Trabalho, em quaisquer dos momentos processuais ali indicados, de realizar gestões junto às partes com o viso de obter a solução consensual do conflito, dever, aliás, hodiernamente estendido à Magistratura em geral, nos termos do parágrafo 2º do art. 3º do novel Código de Processo Civil, resta inarredável a declaração da nulidade do processo. Recurso Ordinário a que se dá provimento para, em acolhendo a suscitação preliminar nesse sentido, determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que se reabra a instrução do feito, a partir da contestação, e se prossiga na instrução da lide até a prolação de nova sentença.

Processo: 0002156-58.2017.5.07.0029 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

AUMENTO LINEAR. ISONOMIA.

A concessão de aumento linear a toda a categoria longe de representar violação ao princípio da isonomia vai ao seu encontro por permitir, no longo prazo, uma aproximação entre as remunerações dos trabalhadores, criando condições favoráveis a uma melhor distribuição de renda e, consequentemente, fortalecendo o princípio da igualdade, mormente se negociada pela via coletiva, em norma autônoma. Recurso Ordinário conhecido e improvido.

Processo: 0001772-07.2016.5.07.0005 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS.RESCISÃO INDIRETA.

A irregularidade nos recolhimentos fundiários configura infração contratual apta a ensejar a ruptura do vínculo empregatício de forma indireta.

HORAS EXTRAORDINÁRIAS. NÃO-APRESENTAÇÃO DOS CONTROLES DE PONTO. § 2º, DO ART. 74 DA CLT. SÚMULA 338 DO C. TST. ÔNUS DO EMPREGADOR.

Cumpre ao empregador, que conta com mais de 10 empregados, o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. Consoante preceitua a Súmula 338 do Colendo TST, a não-apresentação dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada informada na inicial, a qual pode ser elidida por prova em contrário, o que não se verificou *in casu*, por isso devido o pagamento pelo sobrelabor.

Processo: 0000595-39.2015.5.07.0006 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 19/06/2019**
Turma 2ª

RELATOR: BANCÁRIO. GERENTE DE RELACIONAMENTO. NÃO-ENQUADRAMENTO NA EXCEÇÃO DO § 2º DO ART. 224 DA CLT. DIREITO A HORAS EXTRAS.

A excepcionalidade prevista no art. 224, § 2º da CLT, específica em relação à categoria dos bancários, é taxativa ao permitir o extrapolamento da jornada máxima de seis horas para quem exercer funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes ou outros cargos de confiança e perceber gratificação não inferior a um terço do salário. No caso dos autos, entretanto, o conjunto probatório induz à con-

vicção de que as atribuições de "Gerente de Relacionamento", desempenhadas pelo reclamante, são meramente técnicas, desprovidas de elementos que qualifiquem tal função como cargo de confiança. A gratificação percebida pelo exercício das atribuições respectivas remunera apenas o trabalho exercido com maiores responsabilidades, mas nem de longe serve para qualificá-la como de confiança, razão pela qual são devidas, como extras, as horas laboradas acima da jornada do bancário de seis horas diárias.

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. CONFIRMAÇÃO. ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO ART. 461 DA CLT.

Extraindo-se, ao exame da prova reunida nos autos, que reclamante e paradigma realizavam a mesma função, com igual valor, para o mesmo empregador e na mesma localidade, sem que entre ambos existisse diferença de tempo de serviço superior a dois anos, é de direito a equiparação salarial vindicada.

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. PARCELAS VINCENDAS.

Uma vez reconhecido o direito do autor à equiparação remuneratória com outro empregado, as diferenças salariais disso decorrentes se incorporam a seu patrimônio jurídico, não podendo ser suprimidas, a posteriori, caso o paradigma seja dispensado do emprego ou mesmo transferido para outra filial do reclamado. Entender de modo diverso implicaria a redução da remuneração do empregado, o que é inadmissível, tendo em conta a garantia constitucional da irredutibilidade de salários.

EMPREGADO COM DEFICIÊNCIA. ARGUIÇÃO DE NULIDADE DA DISPENSA. INSUBSISTÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE SUBSTITUTO NAS MESMAS CONDIÇÕES.

Restando comprovada nos autos a contratação de substituto em situação análoga à do reclamante, ex-empregado admitido na condição de pessoa com deficiência e dispensado sem justa causa, não se há de invalidar a ruptura contratual deste, nem, por conseguinte, de ordenar sua reintegração ao emprego.

Processo: 0001167-31.2016.5.07.0015 **Julg.: 1º/04/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho **Data Ass.: 02/04/2019**
Turma 2ª

BANCÁRIO. GERENTE OPERACIONAL. CARGO DE CONFIANÇA.ENQUADRAMENTO NO ART. 224, §2°, DA CLT. JORNADA DE TRABALHO.

Nos termos da jurisprudência predominante, para caracterização do exercício de cargo de confiança, além da percepção de gratificação de função não inferior a 1/3 (um terço) do salário do cargo efetivo, necessária se faz a verificação do desempenho de encargo de direção, gerência, fiscalização, chefia

ou equivalente. Não se desincumbindo o empregado do ônus de provar que suas funções eram meramente técnicas, não tem direito ao reconhecimento da jornada reduzida de seis horas diárias, sendo indevidas, como extras, as horas trabalhadas para além da sexta diária.

HORAS EXTRAS ALÉM DA OITAVA HORA. ÔNUS DA PROVA. PREVALÊNCIA DA PROVA ORAL SOBRE A DOCUMENTAL.

A prova das alegações, segundo a regra prescrita no art. 818 da CLT, incumbe à parte que as fizer, sendo indevida a condenação em horas extras sem a existência da prova do fato constitutivo do direito pleiteado. No caso, a prova testemunhal não foi suficiente para infirmar a prova documental apresentada pelo Banco.

Processo: 0001658-77.2016.5.07.0002 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

BANCÁRIO. RECOLHIMENTOS À PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

O pleito condenatório relativo ao cumprimento de obrigação de fazer o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas a entidade privada de previdência, incidentes sobre as verbas de índole salarial reconhecidas na Sentença, não se confunde com matéria atinente à complementação de aposentadoria, sendo mero consectário do contrato de trabalho vicejante entre as partes litigantes, donde decorre, nos termos da legislação vigente, o dever imposto à empregadora de recolher aquelas exações devidas sobre o salário de contribuição do empregado, tanto em face do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como da entidade privada fechada, inserindo-se a questão, à luz da redação do art. 114 da Carta Maior de 1988, no rol de competência desta Justiça Especializada.

DAS HORAS EXTRAS APÓS A 8ª HORA DIÁRIA. COMPROVAÇÃO.

Em se verificando que a reclamante comprovou satisfatoriamente o labor em jornada extraordinária, devido o pagamento das horas extras e reflexos.

INTERVALO DO ART. 384 DA CLT.

A recepção constitucional do dispositivo supra restou pacificada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 658312/SC. Em vista do referido julgado, tenho por válida a norma em comento.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA LEI Nº 13.467/2017. RECLAMANTE ASSISTIDA POR SINDICATO E BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. CABIMENTO.

Verificada a assistência da parte autora pelo Sindicato da categoria, bem como ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, impõe-se a condenação da

reclamada ao pagamento de honorários sucumbenciais, a teor do que dispõe a Súmula 219, do C. Tribunal Superior do Trabalho.

Processo: 0001940-43.2016.5.07.0026 **Julg.: 20/05/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho **Data Ass.: 21/05/2019**
Turma 3ª

BANCO DE HORAS. INVALIDADE. CÔMPUTO DAS HORAS EXTRAS, PELA RECLAMADA, EM QUANTIDADE INFERIOR À EFETIVAMENTE PRESTADA.

Inválido o banco de horas, adotado pela empresa, que computa o labor extraordinário em quantidade inferior ao efetivamente prestado pelo reclamante.

Processo: 0000681-55.2017.5.07.0033 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

BIBLIOTECÁRIA. CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA.

Consta dos autos que a reclamante foi contratada por empresa de terceirização, para prestar serviços à tomadora como bibliotecária, pelo que integra categoria profissional diferenciada (Lei 4.084/62). Nesse contexto, o ajuste coletivo aplicável à empregada bibliotecária seria o entabulado entre a entidade sindical profissional representante dos bibliotecários, de um lado, e o sindicato patronal (CCT) ou a própria empresa (ACT), do outro, o que não é o caso dos autos. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001065-48.2017.5.07.0023 **Julg.: 09/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 09/05/2019**
Turma 3ª

CAIXA EXECUTIVO. INTERVALO DE DIGITADOR. IMPOSSIBILIDADE.

Comprovado nos autos que o reclamante não desempenhava atividade permanente de digitação, impõe-se a reforma da sentença que deferiu o intervalo intrajornada de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados. Decisão contrária aos Precedentes do C. TST e inteligência do IUJ nº 0080433-15.2016.5.07.0000 - TRT 7ª Região. Recurso conhecido e provido.

Processo: 0000774-48.2017.5.07.0023 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 16/04/2019**
Turma 3ª

CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS COMO ATIVIDADE-MEIO OU COMO ATIVIDADE-FIM.

Não caracteriza atividade-fim os serviços técnicos relacionados a pesquisa, análise e desenvolvimento de projetos e produtos derivados do petróleo (conversão e separação de frações de petróleo e bioderivados em escala piloto), em parceria e integração universidade-empresa, tendo por finalidade o suporte científico em unidades-piloto e experimentais (desenvolvimento do biodiesel). Caso em que sequer de terceirização, *stricto sensu*, se pode falar (terceirização de mão-de-obra).

IMPOSSIBILIDADE DE SE RECONHECER O VÍNCULO COM ENTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.

Caso em que, ainda que ilícita fosse a terceirização, v.g., não seria possível reconhecer o vínculo, sem prévia aprovação em concurso público, diretamente com o ente tomador dos serviços que integre a administração pública direta ou indireta, dada a nulidade da contratação.

ISONOMIA SALARIAL.

É injurídico o pedido de isonomia salarial se não há terceirização ilícita e/ou reconhecimento de vínculo direto com o tomador. Caso, ademais, em que é patente a diferença entre as atividades desenvolvidas na realização de programas em escala-piloto, da que é desempenhada por empregado concursado da petroleira. Inaplicabilidade, no caso concreto, da OJ SDI-1 363.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ENTE INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.

A responsabilização do tomador de serviços tem fundamento nos ditames constitucionais insculpidos nos arts. 1º, IV, e 170, *caput*, que orientam no sentido da valorização trabalho humano, e, ainda, no § 6º do art. 37, que estabelece a responsabilidade objetiva da administração pública pelos danos causados a terceiros. Caso, porém, em não há descumprimento de obrigações trabalhistas, senão a mera pretensão de reconhecimento de ilicitude na terceirização, com reconhecimento de vínculo direto com o tomador e isonomia ou equiparação de direitos e vantagens da categoria dos petroleiros. Recurso conhecido e desprovido.

Processo: 0000815-94.2016.5.07.0008 **Julg.: 30/01/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 30/01/2019**
Turma 1ª

CERCEAMENTO DE DEFESA.

Correta a decisão que decreta a revelia e aplica a pena de confissão à parte que, devidamente notificada, não comparece à audiência, ainda que se trate de Ente Público. Inteligência da OJ nº 152, da SDI-I, TST.

INÉPCIA DA INICIAL.

Levando-se em conta o Princípio da Simplicidade, que permeia o Processo do Trabalho (vide art. 840, §1º, CLT), a regularidade da petição inicial, a ausência de prejuízo para a defesa e o princípio da primazia da decisão de mérito (art. 4º, CPC/2015), deve ser rejeitada a preliminar de inépcia da exordial.

DENUNCIAÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE.

É da Justiça comum a competência para processar e julgar eventual ação regressiva contra o ex-gestor pela prática de atos irregulares em seu governo, sendo incabível a denunciação do mesmo à lide.

APLICABILIDADE DO ENUNCIADO Nº 331 DO TST À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DECISÃO DO STF EM RELAÇÃO AO ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/83.

A decisão do STF, que considerou constitucional o disposto no art. 71, § 1º, da Lei 8.666/83, não afasta a responsabilidade da Administração Pública, quando esta se omitir na fiscalização do contrato (arts. 58, III e IV, 66 e 67, do mesmo Diploma), causando dano a outrem. Ilicitude que leva à aplicação dos artigos 37, § 6º, da CF/88 e artigos 927 e 186, do C. Civil.

REVELIA E CONFISSÃO FICTA. CULPA IN VIGILANDO. OMISSÃO FISCALIZATÓRIA. RECONHECIMENTO. ÔNUS DA PROVA.

Em decorrência da pena de confissão *ficta* aplicada, emerge, como verdadeiro, o fato de que o município omitiu-se quanto ao dever de fiscalizar a execução do pacto laboral mantido entre a reclamante e a empresa prestadora de serviços, incidindo em culpa, sendo, então, passível de responsabilização subsidiária. Ademais, o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do contrato compete ao ente público, uma vez que o ordenamento jurídico expressamente lhe atribui esse dever (artigos 58, III, e 67, § 1º, da Lei 8.666/93). Demais disso, exigir que o reclamante procedesse a comprovação da falta de fiscalização do ente público equivaleria a atribuir-lhe a prova de um fato negativo, o que não pode ser tolerado. Inegavelmente, a Administração Pública é quem tem as reais condições de comprovar as medidas que teriam sido adotadas na fiscalização do contrato, daí porque o seu ônus probatório também se justifica pelo Princípio da Aptidão da Prova. Nesse sentido, a jurisprudência majoritária das Turmas do TST. Esclareça-se que a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, em 26/04/2017, no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 760931, é exatamente aquela que já havia sido consolidada na ADC 16. O tema "ônus probatório" não foi objeto de deliberação expressa, razão pela qual o aresto em nada muda a forma de pensar deste Relator, no particular. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000590-50.2017.5.07.0037 **Julg.: 14/03/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 21/03/2019**
Turma 3ª

COBRANÇA DE FGTS DE PERÍODO ANTERIOR AO RJU. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DO FGTS. RENÚNCIA PRESCRIÇÃO.

Ao examinar o pleito específico do FGTS, há de se observar o julgamento do ARE nº 709.212 no c. Supremo Tribunal Federal e, *in casu*, a data de transmudação do regime celetista para o estatutário, sendo este o marco inicial do prazo prescricional de 02 (dois) anos para postular os depósitos de FGTS, nos moldes da Súmula 362, I, do C.TST. Contudo, verifica-se na hipótese sub judice que o Município de Granja celebrou, perante a Caixa Econômica Federal, Termos de Confissão de Dívida do FGTS, razão pela qual houve renúncia à prescrição bienal, devendo ser observada apenas na sua forma trintenária, porquanto as lesões sucessivas ao direito da autora ocorreram antes da decisão do STF no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 709212, em 13/11/2014.

PRESCRIÇÃO. DEPÓSITO DE FGTS.

Com o advento do julgamento do ARE 70912, em 13/11/2014, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade das normas que previam a prescrição trintenária. No entanto, os efeitos dessa decisão não podem ser estendidos às cobranças dos depósitos do FGTS realizadas judicialmente antes do julgamento no STF, tendo em vista que, nesses casos, a prescrição já se encontrava interrompida desde a data da propositura da ação.

EMPREGADO PÚBLICO ESTÁVEL. CONTRATAÇÃO SEM APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. ART. 19 DO ADCT.

O empregado público, ainda que admitido anteriormente à vigência da Constituição Federal de 1988, sem submissão a certame público, continua regido pelo regime celetista. A aquisição da estabilidade no emprego público concedido de forma extraordinária pelo Poder Constituinte originário por meio do art. 19 do ADCT não tem o condão de alçá-lo à condição de servidor público estatutário. Em assim, restando confirmada a relação de emprego entre a litigante no lapso de 02 de maio de 1986 a 01 de janeiro de 2013, nos termos do artigo 3º da CLT, é devido o respectivo depósito fundiário, com arrimo nos arts. 7º, III, da CF/88 e 15 e 26 da Lei nº 8.036/90, além da devida anotação de data de saída e baixa na CTPS, conforme pedido na inicial.

Processo: 0001145-57.2018.5.07.0029 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma 3ª

COMISSÕES.

Não havendo pagamento de comissão com habitualidade, indevidas as diferenças daí advindas, pelo que deve ser reformada a sentença no tocante.

HORAS EXTRAS. DEFERIMENTO.

O ônus da prova quanto às horas extras é do reclamante, do qual se desincumbiu, pelo que deve ser mantida a sentença.

DANOS MORAIS INDEVIDOS. AUSÊNCIA DE PROVA DE ASSÉDIO MORAL.

O assédio moral se configura com a insistência e repetição do ato ilícito, sendo resultante de um conjunto de atos, expondo a vítima a situações humilhantes e constrangedoras, desestabilizando o trabalhador, afetando sua autoestima e sua segurança psicológica. Portanto, o assédio moral não se caracteriza com um único ato, pelo que deve ser reformada a sentença no tocante.

HONORÁRIOS INDEVIDOS. SÚMULA 2 TRT7.

Indevidos os honorários advocatícios, uma vez que não estão presentes os requisitos legais autorizadores da concessão da verba, nos termos das Súmulas 219 e 329 do TST e da Súmula 2 deste Regional. Recurso ordinário da reclamada conhecido e provido em parte.

Processo: 0001709-80.2016.5.07.0037 **Julg.: 10/06/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 19/06/2019**
Turma 2ª

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Comprovado nos autos que os fatos da reclamatória são anteriores à Lei Municipal nº 696/2017 que instituiu o regime estatutário municipal, mantém-se incólume a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar o feito.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PAGAMENTO ESPONTÂNEO. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA.

O pagamento espontâneo do adicional de insalubridade torna incontroversa a existência de trabalho em condições insalubres, sendo desnecessária a realização de perícia. Inteligência da Súmula 453, do C. TST. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001286-31.2017.5.07.0023 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria José Girão **Data Ass.: 17/06/2019**
Turma 3ª

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ADOÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO.

Incontroverso que a recorrida ingressou no quadro de pessoal do Município de Abaiara, por concurso público, em 01/06/1995, como celetista e que se aposentou pelo Regime Geral da Previdência Social. Não consta nos autos qualquer

documento que comprove a adoção do Regime Jurídico Único pelo Município, fato que atrai, por óbvio, a competência desta Justiça Especializada para exame e julgamento da questão, nos termos do art. 114, inciso I da Constituição Federal.

DANO MORAL.

Regra geral, deve-se analisar a responsabilidade subjetiva do empregador, nos termos do art. 7º, inciso XXVIII da CF/88. A exoneração da reclamante teve por fundamento o Decreto Municipal nº 009/2018, que considerou violado o art. 37, §10 da Constituição Federal, tendo em vista a acumulação de proventos com a remuneração de cargo público, ou seja, o desligamento da recorrida não foi um ato arbitrário, portanto, o ato de exoneração não possui o condão de por si só gerar dano moral. A exoneração da reclamante teve sua devida reparação financeira com a determinação da reintegração, cujos valores devidos serão corrigidos a base de correção monetária e juros. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000533-25.2018.5.07.0028 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 17/06/2019**
Turma 3ª

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ADOÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO.

Incontroverso que o recorrido ingressou no quadro de pessoal do Município de Abaiara, por concurso público, em 01/06/1999, como celetista e que se aposentou pelo Regime Geral da Previdência Social. Não consta nos autos qualquer documento que comprove a adoção do Regime Jurídico Único pelo Município, fato que atrai, por óbvio, a competência desta Justiça Especializada para exame e julgamento da questão, nos termos do art. 114, inciso I da Constituição Federal.

DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR REDUZIDO.

O valor da condenação por dano moral não pode ser ínfimo a ponto de se mostrar irrisório para o autor ou não ser substancial para o reclamado. Contudo, não deve ser excessivo a ponto de causar enriquecimento da parte que o recebe e empobrecimento da parte condenada ao pagamento. Nesse sentido, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, reduz-se a indenização por danos morais à quantia de R$10.000,00 (dez mil reais). Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000207-65.2018.5.07.0028 **Julg.: 16/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 21/05/2019**
Turma 3ª

REDATORA: DES. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE INSTITUIÇÃO DE RJU.

Considerando a inexistência, no âmbito do Município reclamado, de regime jurídico-administrativo de seus servidores, há de se concluir que a relação de trabalho mantida entre o reclamante e o Município esteve sempre regida pela CLT, não estando a hipótese dos autos inserido no alcance do entendimento disposto na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3395-6/DF.

VIGIA. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO LEGAL DE VIGILANTE (LEI 7.102/83). ADICIONAL DE PERICULOSIDADE INDEVIDO.

Considerando que a função de vigia desempenhada pelo autor não se amolda ao conceito legal de vigilante (Lei 7.102/83), não se enquadrando, pois, nas hipóteses descritas na NR-16, do MTE, como sendo atividades consideradas perigosas, tem-se que o reclamante não faz jus ao pretendido adicional de periculosidade, parcela esta que merece ser excluída da condenação.

REGIME DE JORNADA 12X36. INTERVALO INTRAJORNADA. NÃO CONCESSÃO.

A adoção do regime de jornada de 12x36 não desobriga o empregador de cumprir a determinação contida no § 4º do art. 71 da CLT, por constituir medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública. Assim, uma vez evidenciado que o reclamante não gozava do referido intervalo, irreparável a sentença recorrida que reconheceu ao obreiro o direito ao pagamento de 01 (uma) hora extra por dia trabalhado. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Processo: 0000664-09.2018.5.07.0025 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 04/06/2019**
Turma 1ª

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE INSTITUIÇÃO DE RJU.

Inexistindo no âmbito do Município reclamado, regime jurídico-administrativo, há de se concluir que a relação de trabalho mantida entre o reclamante e o Município empregador sempre esteve regida pela CLT, não estando a hipótese dos autos inserido no alcance do entendimento disposto na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3395-6/DF.

VIGIA. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO LEGAL DE VIGILANTE (LEI 7.102/83). ADICIONAL DE PERICULOSIDADE INDEVIDO.

Considerando que a função de vigia desempenhada pelo autor não se amolda ao conceito legal de vigilante (Lei 7.102/83), não se enquadrando, pois,

nas hipóteses descritas na NR-16, do MTE, como sendo atividades consideradas perigosas, tem-se que o reclamante não faz jus ao pretendido adicional de periculosidade, parcela esta que merece ser excluída da condenação.

REGIME DE JORNADA 12X36. INTERVALO INTRAJORNADA. NÃO CONCESSÃO.

A adoção do regime de jornada de 12X36 não desobriga o empregador de cumprir o regramento disposto no § 4º do art. 71 da CLT, por constituir medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública. Assim, uma vez constatado que o reclamante não usufruía referido descanso intervalar, irreparável a sentença recorrida que deferiu ao obreiro o direito ao pagamento de 01 (uma) hora extra por dia trabalhado. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Processo: 0001286-25.2017.5.07.0025 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.:Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 16/05/2019**
Turma 1ª

COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. CONTRATO CELEBRADO COM ENTE PÚBLICO APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. EXISTÊNCIA DE REGIME JURÍDICO ÚNICO. CONTRATO DE TRABALHO NÃO TRANSMUDADO EM CARGO ESTATUTÁRIO. EMPREGO CELETISTA. NULIDADE CONTRATUAL POR AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. RESSALVA DE ENTENDIMENTO DO RELATOR.

A ausência de concurso público prévio à admissão da reclamante, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, constituiu obstáculo insanável para a transmudação de seu emprego celetista em cargo público estatutário com caráter jurídico-administrativo. Daí ser irrelevante a existência e a validade ou não de regime jurídico único no âmbito Estadual. Outrossim, não há prova do exercício de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, nem existiu contratação válida por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Nesse cenário, diante da invalidade jurídica do contrato de trabalho, torna-se imperioso reconhecer que a relação contratual mantida com a Administração Estadual por 18 (dezoito) anos ininterruptos, mesmo sendo nula de pleno direito, perdurou sob o pálio do regime celetista por todo o período da prestação de serviços. Ressalvado o entendimento do Relator, o posicionamento majoritário da Turma é o de que permanece a competência residual desta Justiça Especializada para o deslinde das ações que albergam pleitos formulados por empregado contra Ente Público em relação ao período contratual tutelado pelas normas celetistas.

NULIDADE CONTRATUAL POR AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. SÚMULA Nº 363 DO TST. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 19-A DA LEI Nº 8.036/1990. DEFERIMENTO DO FGTS.

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, embora reconhecendo a nulidade absoluta do contrato de trabalho mantido com o Poder Público em desacordo com os ditames legais e constitucionais (art. 37, II e § 2º, CF/1988), chancela ao trabalhador alguns direitos imprescindíveis e afetos à contraprestação laboral, a saber, o pagamento salarial e os depósitos do FGTS, em virtude da natureza jurídica deste como salário diferido e direito individual do trabalhador na forma do 7º, III, da Constituição Federal. Aplicação da súmula 363 do TST e do art. 19-A da Lei nº 8.036/1990, destacando-se, quanto a este, que o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a ADI 3127 desde 2015.

FGTS. DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM REPERCUSSÃO GERAL. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DE EFEITOS PARA O FUTURO. PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA.

Diante do novo posicionamento jurisprudencial do STF e da nova redação dada à súmula 362 do TST, conclui-se que, por segurança jurídica, a modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade assegurou a manutenção da prescrição de 30 anos para a cobrança do FGTS nos casos em que o prazo prescricional já estava em curso em 13.11.2014. Neste processo, a alegação de falta de recolhimentos do FGTS remonta a todo o período laboral da reclamante, da data da admissão em 01/07/1996 até 08/08/2014, quando ocorreu a rescisão contratual. Por sua vez, a ação foi ajuizada em 17/03/2015, após a decisão do STF, de 13/11/2014. Quer dizer, na data da decisão do Supremo, a prescrição da pretensão de cobrança judicial do FGTS não recolhido já estava em curso, pois não havia sido interrompida por nenhum dos eventos previstos no art. 202 do Código Civil. Logo, nenhuma parcela mensal de FGTS está prescrita.

Processo: 0000374-38.2015.5.07.0012 **Julg.: 27/09/2017**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 28/09/2017**
Turma 1ª

COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EMPREGADO PÚBLICO.

A Justiça Trabalhista é competente para dirimir as questões postas em juízo, tendo em vista que relação de direito material havida entre a reclamante e o reclamado, Município de Abaiara, decorre de um contrato de trabalho regido

pela CLT, o qual fora iniciado antes da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, quando não havia a obrigatoriedade de certame público. Não há afronta, pois, ao julgamento preferido pelo STF na ADI nº 3.395-6. Assim, reconhece-se a competência da Justiça do Trabalho para apreciar a presente demanda, consoante previsão contida no art. 114 da Constituição Federal.

DISPENSA DE EMPREGADO PÚBLICO. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. REINTEGRAÇÃO DEVIDA.

A reclamante, em sendo empregada pública celetista, porquanto admitida no serviço público municipal em 1986, não pode ser injustamente demitida, conforme teoria dos motivos determinantes, em sintonia com a decisão do STF proferida no RE 589.998. A aposentadoria voluntária não constitui causa extintiva do contrato de trabalho, à luz do julgamento do Excelso Pretório nas ADIs 1721-3/DF e 1770-4/DF Reintegração devida. DANO MORAL. INDEFERIMENTO. O descumprimento de obrigações decorrentes do contrato de trabalho - não constitui, por si só, fato capaz de gerar dano moral. Indigitada lesão exige comprovação dos prejuízos causados à personalidade, à honra e à boa imagem do obreiro.

Processo: 0000199-88.2018.5.07.0028 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma 3ª

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EMPRESA EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. GRUPO ECONÔMICO.

A competência da Justiça do Trabalho nos casos envolvendo empresas em recuperação judicial persiste até a apuração dos créditos trabalhistas, cuja execução prosseguirá no Juízo onde se processa a recuperação judicial. De igual, esta Especializada é competente para declarar a existência ou não de grupo econômico entre as empresas demandadas, na fase de cognição, envolvendo controvérsia decorrente da relação de emprego.

GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

De acordo com as disposições então previstas no parágrafo 2º, do 2º da CLT, bem como no parágrafo 2º do art. 3º da Lei 5.889/1973, configura-se a formação do grupo de empresas, no campo juslaboral, quando presentes elementos de integração interempresarial, reconhecendo-se não somente o grupo econômico às hipóteses de empresas controladas por empresa principal, mas também o grupo econômico por coordenação, a serem analisados a cada caso concreto. Evidenciada, pois, a ocorrência de integração empresarial e coordenação entre as demandadas,

merece ser mantida a sentença de primeiro grau, que reconheceu a formação de grupo econômico e atribuiu-lhes responsabilidade solidária.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTELATÓRIO. NÃO CONFIGURAÇÃO.

A oposição de embargos de declaração, ainda que concluído não haver qualquer vício decisório no julgado, não caracteriza, de per si, o intuito protelatório da medida manejada. A intenção de procrastinar o feito há de ser manifesta, indene de dúvidas. Nem mesmo a pretensão de ver reformado o julgado embargado caracteriza o intuito protelatório, sendo certo que aos declaratórios podem ser emprestados efeitos modificativos.

VALE-REFEIÇÃO.

O autor faz jus ao vale-refeição, em virtude da ausência de comprovação dos pagamentos respectivos, ônus do empregador, nos termos do art. 818, II, da CLT, todavia limita-se a condenação à vigência da Norma Coletiva anexada aos autos. I

NDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DO ATRASO DE SALÁRIOS E NÃO PAGAMENTO DOS HAVERES RESCISÓRIOS.

O mero atraso no pagamento dos salários e das parcelas rescisórias não justifica a condenação do empregador ao pagamento de indenização por danos morais, devendo haver prova inconteste do prejuízo ao patrimônio imaterial do trabalhador, o que não ocorreu no caso dos autos. Recurso parcialmente provido.

Processo: 0000654-30.2015.5.07.0005 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 27/06/2019**
Turma 1ª

CONTRATO DE APRENDIZAGEM. CRITÉRIO DE CÁLCULO PARA O NÚMERO DE APRENDIZES A SEREM CONTRATADOS. FUNÇÃO DE MOTORISTA. PROPORCIONALIDADE. ART. 145, DA LEI Nº 9.503/97.

A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, na parte relativa à função de motorista de ônibus urbano, deixa claro que esta ocupação demanda formação profissional, pois não está enquadrada nas exceções previstas no art. 10 do Decreto n. 5.598/2005. Portanto, deve ser considerada para os efeitos de cálculo do número de aprendizes a serem contratados pela empresa nos termos do art. 429 da CLT. Entretanto, em face da limitação da idade e da exigência de habilitação específica, a porcentagem mínima da contratação de jovens aprendizes na função de motorista deve ser proporcional à faixa etária. Assim, e considerando-se que o contrato de aprendizagem para os jovens aprendizes na

função de motorista terá, no máximo, três anos, mantém-se a exigência mínima de 1,5% de aprendizes nesse ofício, observando a idade mínima de 21 anos. Recursos conhecidos e negados provimentos.

Processo: 0000566-06.2017.5.07.0010 **Julg.: 15/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 19/04/2019**
Turma 2ª

CONTRATO DE APRENDIZAGEM. QUOTA. BASE DE CÁLCULO. ART. 429 DA CLT. INCLUSÃO DOS EMPREGADOS MOTORISTAS. POSSIBILIDADE. CRITÉRIO DE CÁLCULO. PROPORCIONALIDADE.

A contratação de aprendizes, no âmbito empresarial, encontra amparo legal no art. 429 da CLT, ao dispor pela obrigatoriedade de empregar essa espécie de mão de obra, em estágio de qualificação profissional, no patamar de 5% a 15% calculado, indistintamente, sobre seu quadro de pessoal. Ressalte-se que a função de motorista, além de exigir formação profissional, nos termos do artigo 429 da CLT, não está inserida nas exceções previstas no artigo 10, § 1º, do Decreto nº 5.598/2005. Portanto, não há razão para excluir da base de cálculo do número de aprendizes a serem contratados os empregados que exercem a função de motorista. Em razão da limitação da idade e da exigência de habilitação específica, a porcentagem mínima de contratos de aprendizagem, em relação aos motoristas, deve ser proporcional à faixa etária que podem ser contratados desta forma. Recurso Ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001624-87.2016.5.07.0007 **Julg.: 28/03/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 30/03/2019**
Turma 3ª

CONTRATO DE TRABALHO.TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR AO ANOTADO.PROVA ORAL FRÁGIL.

Uma vez que o depoimento prestado pela única testemunha apresentada pelo reclamante mostrou-se frágil, que informou data de ingresso inteiramente diversa daquela declinada na exordial, merece ser mantida a decisão que negou o pedido de reconhecimento de suposto tempo de serviço anterior ao anotado, bem como o de pagamento de horas extras e outras verbas decorrentes do alegado lapso clandestino.

Processo: 0000574-58.2018.5.07.0006 **Julg.: 11/02/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Junior **Data Ass.: 13/02/2019**
Turma 2ª

COOPERATIVA DE TRABALHO. FRAUDE. VÍNCULO EMPREGATÍCIO CONFIGURADO.

Tendo restado evidenciado o desvirtuamento da prática do cooperativismo, com evidente intuito de fraudar a Legislação Laboral, impõe-se confirmada a Sentença que reconheceu a formação de vínculo empregatício entre os associados e a pseudocooperativa. Recurso a que se nega provimento.

Processo: 0000410-50.2015.5.07.0022 **Julg.: 03/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 04/06/2019**
Turma 2ª

COOPERATIVA. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA.

Exsurge dos autos que eventual relação de emprego, acaso havida, restou estabelecida com um terceiro, e não com a reclamada, não havendo como reconhecer o alegado vínculo empregatício diretamente com a Cooperativa ré. Recurso improvido.

Processo: 0001369-80.2017.5.07.0012 **Julg.: 24/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 25/04/2019**
Turma 1ª

CORRETOR DE SEGUROS. NEGATIVA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ALEGAÇÃO DE PRESTAÇÃO AUTÔNOMA DE SERVIÇOS. ÔNUS DA EMPRESA.

Uma vez admitida a prestação de serviços, é do reclamado o ônus de provar que o autor para si laborava na condição de autônomo, pois fato impeditivo do alegado, a teor do art. 333, inciso II, do CPC, do qual não se desvencilhou a contento. Nítida e ostensiva a fraude ao contrato de emprego perpetrada pelas reclamadas. O reconhecimento do vínculo com o Banco reclamado se impõe, à luz do art. 9º da CLT e com respaldo no princípio da primazia da realidade do contrato de trabalho.

Processo: 0001639-59.2017.5.07.0027 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

CORRETORA DE SEGUROS. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO AUTÔNOMA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO RECONHECIDO.

Ao admitirem a prestação de serviços como autônomo, as reclamadas atraíram para si o ônus de provar os fatos obstativos do direito postulado pela autora, desiderato do qual não se desvencilharam. Pela prova dos autos restou certo que a reclamante era realmente empregada, trabalhando dentro da agência do Banco reclamado, estando presentes os requisitos da pessoalidade, da subordinação jurídica, da onerosidade, da habitualidade e da não eventualidade. Além disso, não podem as reclamadas invocar em seu favor a Lei nº 4.594/64 a fim de mascarar um verdadeiro vínculo de emprego.

Processo: 0001466-32.2017.5.07.0028 **Julg.: 08/04/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Junior **Data Ass.: 02/05/2019**
Turma 2ª

CORRETOR DE SEGUROS. RELAÇÃO DE EMPREGO. RECONHECIMENTO.

Embora o art. 17 da Lei nº 4.594/64, que trata do exercício da profissão de Corretor de Seguros, vede a esses profissionais a manutenção de vínculo empregatício com Empresa Seguradora, tal comando normativo, consoante entendimento expresso em reiterados julgamentos do Colendo TST, não erige óbice ao reconhecimento de relação jurídica da espécie, que se impõe quando presentes os requisitos legais dela configuradores, sendo esta a hipótese dos autos.

Processo: 0001743-51.2017.5.07.0027 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

COTA DE APRENDIZES. BASE DE CÁLCULO. CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES.

O art. 10 Decreto 5.598/2005, que regula o art. 429 da CLT, não exclui das funções que demandem formação profissional, para efeito de base de cálculo para a contratação de aprendiz, as funções de servente, auxiliar de pedreiro, contínuo, vigia e zelador, vez que afasta da contratação de aprendizes, tão somente, as funções de direção, gerência ou confiança, a par das que requeiram habilitação profissional de nível técnico ou superior, circunstância esta, entretanto, que não constitui a presente conjetura apresentada nestes autos. Sentença mantida.

Processo: 0001700-20.2016.5.07.0005 **Julg.: 27/03/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 27/03/2019**
Turma 1ª

CUMPRIMENTO DA NR-24. SANITÁRIOS E ÁGUA POTÁVEL. TRABALHADORES EXTERNOS.

O cumprimento da NR-24, no que concerne à instalação de sanitários e ao fornecimento de água potável não deve se restringir apenas aos empregados da reclamada que tenham acesso às suas dependências (garagem), até porque a atividade da empresa está diretamente ligada a um labor externo, no caso transporte coletivo, o que não é justificativa para deixar de garantir aos demais empregados externos - motoristas, cobradores e fiscais - condições mínimas de saúde e conforto, sob a escusa de estarem "fora do ambiente de trabalho".

DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO.

Constatou-se que a empresa demandada incorreu em ato ilícito ao não observar a Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24) aos seus empregados que laboram em atividades externas, sendo assente que a inexistência de banheiros e água potável, bem como a conduta da empresa em não proporcionar um meio ambiente laboral adequado evidencia o nexo causal a caracterizar a sua responsabilização pelos danos imateriais coletivos, nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil e do art. 5º, V e X, da Constituição Federal.

Processo: 0001870-53.2016.5.07.0017 **Julg.: 24/01/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 11/03/2019**
Turma 3ª

DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO.

Concede-se a indenização por danos morais, uma vez que inexistiam banheiros químicos suficientes no local de trabalho do autor e tais circunstâncias imprimiram ofensa aos direitos fundamentais do reclamante, eis que violados em sua intimidade e comodidade mínima no atendimento de suas necessidades fisiológicas, afrontando, assim, as garantias constitucionais insculpidas no art. 5º, incisos V e X.

MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INDEVIDA.

Ausente a hipótese de desrespeito aos princípios de probidade, lealdade e boa fé processual, o reclamante e seus advogados exerceram tão somente o direito constitucional de acesso ao Judiciário, merecendo reforma a sentença para excluir a multa por litigância de má-fé.

Processo: 0001645-36.2017.5.07.0037 **Julg.: 28/01/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Junior **Data Ass.: 30/01/2019**
Turma 2ª

DANO MORAL. DOENÇA OCUPACIONAL. . TÉCNICA DE ENFERMAGEM E LESÃO NAS PREGAS VOCAIS. CONCAUSA. EXIGÊNCIA DE PROVAS.

Nos termos do art. 21, inciso I, da Lei nº 8.213/90, o nexo causal para efeito de reconhecimento de doença ocupacional independe da demonstração de que a atividade desenvolvida pelo empregado tenha sido causa exclusiva da enfermidade, bastando apenas a constatação de que o labor tenha efetivamente contribuído para a lesão. O conjunto probatório não deixa claro qual ambiente laboral concorreu para o desenvolvimento e agravamento da enfermidade da reclamante (nódulo nas pregas vocais), de forma a atuar como uma concausa para a lesão principal, diante da concomitância dos empregos de técnica de enfermagem e agente comunitário de saúde. Outrossim, constata-se que os ASOS (atestados de saúde ocupacional) e o exame demissional, bem como os laudos médicos dos perito nomeados pelo juízo corroboraram a aptidão da obreira para o desempenho das atividades que sempre exercera junto ao hospital, não sendo constatada qualquer diminuição ou redução na capacidade laboral. Recurso conhecido e provido para fins de julgar improcedente os pedidos da inicial.

Processo: 0000054-50.2017.5.07.0001 **Julg.: 27/03/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 27/03/2019**
Turma 1ª

DANO MORAL. MAJORAÇÃO.

A insalubridade existente no ambiente de trabalho do reclamante, que se viu forçado a realizar suas necessidades fisiológicas em local improvisado com madeirite e dentro de um buraco cavado na terra, agride fortemente a sua dignidade e intimidade, provocando extenso dano moral que exige a majoração do valor arbitrado na sentença de piso, com o fito de se fazer uma adequada reparação.

Processo: 0000278-77.2012.5.07.0028 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 18/06/2019**
Turma 2ª

DANO MORAL. OCORRÊNCIA.

O dano moral, originado de assédio moral nas relações de trabalho, configura-se quando a perturbação no ânimo psicológico do ofendido, decorrente de reiterada conduta ilícita do empregador, reflete substancial alteração na vida pessoal e profissional do empregado, de forma a bloquear e inibir sua atuação no

ambiente de trabalho. No caso dos autos, restando configurados, pelo conjunto probatório, os atos tipicamente assediosos praticados pela reclamada, causadores de sérios constrangimentos ao demandante, impõe-se a confirmação da condenação indenizatória que lhe foi imposta em 1.º Grau.

MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS NO PRAZO ESTABELECIDO NO ART., 477, § 6º, DA CLT. TRCT HOMOLOGADO FORA DO PRAZO LEGAL. MULTA INDEVIDA. MATÉRIA PACIFICADA NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA REGIONAL.

Consoante o entendimento do Pleno deste Regional no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência Regional sob o nº 0080374-90.2017.5.07.0000, o pagamento das verbas constantes no termo de rescisão ou recibo de quitação dentro do prazo estabelecido no art. 477, § 6º, da CLT afasta a incidência da multa do art. 477, § 8º, da CLT, independentemente de a homologação do TRCT pelo sindicato de classe ter ocorrido após o prazo legal.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.467/2017. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41/2018 DO TST. AÇÃO PROPOSTA ANTES DE 11/11/2017. SÚMULA 2 DESTE TRIBUNAL. FALTA DE ASSISTÊNCIA SINDICAL. INDEFERIMENTO.

Com a vigência da Lei 13.467/17, dispondo que os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência, foram substancialmente alterados os ditames legais e jurisprudenciais restritivos quanto aos critérios para o deferimento da verba honorária na Justiça do Trabalho nas lides decorrentes do vínculo empregatício. Com foco no princípio da segurança jurídica, indispensável para assegurar estabilidade às relações processuais, o TST editou a Instrução Normativa nº 41/2018, estabelecendo no art. 6º que "Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nºs 219 e 329 do TST." Sem adentrar ao mérito desse entendimento, e, ainda, para evitar a criação de falsas expectativas aos jurisdicionados, bem como por disciplina judiciária, cumpre aplicar, no caso concreto, a compreensão consubstanciada na súmula 2 deste TRT da 7ª Região. Assim sendo, como a presente reclamação trabalhista decorre do vínculo empregatício, foi ajuizada em data anterior a 11/11/2017 e o(a) reclamante não atende aos requisitos necessários à concessão do pleito, por não se encontrar assistido(a) pelo sindicato de sua categoria profissional, resulta improcedente o pedido de honorários advocatícios sucumbenciais.

Processo: 0000863-93.2016.5.07.0027 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 05/06/2019**
Turma 1ª

DANO MORAL DECORRENTE DO DOENÇA OCUPACIONAL AGRAVADA POR ASSÉDIO MORAL. CONFIGURAÇÃO.

A teor do art. 927, do Código Civil, aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Ademais, a Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho entende que é devida indenização decorrente de danos morais quando o assédio moral da reclamada agrava a doença do obreiro. No caso, restou provado, por meio da prova testemunhal que o reclamante sofrera pressão excessiva em seu local de trabalho para o atingimento de metas de forma abusiva, e que houve nexo concausal que agravou a sua doença, nos termos do laudo médico pericial. Desta forma, reforma-se a sentença para condenar a reclamada em indenização decorrente de danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Recurso ordinário conhecido e provido.

Processo: 0001554-46.2016.5.07.0015 **Julg.: 15/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 15/04/2019**
Turma 2ª

DANO MORAL EXISTENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.

Inexistindo nos autos qualquer prova, seja testemunhal, seja documental, demonstrando que o regime de sobreaviso da empresa ceifava a liberdade de locomoção do obreiro ou que prejudicava seu convívio familiar, como quer fazer crer o recorrente, não há que se falar em ato ilícito a ensejar reparação por dano moral.

Processo: 0001822-81.2017.5.07.0010 **Julg.: 16/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 21/05/2019**
Turma 3ª

DANO MORAL INDENIZÁVEL.

Consiste o dano moral em lesão a direitos não pecuniários, malferindo a esfera personalíssima do indivíduo, como sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente. *In casu*, deixando o autor, todavia, de se desvencilhar de seu ônus processual, à míngua de prova do aviltamento de sua integridade moral, a teor do art. 818 da CLT, de se manter indeferida a indenização por danos morais.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA Nº 02 DESTE EGRÉGIO REGIONAL.

Ajuizada a vertente reclamatória antes da vigência da Lei nº 13.467/17, há de se observar, para a concessão de honorários advocatícios, os requisitos exigidos pela Lei nº 5.584/70, nos termos da Súmula nº 02 deste Regional. *In casu*, de se extirpar do condenatório a verba respectiva, haja vista não se encontrar a parte reclamante, beneficiária da justiça gratuita, assistida por sua entidade de classe.

Processo: 0000365-73.2015.5.07.0013 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 19/06/2019**
Turma 2ª

DANOS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO. CULPA DO EMPREGADOR. CONFIGURADA. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

Evidenciada nos autos a culpa patronal no acidente que, lamentavelmente, vitimara o trabalhador, devida a reparação dos danos morais, estéticos e materiais sofridos.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA Nº 02 DESTE E. REGIONAL.

Desatendidos os requisitos elencados na Súmula nº 02 deste E. Regional, indeferível a verba profissional em questão.

Processo: 0002033-11.2013.5.07.0026 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado.: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

DANOS MORAIS.

A responsabilidade civil do empregador pela indenização decorrente de dano moral, ainda que resultante de acidente de trabalho pressupõe a existência de três requisitos: a prática de ato ilícito ou com abuso de direito; o dano propriamente dito (prejuízo material ou o sofrimento moral) e o nexo causal entre o ato praticado pelo empregador ou por seus prepostos. *In casu*, a realidade fática descrita não espelha situação de atitudes assediadoras por parte da reclamada, não restando evidenciado nestes autos que a autora tenha sido humilhada ou tratada com rigor excessivo pela parte patronal.

Processo: 0000204-67.2018.5.07.0010 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 14/02/2019**
Turma 1ª

DANOS MORAIS. EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS NO MOMENTO DA ADMISSÃO.

Justificada a exigência de apresentação de certidão de antecedentes criminais para admissão na reclamada, em harmonia com a tese fixada no julgamento de recurso repetitivo pelo TST (IRR-243000-58.2013.5.13.0023), deve ser mantida a sentença que julgou improcedente o pedido de pagamento de indenização por danos morais. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0000145-13.2018.5.07.0032 **Julg.: 19/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 21/02/2019**
Turma 3ª

DIÁRIAS DE VIAGEM. VALOR SUPERIOR A 50% DO SALÁRIO. INTEGRAÇÃO.

À luz do disposto no art. 457 da CLT, na redação anterior à Lei nº 13.467/17, vigente à data do ajuizamento desta Reclamatória, integram-se à remuneração as diárias de viagem cujo valor exceda em 50% o salário do empregado.

Processo: 0000503-56.2018.5.07.0006 **Julg.: 03/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 04/06/2019**
Turma 2ª

DIREITO DE MEAÇÃO. CÔNJUGE DO DE CUJUS.

Nos termos do art. 1.829 do Código Civil, os descendentes concorrerão com a cônjuge sobrevivente em relação às verbas rescisórias consignadas pela empresa autora.

Processo: 0001789-25.2016.5.07.0011 **Julg.: 02/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 02/05/2019**
Turma 3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. DIREITO PROBATÓRIO. PROVA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A ATIVIDADE DESEMPENHADA E A PATOLOGIA ADQUIRIDA. COMPLEMENTAÇÃO DA PROVA PERICIAL POR PROVA TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE.

O depoimento da única testemunha ouvida contribuiu para provar o nexo causal entre as atividades exercidas pelo reclamante e a patologia de que foi aco-

metido. O depoimento restou seguro e pormenorizado, indicando com clareza que o empregado procedia ao transporte de carga extremamente pesada, suprindo a prova técnica realizada e indicando que o labor nas condições descritas foi o fator que desencadeou a patologia observada.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROPOSTA ANTERIORMENTE A 11.11.2017.

Adoto o entendimento proposto por ocasião da conclusão dos trabalhos da Comissão de Regulamentação da Lei nº 13.467/2017 do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 16.05.2018, que culminou com a edição da IN 41/2018. Em seu art. 6º, preconiza a dita Instrução Normativa que, na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970, das Súmulas nos. 219 e 329 do TST. Acresço, ainda, que no mesmo sentido é a Súmula nº2 deste Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Processo: 0001089-73.2017.5.07.0024 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 27/06/2019**
Turma: 1ª

DISPENSA ARBITRÁRIA. DISCRIMINAÇÃO. ÔNUS DA PROVA.

A denúncia vazia do contrato de trabalho encontra limites no princípio da não discriminação, positivado no art. 1º da Lei nº 9.029/95, que veda qualquer prática discriminatória limitativa do acesso ao emprego ou da manutenção do vínculo. Contudo, a prova da discriminação incumbe à parte autora enquanto fato constitutivo do seu direito, invertendo-se o ônus probatório apenas nas situações em que presumida a dispensa discriminatória em razão de doença grave que suscite estigma ou preconceito. Havendo prova, nos autos, de que a dispensa decorreu da extinção de um setor inteiro da empresa, impende reformar a sentença de origem para julgar improcedente o pleito autoral. Recurso ordinário conhecido e provido.

Processo: 0002243-02.2017.5.07.0033 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 15/04/2019**
Turma 3ª

DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. EMPREGADO PORTADOR DE HIV.

Não tendo o reclamado se desincumbido do ônus de demonstrar a ocorrência de fatos relevantes que levassem a empresa a demitir o reclamante, conclui-se que

o real motivo da sua dispensa foi em decorrência do mesmo ser portador de HIV, razão pela qual considera-se discriminatório o ato de dispensa, negando-se provimento ao apelo da demandada, mantendo-se a sentença vergastada. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000847-21.2016.5.07.0034 **Julg.: 08/04/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Junior **Data Ass.: 10/04/2019**
Turma 2ª

DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. NÃO-RECONHECIMENTO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL INDEVIDA.

Sem que demonstrado que a trabalhadora tenha sido desligada em razão de seu estado de saúde, e considerando que a extinção do vínculo empregatício decorreu do regular exercício do poder potestativo pelo empregador, afigura-se indevido o pagamento de qualquer indenização por dano moral.

GARANTIA PROVISÓRIA DO EMPREGO. INEXISTÊNCIA. DOENÇA PROFISSIONAL NÃO-CARACTERIZADA.

Não há como reconhecer a garantia provisória do emprego, decorrente do alegado acometimento de doença de índole profissional, quando o laudo médico pericial atesta a inexistência de nexo de causalidade ou concausalidade entre o quadro clínico do trabalhador e sua atividade profissional, descaracterizando, assim, a suposta origem ocupacional da moléstia por ele manifestada.

Processo: 0000602-67.2016.5.07.0015 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

DISPENSA POR JUSTA CAUSA. INDISCIPLINA.

Demonstrado de forma cabal, que atos promovidos pelo obreiro desrespeitaram os normativos internos do empregador, a dispensa por justa causa por indisciplina está em consonância com a irregularidade praticada.

Processo: 0000266-68.2017.5.07.0002 **Julg.: 03/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 04/06/2019**
Turma 2ª

DOENÇA DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

Presentes os requisitos ensejadores da responsabilização empresarial, quais sejam, o dano, a culpa e o nexo de causalidade, evidenciados, respectivamente, na doença profissional adquirida, na omissão em adotar medidas preventivas de riscos à saúde do trabalhador e na relação de causa e efeito entre a enfermidade e o trabalho realizado, inquestionável o direito à reparação dos danos morais e materiais, em valores fixados segundo critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

Processo: 0001773-17.2015.5.07.0008 **Julg.: 10/12/2018**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 08/01/2019**
Turma 2ª

DOENÇA OCUPACIONAL CARACTERIZADA. EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL.DANO MORAL INDENIZÁVEL.

Em se verificando o nexo causal entre a patologia que acomete o reclamante e as atividades por ela desenvolvidas para a reclamada, configurada está a doença ocupacional, equiparável a acidente de trabalho, nos termos do art. 20 da Lei nº 8.213/91, passível de indenização por danos morais.

VALOR DO DANO MORAL.

Cabível a indenização por dano moral, esta deve ser em valor compatível com o quadro existente no processo. Não deve ser tão alto a ponto de acarretar enriquecimento sem causa do autor ou de arruinar financeiramente a parte adversa, nem pode ser tão baixo a ponto de não penalizar o ofensor permitindo que ele reitere a falta praticada ou não repare o dano sofrido pelo autor.

Processo: 0002429-22.2017.5.07.0034 **Julg.: 16/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 17/05/2019**
Turma 3ª

DOENÇA OCUPACIONAL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MONTANTE ARBITRADO. MAJORAÇÃO.

Presentes os requisitos ensejadores da responsabilização empresarial - o dano, evidenciado na doença profissional adquirida, com redução da capacidade laborativa, ainda que temporária; a culpa, caracterizada na omissão em adotar medidas preventivas de riscos à integridade do trabalhador; e o nexo de concausalidade entre a enfermidade e o trabalho realizado - inquestionável o direito à reparação do dano moral decorrente da ofensa à saúde obreira, fazendo-se mister, no entanto, majorar o montante arbitrado, tendo em conta a condição econômica das partes envolvidas na vertente lide, em especial o grande porte da reclamada, e ainda sob a inspiração dos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. RESTRIÇÃO AO USO DE BANHEIROS DURANTE A JORNADA. RIGOR EXCESSIVO.

A restrição e/ou o controle quanto ao uso do banheiro, durante a jornada laboral, medida que excede os limites do poder diretivo do empregador, é situação constrangedora o suficiente a ensejar a rescisão indireta do contrato de trabalho.

Processo: 0001942-61.2016.5.07.0010 **Julg.: 20/05/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 21/05/2019**
Turma 2ª

DOENÇA OCUPACIONAL. INEXISTÊNCIA.

Constatado que a reclamante encontra-se apta para o exercício de suas funções profissionais, correta a sentença que negou a indenização por dano material e moral decorrente da alegativa de suposta doença ocupacional.

Processo: 0002187-69.2017.5.07.0032 **Julg.: 28/01/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Junior **Data Ass.: 30/01/2019**
Turma 2ª

DOENÇA OCUPACIONAL. VALIDADE DO LAUDO PERICIAL.

A invalidação do laudo pericial somente é possível ante a existência de outras provas que pudessem desqualificar o trabalho realizado pelo "*expert*", o que, todavia, não restou caracterizado nos autos.

Processo: 0000937-92.2017.5.07.0034 **Julg.: 20/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 21/02/2019**
Turma 1ª

DOS DESCONTOS INDEVIDOS.

Da prova testemunhal produzida no bojo da presente ação, conclui-se que, de fato, consistia em prática da empresa reclamada a realização de descontos indevidos nas comissões a serem percebidas por seus empregados.

DO RESSARCIMENTO A TÍTULO DE COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO E DESGASTE PELO USO DE VEÍCULO PARTICULAR.

Uma vez constatada a efetiva utilização do veículo do obreiro em benefício do reclamado, é devido o ressarcimento dos custos realizados com combustível, bem como aqueles decorrentes do desgaste do veículo,tendo em vista que incumbia

à empresa custear todos os gastos relativos à prestação de serviços, sob pena de transferir parcialmente ao empregado os riscos da atividade econômica.

DA DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. INOCORRÊNCIA. DANO MORAL INDEVIDO. ÔNUS DA PROVA.

Sendo ônus do reclamante a prova de que a sua dispensa foi discriminatória, a teor dos artigos 818, da CLT, e 373, I, do CPC/2015, improcede o pedido de indenização por danos morais.

DA MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT.

Quando a controvérsia existente acerca das verbas rescisórias for dirimida em Juízo não se caracteriza o atraso, descabendo a condenação na multa do artigo 477, § 8º, da CLT.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Tendo em vista a propositura da presente demanda ter ocorrido em data anterior à vigência da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, aplicável o entendimento que, na Justiça do Trabalho, somente são devidos quando atendidos os pressupostos da Lei nº 5.584/70, a saber, assistência pelo sindicato representativo da categoria profissional e remuneração inferior ao dobro do mínimo legal ou situação econômica que não permita a parte demandar sem prejuízo do sustento próprio ou da sua família, conforme disposto nas Súmulas 219 e 329, do C.TST, o que não se verificou na hipótese dos autos.

Processo: 0002407-61.2017.5.07.0034 **Julg.: 23/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 23/05/2019**
Turma 3ª

EMBARGOS DECLARATÓRIOS.OMISSÃO.

Constatada omissão no Aresto Embargado, merecem ser providos os Declaratórios, para se lhe acrescer a motivação faltante, acarretando efeito modificativo ao Julgado.

AÇÃO AJUIZADA ANTES DA REFORMA TRABALHISTA. INSTRUÇÃO NORMATIVA 41/2018, DO TST. LIDES NÃO DECORRENTES DA RELAÇÃO DE EMPREGO. SÚMULA 219, III, TST. CABIMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

A presente lide é relativa à ação de obrigação de fazer cumulada com dano moral coletivo e tutela de urgência, feito no qual os sindicatos litigantes não atuaram como substituto processual, mas sim em causa própria, caracterizando-se a hipótese de lide não decorrente da relação de emprego. Despiciendo, portanto, que se encontre a parte credora dos honorários advocatícios amparada pelos benefícios da justiça gratuita, para que seja devida a verba em comento,

ou mesmo que haja pedido expresso na petição inicial. Referido entendimento restou consolidado na Súmula 219, do C. TST, em seu item III: "São devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego. Compatível o julgado objurgado, portanto, com a disciplina da Instrução Normativa 41/2018, cujo art. 6º prevê a aplicabilidade, na íntegra, das súmulas 219 e 329, do TST, aos feitos ajuizados antes da vigência da reforma trabalhista, o que se coaduna com o caso concreto em exame. Embargos de declaração conhecidos e providos, a fim de, atribuindo efeito modificativo ao julgado, dar parcial provimento ao recurso ordinário interposto pelo Sindicato da Indústria Pesada do Ceará - SINCONPE/CE, a fim de incluir na condenação a verba honorária, calculada em 10% sobre o apurado.

Processo: 0000446-45.2017.5.07.0015 **Julg.: 15/04/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Junior **Data Ass.: 22/04/2019**
Turma 2ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO PARA O FIM DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS, SEM EFEITO MODIFICATIVO.

Apesar de não se reconhecer omisso o Aresto embargado, no caso vertente, acolhem-se os Embargos Declaratórios para o fim de lhe acrescer alguns esclarecimentos, até para evitar eventual arguição de negativa de prestação jurisdicional.

Processo: 0002981-21.2016.5.07.0034 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADEQUAÇÃO DO ACÓRDÃO AOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DELE EMBASADORES. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ACOLHIMENTO.

Embora ausentes as hipóteses legais de omissão, contradição e obscuridade, os Embargos de Declaração devem ser acolhidos para promover a adequação do dispositivo da Decisão embargada aos fundamentos jurídicos em que embasada. Tal possibilidade ocorre por se tratar de matéria de ordem pública.

Processo: 0000144-62.2016.5.07.0011 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 05/06/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. JULGAMENTO ULTRA/EXTRA PETITA. NÃO CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 288/TST. REDAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO PLEITO.

Não se observa julgamento ultra ou *extra petita*, uma vez que o acórdão embargado se limitou ao pedido inicial, de condenação dos reclamados à aplicação do Estatuto de 1967 e das normas posteriores, desde que mais benéficas, tão somente balizando o direito vindicado à luz da teoria do conglobamento, em conformidade com a redação da Súmula nº 288 do TST, vigente à época do pleito. Embargos improvidos.

Processo: 0001198-63.2011.5.07.0003 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. REJEIÇÃO.

O vício da contradição, sanável por via de Embargos, perfaz-se, apenas, quando ocorre internamente, ou seja, entre as partes essenciais da decisão (relatório, fundamentação e dispositivo), ou mesmo, entre a ementa e o corpo do acórdão. No caso concreto, não se enquadra, na moldura acima descrita, a argumentação expendida na peça recursal sob exame, na qual se evidencia, em verdade, o intento da parte embargante de rediscutir o mérito do julgamento, o que é inadmissível pela via aclaratória.

Processo: 0000453-52.2017.5.07.0010 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESPROVIMENTO. OMISSÃO INEXISTENTE.

Os Embargos Declaratórios constituem instrumento recursal, cuja finalidade é o aperfeiçoamento do texto decisório mediante a supressão de omissões, contradições, obscuridades ou erro material, não se prestando ao reexame da matéria de mérito.

Processo: 0001272-47.2017.5.07.0023 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DISPENSA MOTIVADA. DESNECESSIDADE. DECRETO ESTADUAL 21.325/91. SUCESSÃO TRABALHISTA DO BANCO DO ESTADO DO CEARÁ (BEC), SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, PELO BANCO BRADESCO. OMISSÃO. SUPLEMENTAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO.

O acolhimento dos embargos de declaração supõe eiva de vícios listados nos artigos 1.022, do Código de Processo Civil, e 897-A, da CLT. Caracterizada a existência de omissão no acórdão, merecem ser providos os embargos de declaração apenas para suplantá-la. Embargos de declaração acolhidos para prestar esclarecimentos, para o fim de complementação do julgado, sem efeito modificativo.

Processo: 0006900-74.2008.5.07.0009 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 24/06/2019**
Turma 2ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO.

Constatado vício no *Decisum* capaz de, uma vez suprido, ensejar a modificação do julgado, o acolhimento dos Declaratórios se faz com atribuição de efeito modificativo

Processo: 0001437-64.2016.5.07.0012 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma 3ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMPREGADOR PESSOA FÍSICA. DEFERIMENTO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. ARTIGO 897-A DA CLT. MANIFESTO EQUÍVOCO NO EXAME DOS PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. ACOLHIMENTO PARCIAL DA MEDIDA PARA SANAR O VÍCIO.

Acolhidos parcialmente os embargos de declaração para, com efeito modificativo, e com amparo na iterativa jurisprudência do TST e na previsão do art. 897-A da CLT, corrigir o manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso ordinário e do agravo de instrumento, deferindo à parte reclamada pessoa física os benefícios da gratuidade judiciária tão somente quanto ao recolhimento das custas processuais fixadas na sentença e manter o desprovimento do agravo de instrumento por deserção do recurso

ordinário, uma vez que, à época da interposição dos recursos, antes da vigência da Lei nº 13.467/17, o benefício da assistência judiciária gratuita não abrangia o depósito recursal, que constitui garantia do juízo, à luz do artigo 899, § 1º, da CLT, da Instrução Normativa nº 3/93, I, do TST e OJ 140 SDI-1 do TST.

Processo: 0000887-18.2015.5.07.0008 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 05/06/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÕES, CONTRADIÇÕES OU OBSCURIDADES. MATÉRIAS ESCLARECIDAS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. DESNECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO.

Inexistindo omissões, contradições ou obscuridades no julgado embargado, devem ser rejeitados os embargos opostos sem a demonstração de tais vícios. Quanto ao pedido de prequestionamento, declara-se que toda a matéria recursal já foi expressamente abordada e fundamentada na decisão, de forma clara e inteligível, atendendo satisfatoriamente ao pressuposto de que trata a súmula 297 do C. TST, ao orientar a compreensão de que "diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito."

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO PROTELATÓRIO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. APLICAÇÃO DE MULTA.

Sendo manifesta a litigância de má-fé da embargante, enquadrada no inciso VII do artigo 80 do CPC/2015, impõe-se a sua condenação ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, em conformidade com o disposto no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Processo: 0080050-66.2018.5.07.0000 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INICIAL. PEDIDO RESTRITO. DISPOSITIVO DO ACÓRDÃO. DEFERIMENTO ABRANGENTE. ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DA LIDE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ACOLHIMENTO.

Embora ausentes as hipóteses legais de omissão, contradição e obscuridade, os Embargos de Declaração devem ser acolhidos para promover a adequação do dispositivo da decisão embargada aos limites da lide, em con-

formidade com o pedido deduzido na inicial. Tal possibilidade ocorre por se tratar de matéria de ordem pública.

Processo: 0001789-40.2017.5.07.0027 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA.

Tendo-se no Aresto embargado a apreciação, de forma cabal e cristalinamente fundamentada, das argumentações embasadoras dos Embargos Declaratórios, desvela-se meramente procrastinatória a iniciativa de sua interposição, circunstância a atrair a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC.

Processo: 0000712-59.2017.5.07.0006 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONTRATOS DE TRABALHO FIRMADOS ENTRE TRABALHADORES BRASILEIROS E EMPRESAS ESTRANGEIRAS EXPLORADORAS DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM CRUZEIROS MARÍTIMOS. PREQUESTIONAMENTO. ACÓRDÃO LIMITADO AO RECONHECIMENTO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. QUESTÃO A SER ANALISADA EM SENTENÇA DE MÉRITO. EXAME POSTERIOR.

Embora seja possível, em tese, antecipar o entendimento no sentido de que a Lei Brasileira deve ser aplicada em favor dos trabalhadores brasileiros contratados pelas empresas operadoras do ramo de cruzeiros marítimos, eis que não restou demonstrada, apesar das alegações, que a Lei da Bandeira do Navio lhes seja mais favorável, impõe-se reconhecer que o Colegiado, no Acórdão embargado, porque limitado ao exame da competência jurisdicional, não poderia nem deveria ter examinado questões relacionadas ao mérito da causa que haverá de ser apreciado pelo Juízo *a quo*, conforme bem salientado no julgamento sob ataque. Demais disso, o Acórdão Regional que reconhece a competência da Justiça do Trabalho, conforme entendimento do TST, não desafia, desde logo, a interposição de recurso de revista, donde se concluir que o prequestionamento antecipado da legislação aplicável ao caso concreto, apto a gerar uma decisão definitiva em torno do tema,

tem o sombrio efeito de prejudicar a formação do livre convencimento do juízo de primeiro grau que, ultima ratio, vai complementar a prestação jurisdicional, decidindo, inclusive acerca da legislação aplicável.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. DECISÃO REGIONAL EM QUE SE DECLAROU A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA JULGAR A MATÉRIA E SE DETERMINOU O RETORNO DOS AUTOS À VARA DO TRABALHO DE ORIGEM. NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA. SÚMULA Nº 214 DO TST.

A Corte regional reformou a sentença para afastar a preliminar de incompetência desta Justiça especializada para apreciar a demanda, determinado o retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem para prosseguimento do feito. A Presidência do TRT denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada, consignando que "a decisão impugnada pela recorrente é interlocutória e não se amolda a nenhuma das hipóteses excepcionais reconhecidas pela jurisprudência como capazes de justificar a mitigação do princípio, nos termos da Súmula nº 214/TST". Com efeito, na sistemática processual trabalhista, em regra, as decisões são passíveis de recurso apenas quando prolatadas de forma definitiva, nos termos do artigo 893, § 1º, da CLT, o que não ocorreu no caso. Diante disso, incabível o recurso de revista nesta oportunidade, podendo a insurgência da parte, se for o caso, ser renovada no momento processual oportuno, não havendo falar que não haverá possibilidade de a matéria ser rediscutida em outro momento. Inteligência da Súmula nº 214 do TST. Salienta-se que a hipótese sub judice não se enquadra em nenhuma das exceções previstas na Súmula nº 214 do TST e que a agravante não sustenta que o seu recurso de revista denegado se insere nas letras "a", "b", ou "c" da citada súmula, que autorizam a recorribilidade imediata de decisão interlocutória. Agravo de instrumento não provido. (PROCESSO Nº TST-AIRR-1807-27.2014.5.10.0013, Segunda Turma, Relator Ministro JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA, julgado em 24/05/2017)

EMBARGOS MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIOS. MULTA DE 2% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA.

Constatada a inegável procrastinação da prestação jurisdicional, emergente da oposição dos embargos declaratórios sabidamente protelatórios, faz-se imperiosa a condenação das embargantes ao pagamento da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, observando-se, no caso, a regra estabelecida no art. 1.026, § 2º, do vigente Código de Processo Civil, de acordo com a qual "Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em

decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa."

Processo: 0000893-27.2017.5.07.0017 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. ACOLHIMENTO DA MEDIDA PARA SANAR O VÍCIO.

Quando o acórdão embargado efetivamente padece do vício de omissão apontado pela parte embargante, os embargos de declaração devem sem acolhidos para suprir o ponto omisso imprimindo efeitos modificativos ao julgado.

Processo: 0001494-98.2016.5.07.0039 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.OMISSÃO.SUPRIMENTO.

Os Embargos de declaração devem ser acolhidos parcialmente para suprir omissão no acórdão embargado, acrescentando esclarecimentos à fundamentação, sem conferir efeito modificativo.

Processo: 0010214-65.2013.5.07.0037 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PARCELA PAGA A TÍTULO DE ALIMENTAÇÃO AO BANCÁRIO. NATUREZA JURÍDICA SALARIAL. NOMENCLATURA DA RUBRICA. ESCLARECIMENTOS.

O julgado embargado enfrentou a questão da natureza jurídica salarial da parcela paga pela instituição financeira reclamada, a seus empregados, a título de "alimentação". Esclarecimentos prestados acerca do entendimento de que tal parcela já era paga quando da celebração do ACT de 1987/1988, bem como da adesão ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, razão pela qual deve ser mantido o reconhecimento da sua natureza salarial. Impossibilidade de revisão do quadro fático-probatório do processo, em sede de embargos, para reformar o entendimento do Colegiado. Meio inadequado.

Embargos providos para prestar esclarecimentos, no ponto, sem efeito infringente.

CORREÇÃO MONETÁRIA. IPCA-E. OMISSÃO. VERIFICAÇÃO. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL 22.012/RS.

Com o julgamento de improcedência da reclamação nº 22.012/RS, que tinha por escopo afastar decisão do c. TST em sede de arguição de inconstitucionalidade, a aplicação do IPCA-E também passa a valer para o processo do trabalho, a partir de 24/03/2015, conforme modulação constante da referida decisão. Embargos providos neste ponto, para suprir omissão.

Processo: 0000980-56.2016.5.07.0004 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO PROTELATÓRIO. MULTA.

Revelando-se manifestamente protelatórios os embargos de declaração, impõe-se à parte recorrente o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 1026 do CPC. Embargos de declaração conhecidos e não providos.

Processo: 0001847-31.2017.5.07.0031 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.

Os Embargos de Declaração não se prestam a reexaminar o conjunto fático-probatório produzido nos autos, na medida em que possibilitam, tão somente, sanar eventual omissão, contradição ou obscuridade na Decisão embargada, hipóteses inocorrentes no caso dos autos.

Processo: 0001000-44.2017.5.07.0026 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMANTE. OMISSÃO. SUPRIMENTO COM EFEITO MODIFICATIVO DO JULGADO.

Constatada a existência de lacuna na fundamentação do Acórdão, impõe-se acolhida a insurgência embargatória, inclusive com atribuição de efeito modificativo, porquanto o saneamento da falha induz à alteração do resultado do julgamento.

Recurso conhecido e provido, para o fim de acrescer a fundamentação faltante e, em consequência, incluir na condenação a verba honorária (15%) e a obrigação de recolher contribuições previdenciárias sobre o auxílio-alimentação, em favor da Entidade de Previdência Complementar Privada (PREVI).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMADO. OMISSÃO DE FUNDAMENTAÇÃO. SUPRIMENTO SEM EFEITO MODIFICATIVO DO JULGADO.

Constatada, no Aresto embargado, a mácula da omissão alegada em sede de Embargos Declaratórios, aproveita-se a oportunidade para sanear referida falha, apenas prestando esclarecimentos adicionais na fundamentação do acórdão, com o fito de aprimorar o texto decisório e até para evitar alegação de negativa de prestação jurisdicional.

Processo: 0001409-92.2017.5.07.0002 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO FUNDADOS EM CONTRADIÇÃO. MERA TENTATIVA DE PROMOVER O REEXAME DA CAUSA. DESPROVIMENTO. INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA DE 2% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. POSSIBILIDADE.

A contradição, apta a propiciar, em tese, o provimento de embargos declaratórios se caracteriza, como não poderia deixar de ser, pelo efetivo antagonismo entre os fundamentos adotados pelo juiz ou tribunal e a conclusão (parte dispositiva) do julgado, assim entendido, v.g., a hipótese em que se considera inexistente uma determinada situação de fato e ainda assim, se decide a causa como se a mesma situação existisse. Contradição haveria, por exemplo, se, no caso de que se trata, restasse assentado que o reclamante tinha acesso a objetos pérfuro-cortantes e, no mesmo passo, se dissesse que não seria razoável a exigência da certidão de antecedentes criminais. Em sentido contrário, não se considera contraditório declarar que o reclamante não trabalhava com instrumentos perfurocortantes, concluindo-se, a partir de tal assertiva, que a empresa não poderia dele exigir a certidão antes referida. Pelo exposto, tem-se, no caso concreto, a inescondível situação em que a reclamada se limita a pedir o reexame dos fatos e das provas, constituindo essa pretensão em medida de cunho manifestamente protelatório a ser sancionada com a multa de 2% sobre o valor da causa, observado o disposto no art. 1026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Processo: 0001576-79.2018.5.07.0033 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 05/06/2019**
Turma 1ª

EMBARGOS DE TERCEIRO. AGRAVO DE PETIÇÃO. VENDA DE IMÓVEL. AUSÊNCIA DE AVERBAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE FRAUDE À EXECUÇÃO.

Comprovado, por meio da documentação colacionada nos embargos de terceiro que o bem penhorado é de propriedade de terceiros, não há falar em manutenção da constrição. No caso, irrelevante a ausência de averbação na matrícula, porquanto claramente perceptível a inexistência de fraude à execução - entendimento cristalizado na Súmula 84, do STJ. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001818-38.2018.5.07.0033 **Julg.: 09/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 09/05/2019**
Turma 3ª

EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE. CONFIGURAÇÃO.

Os autos revelam que os salões envolvidos na presente execução, embora formalmente constituídos por razões sociais e CNPJs diferentes, tratam-se da mesma empresa, a qual utilizou-se de artifício para imiscuir-se de suas obrigações legais, estando correta a sentença que indeferiu o pedido inicial e determinou o prosseguimento da execução nos autos principais. Agravo de Petição conhecido e improvido.

Processo: 0001753-25.2017.5.07.0018 **Julg.: 31/01/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 06/02/2019**
Turma 3ª

EMPREGADO EXERCENTE DE ATIVIDADE TÍPICA DE OPERADOR DE TELEMARKETING. APLICAÇÃO DO ANEXO II DA NR 17 DO MTE. DIREITO À JORNADA DE 6 HORAS DIÁRIAS.

Restando comprovado nos autos o desempenho de função mediante uso simultâneo de telefone, "headset" e terminais de computadores, inegável o direito da parte reclamante à jornada especial de 6 horas diárias, consoante o previsto no Anexo II da NR 17 do MTE, para os empregados que exercem a atividade de teleatendimento/*telemarketing*.

Processo: 0000967-93.2018.5.07.0034 **Julg.: 01/04/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 02/04/2019**
Turma 2ª

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE ASSALTO À AGÊNCIA.

A conduta negligente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, principalmente após o incremento de suas atividades com os serviços de correspondente bancário, quanto às medidas de proteção de suas agências, viola sua obrigação legal de assegurar, no local de trabalho, a integridade física dos empregados, configurando ato ilícito, nos termos do art. 186 do Código Civil, que, aliado ao dano sofrido pelo autor, e considerado o nexo causal entre ambos, enseja a devida reparação, consoante previsto no art. 927 do mesmo Diploma.

Processo: 0001464-87.2015.5.07.0010 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

EMPRESA DE GRANDE PORTE. FATO PÚBLICO E NOTÓRIO QUE O EMPREGADOR POSSUI MAIS DE DEZ EMPREGADOS.

Faz-se desnecessária a comprovação por parte do autor do número de empregados existentes na empresa, quando é de conhecimento público e notório que a mesma possui mais de dez empregados. Neste caso, deve a empresa ré, obrigatoriamente, apresentar os cartões de ponto do reclamante (art.74,§ 2º da CLT), para demonstrar a real jornada de trabalho desenvolvida diariamente pelo mesmo.

Processo: 0000795-08.2018.5.07.0017 **Julg.: 03/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 04/06/2019**
Turma 2ª

EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INOCORRÊNCIA.

O art. 6º, § 2º, da Lei nº. 11.101/2005 determina o processamento das ações de natureza trabalhista perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, podendo o juiz trabalhista determinar a reserva da importância que estimar devida na recuperação judicial ou na falência decorrente o débito trabalhista, não havendo falar em incompetência desta especializada para processar e julgar o feito.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. GRUPO ECONÔMICO.

Restaram caracterizados nos autos elementos que denotam a formação de grupo econômico pelas reclamadas, o que implica o reconhecimento de sua

responsabilidade solidária pelo adimplemento das verbas trabalhistas deferidas, consoante dicção do art. 2º, § 2º da CLT.

Processo: 0001488-15.2015.5.07.0011 **Julg.: 27/03/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 27/03/2019**
Turm 1ª

EMPRESA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREPARO RECURSAL. RECURSO ORDINÁRIO.DESERÇÃO.

Uma vez que a decisão liminar proferida nos autos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 437/CE não exonerou a EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará do atendimento ao disposto no art. 899, § 1º da CLT, mas tão-somente suspendeu, até o exame do mérito da referida ADPF, o bloqueio ou a penhora de numerário nas contas da referida empresa, de se não conhecer o apelo ordinário posto que deserto. Saliente-se que até decidida a real natureza da empresa recorrente, continua ela, pelo menos para os fins de atendimento aos pressupostos recursais, sujeita ao regime jurídico das empresas privadas, nos exatos termos do artigo 173, § 1º, inciso II da Constituição Federal. Recurso não conhecido.

Processo: 0000838-61.2017.5.07.0022 **Julg.: 11/03/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 11/03/2019**
Turma 2ª

ENQUADRAMENTO COMO FINANCIÁRIO. CARACTERIZADO.

O contexto fático-probatório demonstra que a autora desenvolvia atividades atinentes à categoria de financiários, uma vez que a ré, ao realizar a venda de empréstimos pessoais, de seguros e financiamentos, além de captar clientes e vender outros produtos, enquadrou-se como instituição financeira, nos termos do art. 17, da Lei 4.595/64.

Processo: 0001281-64.2017.5.07.0037 **Julg.: 21/03/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 22/03/2019**
Turma 3ª

EQUIPARAÇÃO SALARIAL.

A prova dos fatos da equiparação salarial é ônus probatório do empregado, conforme regra inscrita no art. 818 da CLT. A teor do disposto no artigo 461 da CLT, constitui pressuposto da equiparação salarial que paradigma e reclamante

tenham exercido, concomitantemente, funções idênticas para o mesmo empregador, na mesma localidade, com a mesma perfeição técnica e produtividade e desde que não haja diferença de tempo na função superior a dois anos. No caso dos autos, a empregada não logrou fazer prova da ocorrência dos requisitos da equiparação salarial pretendida, razão pela qual resta intocável a decisão de piso.

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. NÃO CABIMENTO.

Ao contrário do que sustenta a recorrente, o fator que legitima a percepção do adicional de transferência é a provisoriedade da alteração do local de trabalho com mudança de domicílio, não havendo a necessidade de pagamento do adicional em comento apenas quando a transferência do trabalhador se der em caráter definitivo.

DANO MATERIAL.

Tratando-se de dano material, caberia à autora provar, seja com depoimentos ou com documentos, as despesas alegadas. Assim sendo, sem provas do fato constitutivo do direito, mantém-se a decisão de origem que indeferiu tal pleito.

BANCÁRIO. GERENTE DE RELACIONAMENTOS. HORAS EXTRAS EXCEDENTES DA SEXTA. AUSÊNCIA DE FIDÚCIA ESPECIAL E DE PODER DE GESTÃO.

O enquadramento do bancário na disposição do art. 224, § 2º, da CLT, como cargo de confiança, ocorre quando restar nítido, pelo conjunto probatório dos autos, que o empregado, além de perceber gratificação não inferior a um terço do salário do cargo efetivo, possui subordinados, algum poder decisório e fidúcia especial, capaz de destacá-lo dos demais, o que não se verificou no caso dos autos.

INTERVALO INTRAJORNADA PREVISTO NO ART. 384 DA CLT. RECEPÇÃO PELA CRFB/88.

Ao julgar o incidente de inconstitucionalidade nº IIN-RR-1540/2005-046-12-00.5, o Colendo TST manifestou-se pela constitucionalidade do art. 384 da CLT, em face do art. 5º, inciso I, da Constituição Federal. Naquela assentada, a Corte Superior reconheceu que a igualdade jurídica e intelectual não afasta a diferenciação fisiológica e psicológica dos sexos, entendendo que o art. 384 da CLT, inserido no capítulo que trata da proteção ao trabalho da mulher, é norma legal de natureza afeta à medicina e segurança do trabalho. No caso dos autos, não restou comprovada a concessão da pausa em questão, sendo, pois, devido à recorrente o pagamento, como horas extras, de quinze minutos diários correspondentes à supressão do intervalo intrajornada previsto no art. 384 da CLT.

PARCELAS VARIÁVEIS. PAGAMENTO HABITUAL.

Constatado que o pagamento das parcelas variáveis a que se refere o recorrente era feito de forma habitual, tem-se por indubitável a sua natureza salarial. Logo, são devidos os reflexos sobre as horas extras e demais verbas salariais.

ASSÉDIO MORAL.

O assédio moral, como um conjunto de ações ou omissões que criam um ambiente laboral hostil, de forma a afetar a estabilidade emocional do trabalhador, pode ser uma violência individual ou coletiva, não havendo a necessidade de ser dirigido especificamente a um único funcionário. Na hipótese dos autos, o comportamento nada profissional dos superiores hierárquicos da reclamante restou claramente evidenciado, sendo muitos os excessos cometidos que descaracterizavam a honradez do contrato de trabalho. Assim, é de se manter o reconhecimento da prática de assédio moral no âmbito do banco reclamado.

DANO MORAL. "QUANTUM" INDENIZATÓRIO DEVIDO. PARÂMETRO.

A baliza de fixação da indenizatória tem morada legal no Art. 944, "*caput*", do Código Civil, medindo-se a indenização pela extensão do dano. O Juiz, lastreando-se nas circunstâncias descritas nos autos, deverá proceder a uma fixação equitativa, evitando indenizações irrisórias ou excessivas.

Processo: 0001952-48.2015.5.07.0008 **Julg.: 13/03/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 18/03/2019**
Turma 1ª

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE REQUISITOS LEGAIS.

O direito à equiparação salarial demanda o preenchimento dos requisitos estabelecidos no § 1º, do art. 461 *caput* da CLT, quais sejam, desempenho de funções idênticas, com iguais produtividade e perfeição técnica, na mesma localidade e diferença de tempo de exercício inferior a dois anos. *In casu*, desatendida a exigência relativa à diferença de tempo de serviço na mesma função, insubsistente a pretensão equiparatória.

HORAS EXTRAS. DENEGAÇÃO. CARTÕES DE PONTO QUE NÃO REFLETIRIAM A EFETIVA JORNADA LABORAL. ALEGAÇÃO CARENTE DE PROVA.

Por se tratar de fato constitutivo do alegado direito a horas extras, incumbe à Reclamante demonstrar que os controles de ponto carreados ao autos pelo empregador não retratam sua efetiva jornada laboral. Não tendo aquela parte se desvencilhado de seu ônus probatório, soçobra o pleito de horas suplementares.

INTERVALO DE DIGITADOR. DENEGAÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 72 DA CLT.

O intervalo de dez minutos a cada noventa trabalhados, previsto no art. 72 da CLT, é assegurado àquele que desenvolve atividade permanente de digitação, o que não é o caso da reclamante, que, na função de Analista de Crédito, realizava

contatos telefônicos com clientes interessados em financiamentos e digitava em computador as informações colhidas.

INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. INOBSERVÂNCIA. PAGAMENTO DO PERÍODO COMO HORAS EXTRAS.

A não-concessão, pelo empregador, do intervalo para o descanso previsto no art. 384 da CLT confere à empregada o direito a receber as horas extras correspondentes com o acréscimo de 50%. DANOS MORAIS.Afigurando-se inovatórias as razões recursais em que fundado o pleito de reparação moral, indeferível a postulação respectiva.

Processo: 0000190-42.2016.5.07.0014 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

ESTABILIDADE DE GESTANTE. INCIDÊNCIA NOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS REFERIDOS NA LEI Nº6.019/1974. ESPÉCIE DO GÊNERO CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL VIGENTE NO TST. SÚMULA 244, INCISO III, DO TST.

Os contratos temporários referidos na Lei Especial nº 6.019/74 e os contratos por prazo determinado, previstos no art. 443, §1º, da CLT, são fruto da mesma árvore, devendo receber, portanto, do intérprete, o mesmo tratamento, sobretudo quando se cuida de estabelecer o alcance de direitos derivados da Constituição Federal, como soe ocorrer com a estabilidade da empregada gestante, que extrapolam a pessoa física materna, espraiando-se para o nascituro. Ante tal situação, impõe-se ao empregador o cuidado de, ciente de que a empregada se encontra em estado de gravidez, tomar outra atitude que não seja a promoção da rescisão contratual, ainda que vigente sob a forma prevista na Lei nº 6.019/1974.

DANO MORAL. AUSÊNCIA DE PROVAS DA FALTA IMPUTADA AO EMPREGADOR(DISCRIMINAÇÃO).

Configurada a ausência das provas aptas a demonstrar que o empregador, na verdade, violou direito de personalidade da empregada, não há espaço para o provimento de pedido relativo à indenização por danos morais.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. DEVIDOS. INCIDÊNCIA DA REGRA CONSTANTE DO ART. 791-A, § 4º, DA CLT.

Devidos os honorários advocatícios sucumbenciais, aplica-se, quanto ao beneficiário da justiça gratuita a regra prevista no art.791-A, da CLT, com a redação atribuída pela Lei nº13.467/2017.

Processo: 0001021-44.2018.5.07.0039 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma 1ª

ESTABILIDADE PROVISÓRIA PREVISTA NO ART. 118, DA LEI 8.213/91. INEXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL. DANO MORAL INDEVIDO.

Não restando comprovada a existência de nexo causal entre a doença de que foi acometida a trabalhadora e as suas atividades profissionais, esta não faz jus à estabilidade provisória inserta no art. 118, da Lei 8.213/91 e, via de consequência, a reparação por dano moral/material.

DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. INOCORRÊNCIA.

O laudo pericial confeccionado nos autos foi conclusivo no sentido de que, no momento da rescisão contratual, estava a recorrente apta para o trabalho, sem qualquer restrição laborativa. Ademais, a autora não estava em gozo de auxílio-doença, ou qualquer outro benefício previdenciário em decorrência de moléstia sofrida. Portanto, não há qualquer vedação para o despedimento, com base no art. 476 da CLT, não se havendo falar em dano moral sofrido pela obreira.

Processo: 0001971-08.2017.5.07.0033 **Julg.:14/03/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 18/03/2019**
Turma 3ª

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO.AUSÊNCIA DE PROVA DOS MOTIVOS ALEGADOS PARA A RECUSA.REJEIÇÃO.

Não estando presentes, nestes autos, quaisquer das hipóteses autorizadoras da oposição desta exceção, notadamente aquela prevista no inciso IV do artigo 145 do novo Código de Processo Civil e utilizada como fundamento de seu ajuizamento, vez que um simples exame das alegações da empresa excipiente deixa ver que o motivo da insurgência diz respeito a supostos erros processuais e abuso de poder que atentariam contra a boa ordem processual, condutas que deveriam ter sido objeto de reexame específico através de pedido de Correição Parcial, consoante expressamente previsto no art. 204 e seguintes do Regimento Interno deste Regional, e constatando-se que o argumento de que a magistrada teria reputado desnecessária a realização de instrução processual, sob o argumento de que o evento "morte" do trabalhador seria suficiente para fundamentar seu convencimento, o que teria sido presenciado por outros causídicos e denotaria um pr-e-julgamento da causa, não restou provado, de se rejeitar a exceção de suspeição.

Processo: 0080590-17.2018.5.07.0000 **Julg.: 09/04/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Junior **Data Ass.: 09/04/2019**
Pleno do Tribunal

EXECUÇÃO. SUSPENSÃO DA CNH. APREENSÃO DO PASSAPORTE. CANCELAMENTO DOS CARTÕES DE CRÉDITO.

As medidas de coerção pleiteadas pelo exequente, consistentes na suspensão da carteira nacional de habilitação, apreensão do passaporte e cancelamento de cartões de créditos, além de excessivamente gravosas, eis que obstam a prática de atos de cidadania, acutilam o princípio da liberdade de locomoção e da dignidade humana, bem assim da proporcionalidade, razoabilidade, eficiência, não demonstrando, por fim, utilidade direta na satisfação do crédito exequendo, eis que não resultam na constrição de bens passíveis de garantir a execução. Agravo de petição conhecido e improvido.

Processo: 0002485-09.2013.5.07.0030 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

EXECUTIVA DE VENDAS.AVON. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. RECONHECIMENTO.

Extraindo-se, do conjunto probatório dos autos, que o labor prestado pela reclamante, no exercício da função de executiva de vendas, foi realizado com pessoalidade, onerosidade, de forma não eventual e sob subordinação, correta a decisão que reconheceu a existência de vínculo empregatício entre as partes, porquanto preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT.

Processo: 0000454-37.2018.5.07.0031 **Julg.: 08/04/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Junior **Data Ass.: 10/04/2019**
Turma 2ª

EXECUTIVO DE VENDA. AVON. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE EMPREGO.

Uma vez constatada a prestação pessoal de serviço, presume-se tratar de relação de emprego, cuja elisão constitui ônus do empregador, que deverá demonstrar, comprovadamente, que o vínculo havido entre as partes era puramente comercial, societário, ou de qualquer outra forma, não subordinado. Isso se justifica porque o contrato de emprego é a forma ordinária de contratação do trabalho humano, constituindo formas extraordinárias aquelas em que não está presente o

vínculo da subordinação. O contrato de autônomo, embora detendo características que o aproximam da relação de emprego, com ela não se confunde, exatamente em razão da autonomia de sua atividade. Em que pese esta relatora, em processos semelhantes, ter reconhecido a subordinação estrutural, verifica-se que, no caso específico, a ré se desincumbiu de seu ônus probatório a contento, comprovando a ausência de subordinação. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0001312-14.2017.5.07.0028 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 31/05/2019**
Turma 1ª

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE TÍPICA DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ENQUADRAMENTO COMO BANCÁRIO. DIREITO AO PAGAMENTO DO LABOR EXCEDENTE À 6ª HORA COMO EXTRAORDINÁRIO.

Trabalhador que presta serviços ligados a operações de crédito exerce atividade tipicamente bancária (Súmula 55 do TST), pelo que faz jus ao estipêndio do labor após a 6ª hora como extraordinário.

INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. INOBSERVÂNCIA. PAGAMENTO DO PERÍODO COMO HORAS EXTRAS.

A não-concessão, pelo empregador, do intervalo para o descanso previsto no art. 384 da CLT confere às empregadas o direito a receber as horas extras correspondentes com o acréscimo de 50%.

Processo: 0001405-05.2015.5.07.0009 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

EXPEDIÇÃO DE RPV. LEI MUNICIPAL AUSENTE NOS AUTOS. CITADA PELO JUÍZO. TEOR FAVORÁVEL AO EXEQUENTE.

No caso, o Município executado não apresentou embargos à execução (ID. cb9fa9e), não se manifestando sobre a decisão que determinou a expedição da RPV em análise (ID. c8b4ff5) , tampouco anexou a Lei Municipal nº 292/2015, que segundo alega, trata da definição do valor a ser considerado para expedição da RPV, tendo o Juízo *a quo*, apenas, mencionado a existência da citada lei, além de ter dado interpretação sobre a mesma. Ainda que se argumente que o Magistrado tem fé pública para dizer do teor da norma legal, neste caso, o Juiz declarou que a citada Lei previu que o valor da RPV deverá ser igual ou superior a 06 salários mínimos, favorecendo, portanto, o

exequente, não podendo o mesmo, alterar o teor da citada lei em prejuízo do trabalhador. AGRAVO CONHECIDO E DADO PROVIMENTO.

Processo: 0000408-88.2017.5.07.0029 **Julg.: 13/05/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 14/05/2019**
Turma 2ª

EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO AFASTADA. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DO JULGAMENTO DE MÉRITO.

O art. 4º do CPC/2015 priorizou o princípio da primazia do julgamento de mérito, devendo ser evitada a extinção do processo sem a apreciação do mérito. No caso, há as condições da ação para a apreciação de mérito, uma vez que existe o interesse processual e a legitimidade, visto que o autor é membro do Sindicato réu e entende que houve violação ao seu direito a uma assembléia previamente divulgada, bem como a ação ordinária é a via processual adequada para apreciar os pedidos manejados. Assim, entende-se que fora satisfeito o binômio necessidade e adequação que é exigido pelo interesse de agir. Desta forma, de se reformar a sentença que extinguiu o processo sem julgamento de mérito e passa-se a apreciar o mérito, visto que a causa encontra-se madura e devidamente instruída.

MÉRITO. DA ASSEMBLEIA SINDICAL. PUBLICIDADE PRÉVIA REALIZADA. AUSÊNCIA DE NULIDADE FORMAL.

A teor da prova testemunhal e documental não foram verificadas nulidades formais na realização da assembleia sindical, visto que houve a prévia publicidade pelo Sindicato réu bem como constam as assinaturas dos presentes durante a realização da mesma, na qual foram aprovadas as contas do ano de 2015 do sindicato recorrido. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000842-86.2016.5.07.0005 **Julg.: 11/02/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 28/02/2019**
Turma 2ª

FASE PRÉ-CONTRATUAL. CONCURSO PÚBLICO. PRETENSÃO DE NOMEAÇÃO A CARGO REGIDO POR REGIME ESTATUTÁRIO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Os atos anteriores à investidura no cargo pretendido apresentam natureza administrativa, porquanto a futura relação jurídica observará o regime estatutário, carecendo, pois, de competência esta Especializada para apreciar e julgar a presente demanda.

Processo: 0000163-67.2018.5.07.0021 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma 3ª

FRAUDE À EXECUÇÃO.EXISTÊNCIA.BENS ALIENADOS APÓS A CITAÇÃO.

Não provado que o executado, ao tempo em que vendeu os bens imóveis de sua propriedade, dispusesse de outros para fazer frente à execução, da qual, aliás, tinha plena ciência, correta a decisão que entendeu ter restado caracterizada a fraude à execução e reputou nulo o ato de alienação.

Processo: 0001414-90.2017.5.07.0010 **Julg.: 28/01/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 30/01/2019**
Turma 2ª

FUNÇÃO DE CONFIANÇA. ART. 224, § 2º, DA CLT.

O enquadramento do bancário na disposição do art. 224, § 2º, da CLT, como cargo de confiança, ocorre quando restar nítido, pelo conjunto probatório dos autos, que o empregado, além de perceber gratificação não inferior a um terço do salário do cargo efetivo, possui subordinados, algum poder decisório e fidúcia especial, capaz de destacá-lo dos demais, o que não se verificou no caso dos autos

Processo: 0001834-19.2017.5.07.0003 **Julg.: 03/04/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 08/04/2019**
Turma 1ª

GARANTIA PROVISÓRIA DO EMPREGO. DOENÇA OCUPACIONAL CONSTATADA APÓS A EXTINÇÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. SÚMULA 378 DO TST. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

A doença ocupacional, assim reconhecida, gera para o obreiro direito à garantia provisória no emprego, mesmo após extinto o vínculo laboral, conforme entendimento pacificado pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho através da Súmula nº 378, exigindo-se apenas a demonstração de que a doença adquirida guarde relação com o seu ambiente de trabalho. *In casu*, a doença profissional restara configurada mediante a concessão pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) do benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário ao reclamante, sendo-lhe devida a indenização correspondente ao período albergado pela garantia provisória no emprego, porquanto já exaurido o respectivo lapso temporal para a reintegração.

DOENÇA PROFISSIONAL. DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

Presentes os requisitos ensejadores da responsabilização empresarial, quais sejam, o dano, a culpa e o nexo de causalidade, evidenciados, respectivamente, na doença adquirida, na violação às regras de segurança, higiene e saúde do trabalhador e na relação de causa e efeito entre a enfermidade e o trabalho realizado, inquestionável o direito à reparação dos danos morais, em valor fixado segundo critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E PERICIAIS. LEI Nº 13.467/17.

Em tendo sido a vertente Reclamatória ajuizada na data de 17/06/2017, anteriormente à vigência das alterações implementadas pela Lei nº 13.467/17, não se há cogitar da aplicação à hipótese dos autos do art. 791-A, nem na nova redação do art. 790-B, ambos da CLT, e, por conseguinte, há de se excluir do condenatório a imposição do pagamento de tais verbas, por não se encontrar o reclamante assistido por sua entidade de Classe e ser beneficiário dos benefícios da Justiça Gratuita.

Processo: 0000936-65.2015.5.07.0006 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO RECEBIDA POR MAIS DE 10 (DEZ) ANOS. PRINCÍPIO DA ESTABILIDADE FINANCEIRA. SÚMULA 372, I, DO TST.

Ao empregado que exerceu cargo de confiança mediante percepção de gratificação de função, por mais de 10 (dez) anos, lhe é garantido o direito à incorporação, em razão do princípio da estabilidade econômica. Inteligência da Súmula 372 do TST.

DEDUÇÃO DO VALOR DA INCORPORAÇÃO. EXERCÍCIO FUTURO DE FUNÇÃO GRATIFICADA. POSSIBILIDADE.

A Súmula 372 do TST tem por fundamento assegurar a irredutibilidade salarial. Partindo dessa premissa, o empregado que teve incorporada a função não faz jus ao recebimento cumulado do valor referente à futura gratificação de função pelo exercício na titularidade ou substituição, devendo ser observada a dedução correspondente, sem descuidar-se da vedação à irredutibilidade salarial. Entendimento precedente do TST.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INDEVIDOS.

Estando a parte autora assistida por advogado particular e não por Sindicato da sua categoria, indevidos honorários advocatícios pelo não atendimento aos

requisitos do item I da Súmula nº 219 do TST e Súmula 2 deste Tribunal. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000223-49.2018.5.07.0018 **Julg.: 16/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 21/05/2019**
Turma 3ª

GRUPO ECONÔMICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENQUADRAMENTO.

As atribuições obreiras, apesar de não corresponderem integralmente àquelas apresentadas nos quadros exemplificativos das atividades de "caixa bancário" e de "gerente de contas PF/PJ", são diretamente atreladas à atividade bancária da primeira reclamada (a terceira reclamada, essencialmente, integrante o grupo econômico Bradesco e servia para vender os produtos da primeira reclamada). Inexiste qualquer prova de que a terceira demandada prestaria serviços também "a empresas não bancárias do mesmo grupo econômico ou a terceiros", contexto que faz com que se reconheça o enquadramento da parte autora como bancária, na linha da Súmula 239 do TST. Consequentemente, devidos todos os direitos legais específicos da categoria bancária e aqueles previstos nas normas coletivas respectivas. Mesmo que não fosse aplicado o entendimento delineado na aludida Súmula, ainda assim seriam garantidos os direitos da categoria bancária à autora, na linha do entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial nº 383 da SBDI-I do TST.

HORAS EXTRAS.

Comprovada a prestação de sobrelabor e a concessão de intervalo intrajornada aquém do mínimo legalmente previsto, devidas as horas e seus consectários.

INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. CONSTITUCIONALIDADE. INOBSERVÂNCIA. CONSEQUÊNCIAS.

O intervalo específico para as mulheres (art. 384 da CLT) é, nos termos da jurisprudência do TST, constitucional e visa à recomposição do desgaste físico sofrido, necessitando o organismo de um tempo mínimo para o restabelecimento das energias, antes do início do período extraordinário de trabalho. Trata-se de norma de caráter público, que objetiva à proteção ao trabalho da mulher, infensa à negociação coletiva, dada a sua indisponibilidade. Por conseguinte, nos termos da jurisprudência do TST - de observância compulsória pelos magistrados e tribunais vinculados (art. 927, V, CPC/2015, com a interpretação conferida pelo art. 15, I, "e", da Instrução Normativa do TST nº 39/2016) -, a não concessão do referido intervalo (caso dos autos) implica no pagamento do integral intervalo suprimido, com natureza salarial (aplicação analógica do entendimento contido na Súmula 437, I e III, TST). Não se trata de "mera infração administrativa".

CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE APLICÁVEL ÀS CONDENAÇÕES TRABALHISTAS.

Compreende-se que o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho firmado na Arguição de Inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231 é de observância compulsória pelos magistrados e tribunais vinculados (art. 927, V, CPC/2015, com a interpretação conferida pelo art. 15, I, "e", da Instrução Normativa do TST nº 39/2016). Vale salientar que, como se observa, não é o caso de "distinguishing" (a hipótese fática neste feito - atualização monetária dos créditos trabalhistas - é idêntica à do caso paradigma, inexistindo qualquer peculiaridade relevante), nem de superação do referido entendimento (a jurisprudência do TST é recentíssima, inexistindo nenhum fato novo relevante apto a sugerir a possibilidade de revisão da tese firmada). Por conseguinte, deve-se adotar, como índice de correção monetária, quando da liquidação: a)Até 24/03/2015, a TR (Taxa Referencial), nos termos do art. 39, *caput*, da Lei 8.177/1991; b)A partir de 25/03/2015, o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial). Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001312-44.2017.5.07.0018 **Julg.: 19/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 21/02/2019**
Turma 3ª

HORAS EXTRAS. APRESENTAÇÃO DE CARTÕES DE PONTO ILEGÍVEIS, INCOMPLETOS E APÓCRIFOS. SÚMULA 338 DO TST.

A reclamada, ao colacionar cartões de ponto ilegíveis, incompletos e apócrifos relativos a período significativo do contrato de trabalho do empregado, atraiu a aplicação da Súmula 338, I, do C. TST, gerando a inversão do ônus da prova e recaindo sobre si o encargo processual de afastar a jornada declinada na exordial, do qual não se desvencilhou a contento.

AVISO PRÉVIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA REDUÇÃO DA JORNADA. DEVIDO O PAGAMENTO NA MODALIDADE INDENIZADA.

Considerando-se que a reclamada exerce o controle da jornada do empregado, a ela caberia comprovar a regular concessão do aviso prévio nos termos do art. 488 da CLT. Não demonstrada a redução da jornada, é devido o pagamento de tal rubrica na modalidade indenizada.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Tendo em vista o ajuizamento da ação em momento anterior à vigência da reforma trabalhista instituída pela Lei nº 13.467/2017, não há falar em pagamento

de honorários advocatícios, porquanto não preenchidos os requisitos dispostos nas Súmulas 219 e 329 do C. TST.

Processo: 0000106-28.2017.5.07.0007 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

HORAS EXTRAS.EMPRESA COM MAIS DE 10 EMPREGADOS. NÃO APRESENTAÇÃO DOS CONTROLES DE PONTO.PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO TRABALHO EM SOBREJORNADA.

Uma vez que a empresa recorrente contava com mais de 10 empregados e deixou de carrear aos autos os controles de horários do reclamante, nos termos do § 2º., do art. 74 da CLT, correta a decisão que presumiu verdadeiro o labor em horas extras, notadamente quando tal fato foi corroborado pelos depoimentos das testemunhas trazidas aos autos pelo autor.

Processo: 0000329-09.2016.5.07.0009 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 08/02/2019**
Turma 2ª

HORAS EXTRAS.INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.EMPREGADOR COM MAIS DE 10 (DEZ) EMPREGADOS.APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº. 338, I, DO TST. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE.

Cabia ao reclamante a comprovação dos fatos constitutivos de seus direito, nos termos do art. 333, I, do Código de Processo Civil Brasileiro c/c art. 818, da CLT. Contudo, a reclamada, por contar com mais de 10 (dez) empregados, atraiu para si o ônus da prova, desincumbindo-se a contento. Sentença mantida.

DO RECURSO DO SEGUNDO RECLAMADO ESTADO DO CEARÁ

PRELIMINARMENTE. DA ILEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM".

Pela teoria da asserção, a legitimidade "*ad causam*" é a pertinência subjetiva para participar da relação processual, que deve ser analisada de plano. Assim, o caráter abstrato do direito de ação independe do direito material pleiteado, de modo que a simples indicação da recorrente como responsável subsidiária pelas verbas trabalhistas justifica sua legitimidade para figurar no polo passivo da demanda. Precedentes do TST. Preliminar rejeitada.

EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. TOMADOR.ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.

Conforme entendimento jurisprudencial recente do Tribunal Superior do Trabalho, calcado na decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a constitucionalidade do art. 71, da Lei Nº 8.666/93 (ADC 16/DF), remanesce a responsabilidade subsidiária dos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista pelos direitos trabalhistas dos empregados locados e não adimplidos pelo empregador, sempre que os referidos entes públicos, tomadores dos serviços, sejam omissos na escolha da empresa prestadora e/ou na fiscalização das obrigações do respectivo contrato (Súmula 331, inciso IV, do Tribunal Superior do Trabalho).

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA PELO PAGAMENTO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.

Nos termos do Inciso, IV, da Súmula Nº. 331, do TST, o tomador dos serviços responde, de forma subsidiária, pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas devidas ao trabalhador, sem qualquer ressalva ou exceção em relação às verbas rescisórias, multas, encargos previdenciários e fiscais e respectivos adicionais, inclusive, relativo ao adicional de periculosidade. Dessa forma, não merece reforma a sentença de piso. RECURSOS CONHECIDOS E NEGADOS PROVIMENTOS.

Processo: 0000243-70.2018.5.07.0008 **Julg.: 18/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 2ª

HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. MOTORISTA. AUSÊNCIA DE CONTROLE DE JORNADA. PROVA DOS AUTOS. INVEROSSIMILHANÇA DA TESE AUTORAL.

Com o advento das Leis nº 12.619/2012 e 13.103/2015, não mais se aplica o art. 62, I, celetário, aos motoristas, devendo o empregador adotar controle da jornada através da anotação em diário de bordo, papeleta, ficha de trabalho externo, ou através de sistemas ou meios eletrônicos instalados nos veículos (art. 2º, V, b, da Lei nº 13.103/2015). Caso em que, quanto ao período anterior à Lei 12.619/2012, não há qualquer prova de controle de jornada, prevalecendo, em tal período, a regra do art. 62, I, da CLT e, quanto ao período posterior, identifica-se declarações inverossímeis no depoimento do reclamante, pois não é crível que, mesmo conduzindo um caminhão, necessitasse o reclamante de 3h para realizar um percurso de aproximadamente 97km de distância (de Fortaleza a Paraipaba), o que equivaleria uma velocidade média de pouco mais de 30km/hora - o que é absolutamente inverossímil, sendo mais factível a tese defensória, de que cada trecho demandaria cerca de 1h30min, equivalente a uma velocidade média de 60km/hora, por trecho.

DESCANSO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. TEMPO DE ESPERA. CLT, ART. 235-C.

Não provando o reclamante que laborava operando máquina durante o descarregamento do caminhão, não se contabiliza como tempo de trabalho o tempo de espera (CLT, art. 235-C). Assim, tendo o próprio reclamante confessado que o tempo de descarregamento variava de 1h a 1h30min, entende-se que gozava, integralmente, do descanso intrajornada.

DANO EXISTENCIAL. JORNADA EXCESSIVA.

Não comprovada a jornada excessiva utilizada como causa de pedir do dano moral/existencial, nada há a condenar, a esse título. Recurso conhecido e desprovido.

Processo: 0001272-05.2016.5.07.0016 **Julg.: 12/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 13/06/2019**
Turma 1ª

HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. MOTORISTA VENDEDOR. AUSÊNCIA DE CONTROLE DE JORNADA.

Com o advento das Leis nº 12.619/2012 e 13.103/2005, não mais se aplica o art. 62, I, celetário, aos motoristas, devendo o empregador adotar controle da jornada através da anotação em diário de bordo, papeleta, ficha de trabalho externo, ou através de sistemas ou meios eletrônicos instalados nos veículos (art. 2º, V, b, da Lei nº 13.103/2015).

INÉPCIA DO PEDIDO DE HORAS EXTRAS. NARRAÇÃO FÁTICA GENÉRICA. AFRONTA AO ARTIGO 324 DO NCPC.

Caso, porém, em que o pedido é inepto, por limitar-se a informar um quantitativo diário de sobrejornada, sem especificar os horários de ativação e desativação, o que inviabiliza o cotejo com a prova dos autos, para averiguação da veracidade ou não da tese autoral. Precedentes deste Regional (TRT-7ª Região, Processo:0000550-50.2016.5.07.0022. Redator(a): Albuquerque, Fernanda Maria Uchoa de. 3ª Turma. J em 22 nov. 2018. DJE em: 28 nov. 2018).

RESPONSABILIDADE CIVIL. TEORIA OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. TRANSPORTE DE MERCADORIAS. ASSALTOS FREQUENTES E REITERADOS. RISCO DA ATIVIDADE.

O dever do Estado de promover a segurança pública não exime a responsabilidade civil do empregador. Exploração de atividade de vendas externas, com transporte de mercadorias especialmente cobiçadas por de criminosos, pela facilidade de seu repasse e comercialização futuros, chama a incidência do art. 927, parágrafo único, do CCB/02. Risco inerente à atividade, que sujeita o empregado bem superior ao que experimenta o cidadão comum, no tráfego regular da

vida em sociedade. Comprovado o fato (assaltos frequentes sofridos, mediante violência ou grave ameaça), o dano (abalo moral e psíquico), o nexo causal com a atividade laboral, e ausentes as hipóteses excludentes da responsabilidade civil, deve o empregador responder integralmente pelos danos infligidos ao empregado. Dano, ademais, que reside na situação de risco em si mesma, sendo prescindível que tenha havido efetiva violência (assalto). Assaltos sofridos que servem como de elemento tópico, agravante, para a fixação do *quantum* indenizatório.

DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO.

Cumprindo as funções pedagógica, compensatória e repressiva, e considerada a situação financeira do ofensor e da vítima, com enfoque para a ausência de culpa e, em cotejo com os precedentes em casos similares, de arbitrar-se a indenização por danos morais em R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Recurso obreiro conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000318-59.2016.5.07.0015 **Julg.: 22/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 24/05/2019**
Turma 1ª

HORAS "IN ITINERE". AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PONTO DE PARTIDA E CHEGADA DO TRANSPORTE. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO DA DISTÂNCIA PERCORRIDA.

Não há como reconhecer as 4 (quatro) horas diárias que o reclamante alega ter gastado no trajeto casa-trabalho e trabalho-casa, porquanto não especificou, na petição inicial, o ponto de partida e chegada do transporte, a fim de se verificar a distância percorrida por ele. Assim, mantém-se incólume a decisão de primeiro grau, que indeferiu o pedido de horas "*in itinere*", considerando paga a aludida verba, conforme as fichas financeiras acostadas aos autos.

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. SÚMULA 437 DO TST

Havendo prova, nos autos, da regular concessão de uma hora de intervalo intrajornada ao autor, impende ser mantida a decisão recorrida.

DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS.

Provado o pagamento de PLR sistematicamente por meio das fichas financeiras e sem qualquer impugnação fundamentada da reclamante, não deve ser provido o recurso que pretende a majoração do pagamento.

DOS DANOS MORAIS.

O deferimento de reparação moral em razão de má qualidade de banheiros e alimentação demanda prova cabal e convincente, o que não ocorreu no caso em

apreço, uma vez que não existe qualquer prova das condições inapropriadas de trabalho e alimentação alegadas pela reclamada, não tendo o reclamante produzido nem mesmo prova testemunhal. Quanto às provas emprestadas, consubstanciadas em depoimentos tomados em outros feitos, consta confissão em uma delas em que o próprio reclamante infirma a tese autoral.

Processo: 0000986-27.2017.5.07.0037 **Julg.: 21/02/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 07/03/2019**
Turma 3ª

HORAS IN ITINERE. MATÉRIA COMUM AOS RECURSOS.

Demonstrado nos autos o regular pagamentos das horas de deslocamento, impõe-se indeferido o pleito de horas *in itinere*. Recurso da reclamada provido e improvido o do reclamante.

RECURSO ORDINÁRIO RECLAMADA. PRELIMINAR DE PREVENÇÃO. CONEXÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

A mera semelhança entre ações, com igualdade de causa de pedir próxima, não determina a prevenção para julgamento dos Feitos, dado que cada demanda versa sobre situação particular, referente à relação do respectivo trabalhador com a empresa.

PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. USO DO IPCA-E. DECISÃO SURPRESA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

Não há falar em prolação de decisão surpresa pelo fato de ter o Juízo decidido aplicar o IPCA-e como índice de atualização do débito, inclusive porque o requerimento de incidência de juros e correção monetária constou expressamente da inicial, dando margem à possibilidade de discussão do tema nos autos.

INTERVALOS INTERJORNADAS E INTERSEMANAIS. INDEVIDOS.

Reconhecido que a jornada ordinária do autor, com a integração das horas *in itinere*, não invadia os intervalos de descanso entre jornadas e semanais, não há falar em pagamento de valores a tais títulos, sendo certo que eventual extrapolação da jornada já restou devidamente quitada. Recurso provido.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE NORMA COLETIVA.

A prova do descumprimento de cláusula negociada é ônus do autor (art. 818, CLT e 373, I, CPC), do qual não se desincumbiu na presente hipótese.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE HIGIENIZAÇÃO DE BANHEIROS.

A circunstância alegada como fato gerador do direito à indenização, a saber, a insuficiente higienização dos banheiros químicos fornecidos pela reclamada no

local de trabalho, não prescinde de prova, cujo ônus pertencia ao autor (art. 818, CLT e 373, I, CPC), e do qual este não se desincumbiu a contento. Recurso improvido.

Processo: 0002635-60.2017.5.07.0026 **Julg.: 24/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 29/04/2019**
Turma 1ª

ILEGITIMIDADE PASSIVA.

A pessoa jurídica apontada como empregadora é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda, pois é a única que poderá se defender de tal alegação formulada contra si. É a aplicação prática da Teoria da Asserção, segundo a qual a legitimidade se afere pela averiguação da relação jurídica afirmada na inicial, ou seja, se há pertinência entre o pedido e as partes chamadas a juízo para compor a lide. A existência, ou não, de vínculo empregatício e dos demais direitos postulados é matéria que se resolve no mérito.

TERCEIRIZAÇÃO. INOCORRÊNCIA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONFIGURAÇÃO.

Observa-se nos autos que houve a nítida pretensão do sindicato de, ao menos formalmente, terceirizar a prestação de serviços educacionais ofertados pelo sindicato. Por não ser o oferecimento de cursos - em boa parte para o público externo -, área-fim da instituição, conclui-se que a referida terceirização poderia ser, em tese, lícita (o que implicaria "apenas" na responsabilização subsidiária do sindicato). Porém, como se sabe, independentemente de ajustes formais e da licitude da terceirização, caso configurados os elementos caracterizadores da relação empregatícia, esta será reconhecida. Neste sentido, é clara a parte final do item III da Súmula 331 do TST. No caso, percebe-se que o setor educacional do sindicato ("cursinho") não passava de mero órgão componente da estrutura administrativa deste, de modo que se conclui que os serviços educacionais gerenciados pela "coordenação do cursinho" devem todos ser tidos como desenvolvidos pelo SINTUFCe (empregador e tomador de serviços). Assim, correta a sentença ao reconhecer o vínculo empregatício da parte reclamante com o SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO ESTADO DO CEARA (SINTUFCe) e deferir as demais verbas laborais decorrentes.

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INOCORRÊNCIA.

A tese de litigância de má-fé sucumbe diante da procedência do pedido autoral, a qual foi amplamente lastreada nas provas dos autos. Não há que se falar, assim, em objetivo ilegal, fraude ou simulação, circunstância que afasta a alegativa de existência de conluio entre as partes. A mera coincidência de interesses, quando lícita (caso dos autos), não é reprimida pelo direito. Se as partes buscam direitos legítimos e respaldados no ordenamento jurídico, não há que se falar em má-fé. De qualquer sorte, elementos como a similaridade de peças processuais e o

patrocínio do mesmo escritório perante o autor e as demais reclamadas são frágeis até mesmo para comprovar eventual comunhão de interesses que, conforme já dito, mesmo se existente seria lícita. Recurso parcialmente conhecido e improvido.

Processo: 0001458-35.2014.5.07.0004 **Julg.: 31/01/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 06/02/2019**
Turma 3ª

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR). NÃO CONHECIMENTO.

Deixa-se de conhecer o IRDR apresentado, pois, de acordo com o art. 977 do do NCPC, o pedido de instauração do incidente será dirigido ao Presidente do Tribunal, a quem cabe o primeiro juízo de admissibilidade.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. DISPOSIÇÃO SOBRE A BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS. AFRONTA AO ART. 61, § 1º, "II", "C".

O Pleno deste Regional julgou a ArgInc n. 0080035-34.2017.5.07.0000, na sessão realizada em 07.11.2017, e declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 128 da Lei Orgânica do Município de Tianguá, por ofensa ao art. 61, § 1º, II, alínea "c" da nossa Carta Magna, o qual deve ser observado no âmbito da municipalidade por força do princípio da simetria constitucional. Em assim, torna-se nula a previsão inserida naquele diploma normativo de que a base de cálculo do adicional de insalubridade pago aos servidores municipais deva incidir sobre os seus vencimentos.

Processo: 0001243-76.2017.5.07.0029 **Julg.: 14/03/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 18/03/2019**
Turma 3ª

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA. PROCEDIMENTO DA LEI Nº 9.784/1999. OBRIGATORIEDADE.

"A Lei nº 9.784/1999 - Lei do Processo Administrativo - aplica-se à cessação dos contratos de trabalho de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista integrantes da Administração Pública Indireta Federal, notadamente na apuração de justa causa/falta grave de empregado público. A referida norma legal tem disposição expressa de aplicabilidade também à Administração Pública Indireta, nos termos do art. 1º da citada lei.

Processo: 0080272-34.2018.5.07.0000 **Julg.: 09/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria José Girão **Data Ass.: 16/04/2019**
Pleno do Tribunal

INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SERVIÇO PÚBLICO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 37, IX, DA CF/1988. RELAÇÃO DE NATUREZA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA.

A contratação de pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata o art. 37, IX, da CF/1988, gera relação de natureza jurídico-administrativa, circunstância que atrai a competência da Justiça Estadual Comum. Portanto, declara-se a incompetência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente demanda.

Processo: 0000879-70.2018.5.07.0029 **Julg.: 03/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 03/04/2019**
Turma 1ª

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.

Restando evidenciado nos autos que para atingir o cumprimento de metas a reclamante era submetida a tratamento vexatório correto o deferimento da indenização por dano moral.

Processo: 0000054-72.2016.5.07.0005 **Julg.: 18/02/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 2ª

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSÉDIO SEXUAL. "QUANTUM" INDENIZATÓRIO.

O conjunto probatório produzido nos autos, mormente os depoimentos testemunhais, demonstra existirem elementos suficientes a caracterizar a violência moral sofrida pela obreira em seu ambiente de trabalho, por cristalinos atos de violação aos direitos da personalidade da autora praticados pelo preposto da reclamada. No caso concreto, configurado o assédio sexual, o montante indenizatório de R$30.000,00(trinta mil reais) em face às atitudes perpetradas pelo representante da empresa reclamada, encontra-se de acordo com os critérios de proporcionalidade e razoabilidade previstos no art. 5º, inciso V, da Constituição Federal de 1988. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000386-78.2018.5.07.0034 **Julg.: 21/01/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 22/01/2019**
Turma 2ª

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. ACORDO PARA RECEBIMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.

Os danos morais passíveis de indenização, ocasionados pelos atrasos de pagamentos dos salários, são aqueles ocorridos, de forma reiterada, durante a vigência do pacto laboral, sendo ônus probatório da autora, por tratar-se de fatos constitutivos de seu direito (art. 818, da CLT), ao qual não se desincumbiu a contento. A ausência de pagamento das verbas rescisórias, por si só, também não são suficientes para gerar direito a indenização por danos morais, a teor da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. Nesse ponto, verifica-se que a obreira não provou o atraso reiterado no recebimento de seus salários e , efetivamente, quais os prejuízos materiais e morais sofridos em face do atraso no recebimento de suas verbas rescisórias, tendo, inclusive, celebrado acordo nos autos do processo nº. 0001773-84.2015.5.07.0018 para recebimento de tais parcelas. Sentença mantida.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL.

O Assédio Moral é uma conduta abusiva, que provoca danos psicológicos e físicos na vítima e, no ambiente de trabalho, traduzem-se por ameaças, perseguições, discriminações, de forma prolongada e reiterada, de tal monta que causa ofensa à personalidade e dignidade do trabalhador, tornando insustentável o convívio no ambiente de trabalho. No caso, analisando o conjunto probatório, não restou provado que a autora sofreu ameaças, perseguições e discriminações, de forma prolongada e reiterada no curso do pacto laboral. Sentença mantida. RECURSOS CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO

Processo: 0001710-25.2016.5.07.0018 **Julg.: 28/01/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 30/01/2019**
Turma 2ª

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. LIMITAÇÃO AO USO DE BANHEIROS. CONFIGURAÇÃO.

Comprovado que o reclamante, assim como os demais empregados, sofria limitação para ida ao banheiro, inclusive em seu tempo de uso, estipulado em 5 minutos e sujeito a controle, entende-se que a conduta extrapolou o poder diretivo e organizacional da empresa, ferindo os direitos de dignidade do trabalhador.

ALIMENTAÇÃO DE MÁ-QUALIDADE, COM RISCOS PARA A SAÚDE. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS.

Conforme inspeção judicial realizada no processo nº 0000788-24.2016.5.07.0037 (prova emprestada), a respeito da matéria, empregados reiteradamente afirmam que

já presenciaram ou ouviram relatos tanto de pessoas que passaram mal ao consumir o lanche, como quanto à presença de insetos, moscas, ou objeto estranho no salgado. Também se observa, no referido documento, os registros acerca da má qualidade do lanche ofertado e da não diversidade dos alimentos fornecidos, que consistiam em um salgado e um copo de suco, pelo que devida é a indenização.

PROCESSO DE SELEÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍNCULO DE EMPREGO.

Do conteúdo probatório, constata-se que não houve desvirtuamento do processo de seleção, caracterizando-se como uma fase pré-contratual, na medida em que comprovado que os candidatos, no processo seletivo, não atendem ligações de clientes nem têm acesso aos dados reais dos clientes da empresa, donde se conclui que as atividades desenvolvidas pelos candidatos nessa etapa não agregavam qualquer valor econômico para a empresa. Comprovado, ainda, que a reclamante tinha ciência da possibilidade de contratação, a depender da existência de vaga e de aprovação com nota mínima. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno **Julg.: 12/06/2019**
Rel. Desemb.: 0001509-66.2017.5.07.0028 **Data Ass.: 18/06/2019**
Turma

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS/MATERIAIS. ACIDENTE DE TRAJETO. AUSÊNCIA DE CULPA PATRONAL.

O dano moral indenizável se evidencia quando presentes, concomitantemente, três requisitos: ocorrência do dano, nexo causal e culpa do réu. Ausente qualquer deles, soçobra o pleito reparatório a esse título. *In casu*, sem a comprovação da conduta culposa do empregador, resulta insubsistente a pretensão indenizatória dos postulados danos morais/materiais decorrentes do acidente de trajeto, equiparado ao acidente de trabalho.

Processo: 0000656-54.2016.5.07.0008 **Julg.: 16/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 17/05/2019**
Turma 3ª

INÉPCIA DA INICIAL.

Levando-se em conta o Princípio da Simplicidade, que permeia o Processo do Trabalho (*vide* art. 840, § 1º, CLT), a regularidade da petição inicial, a ausência de prejuízo para a defesa e o princípio da primazia da decisão de mérito (art. 4º, CPC/2015), deve ser rejeitada a preliminar de inépcia da exordial.

DENUNCIAÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE.

É da Justiça comum a competência para processar e julgar eventual ação regressiva contra o ex-gestor pela prática de atos irregulares em seu governo, sendo incabível a denunciação do mesmo à lide.

APLICABILIDADE DO ENUNCIADO Nº 331 DO TST À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DECISÃO DO STF EM RELAÇÃO AO ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/83.

A decisão do STF, que considerou constitucional o disposto no art. 71, § 1º, da Lei 8.666/83, não afasta a responsabilidade da Administração Pública, quando esta se omitir na fiscalização do contrato (arts. 58, III e IV, 66 e 67, do mesmo Diploma), causando dano a outrem. Ilicitude que leva à aplicação dos artigos 37, § 6º, da CF/88 e artigos 927 e 186, do C. Civil.

CULPA IN VIGILANDO. OMISSÃO FISCALIZATÓRIA. RECONHECIMENTO. ÔNUS DA PROVA.

Emerge, no caderno processual, o fato de que o município omitiu-se quanto ao dever de fiscalizar a execução do pacto laboral mantido entre o reclamante e a empresa prestadora de serviços, incidindo em culpa, sendo, então, passível de responsabilização subsidiária. O ônus de comprovar a efetiva fiscalização do contrato compete ao ente público, uma vez que o ordenamento jurídico expressamente lhe atribui esse dever (artigos 58, III, e 67, § 1º, da Lei 8.666/93). Demais disso, exigir que o reclamante procedesse a comprovação da falta de fiscalização do ente público equivaleria a atribuir-lhe a prova de um fato negativo, o que não pode ser tolerado. Inegavelmente, a Administração Pública é quem tem as reais condições de comprovar as medidas que teriam sido adotadas na fiscalização do contrato, daí porque o seu ônus probatório também se justifica pelo Princípio da Aptidão da Prova. Nesse sentido, a jurisprudência majoritária das Turmas do TST. Esclareça-se que a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, em 26/04/2017, no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 760931, é exatamente aquela que já havia sido consolidada na ADC 16. O tema "ônus probatório" não foi objeto de deliberação expressa, razão pela qual o aresto em nada muda a forma de pensar deste Relator, no particular. Recurso ordinário conhecido, mas não provido.

Processo: 0000968-33.2017.5.07.0028 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 23/04/2019**
Turma 3ª

INÉPCIA DA INICIAL. CAUSA DE PEDIR INESPECÍFICA. EMPREGADOR NÃO PERFEITAMENTE INDIVIDUALIZADO. DIFICULDADE NA IDENTIFICAÇÃO PELOS RECLAMANTES DO REAL EMPREGADOR DO DE CUJUS. AUSÊNCIA

DE PREJUÍZO À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. PREVALÊNCIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À AÇÃO.

Ainda que a peça vestibular não tenha sido perfeitamente formulada, com uma precisa identificação da causa de pedir, deve o julgador, na condução do processo, "salvar do naufrágio imediato postulações mal formuladas, mas suscetíveis de correção" (MOREIRA. José Carlos Barbosa. Efetividade do Processo e Técnica Processual. Revista Ajuris nº 64). Não se indefere petição inicial quando dela se possa extrair, ainda que com alguma dificuldade, os elementos necessários à dissolução do litígio (pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo), ou, ainda, quando se possa promover o saneamento de forma compatível com o rito e a celeridade exigidas, pois "os requisitos processuais devem ser interpretados no sentido mais favorável ao direito de ação, sob pena de inconstitucionalidade" (ROCHA, José de Albuquerque. Teoria Geral do Processo. p. 190). Hipótese, ademais, em que a inépcia detectada decorre da grande dificuldade de acesso, da parte hipossuficiente, a elementos de convicção que possibilitassem a perfeita identificação, no rol do polo passivo, do real empregador - o que não impediu, porém, de ser exercido, de forma plena, o direito ao contraditório e à ampla defesa, pelo que deve prevalecer o direito fundamental à ação.

RESPONSABILIDADE DO DNIT. OJ-191, SDI-1, DO TST.

Não atuando como incorporador ou construtor, e não se configurando a hipótese da Súmula 331 do TST (terceirização de mão-de-obra), de aplicar-se a inteligência da OJ-191, SDI-1, do TST, ficando o dono da obra isento de qualquer responsabilidade para com os empregados das contratadas.

RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO EXECUTIVO E DE ESTUDO AMBIENTAL.

Não tendo relação o objeto contratado com as atividades desempenhadas pelo de cujus quando do acidente que ceifou sua vida, isentas estão de qualquer responsabilidade.

RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA PARA AS OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DA MALHA VIÁRIA.

Ressumbrando da prova dos autos, em associação à pena de confissão contra si aplicada, de responsabilizar-se a empresa contratada para a realização das obras de revitalização da malha viária na qual laborava o de cujus, na função de controlador de tráfego ("pare-siga"), por ocasião do acidente. Culpabilidade do empregador, ademais, que não fora refutada.

DANOS MORAIS.

A ofensa ao patrimônio ideal do trabalhador, assim entendida a sua honra, dignidade, imagem, decoro, reputação, dentre outros aspectos que integram os chamados direitos de personalidade, caracteriza o chamado dano moral. A dor e

sofrimento experimentados pela família, que perdeu seu ente querido de forma precoce e violenta, têm reflexos na esfera imaterial dos parentes, caracterizando o dano em ricochete e operando-se o dano *in re ipsa.*

QUANTUM INDENIZATÓRIO.

Cumprindo as funções pedagógica, compensatória e repressiva, e considerada a situação financeira do ofensor e da vítima, e, em cotejo com os precedentes em casos similares, de fixar-se o valor da indenização em R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000854-22.2016.5.07.0031 **Julg.: 30/01/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 30/01/2019**
Turma 1ª

INÉPCIA DA INICIAL. RATIFICAÇÃO. OMISSÃO DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS À APRECIAÇÃO DO PEDIDO.

É dever da parte postulante formular pedido certo e determinado, de modo a garantir o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, bem assim a completa e integral entrega da prestação jurisdicional, não cabendo ao julgador presumir qual a pretensão perseguida, tampouco a sua extensão, mormente porque, como cediço, os pedidos lançados na peça vestibular é que traçam os limites da lide, dos quais o magistrado não pode se desvencilhar. No caso dos autos, a parte reclamante alegou, como substrato fático para postulação de indenização substitutiva do período de garantia provisória do emprego e reparação de danos morais, haver sofrido acidente de trabalho, todavia deixou de indicar a data em que este teria ocorrido e, também, quando cessado a percepção de auxílio-doença acidentário. Desse modo, tem-se que o pedido não foi efetuado de forma integral, porquanto deixaram de ser apontadas suas especificações, uma vez que não há delimitação das datas acima mencionadas, contrariando-se, assim, as disposições contidas no art. 840 da Consolidação das Leis do Trabalho. Em assim, ratifica-se a declaração de inépcia da inicial, constante da Sentença recorrida.

Processo: 0000574-62.2017.5.07.0016 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

INSALUBRIDADE.LIMPEZA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E COLETA DE LIXO EM LOCAIS DE USO IRRESTRITO. ADICIONAL EM GRAU MÁXIMO.

Consoante entendimento pacífico do c. Tribunal Superior do Trabalho, plasmado em sua Súmula nº 448, inciso II, "a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano". No caso dos autos, a limpeza de banheiros de shoppings e supermercados, cujo o uso é irrestrito, enquadra-se na hipótese da mencionada súmula, pelo que deve ser mantida a sentença que deferiu o adicional de insalubridade em grau máximo.

Processo: 0001601-11.2016.5.07.0018 **Julg.: 18/02/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 2ª

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E DE HIGIENE INADEQUADAS. CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Comprovado nos autos que as instalações sanitárias eram insuficientes, incompatíveis com a dignidade do ser humano, por não propiciar aos trabalhadores mínimas condições de higiene e saúde, em descumprimento à NR 18, do MTE, escorreita a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. Sentença mantida neste ponto.

PERÍODO CLANDESTINO DE TRABALHO. CONFIGURADO.

A teor da prova testemunhal, restou provado que o obreiro iniciara a relação de emprego em setembro de 2015, e não na data anotada na sua CTPS, a qual apresenta presunção "juris tantum". Portanto, confirma-se a sentença que reconheceu o período clandestino de trabalho e condenou a reclamada no pagamento de verbas trabalhistas decorrentes.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBENCIAIS. DEVIDOS.

Nos termos do art. 791-A, § 3º, da CLT, é devida a verba honorária por mera sucumbência, quando houver procedência parcial, superando o entendimento consubstanciado nas Súmulas nº 02 do TRT7 e 219 do TST, não havendo necessidade do obreiro estar assistido pelo Sindicato de sua categoria profissional nem ser beneficiário da Justiça Gratuita. Sentença mantida neste item. Recurso ordinário conhecido e desprovido.

Processo: 0000370-33.2018.5.07.0032 **Julg.: 21/01/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.:22/01/2019**
Turma 2ª

INSTRUTOR EDUCACIONAL EM INSTITUIÇÃO DE ABRIGO DE MENORES INFRATORES. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE DEVIDO.

O desempenho de atividades de apoio socioeducativo se insere nas hipóteses do art. 193, II da CLT, na medida em que os instrutores socioeducativos, na execução de suas funções diárias de acompanhamento da rotina dos menores infratores, estão sujeitos à violência física na tentativa de conter tumultos e tentativas de fugas, restando, pois, devido o pagamento de adicional de periculosidade.

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONTRATO DE CONVÊNIO.

Constata-se que a contratação do primeiro reclamada pelo Estado do Ceará restou formalizada mediante contrato de convênio, e que este, por proceder autêntico fornecimento de mão-de-obra ao contratante, guarda íntima semelhança com o instituto da terceirização de serviços, fato que atrai a incidência de responsabilidade do tomador dos serviços pelas consequências jurídicas da contratação, inclusive em face dos empregados da empresa contratada, não se admitindo queira o poder público eximir-se de responsabilidade quanto aos direitos trabalhistas dos prestadores de serviços, contratados pelo primeiro reclamado, produzindo dano em decorrência da própria atuação pública.

Processo: 0001890-43.2017.5.07.0006 **Julg.: 02/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 04/05/2019**
Turma 1ª

INTEGRANTE DE CIPA. GARANTIA PROVISÓRIA DO EMPREGO. ALEGADA EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO. INSUBSISTÊNCIA.

Não provada a alegação defensiva de encerramento das atividades no estabelecimento em que laborara a parte reclamante integrante da CIPA, não se há cogitar de extinção da retro aludida Comissão e, por conseguinte, da respectiva garantia provisória do emprego.

ADMISSÃO EM NOVO EMPREGO. REINTEGRAÇÃO INVIÁVEL. DIREITO À INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA.

Em tendo o reclamante conseguido novo emprego, inviável a sua reintegração no anterior, do qual fora ilegalmente despedido enquanto membro da CIPA, sendo-lhe devida indenização correspondente aos salários e vantagens que perceberia ao longo do período asseguratório do emprego.

Processo: 0000064-67.2018.5.07.0031 **Julg.: 17/12/2018**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 08/01/2019**
Turma 2ª

INTERSTÍCIOS. ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL. DIFERENÇA SALARIAL. PRESCRIÇÃO TOTAL. AÇÃO PROPOSTA APÓS TRANSCORRIDOS CINCO ANOS DA MODIFICAÇÃO CONTRATUAL. SÚMULA Nº 294 DO C. TST.

Depreende-se dos autos que os critérios de promoção foram alterados por ato único do empregador por meio da Carta Circular nº 0493/97, reduzindo a diferença entre os níveis salariais de 12% e 16% para 3%. Ajuizada a presente demanda em 26/09/2017, resulta irremediavelmente prescrita a pretensão obreira relativa ao pagamento de diferenças salariais decorrentes da alteração dos referidos percentuais, conforme interpretação sedimentada na Súmula nº 294, do Colendo TST, vez que não está prevista em dispositivo de lei, mas em normas regulamentares internas do Banco do Brasil.

SUPRESSÃO DE ANUÊNIOS. ALTERAÇÃO CONTRATUAL LESIVA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 294 DO TST. PRESCRIÇÃO PARCIAL.

Considerando que os anuênios pagos ao autor possuem origem nos quinquênios previstos em norma interna e não eram pagos exclusivamente com base em previsão em norma coletiva, não há que se falar em alteração contratual lesiva decorrente de ato único, porquanto configura-se descumprimento do anteriormente pactuado, cuja lesão detém efeitos prolongados no tempo, uma vez que o prejuízo se renovava mês a mês. Portanto, tal regulamento interno integrou-se ao contrato de trabalho do reclamante e, via de consequência, não poderia ser modificado unilateralmente, a teor do art. 468, da CLT, ou seja, seu pagamento não poderia ser suprimido, porquanto integrante do patrimônio jurídico do empregado. Na espécie, incide o entendimento consubstanciado no item I, da Súmula 51 do TST, afastando-se a prescrição total prevista na Súmula 294 do TST, sendo aplicável a parcial.

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INDENIZAÇÃO EQUIVALENTE AOS RECOLHIMENTOS A SEREM DESTINADOS À PREVI DECORRENTES DE DIFERENÇAS SALARIAIS.

A presente reclamação trabalhista não envolve demanda específica de cunho previdenciário, tampouco versa sobre matéria que envolva complementação de aposentadoria, e sim pedido de responsabilização do Banco do Brasil, no sentido de indenizar o valor referente ao prejuízo gerado ao autor em virtude

da ausência de contribuição destinadas à PREVI incidentes sobre as parcelas de cunho salarial devidas pelo banco, com caráter acessório ao contrato de trabalho mantido entre os litigantes.

Processo: 0001569-42.2017.5.07.0027 **Julg.: 16/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 17/05/2019**
Turma 3ª

INTERSTÍCIOS DE PROMOÇÕES. ALTERAÇÃO DO PACTUADO, POR ATO ÚNICO DO EMPREGADOR. PRESCRIÇÃO TOTAL.

A redução dos interstícios de promoção da carreira dos empregados do Banco do Brasil, por força da Carta Circular nº 493/97, vigorante a partir de 1º de agosto de 1997, configura ato único de alteração do pactuado, que afeta direito não assegurado em lei, portanto reclamava insurgência dentro do prazo prescricional, à luz da Súmula 294 do Colendo TST. Ultrapassado indigitado lapso, incide a prescrição extintiva da pretensão.

SUPRESSÃO DA AQUISIÇÃO DE NOVOS ANUÊNIOS. DESCUMPRIMENTO DE NORMA REGULAMENTAR/CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO PARCIAL.

A lesão decorrente do descumprimento da cláusula contratual vigente, asseguradora da percepção de adicional de 1% do Vencimento-Padrão a cada 365 dias de efetivo serviço, renova-se mês a mês, sempre que sonegado o acréscimo remuneratório devido caso verificada a incorporação de novos anuênios. Não se tratando de alteração do pactuado a atrair a aplicação da mencionada Súmula 294 do C. TST, a prescrição é parcial.

ANUÊNIOS. NORMA CONTRATUAL NÃO REVOGADA. SUPRESSÃO PELO BANCO DA AQUISIÇÃO DE NOVOS ANUÊNIOS. VIOLAÇÃO AO CONTRATO DE TRABALHO. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS.

Alicerçada em norma contratual expressa a incorporação à remuneração do empregado, a cada ano de efetivo serviço, de um anuênio, desnecessária seria sua repetição em Convenções e/ou Acordos Coletivos de Trabalho da categoria dos bancários, razão pela qual a supressão por estes, a partir de 1999, de cláusula referente à tal vantagem não autoriza o Banco do Brasil a desconsiderar a aquisição e, por conseguinte, o pagamento de novos anuênios, configurando referida conduta patronal violação direta ao Contrato de Trabalho, salvo em se tratando de empregados admitidos após a celebração dos nóveis pactos normativos.

BANCÁRIO. DIFERENÇAS SALARIAIS. GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL.

Extraindo-se da prova dos autos que a Gratificação Semestral correspondia ao percentual de 25% do somatório das parcelas de natureza salarial, inclusive, sobre as horas extras prestadas, não há como prosperar o pedido de pagamento de reflexos da parcela em comento sobre as demais verbas trabalhistas, em compondo estas, precisamente as de natureza remuneratória, sua base de cálculo.

CARGO DE CONFIANÇA. DESCARACTERIZAÇÃO. NÃO-ENQUADRAMENTO NA EXCEÇÃO DO § 2º DO ART. 224 DA CLT. DIREITO ÀS HORAS EXTRAS.

A mera percepção de gratificação de função não induz ao enquadramento do bancário na norma exceptiva do artigo 224, § 2º da CLT, por não revelar, por si só, fidúcia especial, em face do que impõe-se reconhecido o direito à remuneração, como extras, das 7ª e 8ª horas diárias de trabalho.

INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. INOBSERVÂNCIA. PAGAMENTO DO PERÍODO COMO HORAS EXTRAS.

A não-concessão, pelo empregador, do intervalo para o descanso previsto no art. 384 da CLT confere à empregada o direito a receber as horas extras correspondentes com o acréscimo de 50%.

Processo: 0001022-65.2017.5.07.0006 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass. 12/02/2019**
Turma 2ª

INTERVALO INTRAJORNADA. PRÉ - ASSINALAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. EMPREGADOR COM MAIS DE 10 (DEZ) EMPREGADOS.

Em relação aos intervalos intrajornada, o art. 74, § 2ª da CLT, admite que sejam, apenas, pré-assinalados, limitando-se a obrigação do empregador a manter apenas os registros do horário de entrada e de saída diários, sendo ônus do reclamante a prova de não fruição do mesmo (art. 373, do NCPC c/c art. 818, da CLT). Contudo, a reclamada, por contar com mais de 10 (dez) empregados, atraiu para si o ônus da prova, não se desincumbindo a contento.

JORNADA DE TRABALHO EM REGIME 12X36. REMUNERAÇÃO EM DOBRO DOS FERIADOS TRABALHADOS. SÚMULA 444, DO TST.

A jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegura ao trabalhador a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. *In casu*, ciente de que o empregado laborava em jornada 12x36 e não tendo a reclamada provado a devida compensação ou a quitação das horas extras

referente aos feriados trabalhados pelo obreiro, ônus que lhe competia, não há razão para reforma da sentença de piso, nesse aspecto.

TESE JURÍDICA PREVALECENTE Nº 2. TEMPO À DISPOSIÇÃO. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO.

O tempo gasto pelo empregado no estabelecimento empresarial em atividades relativas a troca de uniforme, alimentação, higiene pessoal, entre outras, deve ser considerado como à disposição do empregador e enseja o pagamento da jornada extraordinária correspondente, exceto se não ultrapassar cinco minutos de variação no registro do horário de entrada e de saída, observado o limite máximo de dez minutos diários (art. 58, § 1°, da CLT). Extrapolada essa tolerância, deve ser computada como extraordinária a totalidade do tempo que exceder a jornada normal. No caso, comprovado que o empregado era obrigado a chegar 30 (trinta) minutos antes do início de sua jornada para preleção, relativo a obrigatoriedade de comparecimento para recebimento de instruções do plantão anterior, deve ser considerado como à disposição do empregador e enseja o pagamento da jornada extraordinária correspondente. Sentença mantida.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO.

Nos termos do § 2º, do art. 2.º, da CLT, considera-se solidariamente responsáveis para os efeitos da relação de emprego as empresas que, embora cada uma delas com personalidade jurídica própria, constituam grupo econômico, como o caso dos autos. Sentença mantida nesse item.

HORAS EXTRAS. COMPENSAÇÃO DOS MINUTOS DE INTERVALOS INTRAJORNADA USUFRUÍDOS.

O direito à percepção dos intervalos têm natureza distinta do pagamento de hora extra, que com esse direito se cumula. Além disso, a não concessão integral do intervalo intrajornada implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, conforme previsão no inciso I , da súmula nº. 437, do TST. Sentença mantida. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO.

Processo: 0001656-80.2016.5.07.0011 **Julg.: 18/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 2ª

JUSTA CAUSA. DESÍDIA. NÃO-CONFIGURAÇÃO.

Causa demissória prevista na alínea "e" do art. 482 da CLT, a desídia se evidencia a partir da reiteração de condutas caracterizadas pela negligência do

empregado em relação às obrigações contratuais assumidas. No caso dos autos, não havendo prova das faltas reiteradas irrogadas ao trabalhador, não se há de cogitar em desídia, sendo devidas ao autor as verbas decorrentes da despedida imotivada.

Processo: 0001329-20.2016.5.07.0017 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 18/06/2019**
Turma 2ª

JUSTA CAUSA AFASTADA. ABANDONO DE EMPREGO NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE "ANIMUS ABANDONANDI".

Para a configuração do abandono de emprego, a empresa deve demonstrar o elemento objetivo, consistente na ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias, e, de forma inequívoca e robusta, o elemento subjetivo, consistente no "animus abandonandi", ou seja, a intenção deliberada de não mais retornar ao trabalho, elemento essencial para caracterização da falta grave imputada à ex-empregada. No caso, não comprovado o "animus abandonandi", resta descaracterizada a justa causa para a rescisão do contrato.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS/MATERIAIS. AUSÊNCIA DE CULPA PATRONAL.

O dano moral indenizável se evidencia quando presentes, concomitantemente, três requisitos: ocorrência do dano, nexo causal e culpa do réu. Ausente qualquer deles, soçobra o pleito reparatório a esse título. *In casu*, sem a comprovação da conduta culposa do empregador, resulta insubsistente a pretensão indenizatória dos postulados danos morais/materiais decorrentes do infortúnio sofrido pela autora.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MOTO.

Demonstrado o uso efetivo de motocicleta no labor da reclamante, e, em virtude da caracterização assegurada pela nova redação do art. 193 da CLT, é devido o adicional de periculosidade.

LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ.

O fato de exercer um direito constitucionalmente assegurado, vindo a Juízo pleitear direitos que entende lhe serem devidos, não caracteriza a autora como litigante de má-fé.

Processo: 0002238-48.2015.5.07.0033 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma 3ª

JUSTA CAUSA OBREIRA. PEDIDO DE REVERSÃO EM DISPENSA SEM JUSTA CAUSA.

Perfeitamente viável, diante da constatação de que houve desentendimento, com ofensas físicas, entre o consignado e seu colega de trabalho, sem a comprovação de efetiva atuação do reconvinte em legítima defesa, o exercício da faculdade legal, conferida à consignante, de rescindir o contrato de trabalho do recorrente por justa causa obreira (art. 482, alínea "j", da CLT). Adotam-se, como razões de decidir, os fundamentos expendidos na decisão hostilizada.

DIFERENÇAS SALARIAIS.

O pedido de diferenças salariais formulado reporta-se, como sustentado pelo recorrente, a todo o período da contratação. Trata-se de interpretação que se tem por mais consentânea com o inteiro teor da peça reconvencional, aliado à leitura da documentação anexada. Desse modo, emanando o direito ao piso salarial vindicado das CCT's apresentadas - tanto a de 2014/2015, quanto a de 2015/2016 -, são devidas as diferenças, também, para o intervalo de 01.06.2014 a 31.05.2015. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000911-06.2016.5.07.0010 **Julg.: 28/03/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 03/04/2019**
Turma 3ª

JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. CONCESSÃO. T

endo a parte autora declarado sua hipossuficiência econômica, presume-se verdadeira tal condição para a concessão da assistência judiciária gratuita, por aplicação do entendimento consolidado no item I, da Súmula nº 463, do TST. Recurso ordinário do reclamante provido para conceder-lhe o benefício da justiça gratuita e, por consequência, dispensá-lo do pagamento das custas.

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE REQUISITOS LEGAIS.

O direito à equiparação salarial demanda o preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 461, *caput* e § 1º, da CLT, quais sejam, desempenho de funções idênticas, com iguais produtividade e perfeição técnica, na mesma localidade e diferença de tempo de exercício inferior a dois anos. *In casu*, evidenciado nos autos que o autor e paradigma exerciam atribuições diversas, tem-se por insubsistente a pretensão equiparatória.

HORAS EXTRAS. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA.

Para ser acolhida como veraz, a labutação em jornada suplementar demanda comprovação cabal pela parte demandante, por se tratar de fato constitutivo de seu direito."*In casu*", o reclamante não se desencarregou a contento de seu ônus probatório, daí a improcedência da pretensão condenatória a título de horas extras.

Processo: 0000484-60.2017.5.07.0014 **Julg.: 20/05/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 21/05/2019**
Turma 2ª

LITISPENDÊNCIA. INEXISTÊNCIA. MULTA ADMINISTRATIVA POR FALTA DE RECOLHIMENTO DO FGTS. EXECUÇÃO DE DÍVIDA ATIVA DO FGTS DEVIDO. RELAÇÕES JURÍDICAS DISTINTAS.

Para haver litispendência, não basta a identidade de partes. As causas devem ser iguais: "Há litispendência quando se repete ação que está em curso." (art. 337, § 3º, CPC/2005). Tal não ocorre nos processos 0000579-64.2016.5.07.0034 e 0000578-79.2016.5.07.0034. As duas ações possuem causas de pedir diferentes e pedidos diferentes, apesar da inegável correlação dos fatos (e não conexão processual), já que o primeiro processo (000578-79.2016) tem por objeto a pretensa anulação do Auto de Infração 020199589 lavrado pelo Fiscal do Trabalho como forma de alcançar a invalidade da multa administrativa aplicada no valor de R$ 131.097,12 (cento e trinta e um mil noventa e sete reais e doze centavos), enquanto que o segundo processo (0000579-64.2016) trata do pedido de anulação da NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DO FGTS NDFC/NFGC/NRFC 200.009.656, no valor de R$ 189.793,94 (cento e oitenta e nove mil setecentos e noventa e três reais e noventa e quatro centavos). Evidente que os débitos são diversos, têm origens e suportes legais diferentes, pois a cobrança do valor em si do FGTS não recolhido em nada se confunde com multa administrativa aplicada em razão da infração legal consubstanciada na falta de recolhimento mensal do valor principal. Ou seja, a multa administrativa é uma dívida acessória, distinta, pois, do débito do FGTS.

EXECUÇÃO DE DÍVIDA ATIVA DO FGTS. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA PROCESSAR E JULGAR O PROCESSO 0000579-64.2016.5.07.0034 (AÇÃO ANULATÓRIA DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DO FUNDO DE GARANTIA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL). REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA FEDERAL.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou jurisprudência, conforme súmula 349, que "Compete à Justiça Federal ou aos juízes com competência delegada o julgamento das execuções fiscais de contribuições devidas pelo empregador ao FGTS." Por certo que a Ação Anulatória, que postula a nulidade da execução fiscal de débito de FGTS inscrito em dívida ativa, também deve ser apreciada pela Justiça Federal, dada a inegável conexão. No mesmo sentido, a iterativa jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, afirmando que a competência da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, VII, da Constituição Federal de 1988, a partir

da EC 45/2004, abarca apenas o processamento das "ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho", o que não se confunde com a execução judicial de valores de FGTS devidos pela empresa, inscritos em dívida ativa, muito menos se cuida da contribuição social de 10% instituída pelo art. 1º da LC 110/2001. Afastada a litispendência entre as ações, impõe-se acolher as alegações defensivas dos réus para declarar a incompetência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar o processo 0000579-64.2016.5.07.0034 (AÇÃO ANULATÓRIA DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DO FUNDO DE GARANTIA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL), determinando-se a remessa dos autos à Justiça Federal, para distribuição por dependência à Ação de Execução Fiscal nº 0807624-45.2017.4.05.8100, em trâmite na 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará. Prejudicado, nesta Justiça do Trabalho, o exame dos demais argumentos defensivos da União/Fazenda Nacional e da Caixa Econômica Federal.

PROCESSO 0000578-79.2016.5.07.0034. MULTA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTOS MENSAIS DE FGTS. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. COISA JULGADA CONSTITUÍDA NO PROCESSO Nº 0000023-96.2014.5.07.0013. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

É entendimento do Tribunal Superior do Trabalho que, "uma vez regularmente constituída a Certidão de Dívida Ativa, em face da multa administrativa, esta subsistirá, ainda que haja a quitação total do débito apurado a título de FGTS perante a Justiça Federal (...) pois a posterior quitação não possui o condão de alterar a circunstância que motivou a imposição da multa pelo auditor fiscal, a qual se originou da constatação de infração à legislação trabalhista ao tempo da fiscalização." (AIRR - 192500-63.2005.5.23.0031, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 18/11/2015, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/11/2015). Com singular propriedade, a sentença recorrida fundamentou que este processo 0000578-79.2016.5.07.0034 guarda estreita relação com o processo 0000023-96.2014.5.07.0013, cuja sentença transitada em julgado reconheceu a validade do Auto de Infração Nº 020199597, lavrado no mesmo contexto e na mesma data do Auto de Infração Nº 020199589. Com efeito, "O Auto de Infração Nº 020199597 [objeto do processo 0000023-96.2014.5.07.0013] concluiu pela existência de débito de verbas de natureza salarial, quais sejam, adicional noturno e horas extras, atinentes à jornada noturna de 12 X 36, especificamente em relação à prorrogação da hora noturna e em face da hora reduzida." "O Auto de Infração Nº 020199589, objeto da presente ação [0000578-79.2016.5.07.0034], foi lavrado com fundamento de que a requerente não efetuou o recolhimento mensal do FGTS (infração ao art.

23, §1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990) sobre os valores relativos ao adicional noturno e horas extras devidas, bem como reflexos sobre o repouso semanal remunerado, ou seja, justamente sobre as verbas salariais referidas no Auto de Infração Nº 020199597. No presente caso, o FGTS é apenas verba reflexo das verbas reconhecidas como devidas, tornando-se desnecessária a análise de registros de empregados, folhas de pagamento, convenções coletivas." Acolhida, pois, a defesa da União/Fazenda Nacional, no sentido de que "Como o Auto de Infração Nº 020199597 foi tido como válido por decisão transitada em julgado, outra solução não há a não ser reconhecer a validade do presente auto de infração [Nº 020199589], lavrado na mesma oportunidade e com a observância de todas as garantias constitucionais de defesa." Respeitada a coisa julgada. Recurso ordinário não provido.

Processo: 0000578-79.2016.5.07.0034 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 05/06/2019**
Turma 1ª

MANDADO DE SEGURANÇA. AUTARQUIA MUNICIPAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS. ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO. ATIVIDADE NÃO LUCRATIVA E SEM CONCORRÊNCIA. DÉBITO TRABALHISTA. EXECUÇÃO DIRETA. INVIABILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral é uma Autarquia criada por lei municipal para a prestação de serviços públicos essenciais de abastecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgoto sanitário, de forma descentralizada, submetida a controle do Poder Público Municipal, sem concorrência e sem fins lucrativos típicos de atividade econômica, mediante cobrança de tarifa que não configura "comercialização de água", pois o objetivo do pagamento pelos usuários, nos termos do art. 9º da lei instituidora, é reaver à Administração Pública os custos dos serviços prestados e assegurar a previsão de investimentos em obras de manutenção e expansão da rede de abastecimento. Ademais, nos termos da Lei Municipal nº 1684/2017, o orçamento sintético do SAAE integra o orçamento geral do Município criador (art. 4º, § 3º). Esse conjunto de elementos é suficiente para estender à Autarquia Municipal as prerrogativas legais e processuais inerentes à Administração Direta, como os benefícios do Decreto-Lei nº 779/69 e o processamento da execução trabalhista na forma dos arts. 535 do CPC e 100 da Constituição Federal. Segurança concedida para afastar a execução direta por meio do sistema BacenJud.

Processo: 0080118-79.2019.5.07.0000 **Julg.: 28/05/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 28/05/2019**
Pleno do Tribunal

MANDADO DE SEGURANÇA. BLOQUEIO DE REPASSES DE VALORES PROVENIENTES DE RECURSOS PÚBLICOS. ART. 833, INCISO IX DO NOVO CPC. NORMA COGENTE. IMPENHORABILIDADE.

Conquanto à disposição de ente privado, os recursos públicos não transmudam sua natureza jurídica, ou seja, detêm utilidade pública, sendo, portanto, indisponíveis, à exceção da finalidade específica quanto a sua utilização conferida, no caso, pelo convênio entre as partes, não comportando qualquer flexibilização. Dessa forma, tendo em vista prejuízo do regular desenvolvimento das atividades educacionais e sociais da impetrante, impõe-se a concessão da segurança, tornando definitiva a liminar anteriormente deferida.

Processo: 0080560-79.2018.5.07.0000 **Julg.: 28/05/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 28/05/2019**
Pleno do Tribunal

MANDADO DE SEGURANÇA.DETERMINAÇÃO DE PENHORA INCIDENTE SOBRE SALÁRIO. POSSIBILIDADE.

A reversão de constrição determinada pela autoridade impetrada não constitui direito líquido e certo da parte impetrante. Consoante recente decisão da SDI-2 do TST, não há ofensa a direito líquido e certo em decorrência da determinação judicial, proferida na vigência do CPC de 2015, de bloqueio e penhora de percentual sobre salários ou proventos de aposentadoria, tendo em vista o disposto no art. 833, § 2º, do CPC de 2015. A Orientação Jurisprudencial 153 da SBDI-2/TST incide apenas nas hipóteses de penhoras efetuadas quando em vigor o CPC de 1973 (TST-RO-20605-38.2017.5.04.0000, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes). Na esteira do TST, esta Corte tem jurisprudência favorável à possibilidade de bloqueio de parte dos valores salariais auferidos pelo executado, que se extrai do Processo nº 0080514-27. 2017.5. 07.0000, Relator Desembargador Jose Antonio Parente da Silva. Assim, à luz do entendimento jurisprudencial acima exposto, não há modernamente empecilho absoluto para o bloqueio realizado pela autoridade impetrada, sendo possível a constrição de parte das verbas salariais recebidas pela parte executada. Segurança conhecida e parcialmente concedida para limitar o bloqueio das verbas salariais da impetrante a 10% (dez por cento).

Processo: 0080557-27.2018.5.07.0000 **Julg.: 23/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 23/04/2019**
Pleno do Tribunal

MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO DE DÉBITO TRABALHISTA. SUSPENSÃO DA CNH DO DEVEDOR. MEDIDA IMPERTINENTE À SATISFAÇÃO DO CRÉDITO. SEGURANÇA CONCEDIDA.

A suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do devedor trabalhista, além de ineficiente e ineficaz para a satisfação do crédito do exequente, também não encontra agasalho na previsão do art. 835 do CPC/2015, ao tratar da ordem preferencial para a penhora de bens para pagamento de crédito, bem como esbarra nas hipóteses legais fixadas pelo Código de Trânsito Brasileiro para suspensão da habilitação de motoristas infratores. Presente a alegada violação a direito líquido e certo do Impetrante. Segurança concedida em definitivo, ratificando-se a liminar deferida.

Processo: 0080541-73.2018.5.07.0000 **Julg.: 29/01/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 29/01/2019**
Pleno do Tribunal

MANDADO DE SEGURANÇA. EXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO TUTELÁVEL PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO DE MANIFESTAÇÃO. AUSÊNCIA DE OFENSA AO DIREITO DE PROPRIEDADE.

O impetrante logrou demonstrar ameaça a direito líquido e certo à manifestação do sindicato em prol da categoria profissional que representa.Os atos deflagrados pela agremiação impetrante não inviabilizam a atividade comercial do empregador, mas apenas causam aborrecimentos próprios do antagonismo entre as categorias, na busca por melhores condições de trabalho. Segurança concedida.

Processo: 0080614-45.2018.5.07.0000 **Julg.: 04/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 27/06/2019**
Pleno do Tribunal

MANDADO DE SEGURANÇA. MANUTENÇÃO DE PLANO DE SAÚDE POR FORÇA DE ACORDO CELEBRADO PELAS PARTES EM PDVE. TUTELA DE URGÊNCIA. AUSÊNCIA DE

PREJUÍZO AO IMPETRANTE POR ILEGALIDADE OU ABUSIVIDADE DO ATO JUDICIAL. SEGURANÇA DENEGADA.

Advém dos argumentos do Impetrante a conclusão de que a tutela de urgência deferida em 1º grau não lhe está causando nenhum prejuízo jurídico, já que, conforme suas palavras, "o plano de saúde do Reclamante encontra-se plenamente ativo, conforme celebrado em acordo de PDVE, com previsão de encerramento apenas para março de 2019." Ora, se não há prejuízo jurídico, não se pode entender a ocorrência de violação a direito líquido e certo por ilegalidade ou abuso de poder decorrente de ato judicial. Falta, pois, a fumaça do bom direito porque o plano de saúde está sendo mantido pelo acordo celebrado no PDVE e não por força da medida tutelar atacada no presente mandado de segurança. Outrossim, a discussão jurídica acerca da alegação de que a coparticipação em procedimentos médicos não se confunde com a contribuição ou prêmio mensal, para fins de manutenção do plano de saúde mediante pagamento integral assumido pelo beneficiário após decorrido determinado prazo da rescisão do contrato de trabalho, encerra controvérsia relevante de posicionamentos e interesses jurídicos opostos entre reclamante e reclamado, que enseja exame fático-probatório e análise de matéria de direito mediante prestação jurisdicional exauriente em sede própria da ação trabalhista em tramitação perante o juízo da 5ª Vara do Trabalho de Fortaleza, sendo impróprio, na via do Mandado de Segurança, adentrar-se exaustivamente ao objeto meritório da ação principal, a demandar provimento judicial adequado por meio de eventual recurso ordinário cabível em face da sentença cognitiva a ser proferida ao término da instrução processual. Portanto, inexistindo fatos novos e/ou provas e argumentos diferentes dos já expostos por ocasião do exame do pedido liminar, impõe-se a ratificação da decisão monocrática que indeferiu o pedido de liminar, denegando-se em definitivo a segurança pretendida na inicial.

Processo: 0080583-25.2018.5.07.0000 **Julg.: 09/04/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 09/04/2019**
Pleno do Tribunal

MANDADO DE SEGURANÇA. MEDIDA LIMINAR INDEFERIDA E MANTIDA EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. SEGURANÇA DENEGADA EM CARÁTER DEFINITIVO.

O pedido mandamental embasa-se na alegação de que não há igualdade de situações jurídicas entre o processo de origem (reclamação trabalhista 0000544-50.2014.5.07.0010) e a questão constitucional debatida no Recurso Extraordinário nº 960.429/RN, no qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral, com suspensão nacional dos processos que envolvem a matéria

ali debatida sob o Tema 992: "Discussão quanto à competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado." No julgamento do Agravo Regimental, o Tribunal ratificou o entendimento de que o exame do mérito do recurso ordinário suspenso pela autoridade coatora depende da futura decisão do STF, definindo qual órgão jurisdicional possui competência material para conhecer de questões que antecedam a contratação de empregados por entidades da Administração Pública Indireta. Como todos os argumentos da Impetrante, tanto na inicial quanto no Agravo Regimental, foram rejeitados por fundamentação exauriente do Tribunal Pleno, e permanecendo o cenário jurídico que embasou o indeferimento do pedido de liminar, impõe-se denegar em definitivo o pedido de segurança, por não se vislumbrar motivação suficiente para fundamentar posicionamento diverso de tudo o quanto fora debatido e decidido nos autos.

Processo: 0080569-41.2018.5.07.0000 **Julg.: 28/05/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 28/05/2019**
Pleno do Tribunal

MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CABIMENTO. RESERVA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. REVOGAÇÃO DOS PODERES EM DIVERSAS RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS. ADVOGADO EXCLUÍDO DOS PROCESSOS PRINCIPAIS. JUSTO RECEIO. CONFIGURAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE MANEJO DE OUTRO TIPO DE RECURSO.

O manejo de mandado de segurança preventivo impõe que a parte autora receosa de eventual dano futuro demonstre, objetivamente, com provas pré-constituídas, em que aspecto jurídico específico reside o efetivo temor de suportar os efeitos de um possível ato ilegal ou abusivo na iminência de ser praticado por alguma autoridade pública. No caso, são vários os julgados deste Tribunal dizendo respeito à reserva de honorários advocatícios contratuais do causídico Impetrante, relativamente às execuções trabalhistas em curso na Vara do Trabalho de Quixadá, que se encontram em fase de liquidação e/ou execução (expedição de RPV) para pagamento dos débitos pelo Município de Canindé, nas quais o juízo de origem reiteradamente indeferiu os pedidos de pagamento da verba honorária nos próprios autos executórios após os reclamantes revogarem as procurações então outorgadas ao advogado patrocinador das causas. Desse modo, a natureza preventiva da ação mandamental se justifica, também, pela efetividade, celeridade e economia de atos processuais repetitivos, a fim de evitar a multiplicação desnecessária de mandados de segurança semelhantes, com a mesma causa de pedir e mesmo objetivo,

após este Tribunal já ter formado entendimento no sentido favorável à pretensão do Impetrante em tantos outros casos, sendo cabível, por disciplina judiciária, a observância da autoridade da decisão desta Corte por parte do juízo executório em todas as demandas patrocinadas pelo causídico impetrante.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. RESERVA DE VALORES E EXECUÇÃO NOS AUTOS PRINCIPAIS. POSSIBILIDADE DE INDEFERIMENTO POR ATO JUDICIAL. REITERADOS ATOS SIMILARES. JUSTO RECEIO DEMONSTRADO. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. VIOLAÇÃO DO ART. 22, § 4º, DA LEI 8.906/94. SEGURANÇA PREVENTIVA CONCEDIDA EM CARÁTER DEFINITIVO.

À exceção do trabalho voluntário regulamentado pela Lei nº 9.608/1998, a execução de serviços, seja de forma autônoma ou vinculada a norma contratual, de caráter profissional ou não, deve ser remunerada nos termos da carta constitucional que estabelece a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa com fundamentos da República Federativa do Brasil. O exercício da advocacia não é atividade profissional gratuita. A bilateralidade de deveres, direitos e obrigações que advém do instrumento de procuração é evidente e inerente à capacidade postulatória privativa do profissional da advocacia, na medida em que a parte reclamante, ao constituir o advogado como procurador nos autos, consente a representação e assistência jurídica para a defesa de direitos, havendo, em contrapartida dos serviços prestados, o compromisso de pagamento do valor pactuado com o causídico, já que o trabalho profissional do advogado é oneroso nos termos da lei, e não gratuito. A literalidade do Estatuto da Advocacia espanca qualquer e eventual dúvida sobre a obrigação da parte reclamante, que revogar os poderes do advogado, de pagar o trabalho profissional contratado. Nos termos do § 4º do art. 22 da Lei 8.906/94, é direito líquido e certo do advogado obter a reserva da verba honorária contratual no bojo da própria execução trabalhista em que o crédito do(a) exequente é objeto de liquidação para futura requisição de pagamento ao município devedor. Segurança preventiva concedida em definitivo.

Processo: 0080389-25.2018.5.07.0000 **Julg.: 29/01/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 29/01/2019**
Pleno do Tribunal

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. RETENÇÃO DE CRÉDITO DE EMPRESA PRESTADORA. LIMITAÇÃO AO VALOR AINDA PENDENTE DE PAGAMENTO PELO TOMADOR.

A ordem judicial que determina ao tomador de serviços a retenção de valores destinados a empresa prestadora por ele contratada, com o fito de serem recolhidos a uma conta de depósito judicial e, posteriormente, servirem para o pagamento de créditos trabalhistas de ex-empregados desta, insere-se dentre as medidas facultadas ao Juiz como expressão do poder geral de cautela que lhe é assegurado pelo Ordenamento Jurídico Processual em vigor, não se admitindo, no entanto, que essa constrição exceda o limite do crédito de titularidade daquela empresa. Segurança parcialmente concedida, para o fim de limitar o bloqueio ao valor remanescente do crédito da prestadora.

Processo: 0080620-52.2018.5.07.0000 **Julg.: 26/03/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho **Data Ass.: 27/03/2019**
Pleno do Tribunal

MANDADO DE SEGURANÇA. REMOÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE. HIPÓTESE EM QUE A PARTE IMPETRANTE ASSUME EMPREGO JÁ DESVINCULADA DA UNIDADE FAMILIAR. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PARA CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA.

A impetrante, quando da admissão no emprego público na CAGECE, passara a residir em cidade diversa do cônjuge, circunstância valorada pela autoridade coatora como empecilho para a caracterização de um dos requisitos necessários ao deferimento da tutela de urgência e da concessão, agora, do mandamus. Tal aspecto demonstra a ausência de direito líquido e certo da obreira à remoção, eis que por deliberação própria fora iniciado o contrato de trabalho em Fortaleza no ano de 2017, quando seu cônjuge já se encontrava em Parnamirim/RN. No caso vertente, optando a impetrante assumir o emprego com a rejeição desde sempre do princípio da unidade familiar, não pode invocar as remoções subsequentes do esposo, sob tal enunciado para obter tutela de urgência antecipatória dos efeitos postulados em reclamação trabalhista. Mandado de Segurança conhecido e denegado.

Processo: 0080501-91.2018.5.07.0000 **Julg.: 23/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 23/04/2019**
Pleno do Tribunal

MENOR APRENDIZ. DIREITO A PLR PREVISTO EM CCT.

Não havendo qualquer disposição expressa em contrário, excluir os aprendizes, do rol dos beneficiários das verbas previstas na CCT, seria desprestigiar o Princípio da Condição Mais Favorável, que norteia as relações de trabalho, além de expressamente previsto do Decreto 5.598/2005, art. 17, parágrafo único. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0000896-94.2017.5.07.0012 **Julg.: 19/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 21/02/2019**
Turma 3ª

MOTORISTA DE CAMINHÃO. TRABALHO EXTERNO. CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO OBRIGATÓRIO. LEI Nº 12.619/12 (ATUALMENTE COM REDAÇÃO ALTERADA PELA LEI Nº 13.103 /2015).

A Lei 12.619/12, em seu art. 2º, V, estabeleceu ser direito do empregado e, por conseguinte, dever do empregador, o controle fidedigno da jornada de trabalho, por meios eletrônicos idôneos instalados nos veículos ou através de anotação em diário de bordo, papeleta ou ficha de serviço externo. No caso, verifica-se que os registros de ponto apresentados são inválidos como meios de prova, posto que constam registros invariáveis da jornada do obreiro, nos termos da súmula nº. 338, III, do TST. Além disso, a prova oral apresentada pelo reclamante foi convincente a ponto de afastar a veracidade dos registros constantes nos referidos cartões de ponto, ressaltando, inclusive, que não obstante o autor exerça trabalho externo de Ajudante de Carga, a reclamada mantinha métodos específicos destinados a possibilitar o controle de jornada através de rastreador por satélite, sendo, portanto, seu ônus a juntada de tais controles com o fito de confirmar a veracidade dos registros anotados pelo autor, o que no caso, não ocorreu. Sentença mantida.

DAS VERBAS RESCISÓRIAS. AUSÊNCIA DE ANUÊNCIA DO AUTOR AO TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA FIRMADO JUNTO AO MPT PARA PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.

O alcance do TAC firmado pelo Ministério Público do Trabalho (ID. 4A26163) restou condicionada à aceitação do trabalhador, mediante comparecimento na Comissão de Conciliação Prévia, com funcionamento no sindicato patronal, conforme disciplina Cláusulas 02 e 05 do TAC (ID. b874861) o que *in casu*, não consta o termo de adesão assinado pelo autor nos autos. Assim, não tendo a empresa efetuado o pagamento das verbas rescisórias, nada a modificar na sentença de piso.

MULTA DO ART. 477, DA CLT.

Em relação a multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, mantêm-se a decisão atacada, pois não há nos autos prova da quitação da rescisão trabalhista no prazo legal.

MULTA DO ART. 467, DA CLT.

Em petição de ID. Ec86464, requereu o autor, em tempo hábil, o aditamento da peça inicial para fazer incluir em seu pleito o pagamento da multa prevista no art. 467, da CLT. Assim, reconhecendo em juízo que as verbas rescisória não foram pagas, e não efetuado o pagamento na primeira audiência, cabível a aplicação da citada multa em desfavor da acionada. Sentença mantida.

FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO- RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

Reza o art. 2º, § 2º, da CLT, que todas as empresas integrantes do mesmo grupo econômico respondem solidariamente pelo pagamento das obrigações trabalhistas. Analisando-se as provas dos autos, verifica-se que as empresa possuem comunhão ou a conexão de negócios entre si, além de sócios em comum, o que comprova a direção e/ou administração das empresas pelos mesmos sócios, além de farta prova documental que comprovam a existência de formação de grupo econômico, art. 2º, § 2º, da CLT. Sentença mantida.

DIÁRIAS DE VIAGEM SUPERIORES A 50% DO SALÁRIO DO EMPREGADO. PRESUNÇÃO RELATIVA DA NATUREZA SALARIAL DA PARCELA.

Reza a Súmula nº 101 do Tribunal Superior do Trabalho que: "Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens". No caso, alegando a empresa o pagamento de diárias, atraiu para si o ônus probatório quanto a natureza indenizatória da mesma (art. 818, da CLT c/c art. 273, do NCPC), a qual não se desincumbiu.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº. 13.467/17. REFORMA TRABALHISTA.

A presente ação trabalhista fora proposta em 04.03.2018, quando já estava em vigor a Lei nº 13.467 de 13.07.2017, conhecida como reforma trabalhista. Assim, havendo procedência parcial do pedido e considerando o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, mantém-se a sentença quanto a condenação em honorários advocatícios em 15% do valor da condenação.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. INEXIGIBILIDADE.

Diante do reconhecimento pela sentença atacada da hipossuficiência alegada pelo reclamante, bem como do seu pedido de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, e considerando o artigo 5º, inciso LXXIV, da CF/88, que diz: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos", e considerando a proibição da *reformatio in pejus*, de se manter a condição suspensiva de exigibilidade dos honorários sucumbenciais em favor do advogado da reclamada, no prazo e forma discriminadas no art. 791-A, § 4º, da CLT. RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO

Processo: 0000212-26.2018.5.07.0016 **Julg.: 25/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 26/02/2019**
Turma 2ª

OFENSA À DIGNIDADE DA EMPREGADA PERPETRADA POR COLEGA DE TRABALHO. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR.

Não há dúvidas de que a reclamante sofreu ofensas, xingamentos e constrangimentos efetivos por parte da colega de trabalho, provocando desconforto capaz de gerar um dano moral passível de ressarcimento pela reclamada, nos termos dos arts. 932, III, e 933, do CC.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR.

Levando-se em consideração a conduta abusiva praticada pela funcionária, a culpabilidade da reclamada ao não adotar providência para obstar a continuidade dos atos lesivos contra a autora, o dano à dignidade da ofendida, bem como o caráter pedagógico da indenização em tela, observa-se que o valor arbitrado, R$ 5.000,00 (cinco mil reais), apresenta-se adequado à situação fática delineada nos autos e apto a amenizar a dor sofrida pela empregada. Recurso Ordinário conhecido e improvido.

Processo: 0000877-22.2017.5.07.0034 **Julg.: 14/02/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 20/02/2019**
Turma 3ª

OMISSÕES. PERCEPÇÃO DISFARÇADA SOB RUBRICA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS.

Evidenciado, ao exame da prova dos autos, o pagamento de comissões retributivas pelo desempenho do empregado sob a forma disfarçada de participação nos lucros ou resultados, de se afastar a tentativa empresarial de burla ao Ordenamento Trabalhista e determinar a incorporação das comissões à base de cálculo das verbas rescisórias.

HORAS EXTRAS. INDEFERIMENTO. TRABALHO EXTERNO. CONTROLE DE JORNADA NÃO CONFIGURADO.

O exercício de atividade externa de vendedor, incompatível com a fixação de horário de trabalho e sem efetivo controle de jornada pelo empregador, como se tem no caso dos autos, caracteriza a hipótese exceptiva estabelecida no inciso I do art. 62 da CLT, afastando, por conseguinte, o direito a horas extras.

Processo: 0000361-17.2016.5.07.0008 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

PASTOR EVANGÉLICO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INEXISTÊNCIA.

A relação mantida entre o pastor evangélico e a Igreja não é empregatícia, mas sim de ordem religiosa e vocacional. Não emergindo do acervo fático-probatório a presença dos elementos tipificadores previstos nos artigos 2º e 3º da CLT, tem-se por não caracterizada a vinculação empregatícia entre a parte reclamante e a reclamada. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000100-75.2018.5.07.0010 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 17/06/2019**
Turma 3ª

PENHORA. IMÓVEL ADQUIRIDO POR TERCEIRO DE BOA-FÉ BEM ANTES DA INDISPONIBILIDADE APOSTA. INEXISTÊNCIA DE FRAUDE.

Em que pese o agravante não ter procedido a transcrição no Cartório de Registro de Imóveis da aquisição do bem em questão, o mesmo comprovou a compra do imóvel através da escritura pública de compra e venda, o que ocorreu bem antes do ajuizamento da reclamação trabalhista, pelo que deve ser protegido o direito de propriedade do terceiro adquirente de boa-fé, o qual comprou licitamente o imóvel. Dessa forma, ilegal a penhora que recaiu sobre o mesmo. Agravo de petição conhecido, mas improvido.

Processo: 0001814-98.2018.5.07.0033 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 25/06/2019**
Turma 2ª

PERÍCIA. LAUDOS MÉDICO E DE INSALUBRIDADE.

O julgador, apesar de não estar adstrito ao resultado da perícia (art. 479 do CPC/2015), somente pode se afastar das ilações alcançadas pelo "*expert*" quando houver, nos fólios, elementos outros, suficientes para autorizar a formação do convencimento em sentido contrário à conclusão do técnico. No caso dos autos, não se verificam elementos que permitam o alcance, com a mesma propriedade de um especialista, de resposta diversa acerca da ausência de insalubridade por exposição a ruídos, bem como da inexistência de nexo causal entre o labor e a perda de audição que acometera o reclamante. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0002085-41.2016.5.07.0013 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 19/06/2019**
Turma 3ª

PERÍODO CONTRATUAL ANTERIOR À ANOTAÇÃO DA CTPS. AUSÊNCIA DE PROVA.

Não constando dos autos qualquer prova capaz de evidenciar a alegativa autoral de que a obreira fora contratada em data anterior ao período formalizado na CTPS, impõe-se reparar o julgado de 1º grau, a fim de reconhecer a existência de relação de emprego entre as partes litigantes sobre o período de 01/04/2011 a 10/02/2016, determinado-se, pois, o alinhamento da condenação ao correspondente a tal interregno.

ACÚMULO DE FUNÇÃO. PARTICIPAÇÃO NAS GRAVAÇÕES DE CD/DVD. PAGAMENTO INDEVIDO.

Considerando o fato de inexistir ajuste prévio entre empregado e empregador acerca de pagamento extra por CD/DVD gravado, resta claro que a participação em tais eventos consistia obrigação inerente à atividade remunerada da reclamante, enquanto musicista, daí não se configurando o alegado acúmulo de função.

GRUPO ECONÔMICO. SOLIDARIEDADE ENTRE AS RECLAMADAS.

Uma vez verificado que os recorrentes fazem parte do mesmo grupo econômico, incide à hipótese o preceito disposto no § 2º do art. 2º da CLT, de modo que os reclamados respondem solidariamente pelo pagamento das parcelas condenatórias decorrentes da relação de emprego. Recurso parcialmente provido.

Processo: 0000505-75.2017.5.07.0001 **Julg.: 20/03/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 21/03/2019**
Turma 1ª

PLANO DE CARGOS E CARREIRAS NÃO HOMOLOGADO PELO MTE. VALIDADE.

Apesar da não homologação pelo MTE do plano de cargos e carreiras instituído pela reclamada, o mesmo foi implantado pela ré, passando a fazer parte do contrato de trabalho da obreira, não podendo, unilateralmente, ser retirado.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.

Em tendo o laudo pericial constatado a existência de agentes nocivos à saúde no ambiente de trabalho, deve a empresa ser condenada no pagamento do adicional de insalubridade respectivo.

DANOS MORAIS DEVIDOS.

Considerando a comunicação interna da reclamada (Id ed3a3a5), onde consta que os empregados deveriam mudar seu regime de trabalho como condição para permanecer nos quadros funcionais da reclamada, não poderia a empresa exigir de seus colaboradores tal comportamento. Assim, tendo a reclamada praticado ato ilícito, deve a mesma ser condenada a pagar indenização por danos morais.

ADICIONAL DE FUNÇÃO.

Restou certo que a reclamante trabalhava como coordenadora do laboratório, fazendo jus ao pagamento do adicional de função respectivo, cujo adicional é o de 25% conforme PCC juntado aos autos. Recursos conhecidos, mas improvidos.

Processo: 0000840-16.2017.5.07.0027 **Julg.: 06/05/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 24/05/2019**
Turma 2ª

PLANO DE SAÚDE CUSTEADO INTEGRALMENTE PELA EMPRESA. EMPREGADO COPARTICIPANTE. PERMANÊNCIA NA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIO APÓS A APOSENTADORIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 30, § 6º, DA LEI 9.656/98.

Comprovado nos autos que o plano de saúde coletivo era mantido integralmente pelo empregador, estando o reclamante restrito apenas à coparticipação, a qual, segundo o § 6º do art. 30 da Lei nº 9.656/98 e a jurisprudência pátria, não configura contribuição, impõe-se a manutenção da sentença julgou improcedente a reclamação trabalhista. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001808-82.2017.5.07.0015 **Julg.: 09/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 09/05/2019**
Turma 3ª

PRAZO PRESCRICIONAL. ART. 7º, XXIV. FASE PRÉ-CONTRATUAL.

ART. 196 CC. Consoante previsão constitucional (art. 7º, XXIX), a prescrição das ações relativas aos créditos resultantes das relações de trabalho é, em regra, de cinco anos, limitado esse prazo, todavia, a dois anos após a extinção do contrato de trabalho, seja para os trabalhadores urbanos seja para os rurais. Em se tratando de relação pré-contratual, temos que o termo "*a quo*" desse prazo quinquenal, conta-se a partir do ato lesivo, momento em que nasce para o titular a pretensão (art. 189 do Código Civil), o qual, na espécie, se deu com o encerramento da validade do concurso público sem que houvesse a efetiva nomeação do candidato aprovado. Sentença reformada.

CONCURSO PÚBLICO. CADASTRO DE RESERVA. TERCEIRIZAÇÃO. PRETERIÇÃO DE CANDIDATOS.

Não se questiona que a aprovação em concurso público gera, tão somente, uma expectativa de direito ao candidato que se submeteu ao certame. No entanto, evidente que a contratação de serviços terceirizados pela entidade estatal, para o

desempenho das mesmas atividades inerentes ao cargo em que a autora logrou aprovação, além de evidenciar a real necessidade por tais serviços pela empresa reclamada deixa, às claras, a preterição dos candidatos aprovados. Sentença reformada.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

A presente ação trabalhista foi proposta em 22.05.2017, enquanto a Lei nº 13.467 de 13.07.2017, passou a viger em 11.11.2017. Assim, o dispositivo processual , art. 790-A, CLT, com alteração dada pela reforma trabalhista (Lei 13.467/17) que disciplina o pagamento de honorários e a sucumbência recíproca na justiça do trabalho e por conseguinte, revoga os entendimentos fixados nas súmulas 219 e 329, do TST, não se aplica ao presente caso. Assim sendo, no caso, no momento da propositura da ação vigia o entendimento preconizado na Súmula nº. 2 deste Regional. No caso em apreço, não se encontra a parte obreira assistida pelo sindicato da sua categoria profissional. Portanto, não se divisa o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da verba honorária. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Processo: 0000804-28.2017.5.07.0009 **Julg.: 11/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 28/02/2019**
Turma 2ª

PREJUDICIAL DE MÉRITO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N° 330, I, DO TST- QUITAÇÃO.

Nos termos da Súmula Nº 330 do TST, a quitação passada pelo empregado ao empregador, com assistência de entidade sindical da categoria profissional, tem eficácia liberatória apenas em relação às parcelas expressamente consignadas nos recibos, dentro do limite dos valores efetivamente pagos. Dessa forma, a eficácia liberatória se refere apenas aos valores consignados no TRCT, não havendo impedimento para que o reclamante pleiteie valores restantes que entender devidos. Sentença mantida.

MÉRITO. HORAS EXTRAS.INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. EMPREGADOR COM MAIS DE 10 (DEZ) EMPREGADOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº. 338, I, DO TST.

Cabia ao reclamante a comprovação dos fatos constitutivos de seus direito, nos termos do art. 373, do Código de Processo Civil Brasileiro c/c art. 818, da CLT. Contudo, a reclamada, por contar com mais de 10(dez) empregados, atraiu para si o ônus da prova, não se desincumbindo a contento, tendo em vista que a acionada, com o fito de provar a real jornada vivenciada pela obreira, colacionou aos autos, apenas, os controles de frequência da autora, relativo ao período de 1 (um) mês de labor, de 16.04.2017 a 15.05.2017 (ID. 4ccb377). Assim, da análise dos cartões de ponto colacionados pela ré e dos fatos narrados pelas testemunhas

de ambas as partes, conclui-se que a acionada não se desincumbiu de seu ônus probatório a contento. Sentença mantida.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LAUDO PERICIAL. EXISTÊNCIA.

O julgador não está adstrito à prova pericial, entretanto, no caso dos autos, cabia a demandada produzir provas capazes de elidir a conclusão do laudo pericial, ônus que lhe competia a teor do art. 818, da CLT e art. 373, do NCPC, o que, *in casu*, apesar de apresentar laudo elaborado por assistente técnico (ID. e06c6df) , este não mostrou-se suficiente para desconstituir a conclusão do *expert*, no sentido de que a autora estava, diariamente, em contato com vasos sanitários, sem a proteção adequada para as mãos, olhos e contra a inalação de aerossóis, sendo insuficientes os equipamentos de proteção fornecidos pela empresa demandada. Por todo o exposto, impõe-se a acolhida do laudo pericial que concluiu "EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES DE INSALUBRIDADE". RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO

Processo: 0001011-48.2017.5.07.0002 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 06/02/2019**
Turma 2ª

PRELIMINAR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DEMANDA PROPOSTA EM FACE DO EMPREGADOR.

A Justiça do Trabalho é competente para a análise de causa que envolva complementação de aposentadoria em que se postula contra o próprio empregador, e não contra a entidade de previdência complementar, quando decorrente de contrato de trabalho. Preliminar acolhida.

PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO TOTAL. PROMOÇÃO. ALTERAÇÃO DE PERCENTUAIS. NORMA REGULAMENTAR. ATO ÚNICO DO EMPREGADOR.

A lesão apontada pelo autor, inobstante atingir prestações de trato sucessivo, nasceu de ato único do empregador ao editar nova norma regulamentar alterando os percentuais de promoção na carreira do bancário, não estando assegurados por preceito de lei. Incidente, pois, a regra constante no entendimento do c. TST, consubstanciado na Súmula nº 294, primeira parte.

PLANO DE APOSENTADORIA INCENTIVADA. VERBAS RESCISÓRIAS. TRANSAÇÃO.

Não há falar em negócio jurídico nulo quando inexistente prova de vício de consentimento do empregado ao aderir ao Plano de Incentivo à Aposentadoria

e rescindir seu contrato de trabalho nos termos oferecidos pelo programa, optando pela condição que, à época, lhe pareceu mais favorável diante das vantagens oferecidas pelo empregador.

JORNADA DE TRABALHO. CARGO DE CONFIANÇA. GERENTE DE RELACIONAMENTO.

É entendimento desta turma que o exercício da função normalmente designada como gerente de relacionamento distingue o empregado das funções dos demais trabalhadores, uma vez que atua com uma carteira de clientes exclusivos, atendidos à mesa, exercendo funções mais complexas que a de um escriturário. Recurso ordinário improvido.

Processo: 0001076-31.2017.5.07.0006 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

PRELIMINAR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. MUNICÍPIO DE ABAIARA. REGIME CELETISTA.

Não há prova da instituição de regime jurídico administrativo estatutário no âmbito municipal, hipótese que poderia desviar a competência para a Justiça Comum conforme entendimento consubstanciado na ADI 3.395, que suspendeu os efeitos do inciso I, do art. 114, da CR/88 (acrescentado pela EC 45/2014) no sentido de afastar a competência da Justiça do Trabalho para as causas entre os servidores estatutários e o ente da Administração Pública. Preliminar rejeitada.

EMPREGADO PÚBLICO MUNICIPAL. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA.

Nos termos da OJ 361, da SBDI-1, do col. TST, a aposentadoria espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação (OJ 361), o que também se aplica à Administração Pública em seus contratos de trabalho regidos pela CLT. Além disso, não há óbice à acumulação de proventos pagos pela Previdência Social com a remuneração do emprego público, custeada pelo Município, vez que a vedação do artigo 37, § 10, da CF/88, atinge apenas servidores vinculados aos regimes previdenciários especiais.

SALÁRIO INFERIOR AO MÍNIMO LEGAL.PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 7º, inciso IV, garante ao trabalhador, como menor contraprestação, o salário mínimo, ainda que a jornada de trabalho seja inferior a oito horas diárias, entendimento da OJ 358,II, da SDI: "Na Administração Pública direta, autárquica e fundacional não é válida remuneração de empregado público inferior ao salário mínimo, ainda que cumpra jornada de trabalho

reduzida."INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. A dispensa de empregado público aposentado, por si só, não configura dano moral. Ademais, no caso, não se vislumbram evidências de que o ato de dispensa tenha ferido a honra, a imagem ou a intimidade da autora de modo a ensejar a condenação ao pagamento de indenização por dano moral

Processo: 0001574-27.2018.5.07.0028 **Julg.: 23/05/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 27/05/2019**
Turma 3ª

PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA. PERÍCIA JUDICIAL. INDEFERIMENTO.

As provas produzidas no processo são por si só suficientes para fundamentar o livre convencimento do julgador, não tendo motivo algum para realização de perícia judicial. Preliminar que se rejeita.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. MORTE DO EMPREGADO EM SERVIÇO.ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO RECONHECIDA.CONDENAÇÃO DO EMPREGADOR AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO.

Compete ao empregador, ao alegar que o empregado contribuiu, decisivamente e com culpa exclusiva, para a produção do acidente do trabalho, produzir provas robustas e induvidosas, não se admitindo, para esse fim, meras alegações ou presunções. Demais disso, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, cabe ao empregador, por força de disposição legislativa expressa (CLT, art. 157, incisos I e II), zelar pela manutenção de um meio ambiente de trabalho seguro, seja cumprindo as normas de segurança e medicina do trabalho, seja orientando os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a adotar no sentido de evitar acidentes do trabalho. Afastada, portanto, a alegação de que o acidente fatal decorreu de culpa exclusiva da vítima, remanescendo ao empregador o dever de pagar indenização por dano moral à família do empregado falecido, pois a mera negligência ou descuido do trabalhador não lhe mancha o comportamento de forma a torná-lo culpado por seu próprio infortúnio.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº. 13.467/17. REFORMA TRABALHISTA.

A presente ação trabalhista fora proposta em 04.12.2017, quando já estava em vigor a Lei nº 13.467 de 13.07.2017, conhecida como reforma trabalhista. Assim sendo, considerando a procedência parcial do pedido autoral, aplica-se ao caso, o art. 791-A, para manter a Reclamada no pagamento de honorários advocatícios no percentual de 5% da condenação. Sentença mantida. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001012-28.2017.5.07.0036 **Julg.: 29/04/2019**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva **Data Ass.: 30/04/2019**
Turma 2ª

PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

O reclamante não está postulando vínculo de emprego com a municipalidade e sim a responsabilidade subsidiária do ente público, pouco importando para o deslinde do litígio, a existência ou não de Regime Jurídico Único.

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. NEGLIGÊNCIA. DEVER DE FISCALIZAR. NOVA REDAÇÃO DA SÚMULA 331 DO TST.

O STF ao declarar recentemente a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 (ADC 16), não afastou a possibilidade de a administração pública direta e indireta ser responsabilizada subsidiariamente pelas verbas trabalhistas inadimplidas pela prestadora de serviços, quando evidenciado sua conduta culposa, especialmente no tocante à fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da prestadora de serviço. Portanto, caberia ao reclamado provar que acompanhou e exigiu a execução fiel do contratado, muito especialmente quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias do contratado (inexistência de culpa "*in vigilando*"), por tratar-se de fato impeditivo ao acolhimento da pretensão do autor (art. 373, II, do CPC/2015), o que não ocorreu no caso dos autos (Súmula nº 331 do TST).

Processo: 0001642-11.2017.5.07.0028 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.

Se, da leitura das razões recursais da reclamante, observa-se que os fundamentos da sentença foram devidamente atacados, não há como ser acolhida a preliminar de não conhecimento do apelo por ausência de dialeticidade. Preliminar rejeitada.

RECURSO DA RECLAMANTE. MULTA DO ARTIGO 477, DA CLT. ALTERAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO.

Formada a litiscontestatio, é defeso às partes alterar a petição inicial ou a defesa, exceto quando se tratar de fatos novos, o que não se aplica, à espécie,

porquanto, na peça recursal, insiste-se na aplicação da multa do art. 477, da CLT, adotando-se, como causa de pedir, fatos diversos daqueles alegados na petição inicial. Apelo não conhecido, nesse tocante.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. ALEGADO DESVIO DE FUNÇÃO. PROVA ORAL QUE SE REVELOU TENDENCIOSA. DIFERENÇAS SALARIAIS INDEVIDAS.

Ocorre desvio de função quando o empregado passa a exercer função ou cargo diverso daquele para o qual foi contratado, sendo-lhe conferidas atribuições mais complexas ou que exijam um maior grau de qualificação, sem o pagamento da contraprestação respectiva, sendo do autor o ônus de provar suas alegações a teor do disposto no art. 818, I, da CLT e 373, I, do CPC. Na hipótese, não restou demonstrada a ocorrência de desvio funcional nos moldes delineados na peça de início, porquanto a única testemunha obreira ouvida (e único meio de prova disponibilizado ao juízo), demonstrou, em seu depoimento, interesse no litígio com vistas a beneficiar a reclamante. Recurso conhecido e não provido, no particular.

DANO MORAL. RESTRIÇÃO DE USO DE BANHEIRO E DE CONSUMO DE ÁGUA. NÃO COMPROVAÇÃO NOS AUTOS. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL INDEVIDA.

Para que seja caracterizado do dano moral, faz-se necessária a comprovação da conduta abusiva do empregador (omissiva ou comissiva), capaz de provocar dano à dignidade ou à integridade física ou psíquica do empregado, o que, na hipótese, não restou demonstrado pela autora, a quem incumbia, nos termos do art. 818, da CLT c/c 373, I, do CPC de 2015, fazer a prova de suas alegações, razão porque deve ser mantida a decisão em que se indeferiu a pretensão exordial relativamente à indenização por dano moral. Ademais, o mero controle empresarial do uso de banheiros pelo empregado ou de pausas na prestação dos serviços para consumo de água não ensejam, por si, dano moral passível de indenização, tratando-se, em verdade, de direito inerente ao poder diretivo do empregador, notadamente quando se trata de empresa que possui expressivo número de empregados, como na hipótese, e que estabelece regras para resguardar o bom andamento do serviço, não havendo qualquer prova, nos autos, que tais restrições sucediam de forma abusiva e extrapolavam os limites da razoabilidade, a ponto de impedir a satisfação das necessidades inadiáveis da obreira. Recurso conhecido e não provido, nesse tópico.

ESTABILIDADE GESTACIONAL INDENIZADA. VALE ALIMENTAÇÃO E PLANO DE SAÚDE RELATIVAMENTE AO PERÍODO ESTABILITÓRIO.

Se as convenções coletivas adunadas aos fólios não dispõem que a indenização da trabalhadora dispensada em estado gravídico deverá contem-

plar vale alimentação, indevido o pagamento do benefício. Ademais, a ajuda alimentação fornecida pela empresa participante do PAT é parcela que não possui natureza salarial e, por essa razão, desvincula-se da base de cálculo da indenização estabilitória. Noutra perspectiva, no ordenamento jurídico pátrio, não há dispositivo legal que obrigue o empregador a manter o plano de saúde do empregado dispensado, inexistindo, outrossim, na norma coletiva transmitida aos fólios, disposição clausular a estabelecer que, na indenização paga à empregada gestante dispensada, deverá ser considerado o vale alimentação. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0001169-76.2018.5.07.0032 **Julg.: 08/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 10/05/2019**
Turma 1ª

PRESCRIÇÃO. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. REFLEXOS NO FGTS E DEMAIS PARCELAS SALARIAIS.

Como o reclamante não está a postular a obrigação principal (auxílio-alimentação), mas, sim, o FGTS sobre os valores efetivamente pagos sobre o auxílio-alimentação, não há dúvidas de que a prescrição incidente, na hipótese, é a trintenária, nos termos da Súmula nº 362 do TST. Ressalve-se que, na forma do item II da referida Súmula 362 do TST, alterada por força da da decisão do STF no processo ARE 709212, "para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso em 13.11.2014, aplica-se o prazo prescricional que se consumar primeiro: trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir de 13.11.2014", pelo que a prescrição é trintenária, visto que o prazo prescricional já estava em curso em 13.11.2014. Quanto aos reflexos sobre as demais parcelas, deverá ser observada a prescrição parcial quinquenal.

BANCO DO BRASIL. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA ALTERADA POR NORMA COLETIVA. VALIDADE APENAS PARA OS EMPREGADOS ADMITIDOS APÓS A PACTUAÇÃO. SÚMULA 09 DESTE TRIBUNAL. RECLAMANTE QUE PREENCHE OS REQUISITOS. DEFERIMENTO DA VERBA.

Em conformidade com a Súmula nº. 09 deste E. Tribunal Trabalhista, publicada no DEJT de 22, 23 e 24 de setembro de 2015, com o fito de uniformização de jurisprudência, tem-se que o dispositivo de norma coletiva que altera a natureza jurídica do auxílio-alimentação, imprimindo-lhe caráter indenizatório, somente é válido para os empregados admitidos posteriormente a sua pactuação. Assim, tratando-se de empregado admitido em data anterior ao acordo coletivo que transmudou a natureza jurídica de referido auxílio, de se manter a Sentença de primeiro grau que reconheceu a natureza salarial do auxílio-alimentação,

excluindo-se, porém, da condenação os reflexos do auxílio-alimentação sobre o Repouso Semanal Remunerado (RSR) e sobre a PLR.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.467/2017. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41/2018 DO TST. AÇÃO PROPOSTA ANTES DE 11/11/2017. SÚMULA 2 DESTE TRIBUNAL. ASSISTÊNCIA SINDICAL. DEFERIMENTO.

Com a vigência da Lei 13.467/17, dispondo que os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência, foram substancialmente alterados os ditames legais e jurisprudenciais restritivos quanto aos critérios para o deferimento da verba honorária na Justiça do Trabalho nas lides decorrentes do vínculo empregatício. Com foco no princípio da segurança jurídica, indispensável para assegurar estabilidade às relações processuais, o TST editou a Instrução Normativa nº 41/2018, estabelecendo no art. 6º que "Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nºs 219 e 329 do TST." Sem adentrar ao mérito desse entendimento, e, ainda, para evitar a criação de falsas expectativas aos jurisdicionados, bem como por disciplina judiciária, cumpre aplicar, no caso concreto, a compreensão consubstanciada na súmula 2 deste TRT da 7ª Região. Assim sendo, como a presente reclamação trabalhista decorre do vínculo empregatício, foi ajuizada em data anterior a 11/11/2017 e o reclamante atende aos requisitos necessários à concessão do pleito, por se encontrar assistido pelo sindicato de sua categoria profissional, mantém-se a condenação do reclamado no pagamento dos honorários advocatícios assistenciais em favor do sindicato da categoria profissional.

Processo: 0000546-52.2016.5.07.0009 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

PRESCRIÇÃO. PLANOS ECONÔMICOS. IMPLANTAÇÃO DOS REAJUSTES SALARIAIS E SEUS REFLEXOS. OJ 243 DA SDI1 DO TST.

Em consonância com o que dispõe a Orientação Jurisprudencial nº 243 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, é aplicável a prescrição total sobre o direito de reclamar diferenças salariais resultantes de planos econômicos. Assim, originando-se a lesão ao direito em 1986, resta prescrita a pretensão, que só foi exercida em 2017, por meio de reclamação trabalhista.

Processo: 0001959-66.2017.5.07.0009 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 11-A DA CLT E INSTRUÇÃO NORMATIVA 41/2018 DO C. TST.

O art. 11-A da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/17, prevê a aplicação da prescrição intercorrente no processo do trabalho. Contudo, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 41/2018, do C. TST, "o fluxo da prescrição intercorrente conta-se a partir do descumprimento da determinação judicial a que alude o § 1º do art. 11-A da CLT, desde que feita após 11 de novembro de 2017". "*In casu*", como a última intimação para o exequente indicar meios de prosseguimento da execução ocorreu em data anterior à vigência da Lei 13.647/17, não se poderia declarar a prescrição intercorrente. Agravo de petição conhecido e provido.

Processo: 0232100-11.1999.5.07.0011 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

PRESCRIÇÃO TOTAL.PARCELA NÃO GARANTIDA POR PRECEITO DE LEI.INCIDÊNCIA DA SÚMULA 294 DO C. TST.

Uma vez que a alteração alegadamente lesiva se deu mediante regulamento do Banco do Brasil (Carta Circular nº 0493/97) envolvendo parcela não assegurada por preceito de lei, mas sim originalmente estabelecida em norma coletiva e incluída em norma regulamentar do acionado (CIRCULAR FUNCI nº 805), é total a prescrição, devendo ser mantida a decisão que extinguiu o feito, com resolução do mérito.

Processo: 0001893-59.2017.5.07.0018 **Julg.: 10/06/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 2ª

PRESCRIÇÃO TRIENAL. DANO MORAL. INADMISSIBILIDADE.

O Tribunal Superior do Trabalho, por meio da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, pacificou a cizânia outrora existente, entendendo que, se o marco inicial da contagem prescricional das pretensões atinentes a danos decorrentes de acidente de trabalho for anterior à Emenda Constitucional nº 45/2004, aplicar-se-á o prazo prescricional estipulado no Código Civil. Já se o marco prescricional se iniciar após a Emenda Constitucional nº 45/2004, aplicar-se-ão os prazos prescricionais trabalhistas (art. 7º, XXIX, Constituição Federal). Aplica-se,

assim, ao feito, a prescrição bienal e quinquenal trabalhista, as quais não incidem sobre as pretensões veiculadas no corrente processo, ajuizado em 07/08/2014.

DIFERENÇAS SALARIAIS. DESVIO DE FUNÇÃO. INEXISTÊNCIA.

Incumbia ao autor comprovar o desvio/acúmulo funcional alegado, por ser fato constitutivo de seu direito (art. 373, I, CPC/2015). Não tendo se desonerado de tal encargo, além de não ter apresentado argumentos e/ou provas minimamente sólidas e aptas a afastarem as conclusões já alçadas, deve ser mantida a sentença que julgou improcedente o pleito e seus consectários.

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA.

O elemento definidor do pagamento, ou não, do adicional de transferência é a provisoriedade e/ou definitividade da remoção do empregado (OJ nº 113 da SDI-1 do TST). Não há norma que estabeleça qual o período máximo de duração para que a transferência seja considerada provisória, embora a SBDI-1 tenha construído entendimento no sentido de que seriam 02(dois) anos. No entanto, a só duração não é determinante, uma vez que todos os dados fáticos devem ser analisados em conjunto, não bastando o exame de um único fator, como o tempo, mas, sim, a conjugação dos três requisitos: o ânimo (provisório ou definitivo), a sucessividade de transferências e o tempo de duração. No caso dos autos, os períodos de trabalho em cada local foram superiores ao referencial jurisprudencial (2 anos). Somado a isso, temos o motivo (promoção) que revela que as transferências se deram por decorrência do interesse comum da empresa e do empregado, de forma que a sucessividade de transferências, no caso, não revela o intuito de alocar temporariamente o empregado em determinado local de trabalho e, pouco tempo depois, retorná-lo ao local anterior, ou transferi-lo para outra cidade qualquer.

HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. JORNADA. EXCEÇÕES DOS ARTIGOS 224 E 62 DA CLT.

O reclamante, durante todo o período reclamado, era detentor de fidúcia diferenciada - exercendo no banco réu a função de gerente do PAA nos anos de 2009 a 2011, e gerente geral de 2011 a 2014 - não se confundindo com a fidúcia mínima que necessariamente deve habitar na relação entre empregado e empregador, razão pela qual restou enquadrado nas exceções previstas no § 2º, do art. 244, da CLT e posteriormente, no art. 62, celetista. Não provado cumprimento de horas extras (além da 8ª), no que tange ao primeiro período, e não estando sujeito a controle de jornada no segundo, indevido o pagamento de labor extraordinário. Sentença mantida.

HORAS EXTRAS. CURSOS TREINET E INTERVALO INTERJORNADA.

Não provada, de forma precisa, a realização dos cursos pelo obreiro fora da jornada de trabalho e com qual frequência, assim como sua obrigatoriedade, o recurso deve ser improvido.

HORAS EXTRAS. INTERVALO PREVISTO NO ART. 384 DA CLT. SOMENTE PARA MULHERES.

Conforme a sedimentada jurisprudência do C. TST, o empregador, nos termos do art. 384 da CLT, está obrigado a conceder, apenas às mulheres, intervalo de 15 minutos antes do início do período extraordinário de trabalho. No caso dos autos, sendo o reclamante do sexo masculino não lhe é devida a parcela em comento.

DANO MATERIAL PELA UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO. COMBUSTÍVEL E DEPRECIAÇÃO.

Inexiste nos autos qualquer elemento probatório que indique quanto o autor despendia a título de combustível, muito menos qualquer demonstração acerca da depreciação do veículo. Não constando nos autos parâmetro que possa indicar os gastos do mesmo com o automóvel utilizado, resta inviável o reconhecimento do direito às indenizações pretendidas.

DANOS MORAIS. BANCÁRIO. TRANSPORTE DE VALORES.

Resta evidente nos autos que o reclamante realizava a atividade de transporte de valores, não tendo sido contratado para esse fim, nem recebido o respectivo treinamento para tanto - em contrariedade ao art. 3º da Lei 7.102/83. Patente, portanto, a prática de conduta ilícita pela reclamada, sendo os danos morais presumíveis pela própria demonstração do exercício da atividade irregular de transporte de numerário - conforme entendimento já pacificado pelo TST. Presentes os requisitos necessários à atribuição da responsabilidade civil, deve o bando ser condenado na reparação dos danos causados ao autor.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSÉDIO. INEXISTÊNCIA.

Não se constatando qualquer conduta desonrosa por parte da reclamada em face do autor - já que a cobrança de metas no âmbito da empresa, sem abusividade ou violação da honra e dignidade dos empregados, não pode ser considerada a prática de ilícito - incabível a reparação indenizatória perquerida.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONTRATUAIS INDEVIDOS.

Mesmo com fulcro nos artigos 389, 395 e 404 do Código Civil, a jurisprudência do E. TST rejeita a possibilidade de deferimento de indenização por danos materiais, ao obreiro, para ressarcir as despesas do demandante com a contratação de advogado particular, razão pela qual indefere-se a pretensão autoral. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001144-59.2014.5.07.0014 **Julg.: 14/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 3ª

PROCESSO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE SIGILO. INEXIGIBILIDADE. EXERCÍCIO REGULAR E NÃO ABUSIVO DO DIREITO DO EMPREGADOR.

Não constituem ato ilícito, ainda que causem alguma espécie de dano a outrem, e desde que não praticados de forma abusiva ou em desvio de finalidade, os que impliquem exercício regular de um direito reconhecido (CCB/02), não gerando, de conseguinte, direito à reparação. Caso em que o empregador, após a acusação, feita por colegas, seguida de B.O. Policial, de prática de ato libidinoso durante o trabalho, transferiu o empregado de setor, para seu próprio resguardo, e instaurou processo disciplinar. Inexistência, ademais, de norma jurídica que imponha sigilo à apuração, tampouco notícia de que houve indiscrição de qualquer natureza na condução do P.A. e/ou nos atos de publicidade nele praticados. Não constitui ofensa à dignidade da pessoa humana a mera publicização, em si considerada, de processo disciplinar envolvendo empregados por ofensa a normativos internos da empresa, dada a inocorrência de ofensa a segredo de justiça ou a qualquer outra garantia constitucional. Publicização que é a regra, não podendo ser restringida, sem lastro legal. Hipótese, ademais, em que não se identifica exposição de fatos relativos à intimidade e à vida privada do obreiro. Recurso conhecido e provido.

Processo: 0000011-83.2017.5.07.0011 **Julg.: 27/03/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 28/03/2019**
Turma 1ª

PROCESSO DO TRABALHO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. EXECUÇÃO AJUIZADA ANTES DE 11.11.2017. NÃO OCORRÊNCIA.

A redação do art. 2º da Instrução Normativa do Tribunal Superior do Trabalho de número 41 de 2018, preconiza que "o fluxo da prescrição intercorrente conta-se a partir do descumprimento da determinação judicial a que alude o § 1º do art. 11-A da CLT, desde que feita após 11 de novembro de 2017". Assim, tendo sido a execução analisada proposta em data anterior ao marco temporal normativo supra assinalado, qual seja, a data de início de vigência da reforma trabalhista, não há falar em aplicação da prescrição intercorrente nos moldes em que agitada.

MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI PELO TJCE. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA TRANSITADA EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

Transitado em julgado título executivo judicial que condenou o Município agravante a implementar gratificação de regência de classe de 40%, bem como do adicional de 5% referente a quinquênios, não pode o comando ser afastado em sede de execução trabalhista. Assim nego provimento ao agravo de instrumento que visa alterar julgamento da fase de conhecimento acobertado pela coisa julgada material.

Processo: 0002755-06.2017.5.07.0026 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

PROCESSO DO TRABALHO. PROVA TESTEMUNHAL. VALORAÇÃO. DEPOIMENTOS RECIPROCAMENTE PRESTADOS EM AÇÕES TRABALHISTAS PELA RECLAMANTE E PELA TESTEMUNHA APONTADA. ISENÇÃO DE ÂNIMO PARA DEPOR. OBSERVÂNCIA DA SÚMULA 357 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Reputo que o depoimento prestado pela testemunha apontada pela parte autora não merece confiança plena, eis que, no caso, além de presente a circunstância de a testemunha apontada litigar contra o mesmo empregador, caracterizou-se ainda o fato determinante de que a reclamante do presente processo prestou depoimento na reclamação movida pela testemunha ora apresentada, e que, reciprocamente, esta depôs nos presentes autos. Assim, não há como considerar que a testemunha ouvida tenha plena isenção de ânimo para depor acerca de fatos análogos àqueles os quais a reclamante informou nos outros autos, conclusão que corretamente interpreta e aplica os preceitos da Súmula 357 do C. Tribunal Superior do trabalho.

Processo: 0002755-06.2017.5.07.0026 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

PROFESSOR. JORNADA DE QUATRO HORAS. DIREITO AO SALÁRIO MÍNIMO. OJ 393 DO COLENDO TST.

O professor que cumpre a jornada prevista no artigo 318 da CLT faz jus ao salário mínimo integral, consoante preceitua a OJ 393 da SBDI-1 do Colendo TST.

INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. NÃO CONCESSÃO. DIREITO A HORAS EXTRAS.

Não concedido à empregada o intervalo de quinze minutos previsto no art. 384 da CLT, assiste-lhe o direito ao pagamento do período correspondente como horas extras.

Processo: 0000679-85.2017.5.07.0033 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 19/06/2019**
Turma 2ª

PROGRESSÃO ESPECIAL. VANTAGEM ASSEGURADA A EMPREGADOS DESTITUÍDOS DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA EXERCIDA POR, NO MÍNIMO, TRÊS ANOS. REVOGAÇÃO DA NORMA INTERNA DELA INSTITUIDORA. EFEITOS SOBRE O CONTRATO DE TRABALHO DO EMPREGADO. TESE FIXADA EM JULGAMENTO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA POR ESTE TRIBUNAL.

Consoante tese prevalecente fixada no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência Nº 0080178-57.2016.5.07.000, por este E. Regional, o direito à vantagem remuneratória denominada "Progressão Especial", assegurada aos empregados destituídos de função comissionada exercida por, no mínimo, três anos, em cumprimento a norma interna da INFRAERO, posteriormente revogada, aderiu aos contratos de trabalho daqueles admitidos antes desse ato revocatório, ainda que, à época, não tenham implementado tal requisito temporal, sendo inadmissível, pois, sua supressão.

Processo: 0001830-34.2017.5.07.0018 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

RECLAMAÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/17. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. EMPREGADA SECURITÁRIA. RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE BANCÁRIA. GRUPO ECONÔMICO. NÃO COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TÍPICAS DE BANCÁRIO. IMPOSSIBILIDADE.

Para que se reconheça a condição de bancário, necessário se faz a produção de prova convincente do efetivo exercício de atividades típicas dos bancários, o que não ocorreu. A caracterização de grupo econômico não tem o condão de ensejar, de per se, o enquadramento da reclamante como bancária.

MULTA RESCISÓRIA.

Nos termos do entendimento jurisprudencial cristalizado na Súmula nº 462 do TST, "a circunstância de a relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo não tem o condão de afastar a incidência da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT".

RECURSO DAS RECLAMADAS. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PRIMAZIA DA REALIDADE.

O contrato de trabalho resta plasmado, de modo objetivo, independentemente da vontade expressa das partes, uma vez presentes os requisitos caracte-

rizadores das figuras do empregador e do em pregado. In casu, nítida e patente a fraude ao contrato de emprego perpetrada pelas reclamadas, impõe-se reconhecida a vinculação empregatícia diretamente com a seguradora, à luz do princípio da primazia da realidade.

PEDIDO DE DEMISSÃO COMO CAUSA RESCISÓRIA.

Ressaindo do complexo instrutório que a causa rescisória decorrera do pedido de demissão autoral, impõe-se desbastado o condenatório, a fim de se excluírem as parcelas atinentes à injusta despedida.

Processo: 0000548-04.2016.5.07.0015 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA ANTERIORMENTE À REFORMA TRABALHISTA. INAPLICABILIDADE DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 13.467/2017.

Em se tratando de ação ajuizada anteriormente à Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a reclamação trabalhista deverá ser analisada à luz da legislação então vigente, conforme Instrução Normativa nº 41, de 21.06.2018, do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre normas da CLT, com as alterações da Lei nº 13.467/2017 e sua aplicação no processo do trabalho.

RECURSO ORDINÁRIO. 1. APELO DO RECLAMANTE. TRABALHADOR EXTERNO. CONTROLE DE JORNADA. COMPROVAÇÃO. HORAS EXTRAS. POSSIBILIDADE.

A aplicação do artigo 62, I, da CLT, somente ocorrerá quando não houver comprovação de efetiva possibilidade de controle da jornada trabalhada empreendida pelo obreiro. Trata-se de presunção relativa (afastável por prova em contrário) de que a jornada não é fiscalizada. Desse modo, havendo prova de que ocorria fiscalização da carga horária laboral, ainda que por meios indiretos, impõe-se o afastamento da presunção estabelecida pelo citado preceito legal. Horas extras devidas. Sentença reformada, no aspecto.

LABOR AOS DOMINGOS E FERIADOS. AUSÊNCIA DE PROVA.

Tendo em vista que as testemunhas da autora e da ré prestaram depoimentos conflitantes, tem-se que a reclamante não se desincumbiu do seu ônus (art. 818 da CLT e art. 373, I, do CPC) de comprovar o alegado labor aos domingos do mês de dezembro, bem como em feriados. Pleito indevido. Sentença mantida.

PARCELA VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO. PRÊMIOS. CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELO EMPREGADOR. NÃO ATINGIMENTO DE METAS. ÔNUS DA PROVA.

Uma vez que a empresa é detentora da documentação relativa aos critérios estabelecidos para percepção do prêmio fixado à produtividade do empregado e ao montante dos prêmios a ele pagos, à luz do princípio da melhor aptidão para a prova, incumbe a ela exibi-los, com vistas a demonstrar o quanto produzido, e, por essa forma, permitir ao julgador conferir a procedência de suas alegações no que diz respeito ao fato impeditivo alegado em defesa - não alcance em todos os meses da meta de 100% -, ônus que lhe cabia, nos termos do artigo 818 da CLT c/c o artigo 373, inciso II, do CPC de 2015. Assim não agindo, abre espaço a que se adote como verdadeiros os fatos articulados pela parte contrária, notadamente quando o autor, na petição inicial, lança pedido expresso nesse sentido. Sentença reformada.

VERBAS DEFERIDAS. BASE DE CÁLCULO.

Tendo em vista a natureza salarial da parte variável da remuneração, de se dar provimento ao recurso autoral a fim de determinar que as parcelas deferidas sejam calculadas com base na remuneração total da autora (parte fixa mais "prêmio de meta"). Sentença reformada.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. AUSÊNCIA DE JUNTADA DA NORMA COLETIVA INSTITUIDORA. ÔNUS DA PROVA.

O ônus da demonstração dos preceitos normativos da PLR deve recair sobre o autor, visto constituir prova do direito vindicado, a teor do disposto no art. 818, da CLT c/c art. 373, I, do CPC de 2015 e que dele não se desincumbiu, já que não trouxe à colação as normas coletivas em que se acham pactuadas as condições em que estabelecidos os parâmetros que fixam o pagamento da parcela, instrumentos esses que são de fácil acesso e que podem ser obtidos na sede do ente sindical a que se acha vinculado, ou através do site deste na *internet*, caracterizando-se, aludidos documentos, como indispensáveis à solução da demanda. Sentença mantida.

RESTITUIÇÃO DAS DESPESAS COM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO.

Na Justiça do Trabalho, a contratação de advogado é uma faculdade das partes, porquanto os litigantes estão autorizados a postular em Juízo pessoalmente (*jus postulandi*), sem a intermediação de profissional habilitado junto à Ordem dos Advogados do Brasil, o que impede o acolhimento de pedido de indenização por perdas e danos prevista no Código Civil Brasileiro. Assim, se a parte contrata advogado para defesa de seus direitos nesta Especializada, deve arcar com o pagamento de honorários advocatícios. Sentença mantida.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE À ENTRADA EM VIGOR DA LEI NO 13.467/2017. INDEFERIMENTO.

O deferimento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho somente tem cabimento quando a parte estiver assistida por sindicato de sua categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou, ainda, encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família, nos termos da Súmula 219 do c. TST. Não sendo esse o caso dos autos, são indevidos os honorários advocatícios. Sentença mantida, no particular. Recurso ordinário do reclamante conhecido e parcialmente provido.

2. APELO ADESIVO DA RECLAMADA. DESPESAS COM COMBUSTÍVEL. NÃO COMPROVAÇÃO. ÔNUS DO RECLAMANTE.

Tendo em vista que o obreiro não se desvencilhou do seu ônus probatório (art. 818 da CLT e 373, I, do CPC), de demonstrar as alegações de que o valor disponibilizado pela empregadora para gastos com combustível não era suficiente e de que necessitava, em razão disso, arcar com um custo médio mensal de R$ 300,00, de se excluir da condenação o ressarcimento de despesas com combustível no valor de R$300,00 mensais. Sentença reformada.

DESPESAS COM TELEFONE. NÃO COMPROVAÇÃO. ÔNUS DO RECLAMANTE.

Era do autor (art. 818 da CLT e 373, I, do CPC) o ônus de demonstrar que o pacote fornecido pela empresa não era suficiente para suprir a necessidade de ligações telefônicas relacionadas ao trabalho. Tendo em vista que o obreiro não se desvencilhou do seu ônus probatório, de se excluir da condenação o ressarcimento das despesas com telefone correspondente a R$ 80,00 por mês. Sentença reformada.

DESCONTO RELATIVO À REPARAÇÃO DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE O VEÍCULO ERA AQUELE UTILIZADO PELO AUTOR A SERVIÇO DA EMPRESA. RESSARCIMENTO DEVIDO.

Não havendo nos autos prova consistente no sentido de que, realmente, era o autor o usuário do veículo, cuja reparação importou em despesa para a empresa, conclui-se, nos termos da decisão de piso, que a empregadora não se desvencilhou do seu ônus probatório (art. 818 da CLT e art. 373, II, do CPC), de provar que os descontos em referência se encontravam dentre aqueles autorizados no art. 462 da CLT. Sentença mantida, no particular.

JUSTIÇA GRATUITA. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017.

O parágrafo 3°, do artigo 790, da CLT, faculta ao julgador conceder os benefícios da justiça gratuita, a requerimento ou de ofício, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas

da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Considerando que o reclamante declarou não ter condições de suportar as despesas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo da manutenção própria e de sua família, e tendo em conta que a reclamada não trouxe aos fólios prova capaz de anular tal declaração, de serem mantidos os benefícios da justiça gratuita conferidos à demandante, com fulcro no parágrafo 3°, do artigo 790, da CLT e no art. 4º, da Lei nº 1.060/1950. Sentença mantida. Recurso ordinário adesivo da reclamada conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000885-23.2016.5.07.0005 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 15/05/2019**
Turma 1ª

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA ANTERIORMENTE À REFORMA TRABALHISTA. INAPLICABILIDADE DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 13.467/2017.

Em se tratando de ação ajuizada anteriormente à Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a reclamação trabalhista deverá ser analisada à luz da legislação então vigente, conforme Instrução Normativa nº 41, de 21.06.2018, do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre normas da CLT, com as alterações da Lei nº 13.467/2017 e sua aplicação no processo do trabalho.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO. DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO.

Conforme item 6.1.1 do Regulamento do Incentivo ao Desligamento, as horas extras habitualmente prestadas não integram o salário contratual do empregado para fins de cálculo da verba indenizatória do PID, porquanto o termo "prorrogação de expediente" ali empregado corresponde exatamente às horas extras, horas suplementares ou horas extraordinárias. Recurso ordinário não provido quanto ao tema.

ADESÃO AO PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO. VERBAS DECORRENTES DA DISPENSA SEM JUSTA CAUSA. NÃO CABIMENTO.

Para o Direito do Trabalho, a regra geral é a de que os direitos dos trabalhadores são irrenunciáveis, todavia, ao firmar Termo de Adesão Voluntária, a reclamante tinha pleno conhecimento de que a adesão ao Programa de Incentivo ao Desligamento implicava em extinção do contrato de trabalho a pedido do empregado, sendo indevidas, portanto, as verbas rescisórias pleiteadas, por decorrerem, estas, de dispensa sem justa causa. Sentença mantida, no aspecto.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. NATUREZA INDENIZATÓRIA.

Se o fornecimento de auxílio alimentação aos empregados da empresa desde o início sempre se deu nos moldes do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, não há se falar em sua integração ao salário, dada a natureza indenizatória do benefício. Inteligência da OJ 133, da SDI-1, do TST. Sentença mantida, no particular.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EMPREGADO NÃO ASSISTIDO POR SINDICATO. INCIDÊNCIA DO ENTENDIMENTO PREVISTO NAS SÚMULAS 219 E 329 DO TST E SÚMULA 02 DESTE REGIONAL.

Não comprovando a reclamante que se encontra assistida pelo sindicato representativo de sua categoria profissional, restam indevidos os honorários advocatícios, "*ex vi*" do entendimento constante das súmulas 219 e 329 do TST e súmula 2 desta Corte, de seguinte teor: "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, JUSTIÇA DO TRABALHO. LIDES DECORRENTES DA RELAÇÃO DE EMPREGO - Res. 41/2015, DEJT 10, 11 e 12.02.2015. Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família." Sentença mantida, no particular.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. HORAS EXTRAS E INTERVALAR. FOLHAS DE PONTO QUE NÃO SE PRESTAM A TESTIFICAR A REAL JORNADA DE TRABALHO CUMPRIDA PELA EMPREGADA.

A imprestabilidade das folhas individuais de presença e dos pontos eletrônicos trazidos à colação enseja a inversão específica do ônus da prova, presumindo-se verídica a jornada de trabalho apontada na exordial, caso não elidida por prova em contrário, como ocorreu, na hipótese, não havendo razão jurídica, portanto, para reforma da decisão. Sentença mantida, no particular.

INTERVALO DA MULHER. ART. 384, DA CLT.

A questão alusiva à constitucionalidade do artigo 384, da CLT, não comporta mais controvérsia desde o julgamento do processo nº IIN-RR-1.540/2005-046-12-00.5, onde a Máxima Corte Trabalhista decidiu rejeitar o Incidente de Inconstitucionalidade do art. 384, da CLT, ali suscitado, sob o fundamento de que o princípio da isonomia comporta o entendimento segundo o qual os desiguais devem ser tratados de forma desigual na medida de suas desigualdades, o que autoriza tratamento especial às mulheres relativamente aos intervalos para descanso. Destarte, uma vez não concedido o período intervalar de que trata o art. 384, da CLT, é de se seguir

a Corte Máxima Trabalhista, que, em decisões de igual jaez, vem, reiteradamente, lançando mão da aplicação analógica do art. 71, § 4º, da CLT, devendo o apelante remunerá-lo à autora como hora extra. Sentença mantida, no aspecto.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DE 2012.

Se houve reestruturação na forma de cálculo dos valores referentes ao lucro líquido do banco para o exercício financeiro de 2012, seguindo o princípio da boa-fé objetiva, resta claro que tais valores devem integrar a base de cálculo para fins de apuração da PLR 2012. Sentença mantida, no particular.

MULTA RESCISÓRIA. PARCELAS RECONHECIDAS EM JUÍZO. QUITAÇÃO INCOMPLETA DAS VERBAS RESCISÓRIAS. CABIMENTO.

A multa prevista no § 8º, do art. 477, da CLT, é sanção imposta ao empregador que não paga as parcelas rescisórias constantes do instrumento de rescisão no prazo estabelecido em lei, segundo se extrai do § 6º do mesmo dispositivo legal, nada obstante ainda a tempestividade da data de homologação da rescisão contratual ou do adimplemento das obrigações de fazer derivados da dissolução do contrato de trabalho, sendo, ainda, plenamente devida para a situação de pagamento incorreto ou insuficiente, quando há discussão em torno do reconhecimento ou não do vínculo empregatício ou sobre o motivo determinante da dissolução contratual, consoante Súmula 462, do TST, segundo a qual "A circunstância de a relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo não tem o condão de afastar a incidência da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT. Aludida multa, portanto, somente não será devida quando o empregado, comprovadamente, der causa à mora no pagamento das verbas rescisórias", o que não ocorreu, na espécie, devendo, por essa forma, ser mantida a condenação. Sentença mantida, no particular. Recursos ordinários das partes litigantes conhecidos e desprovidos.

Processo: 0001253-41.2017.5.07.0023 **Julg.: 20/02/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 20/02/2019**
Turma 1ª

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA ANTES DA LEI Nº 13.467/17. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MOTOCICLETA. ART. 193, § 4º, DA CLT.

Colhe-se da literalidade do Art. 193, § 4º, da CLT que a mera utilização de motocicleta pelo empregado em vias públicas, regularmente, durante a realização de seus misteres, consideradas, pois, atividades perigosas, enseja o direito ao adi-

cional de periculosidade, afigurando-se escusável a exigência de que a utilização de tal meio de transporte decorra de imposição patronal.

Processo: 0001902-76.2017.5.07.0032 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO ADESIVO DA RECLAMADA. PRESCRIÇÃO CONTRA INCAPAZ NÃO TRABALHADOR.

Ao menor não empregado aplica-se, quanto à prescrição, o art. 198, I, do CCB e não o art. 440, da CLT, que pressupõe liame empregatício direto, pelo que não corre a prescrição em seu desfavor até que atinja a maioridade civil. Recurso patronal conhecido e desprovido.

RECURSO DO RECLAMANTE. RESPONSABILIDADE CIVIL. VIGILANTE. HOMICÍDIO. FORTUITO INTERNO. RISCO DA ATIVIDADE.

Comprovado o fato, o dano, o nexo causal, e ausentes as hipóteses excludentes da responsabilidade civil, deve o empregador responder integralmente pelos danos infligidos ao empregado. Hipótese que chama a incidência do art. 927, parágrafo único, do CCB/02, em razão do risco inerente à atividade, que sujeita o empregado a risco bem superior ao que experimenta o cidadão comum, no tráfego regular da vida em sociedade.

NEXO DE CAUSALIDADE, CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA E FATO DE TERCEIRO.

O fato de ter sido o empregado alvejado por disparos de arma de fogo enquanto se achava fora da cabine blindada não implica culpa exclusiva da vítima, por ausência de demonstração de que tal conduta lhe era vedada ou contrária às suas atribuições, pelo que remanesce subsistente o liame causal entre o sinistro (morte) e o labor (atividade de vigilância armada privada). Caso, ademais, em que a movimentação do vigilante, segundo a prova oral, fazia parte de seu mister. Fato de terceiro, outrossim, que não exclui a responsabilidade, por restar relacionado ao fortuito interno.

DANOS MORAIS EM RICOCHETE.

Da morte do empregado, respectivamente, marido e pai dos reclamantes, decorrem, ipso facto, danos morais *in re ipsa*.

QUANTUM INDENIZATÓRIO.

Cumprindo as funções pedagógica, compensatória e repressiva, e considerada a situação financeira do ofensor e dos familiares da vítima, com enfoque para a ausência de culpa e, em cotejo com os precedentes em casos similares, de fixar-se a indenização por danos morais em R$ 50.000,00 para cada um dos reclamantes.

PENSÃO VITALÍCIA.

Nos termos do art. 950 do CCB/02, em razão do falecimento do empregado, que possuía a condição de provedor de seu núcleo familiar, devida pensão mensal vitalícia, a ser paga de uma só vez, equivalente ao valor da última remuneração, reduzido de 1/3, multiplicado pelo número de meses que corresponderiam a sua expectativa de vida, limitado ao pedido (75 anos).

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Sendo a parte representada em juízo por sindicato e auferindo renda inferior a 2 (dois) salários-mínimos, devida é a verba honorária sucumbencial, nos termos da Súmula 219 e 329 do TST. Recurso obreiro conhecido e provido.

Processo: 0002066-71.2016.5.07.0001 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 05/06/2019**
Turma 1ª

RECURSO DA AUTORA. INÉPCIA DA INICIAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO SEGUNDO RECLAMADO.

Os princípios norteadores do processo trabalhista não se compatibilizam com um exame demasiadamente rígido da inicial, de modo que a inépcia só deve ser declarada em casos em que realmente não seja possível a defesa da parte reclamada, o que, todavia, não se verificou *in casu*. Assim, preenchidos os pressupostos para escorreita composição da lide, impõe-se afastar a inépcia da inicial quanto ao pedido de responsabilização subsidiária do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A pelo adimplemento das parcelas condenatórias.

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. TERMO DE PARCERIA.

Constata-se que a contratação do primeiro reclamado pelo BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A restou formalizada mediante Termo de Parceria, e que este, por proceder autêntico fornecimento de mão-de-obra ao contratante, guarda íntima semelhança com o instituto da terceirização de serviços, fato que atrai a incidência de responsabilidade do tomador dos serviços pelas consequências jurídicas da contratação, inclusive em face dos empregados da empresa contratada, não se admitindo queira a Administração Pública eximir-se de responsabilidade quanto aos direitos trabalhistas dos prestadores de serviços, contratados pelo primeiro reclamado, produzindo dano em decorrência da própria atuação pública.

HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO.

É bem verdade que o mero exercício de trabalho externo não constitui obstáculo ao pleito de horas extras, porquanto o art. 62 da CLT dispõe que são excluídos da proteção normal da jornada de trabalho os empregados que exercem

atividade externa incompatível com a fixação de horário. No caso sob análise, todavia, não constam dos autos provas no sentido de demonstrar que a obreiro efetivamente estava submetida a controle de jornada, razão pela qual improcede a pretensão atinente ao pagamento de horas extras.

RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DO INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA: PREMIAÇÕES SOBRE VENDAS.

Reputa-se inválida norma regulamentar que condiciona a percepção de premiações ao fato de estar o contrato de trabalho em vigor na data prevista para o respectivo pagamento, em face da aplicação do princípio da isonomia. A circunstância de a reclamante ter sido dispensada antes da data prevista para a distribuição das premiações não lhe retira o direito de perceber referida parcela, porquanto houve efetiva contribuição da obreira para o alcance das metas propostas pela venda de seguros.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A CARGO DA PARTE AUTORA. PERCENTUAL INCIDENTE.

Nos termos previstos no § 2º do art. 791-A da CLT, os honorários advocatícios serão fixados tendo-se em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido para o seu serviço, pressupostos observados pelo juiz de primeiro grau. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Processo: 0001447-05.2017.5.07.0035 **Julg.: 20/03/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 21/03/2019**
Turma 1ª

RECURSO DA PARTE CONSIGNANTE. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO AJUIZADA QUASE TRÊS MESES APÓS A DESPEDIDA DO EMPREGADO. MULTA RESCISÓRIA DEVIDA.

Tendo a ação consignatória sido ajuizada quase três meses após a dispensa do trabalhador, devida se afigura, induvidosamente, a multa rescisória.

RECURSO DA PARTE CONSIGNADA. ACIDENTE DE TRAJETO. NÃO COMPROVAÇÃO. CONSEQUÊNCIA.

Improvada a circunstância de ter a parte consignada se acidentado no trajeto casa-trabalho, indeferível a indenização decorrente da suposta garantia provisória no emprego.

HORAS EXTRAS. SÚMULA 338 DO TST. EMPRESA COM MENOS DE 10 EMPREGADOS.APLICAÇÃO INDEVIDA.

Não possuindo a empresa mais de dez empregados, não se sujeita à presunção de veracidade dos horários indigitados na inicial, decorrente da não apresentação dos controles de ponto.

DANOS MORAIS. ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. INDENIZAÇÃO INDEVIDA.

O mero atraso na quitação das verbas rescisórias, sem a comprovação de efetivos prejuízos decorrentes de tal retardo, não gera direito à indenização por danos morais.

Processo: 0001024-78.2016.5.07.0003 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass. 12/02/2019:**
Turma 2ª

RECURSO DA PARTE RECLAMADA. CATEGORIA DIFERENCIADA. APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

A categoria do reclamante tem estatuto próprio que a disciplina, no caso a Lei nº 3.207/1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou pracistas. Sendo incontroverso que o reclamante exerceu o cargo de "vendedor propagandista", há de ser o mesmo enquadrado em tal categoria diferenciada, submetendo-se às respectivas normas coletivas. Não obstante a reclamada seja sediada em outro local, deve, no que pertine aos empregados vendedores que estão lotados em referida base territorial, observar as condições de trabalho estabelecidas pelos sindicatos representativos das categorias do local da prestação dos serviços, ainda que diferenciadas. Ademais, restando comprovada a devida representação da empresa, no ajuste coletivo entabulado com a categoria diferenciada do reclamante, no Estado do Ceará, inaplicável ao caso a Súmula nº 374 do E. TST. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO DA PARTE RECLAMANTE. AVISO PRÉVIO ESPECIAL. PREVISÃO EM CCT.

Verificando-se a ocorrência de adimplemento menor do que o devido em relação a parcela garantida por norma coletiva, deve a reclamada ser condenada no pagamento da diferença pecuniária respectiva. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000690-07.2017.5.07.0004 **Julg.: 21/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 22/02/2019**
Turma 3ª

RECURSO DA PARTE RECLAMADA. INTERVALO INTRAJORNADA.

Laborando o empregado em jornada que, comumente, superava à contratada, de seis horas diárias, tem jus às horas extras decorrentes da não concessão do intervalo intrajornada de uma hora.

DIFERENÇAS SALARIAIS. SUBSTITUIÇÃO DO GERENTE.

Devidas as diferenças salariais decorrentes da substituição do gerente administrativo pelo reclamante, quando das férias daquele.

BANCÁRIO. PLR. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.

Dispondo a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria fazer jus o empregado bancário à percepção da PLR, ainda que despedido no período ali apontado, entre 03/08/15 e 31/12/15, e tendo o reclamante sido dispensado nesse interregno, devida se afigura a precitada rubrica.

RECURSO DA PARTE RECLAMANTE. BANCÁRIO. VENDA DE CONSORCIO E SEGUROS. COMISSÕES INDEVIDAS.

Pacífica a jurisprudência do TST no sentido de não ter direito o empregado a comissões sobre vendas por ele realizadas referentes a seguros, consórcios, etc., porquanto atividades inerentes à sua condição de bancário.

DANOS EXISTENCIAIS.DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS OU REALIZAÇÃO DE SOBREJORNADA. NÃO-RECONHECIMENTO.

O dano à honra não pode ser presumido em face do descumprimento de deveres contratuais e legais por parte do empregador, impondo-se àquele que se entende lesado demonstrar a efetividade do constrangimento alegado, e isso não se verificou na espécie.

Processo: 0001583-93.2016.5.07.0016 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

RECURSO DA PARTE RECLAMADA. 1. SERPRO. FUNÇÃO COMISSIONADA AUXILIAR. DESVINCULAÇÃO DAS NORMAS EMPRESARIAIS. NATUREZA SALARIAL. INCORPORAÇÃO DEVIDA.

O pagamento habitual da Função Comissionada Auxiliar (FCA) desatrelado dos critérios empresariais instituídos para a sua concessão, sem designação para a realização de atividades diversas daquelas próprias do cargo ocupado, denota o caráter de contraprestação mensal pelas tarefas ordinárias executadas pelo obreiro. Assim, há de se reconhecer a natureza salarial da parcela e sua consequente incorporação ao salário do empregado.

2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA PRECEDENTEMENTE À EDIÇÃO DA LEI Nº 1.467/17. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 02 DESTE REGIONAL.

Ajuizada a vertente ação precedentemente à edição da Lei nº 13.467/17, aplica-se, quanto à verba honorária, o preconizado na Súmula 02 deste Regional. Conseguintemente, deferem-se os honorários advocatícios, considerando que a parte reclamante encontra-se assistida pelo Sindicato de sua categoria profissional, bem como ante a declaração de hipossuficiência econômica.

RECURSO DA PARTE RECLAMANTE. 1. RECLASSIFICAÇÃO NA TABELA SALARIAL. INDEVIDA.

Da incorporação da FCA ao salário-base da parte reclamante não decorre sua automática reclassificação na Tabela Salarial da parte reclamada, como postulado, porquanto a ascensão a faixas salariais mais elevadas do cargo ocupado pela empregada, quando a empresa possuir pessoal organizado em Quadro de Carreira ou adote Plano de Cargos e Salários, como na hipótese dos autos, se verifica através de promoções por tempo de serviço e merecimento (§ 3º do art. 461 da CLT), não sendo a majoração do valor do salário-base motivo para tal. Em assim, improcede pleito nesse sentido.

Processo: 0001426-47.2016.5.07.0008 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

RECURSO DO MUNICÍPIO RECLAMADO. APLICABILIDADE DO ENUNCIADO Nº 331 DO TST À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DECISÃO DO STF EM RELAÇÃO AO ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/83.

A decisão do STF, que considerou constitucional o disposto no art. 71, § 1º, da Lei 8.666/83, não afasta a responsabilidade da Administração Pública, quando esta se omitir na fiscalização do contrato (arts. 58, III e IV, 66 e 67, do mesmo Diploma), causando dano a outrem. Ilicitude que leva à aplicação dos artigos 37, § 6º, da CF/88 e artigos 927 e 186, do C. Civil.

CULPA IN VIGILANDO. OMISSÃO FISCALIZATÓRIA. RECONHECIMENTO. ÔNUS DA PROVA.

Não comprovando a efetiva fiscalização, reconhecendo a inviabilidade de fiscalizar as empresas prestadoras e/ou não detectando o descumprimento das obrigações pelo contratado, a Administração Pública incide em culpa, sendo passível de responsabilização subsidiária. Ademais, o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do contrato compete ao ente público, uma vez que o ordenamento jurídico expressamente lhe atribui esse dever (artigos 58, III, e 67, § 1º, da Lei 8.666/93). Demais disso, exigir que a reclamante procedesse a comprovação da falta de fiscalização do ente público equivaleria a atribuir-lhe a prova de um fato

negativo, o que não pode ser tolerado. Inegavelmente, a Administração Pública é quem tem as reais condições de comprovar as medidas que teriam sido adotadas na fiscalização do contrato, daí porque o seu ônus probatório também se justifica pelo Princípio da Aptidão da Prova. Nesse sentido, a jurisprudência majoritária das Turmas do TST. Esclareça-se que a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, em 26/04/2017, no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 760931, é exatamente aquela que já havia sido consolidada na ADC 16. O tema "ônus probatório" não foi objeto de deliberação expressa, razão pela qual o aresto em nada muda a forma de pensar deste Relator, no particular.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REFORMA TRABALHISTA.

A Lei 13.467/2017, chamada reforma trabalhista, será aplicável às ações propostas após 11 de novembro de 2017, nos termos do art. 6º da IN 41/2018 do C.TST. Sendo este o caso da lide sob análise, não há que se falar em aplicar o entendimento consubstanciado na súmula 219 do C. TST. Recurso da reclamada conhecido e não provido.

Processo: 0001778-20.2017.5.07.0024 **Julg.: 02/05/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 03/05/2019**
Turma 3ª

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ELEMENTOS PROBATÓRIOS.

A jurisprudência do C. TST vem se firmando no sentido de equiparar o consórcio de empresas ao grupo econômico, no que diz respeito à aplicação das leis trabalhistas. Esse entendimento observa o princípio da primazia da realidade, evitando a fraude e o abuso de direito, e confere maior eficácia aos preceitos constitucionais que consagram a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Os autos revelam que a reclamante, enquanto gari, prestou serviços ligados à atividade de limpeza pública como empregada da cooperativa COCACE e que tal empresa não tinha contrato com o Município, pois o ente público, na verdade, para a limpeza pública, celebrou contrato com um consórcio de empresas, integrado, entre outras, pela quarta reclamada. Diante de tal quadro fático, salvo prova de que a responsabilidade de contratação da COCACE, para determinada área ou período em que a reclamante trabalhou, era de uma das outras empresas - ônus probatório das reclamadas - e considerando que a responsabilidade das empresas que se juntam em consórcio, para contratação com a Administração Pública, é solidária entre si, não há como deixar de reconhecer a responsabilidade subsidiária da quarta reclamada, em face dessa solidariedade com as demais empresas.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.

Inexistindo quaisquer vícios na prova pericial e verificando-se, em cotejo com os demais elementos do feito, a correção das conclusões do *expert*, constata-se ser devido o adicional de insalubridade. Recurso ordinário conhecido e não provido.

RECURSO DO SEGUNDO RECLAMADO - MUNICÍPIO DE FORTALEZA. APLICABILIDADE DO ENUNCIADO Nº 331 DO TST À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DECISÃO DO STF EM RELAÇÃO AO ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/83.

A decisão do STF, que considerou constitucional o disposto no art. 71, § 1º, da Lei 8.666/83, não afasta a responsabilidade da Administração Pública, quando esta se omitir na fiscalização do contrato (arts. 58, III e IV, 66 e 67, do mesmo Diploma), causando dano a outrem. Ilicitude que leva à aplicação dos artigos 37, § 6º, da CF/88 e artigos 927 e 186, do C. Civil.

CULPA IN VIGILANDO. OMISSÃO FISCALIZATÓRIA. RECONHECIMENTO. ÔNUS DA PROVA.

Reconhecendo a inviabilidade de fiscalizar as empresas e/ou não detectando o descumprimento das obrigações pelo contratado, a Administração Pública incide em culpa, sendo passível de responsabilização subsidiária. Ademais, o ônus de comprovar a efetiva fiscalização compete ao ente público, vez que o ordenamento jurídico expressamente lhe atribui esse dever (art. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/93). Demais disso, exigir que o reclamante procedesse a comprovação da falta de fiscalização do ente público equivaleria a atribuir-lhe a prova de um fato negativo, o que não pode ser tolerado. Inegavelmente, a Administração Pública é quem tem as reais condições de comprovar as medidas que teriam sido adotadas na fiscalização do contrato, daí porque o seu ônus probatório também se justifica pelo Princípio da Aptidão da Prova. Entendimento do C. TST. Recurso ordinário conhecido e não provido.

Processo: 0001906-50.2015.5.07.0011 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 23/04/2019**
Turma 3ª

RECURSO DA RECLAMADA. ACIDENTE DE TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR.

Restou provado nos autos a existência do dano (acidente típico), nexo causal, que se evidenciou em razão de o infortúnio ter ocorrido em face das circunstâncias laborais, a culpa empresarial, que restou provada em razão da omissão da empresa com as regras de segurança do trabalho. Registre-se ainda, que é do empregador a responsabilidade pelas indenizações por dano moral, material ou estético decorrente de lesões vinculadas à execução ou em razão do trabalho, caso dos autos. Sentença mantida.

DOS DANOS MATERIAIS. DO PENSIONAMENTO.DA ACUMULAÇÃO DA AÇÃO ACIDENTÁRIA COM A INDENIZAÇÃO CIVIL. POSSIBILIDADE.

A cobertura do seguro acidentário não exclui o cabimento da indenização a que tem direito a vítima do infortúnio laboral, tendo em vista que as causas e os sujeitos passivos da obrigação são distintos, sendo a ação acidentária, por ser de natureza alimentar, compensatória e a responsabilidade civil é indenizatória, pois visa a restabelecer a situação existente e anterior ao dano. Com efeito, no caso concreto, considerando que cabe ao magistrado utilizar-se do princípio da razoabilidade para definir o modo mais adequado para o seu pagamento e considerando finalmente que os laudos periciais, atestaram que houve incapacidade para o trabalho, por culpa da empresa, correta a decisão que condenou a empresa ao pagamento do dano material por lucros cessantes. Sentença mantida.

FIXAÇÃO DO PENSIONAMENTO EM PARCELAS MENSAIS. POSSIBILIDADE DE CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL.

Preconiza o artigo 533 do CPC/2015 que "quando a indenização por ato ilícito incluir prestação de alimentos, caberá ao executado, a requerimento do exequente, constituir capital cuja renda assegure o pagamento do valor mensal da pensão". A determinação de constituição de capital para pagamento de valores deferidos a título de pensão mensal vitalícia visa assegurar o pagamento mensal da pensão, constituindo, portanto uma garantia desse pagamento. Portanto, mesmo em se tratando de empresa que não apresenta indícios de insolvência, deve ser imposta a obrigação de constituição de capital visando assegurar a utilidade das decisões. Sentença mantida.

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE. ACIDENTE DE TRABALHO. SEQUELAS DEFINITIVAS.

A aposentadoria por invalidez do autor decorreu de ato ilícito da reclamada, que descuidou-se de proteger a integridade física do obreiro no ambiente laboral, o que culminou com sua aposentadoria por invalidez. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, externada através da súmula nº. 440, não deixa dúvidas de que, não obstante o contrato de trabalho esteja suspenso em razão da aposentadoria por invalidez, assegura-se à manutenção do plano de saúde ou assistência médica oferecido pela empresa ao empregado. Consta ainda nos autos, documento que comprova que o plano de saúde ofertado aos empregados da ré é sem co-participação dos obreiros. Ainda que assim não fosse, diante do grave acidente ocorrido e de suas nefastas consequências, não há como impor ao empregado a sua co-participação no custeio do plano de saúde, o que sem sobras de dúvidas, será de suma importância para, ao menos, aliviar seu sofrimento, considerando que a reparação pelo infortúnio laboral tem que ser integral, bem como de o autor necessitará de assistência médica permanente. Sentença mantida.

DO RECURSO DO RECLAMANTE. DA FIXAÇÃO DO PENSIONAMENTO. PARCELA ÚNICA.

A indenização paga de uma só vez, contida no parágrafo único do art. 950 do Código Civil, deve ser interpretada como uma "opção" para o prejudicado, submetida, todavia, ao critério do julgador. Assim, apesar da faculdade conferida ao empregado de optar pelo recebimento da indenização por danos materiais em parcela única (art. 950, parágrafo único, do CC), considerando que o salário deve ser pago a cada mês; considerando ainda, que cabe ao magistrado utilizar-se do princípio da razoabilidade para definir o modo mais adequado para o seu pagamento, entende-se que a indenização por lucros cessantes, da mesma forma que o salário, deve ser pago mês a mês, e não nos termos do parágrafo único do art. 950 do CC/02, em parcela única, como requer o reclamante. Sentença mantida.

DOS RECURSOS DAS PARTES. DANO MORAL E DANO ESTÉTICO. QUANTIFICAÇÃO.

Conforme preceitua o art. 944 e art. 946 do Código Civil de 2002, a fixação do *quantum* indenizatório será feito pelo Juiz, levando-se em consideração o binômio "necessidade da vítima e capacidade econômica do agente", dando-lhe o caráter compensatório e pedagógico que deve revestir tal condenação. O juízo de valor emitido pela decisão recorrida no sentido de fixar a indenização por danos morais e estéticos não levou em consideração a extensão do dano, o grau de culpa, a gravidade da ofensa, o seu caráter punitivo, bem como a situação econômica do ofensor, considerando que o acidente sofrido pelo reclamante causaram-lhe dor, sofrimento, sendo obrigado a submeter-se a várias cirurgias, além de ter ficado incapacitado definitivamente para o exercício de sua profissão, restando verificado ofensa ao art. 944 do Código Civil. Assim sendo, reforma-se a sentença para majorar o valor da indenização por danos morais para R$ 70.000,00 (setenta mil reais) e danos estéticos para R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Sentença reformada, nesses tópicos. RECURSOS CONHECIDOS E DADO PROVIMENTO PARCIAL AO DO RECLAMANTE.

Processo: 0000558-97.2015.5.07.0010 **Julg.: 25/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco.José Gomes da Silva **Data Ass.: 26/02/2019**
Turma 2ª

RECURSO DA RECLAMADA. BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. HORAS EXTRAS. ART. 224, § 2º, DA CLT. MANUTENÇÃO.

No caso dos autos, tendo o banco reclamado alegado que a obreira exercia cargo de confiança, enquadrando-se nos termos do artigo 224, § 2º, da CLT, atraiu para si o ônus de provar o fato impeditivo do direito da obreira, ônus do qual não se desvencilhou satisfatoriamente. Assim, não configurada

a fidúcia especial, mantém-se a condenação do reclamado nas horas extras deferidas pelo Juízo de 1º Grau.

COMPENSAÇÃO DE HORAS EXTRAS COM O VALOR DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 109, DO TST.

A súmula 109, do TST deixa claro, que o bancário não enquadrado no § 2º do art. 224 da CLT, que receba gratificação de função, não pode ter o salário relativo a horas extraordinárias compensado com o valor daquela vantagem. Isto porque, o valor da gratificação auferida pela autora decorreu da maior responsabilidade a ela atribuída e não em face de sua jornada de trabalho. Sentença mantida.

INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

Segundo a jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho, o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição da República. São, assim, devidas horas extras pela não-concessão do intervalo nele previsto. Sentença mantida neste ponto.

REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS NOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS. SÚMULA 172, DO TST C/C CLÁUSULA 8ª DAS CCT'S DOS BANCÁRIOS.

As horas extraordinárias deverão ter reflexos nas férias (art. 142, § 5º, da CLT), no 13º salário (Súmula Nº 45, do TST), FGTS (Súmula Nº 63, do TST), no repouso semanal remunerado, inclusive sábados, domingos e feriados (Súmula Nº 172, do TST, c/c com a cláusula (8ª) oitava dos Acordos Coletivos de Trabalho. Sentença mantida, nesse item.

BANCÁRIO. HORAS EXTRAS. DIVISOR. APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 64, CAPUT, DA CLT. NOVO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

A Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, apreciando recursos de natureza repetitiva previstos na Lei nº 13.015/2014, concluiu, por maioria de votos, que o divisor aplicável ao cálculo das horas extras prestadas por empregados de estabelecimentos bancários, inclusive para aqueles submetidos à jornada de oito horas, se define com base no art. 64 da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo de 180 e 220, respectivamente, para as jornadas de seis e de oito horas. Decidiu, ademais, a SDI-1 que o julgamento tem efeito vinculante e, por esse motivo, encaminhou a matéria à Comissão de Jurisprudência da Corte Trabalhista Superior para fins de revisão da súmula nº 124. Considerou a SDI-1, embora permitindo a ampliação, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, do número de dias para repouso remunerado, que a inclusão do sábado em tais instrumentos normativos não desfigura o divisor "em

virtude de não haver redução de horas semanais trabalhadas e de repouso". Tendo em vista o quadro fático acima delineado, outra solução não resta aos Juízes e aos Tribunais Regionais do Trabalho senão acompanhar a novel orientação jurisprudencial do TST. No caso, considerando-se a jornada de trabalho da autora como de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, mantém-se a sentença que aplicou divisor das horas extras como o de 180. Sentença mantida.

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 461, DA CLT. NÃO PREENCHIMENTO.

O artigo 461, da CLT enumera os requisitos para o deferimento de equiparação salarial, tais como: identidade de funções, mesmo empregador, mesma localidade e igual produtividade, entre pessoas cuja diferença de tempo não for superior a 2 (dois) anos. Logo, uma vez presentes os requisitos legais, não há como indeferir o pedido de equiparação salarial, caso dos autos. Sentença mantida.

2. RECURSO DA RECLAMANTE. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. ÂNIMUS DE DEFINITIVIDADE.

A Orientação Jurisprudencial nº 113 da SBDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho, tida por contrariada pelo Reclamado, assenta entendimento de que o pressuposto legal apto a legitimar a percepção do adicional de transferência é a mudança provisória. *In casu*, o que se extrai das informações prestadas nos autos é que a mudança da autora da cidade de Fortaleza-CE para a cidade de Recife-PE, operou-se, em caráter definitivo e a pedido da acionante. Sentença mantida.

INÉPCIA DA INICIAL. PEDIDO DE PAGAMENTO DE INTERVALOR INTRAJORNADA E PAGAMENTO DA PLR PROPORCIONAL DO ANO DE 2015.

Conforme se observa, a autora apresentou narrativa fática quanto ao pedido de pagamento de jornada extraordinária, pelo descumprimento do intervalo intrajornada, como também propiciou a real compreensão do pedido, não causando qualquer prejuízo para a defesa e julgamento do pedido. Nesta esteira, atendidos os requisitos do art. 840, § 1º, da CLT, reforma-se a sentença, nesse ponto. Entretanto, quedou-se em colacionar nos autos a CCT com vigência para o ano de 2015, que , segundo alega, daria suporte jurídico ao seu pedido, limitando a colacionar a CCT do ano de 2014, ID. b3b3c7e, que trata do pagamento da PLR para os empregados em efetivo exercício em 31.12.2014, com pagamento previsto para março de 2015. Sentença mantida, nesse aspecto.

HORAS EXTRAS ACIMA DA 8ª HORA. CARTÕES DE PONTO. INVALIDADE COMPROVADA.

In casu, o recorrido apresentou os controles de frequência, em que há os registros de ponto, cujos horários se mostram variáveis. Assim, considerando a diretriz traçada pela Súmula nº 338, II, do TST, em que a presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser

elidida por prova em contrário, verifica-se que, cabia a recorrente o ônus de provar a invalidade dos registros de frequência, ônus do qual desincumbiu-se a contento. Sentença reformada. RECURSOS CONHECIDOS E DADO PROVIMENTO PARCIAL AO DA RECLAMANTE.

Processo: 0001270-02.2015.5.07.0006 **Julg.: 21/01/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 22/01/2019**
Turma 2ª

RECURSO DA RECLAMADA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. TRABALHADORA BENEFICIÁRIA DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO.

Restou comprovado nos autos, que a autora foi beneficiária de auxílio-doença acidentário concedido pelo órgão previdenciário o que atrai a aplicação da estabilidade provisória prevista no artigo 118 da Lei nº 8.213/91, que concede ao segurado que sofreu acidente de trabalho a garantia, pelo prazo de 12 (doze) meses, da manutenção de seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independente de percepção de auxílio-acidente.

ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. IPCA-E.

O entendimento acerca da aplicação do IPCA-E encontrava-se suspenso em face do deferimento, pelo STF, de liminar nos autos da Reclamação nº 22.012/RS. Contudo, não mais subsiste a suspensão da decisão do TST conferida liminarmente pelo STF nos autos da Reclamação 22.012/RS, pois foi julgada improcedente no dia 5/12/2017, prevalecendo, desse modo, o julgado do Pleno do TST no julgamento do processo ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, sendo mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TRD) para os débitos trabalhistas devidos até o dia 24/3/2015, e, após, a partir do dia 25/3/2015, a correção deve ser realizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), caso dos autos.

RECURSO DA RECLAMANTE. HORAS EXTRAS. EXTRAPOLAÇÃO DA JORNADA DE SEIS HORAS. INTERVALO INTRAJORNADA. INDEVIDAS AS HORAS EXTRAS.

Do exame dos autos e contrariamente ao quanto alegado pela recorrente, não foi comprovado que a reclamante teria usufruído intervalo inferior ao legal, tendo sido reconhecida a validade dos controles de jornada trazidos aos autos.

HORAS EXTRAS. ATIVIDADE DE DIGITAÇÃO. ART. 72 DA CLT. PAUSAS DE 10MIN APÓS CADA 90MIN DE TRABALHO CONSECUTIVO. AUSÊNCIA DE CONCESSÃO DOS INTERVALOS. ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA OBREIRA

NÃO ERAM EXCLUSIVAS DE DIGITAÇÃO.

Em observância às atividades desenvolvidas pela recorrente, descritas por ela mesma em audiência, forçoso confirmar a sentença que entendeu que as atividades desempenhadas pela autora na empresa demandada não eram exclusivas de digitação, o que afasta o direito à percepção do intervalo disciplinado no art. 72, da CLT que exige o desempenho de tal atividade de forma permanente. Recursos conhecidos e desprovidos.

Processo: 0000199-43.2016.5.07.0001 **Julg.: 15/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 19/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO DA RECLAMADA. GRUPO ECONÔMICO.

Não tendo a reclamada impugnado os sólidos fundamentos expostos na sentença, no tocante à formação de grupo econômico (limitando-se a repetir, genericamente, as alegações constantes de sua defesa), a decisão de origem deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

COMISSÕES. PAGAMENTO "POR FORA".

Período de 10.01.2012 a 31.08.2012. REVELIA. A presunção relativa de veracidade dos fatos aduzidos pela parte reclamante, oriunda dos efeitos da revelia (art. 844, da CLT e art. 374, inc. IV do Novo CPC), deve observar o conjunto probatório carreado aos autos, demandando a análise de seus efeitos em concreto, segundo o pedido exordial, as provas colacionadas e a distribuição do ônus probante. Não deve haver condenação de forma generalizada. Recurso parcialmente provido para que se considere a média das comissões da reclamante com base nos extratos bancários por ela acostados aos autos, e não no valor alegado na inicial. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO DA RECLAMANTE. SENTENÇA. MANUTENÇÃO PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

Não tendo a parte reclamante, do mesmo modo, impugnado a íntegra das razões de decidir da sentença no tocante aos temas abordados em seu recurso - revelando, assim, inexistirem argumentos minimamente sólidos, aptos a afastar as conclusões alçadas pelo juízo de origem -, resulta a conclusão de que a decisão atacada, por seu detalhamento e qualidade, deve ser mantida, por seus próprios fundamentos (com exceção da média das comissões, ressalvada no tópico anterior). Ressalta-se que tal procedimento, conforme já consolidado pelo Supremo Tribunal Federal e, inclusive, autorizado explicitamente pela legislação nos casos de processos que tramitam sob o rito sumaríssimo (art. 895, § 1º, IV, da CLT), está em estrita conformidade com o mandamento constitucional de que as decisões judiciais sejam fundamentadas (art. 93, IX, da CF). Recursos conhecido e não provido.

Processo: 0000566-83.2015.5.07.0007 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco.Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 23/04/2019**
Turma 3ª

RECURSO DA RECLAMADA. NEXO CAUSAL. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA MANTIDA.

O laudo pericial e os demais documentos anexados aos autos, comprovam a doença equiparada à de trabalho, suportada pela autora. Assim e, denotando-se a presença dos requisitos ensejadores à atribuição de responsabilidade civil da reclamada, impõe-se a reparação dos danos morais e materiais demonstrados. Recurso ordinário da reclamada conhecido e improvido.

ANÁLISE CONJUNTA DOS RECURSOS DA RECLAMADA E RECLAMANTE. DANOS MORAIS. "QUANTUM" INDENIZATÓRIO.

À míngua de previsão legal quanto à forma de cálculo, o valor da indenização por dano moral há de ser arbitrado pelo juiz. O arbítrio, entretanto, não deve ser absoluto. Para a fixação da quantia, cabe ao julgador considerar vários elementos, entre eles, o grau da culpa e de entendimento do ofensor, a extensão do dano causado ao ofendido e a situação econômica de cada parte, de modo a que a indenização não sirva de enriquecimento sem causa para o ofendido, mas tenha caráter punitivo e educacional para o ofensor, evitando que novos casos ocorram. No caso dos autos, o "*quantum*" indenizatório arbitrado se mostra compatível com as lesões morais e materiais causadas (devidamente comprovadas por meio de laudo técnico pericial), e com a essência da indenização, devendo ser mantido. Recursos de ambas as partes conhecidos e improvidos.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. REFORMA TRABALHISTA. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL ARBITRADO.

A Lei 13.467/2017 (reforma trabalhista) será aplicável às ações propostas após 11 de novembro de 2017, nos termos do art. 6º da IN 41/2018 do C.TST, sendo este o caso da lide sob análise, não há que se falar em aplicar o entendimento consubstanciado na súmula 219 do C.TST. Em seguida, analisando-se os parâmetros constantes nos incisos do art. 791-A da CLT para fins de definição do percentual a ser arbitrado a título de honorários advocatícios sucumbenciais, verifica-se ser justa, nos termos propugnados pela autora, ora recorrente, a elevação do percentual deferido pelo juízo de origem. Recurso ordinário da reclamada conhecido e improvido. Recurso adesivo da reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001848-92.2017.5.07.0038 **Julg.: 28/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 01/03/2019**
Turma 3ª

RECURSO DA RECLAMADA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

Independentemente da aparência formal de determinada relação jurídica, uma vez demonstrada a presença dos requisitos da relação empregatícia, esta deverá ser reconhecida. Recurso da parte reclamada conhecido e improvido.

RECURSO DA PARTE RECLAMANTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR ARBITRADO.

No caso, resta nitidamente configurado o dano moral (violação à integridade física do empregado), nos termos do artigo 186 e 927 do Código Civil e do art. 5º, V e X, da Constituição Federal. Assim, levando em conta que o dano causado é grave (perda auditiva mista moderada e grave bilateral), o coeficiente de entendimento da demandada é presumivelmente elevado (empresa com muitas décadas de atuação), a situação econômica da reclamada é presumivelmente ruim (empresa em recuperação judicial), a situação econômica da parte reclamante é razoável (salário reconhecido judicialmente como sendo de R$5.000,00) e que deve ser considerado, ainda, o necessário caráter punitivo-pedagógico da indenização - fundamental para a reclamada se veja obrigada a tomar providências para evitar que episódios similares permaneçam ocorrendo ou venham a ocorrer -, entende-se como razoável e adequado o valor arbitrado pelo julgado de primeiro grau.

MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. RECONHECIMENTO JUDICIAL DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

É devida a multa do art. 477, § 8º, da CLT, nos casos de reconhecimento judicial de vínculo empregatício, conforme já consolidado na Súmula 462 do TST. Recurso da parte reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001131-98.2011.5.07.0003 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 12/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO DA RECLAMADA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. EXPOSIÇÃO PERMANENTE A AGENTES BIOLÓGICOS.

Comprovado nos autos que a reclamante, no desempenho de suas atividades, mantinha contato direto com agentes biológicos prejudiciais à saúde, agiu acertadamente a magistrado de 1º Grau ao deferir o pedido de condenação da reclamada ao pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO DA RECLAMANTE. JUSTA CAUSA. CARACTERIZAÇÃO

Comprovado nos autos que a reclamante ofendeu e agrediu sua superiora hierárquica, impõe-se a manutenção da decisão de Primeiro Grau que considerou

válida a sua dispensa por justa causa, nos termos do art. 482, "k", da CLT, razão pela qual nego provimento ao apelo. Recursos conhecidos e improvidos.

Processo: 0001637-59.2016.5.07.0016 **Julg.: 23/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 23/05/2019**
Turma 3ª

RECURSO DA RECLAMADA. DANO MORAL. DOENÇA OCUPACIONAL COMPROVADA.

Para se caracterizar o dano moral, três requisitos se fazem necessários: o dano, o nexo de causalidade e a culpa da empresa. Preenchidos esses requisitos, configura-se a existência do dano. No caso, as provas apresentadas nos autos contribuíram para ratificar a tese autoral do dano moral em face da doença ocupacional (dermatite de contato) adquirida em decorrência do exercício de atividade de limpeza do supermercado.

QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.

A reparação dos danos oriundos da relação de emprego deve representar uma função reparatória-preventiva, cujo valor deve corresponder a uma compensação financeira para a vítima e uma punição ao empregador com o fim de desestimular a reiteração da conduta. Por conseguinte, a condenação deve se pautar pelos princípios da proporcionalidade (necessidade e adequação) e a finalidade da penalidade. Assim, considerando a razoabilidade e proporcionalidade, de se confirmar o valor da indenização arbitrada pelo juízo de primeiro grau no valor de R$ 5.000,00(cinco mil reais) RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Processo: 0001245-74.2016.5.07.0031 **Julg.: 15/04/2019**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva **Data Ass.: 19/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO DA RECLAMADA. DOENÇA OCUPACIONAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

O desempenho de atividade laboral em determinadas condições pode atuar como causa contributiva para agravar ou mesmo provocar a precocidade da doença de cunho degenerativo, caracterizando-se como doença do trabalho, segundo a teoria das concausas adotada pela legislação pátria no art. 21, I, da Lei nº 8.213/91. Destarte, restando demonstrado, através da perícia, que as atividades do reclamante contribuíram para o agravamento da doença, há de se manter a decisão de primeiro grau, que condenou a empresa reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, cabendo apenas a adequação do *quantum* indenizatório. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido, apenas para reduzir o valor da indenização.

RECURSO DA RECLAMANTE. RESCISÃO INDIRETA.

A ocorrência de doença laboral e a não emissão de CAT não constituem justa causa, eis que não trazem intrinsecamente a ocorrência de quebra de fidúcia inerente à relação de emprego, quando o reconhecimento da natureza ocupacional da doença por concausa se deu apenas em sede pericial. A falta grave constante do art. 483, "d" da CLT é específica e deve ser demonstrada de forma grave, beirando a má-fé e o descompromisso absoluto e patente do empregador para com o meio ambiente e a saúde dos empregados. Recurso ordinário conhecido e improvido.

Processo: 0001633-31.2017.5.07.0034 **Julg.: 14/03/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 22/03/2019**
Turma 3ª

RECURSO DA RECLAMADA. EMPRESA PÚBLICA. ECT. INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA. EXERCÍCIO POR MAIS DE DEZ ANOS.

Consoante jurisprudência da Corte Superior Trabalhista, aplica-se à empresa pública ECT o entendimento consagrado em sua Súmula nº 372, segundo a qual, percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a respectiva gratificação em razão do princípio da estabilidade financeira. Todavia, autoriza-se a compensação de valores relativos a gratificações de função comissionada em que o autor seja investido após a incorporação.

RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. RECURSO DO AUTOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AJUIZAMENTO DA AÇÃO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI N° 13.467/2017. CABIMENTO.

À luz da legislação processual trabalhista aplicável à época do ajuizamento da ação, a condenação em honorários advocatícios somente é devida quando preenchidos os requisitos previstos na Lei nº 5.584/70, nos termos da Súmula 219, I, do c. TST e Súmula 2, deste Tribunal Regional, o que se verificou na espécie.

TUTELA DE URGÊNCIA. VERBA ALIMENTAR. CONCESSÃO.

Do contexto fático probatório, extrai-se que o autor exerceu cargos ou funções com pagamento da respectiva gratificação, por período superior a 10 anos, situação amparada pelo entendimento pacificado no inciso I, da Súmula nº 372 do TST. Outrossim, a supressão de gratificação exercida por longo período, configura subtração de verba alimentar, acarretando ao empregado prejuízo de difícil reparação. Pelo exposto, merece, pois, provido o apelo autoral. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO.

Processo: 0001822-08.2017.5.07.0002 **Julg.: 19/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 20/06/2019**
Turma 1ª

RECURSO DA RECLAMADA. JUSTA CAUSA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INSUFICIÊNCIA DE PROVA.

Consiste a improbidade (CLT, art. 482, "a"), na "(...) desonestidade, fraude, má-fé do obreiro, que provoque risco ou prejuízo à integridade patrimonial do empregador ou de terceiro, com o objetivo de alcançar vantagem para si ou para outrem. Podemos citar como exemplo de atos de improbidade: furto ou roubo de bens da empresa, apropriação indébita de recursos do estabelecimento, falsificação de documentos para obter vantagem ilícita na empresa etc."(SARAIVA, Renato. Direito do Trabalho. 10ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2009, p. 253). A simples acumulação de cargo e emprego público, ainda que ilegal por qualquer motivo, não se caracteriza como de improbidade, até porque, aplicando-se, em interpretação analógica, a Lei nº 9.527/97, "A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo." Caso, ademais, em que o empregador não provou a utilização de atestados médicos graciosos, nem sequer que tenham sido concedidos em datas em que o reclamante estivesse efetivamente desempenhando as atribuições do segundo cargo ou emprego, até porque desenvolvidas as atividades do segundo posto de trabalho em regime de plantão, aos finais de semana e, na semana, à distância, para a confecção de laudos e atos oficiais, em regime de home office, após o expediente na reclamada, o que torna factível a possibilidade de conciliação de ambas as atividades laborais. Registro de trabalho externo na reclamada, no dia de sua posse no cargo de perito, em Teresina-Piauí, que, mesmo considerado com máximo rigor, não ensejaria nada além de uma simples advertência ao empregado, até porque simples ato de investidura, que não o impediria de realizar o trabalho externo programado, organizando as atividades segundo a sua conveniência, sobretudo porque não comprovada a intenção de burlar, ludibriar ou causar prejuízo ao empregador, dando-se na expectativa de ser possível conciliar cargo e emprego. Recurso patronal conhecido e desprovido.

RECURSO DO RECLAMANTE. DANO MORAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR.

Não constitui ato ilícito, ainda que, em última análise, cause alguma espécie de dano ao obreiro, e desde que não praticado de forma abusiva ou em desvio de finalidade, os atos que impliquem exercício regular de um direito reconhecido (CCB/02), não gerando, de conseguinte, direito à reparação. Caso em que o empregador, após tomar conhecimento de que o reclamante acumulava cargo e emprego público e que poderia ter se valido de atestados falsos para conciliar as

atividades, instaurou processo disciplinar e tirou as conclusões que reputou devidas, sem abuso ou excesso identificado. Simples reversão da justa causa, ademais, que, de per si, não dá lugar a danos morais.

TUTELA ANTECIPADA. ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS. PERICULUM IN MORA.

Considerando que o reclamante foi aprovado em concursos públicos ainda em andamento, no qual há, como fase eliminatória, a investigação da vida pregressa e/ou investigação social, e que o registro de demissão por justa causa pode lhe frustrar a aprovação, acaso os efeitos da reversão da justa causa, ora confirmada, não sejam, de imediato, levados aos assentos funcionais do autor, imperativo que se lhe defira a tutela antecipada excogitada. Recurso obreiro conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001975-75.2016.5.07.0002 **Julg.: 02/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 04/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO DA RECLAMADA. MODALIDADE DA RESCISÃO. ÔNUS DO EMPREGADOR.

Nos termos da Súmula n° 212 do C. TST "o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado." No caso, não se desincumbindo a reclamada em demonstrar que a rescisão deu-se a pedido da empregada, a manutenção da sentença é a medida que se impõe.

DANO MORAL. CONTROLE DE USO DO BANHEIRO. PROVA DE ATO ILÍCITO DO EMPREGADOR. MAJORAÇÃO. MATÉRIA COMUM AOS RECURSOS.

A responsabilidade civil do empregador pela indenização decorrente de dano moral pressupõe a existência de três requisitos: a prática de ato ilícito ou com abuso de direito; o dano propriamente dito (prejuízo material ou o sofrimento moral) e o nexo causal entre o ato praticado pelo empregador ou por seus prepostos e o dano sofrido pelo trabalhador. Provada a prática de ato ilícito, deve ser mantida a condenação relativa à reparação por dano moral. No que diz respeito ao *quantum* arbitrado na origem, dar-se parcial provimento ao recurso autoral para fins de majorar o valor da indenização para R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Recurso da reclamada improvido.

RECURSO ADESIVO DA AUTORA. PEDIDO DE DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 791-A DA CLT. DESISTÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO.

Homologa-se o pedido de desistência quanto à declaração de inconstitucionalidade do art. 791-A da CLT, extinguindo o processo, sem resolução do mérito, com base no art. 485, VIII do CPC nesse particular.

MULTA DO ART. 477 DA CLT. DEFERIMENTO.

Nos termos da Súmula n° 462 do TST a multa do art. 477 da CLT não será devida apenas quando, comprovadamente, o empregado der causa à mora no pagamento das verbas rescisórias, o que não é o caso em questão, razão pela qual dar-se provimento ao recurso para condenar a parte reclamada ao pagamento da citada multa. Recurso adesivo conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001990-83.2017.5.07.0010 **Julg.: 19/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 24/06/2019**
Turma 1ª

RECURSO DA RECLAMADA. MULTA CONVENCIONAL. NÃO CABIMENTO.

Não obstante tenha a empresa reclamada efetuado depósitos do FGTS de alguns substituídos após o ajuizamento da presente demanda, verifica-se que a cláusula sexta da CCT 2016/2018 dispõe acerca da disponibilização dos comprovantes de pagamento dos salários aos empregados e depósitos do FGTS, não se aplicando a atraso de pagamento de salário e depósitos do FGTS. Recurso provido.

RECURSO DO SINDICATO AUTOR. IRREGULARIDADE NOS RECOLHIMENTOS DO FGTS.INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS

O dano moral coletivo consiste na injusta lesão a interesses metaindividuais socialmente relevantes para a coletividade e, para a sua caracterização, deve ser de tal monta que, ao violar determinados direitos, o ofensor atinja o interesse e a moral social, repercutindo diretamente na sociedade - o que não se vislumbra na espécie dos autos. Recurso não provido.

Processo: 0001652-03.2017.5.07.0013 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO DA RECLAMADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. BANCO POSTAL. ASSALTOS À AGÊNCIA. FORTUITO INTERNO. RISCO DA ATIVIDADE.

Comprovado o fato, o dano, o nexo causal, e ausentes as hipóteses excludentes da responsabilidade civil, deve o empregador responder integralmente

pelos danos infligidos ao empregado. Hipótese que chama a incidência do art. 927, parágrafo único, do CCB/02, em razão do risco inerente à atividade, que sujeita o empregado a risco bem superior ao que experimenta o cidadão comum, no tráfego regular da vida em sociedade.

DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO.

Cumprindo as funções pedagógica, compensatória e repressiva, e considerada a situação financeira do ofensor e da vítima, com enfoque para a ausência de culpa e, em cotejo com os precedentes em casos similares, de reduzir-se a indenização por danos morais em R$ 30.000,00. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO DO RECLAMANTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REQUISITOS DAS SÚMULAS 219 E 329 DO TST PREENCHIDOS.

Devida é a condenação ao pagamento de honorários advocatícios aos processos julgados com base na legislação anterior à Lei 13.467/2017, quando preenchidos, integralmente, os requisitos das Súmulas 219 e 329 do TST, caso dos autos. Recurso obreiro adesivo conhecido e provido.

Processo: 0000796-33.2017.5.07.0015 **Julg.: 08/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 09/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO DA RECLAMANTE: RESCISÃO POR CULPA PATRONAL. ASSÉDIO SEXUAL. NÃO COMPROVAÇÃO.

A mera narrativa genérica de haver ter sido vítima de tratamento assedioso, desacompanhada de provas da alegada perseguição por superior hierárquico, inviabiliza a pretensão da reclamante de reconhecimento de rescisão indireta. Recurso improvido.

RECURSO DA RECLAMADA: MULTA POR EMBARGOS PROCRASTINATÓRIOS C/C MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CABIMENTO.

É desproporcional e irrazoável a condenação em multa por litigância de má-fé em 20% (vinte por cento) do valor da causa, sendo ainda indevida: a) se não há manifesta má-fé, deslealdade, dolo ou improbidade processual; b) se já aplicada a multa do art. 538, parágrafo único, referente ao mesmo fato; c) se não há prejuízo para a parte adversa a ser indenizado. Multa por embargos procrastinatórios que, a seu turno, é igualmente incabível, visto que não se vislumbra na imprecação embargatória oposta intenção deliberada de protelar a entrega da prestação jurisdicional, senão o exercício regular do direito assegurado pela legislação.

Processo: 0001047-97.2017.5.07.0032 **Julg.: 20/03/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 21/03/2019**
Turma 1ª

RECURSO DA RECLAMANTE. VÍNCULO DE EMPREGO COM MAIS UM EMPREGADOR.

O reconhecimento da relação empregatícia e a obrigação de assinar e dar baixa em CTPS não podem ser direcionados a mais um empregador.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA OU SUBSIDIÁRIA. DUAS EMPRESAS FORA DA CONDENAÇÃO.

Sem prova de tomação de serviço e na ausência até de argumento sobre grupo empresarial, não procede pedido de responsabilidade por dívida de terceiro, em processo trabalhista. Recurso da autora conhecido, mas desprovido.

RECURSO DO RECLAMADO. VÍNCULO DE EMPREGO.

Tendo o demandado confessado, no seu depoimento pessoal, a existência dos requisitos dos artigos 2º e 3º, da CLT, há de se confirmar a sentença que reconheceu a relação de emprego entre a reclamante e esse litigante.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARTE RECLAMANTE NÃO ASSISTIDA POR SINDICATO. PAGAMENTO INDEVIDO.

A lei nº 13.467, com vigência a partir de 11/11/17, não tem efeito retroativo para alcançar ações que estavam em curso. O TRT da 7ª Região editou a Súmula no 2, alinhando-se à orientação do TST em relação aos requisitos para a concessão de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho. Na vigência da Súmula citada, há de prevalecer a decisão da maioria dos membros desta Corte que assim decidiram. No caso presente, não se encontrando a parte reclamante assistida pelo sindicato da sua categoria profissional, não se visualiza o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da verba honorária. Recurso do reclamado conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000690-44.2017.5.07.0024 **Julg.: 15/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 19/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO DA RM SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS LTDA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. TRABALHO NA RAMPA DE BAGAGENS DO AEROPORTO. PERMANÊNCIA HABITUAL EM ÁREA DE RISCO.

O trabalhador que atua na rampa de bagagens do aeroporto está exposto a perigo acentuado, por desenvolver suas atividades na área de abastecimento de aeronaves, a qual é considerada de risco, conforme alínea "q" do item 3 do Anexo 2 da Norma Regulamentadora 16 do Ministério do Trabalho e Emprego fazendo jus ao adicional de periculosidade. Recurso não provido.

RECURSO DA GOL LINHAS AÉREAS S/A: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DOS SERVIÇOS. ITEM IV DA SÚMULA 331 DO COLENDO TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DOS SERVIÇOS. SÚMULA 331 DO TST.

Comprovada nos autos a prestação de serviços por intermédio de empresa fornecedora de mão de obra, responsabilidade subsidiária das tomadoras é medida que se impõe, a teor da Súmula 331, IV, TST. Recurso não provido.

RECURSO DA OCEANAIR LINHAS AÉREAS S/A (AVIANCA LINHAS AÉREAS S.A). RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

A responsabilidade subsidiária exige prova do recebimento do serviço pelo tomador, sem a qual não se pode penalizá-lo com o pagamento das indenizações decorrentes e não adimplidas pela empregadora principal. Não existindo prova nos autos capaz de demonstrar que o autor prestou serviços em favor da empresa recorrente, afasta-se, portanto, a responsabilidade subsidiária atribuída na sentença de 1º grau. Recurso provido.

Processo: 0001666-04.2014.5.07.0009 **Julg.: 19/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 20/06/2019**
Turma 1ª

RECURSO DA SEGUNDA RECLAMADA. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE DESCONSTITUIÇÃO DA CONDIÇÃO DE COOPERADA. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR EXISTENTES. PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE.

No que concerne aos requisitos da inicial, o processo do trabalho possui regra própria (art. 840, § 1º, da CLT), exigindo apenas a breve exposição dos fatos e os pedidos deles decorrentes, o que restou observado no caso dos autos.

RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA. PRESCRIÇÃO BIENAL.

Considerando que passaram mais de dois anos entre o término do primeiro período de trabalho indicado pelo reclamante (01.08.2008 a 30.06.2009) e o ajuizamento da presente ação, e não havendo sequer alegação de unicidade contratual com o segundo período reclamado, deve ser reconhecida a prescrição das pretensões referentes a tal interregno - inclusive das parcelas de FGTS, nos termos da Súmula 362 do TST.

MATÉRIAS COMUNS AOS RECURSOS. PRESCRIÇÃO DO FGTS

A prescrição do direito ao FGTS, na espécie, é a trintenária, em observância à regra estipulada pelo STF, que modulou os efeitos da decisão proferida no RE n.

709.212, haja vista que a lesão é anterior à decisão do STF, quando já desencadeado o curso do prazo prescricional, e o feito foi ajuizado antes de completados 05 anos da data da decisão, ou seja, antes de 13/11/2019. Ainda assim, cabe mencionar que como restam prescritas as parcelas referentes ao primeiro período reclamado (01.08.2008 a 30.06.2009), o segundo período (01.08.2010 a 30.06.2013) também não sofreria a incidência da prescrição quinquenal, visto que referente a menos de 5 (cinco) anos do ajuizamento da presente ação (13.08.2013).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA IMPROCEDENTE. AÇÃO INDIVIDUAL. COISA JULGADA. INEXISTENTE. AUTO DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DO ATRIBUTO DA IMUTABILIDADE.

A sentença de improcedência da Ação Civil Pública não prejudica os terceiros interessados que não participaram da relação processual, consoante art. 21 da lei 7.347/85, c/c o art. 103 da lei 8.078/90. Ademais, resultado de decisão administrativa referente a julgamento de auto de infração não possui o atributo da imutabilidade, devendo ser mantida a decisão de origem.

COOPERATIVA DE TRABALHO. IRREGULARIDADE.

Não estando presentes os requisitos identificadores do cooperativismo, quais sejam, a dupla qualidade e a retribuição pessoal diferenciada, assim como tendo sido o labor despendido mediante pessoalidade, subordinação, onerosidade e não-eventualidade, é imperativo reconhecer a ilicitude da cooperativa. Inteligência do art. 3º da Lei Nº 5.764/71.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Ainda que beneficiária(s) da justiça gratuita, conforme deferido em sentença, a(s) parte(s) reclamante(s) não está(ão) assistida(s) pelo sindicato profissional, mas sim por advogado(s) particular(es). Desse modo, nos termos da jurisprudência consolidada do TST (Sumula 219) e do TRT da 7ª Região (Súmula 2) - de observância compulsória pelos magistrados e tribunais vinculados (art. 927, V, CPC/2015) -, não restaram atendidos os requisitos para deferimento dos honorários advocatícios. Recurso provido, neste tocante, para excluir da condenação a parcela de honorários.

IV - RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA DE SERVIÇOS.

Conforme entendimento jurisprudencial já sedimentado no âmbito do C. TST, o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica a responsabilidade subsidiária do tomador quanto àquelas obrigações, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (Súmula 331, inciso IV, do Tribunal Superior do Trabalho). No caso dos autos, a cooperativa mantinha contrato de prestação de serviços com a segunda reclamada, não tendo as recorrentes impugnado a prestação de serviços do reclamante, mas apenas sustentado a sua condição de cooperado, e não de empregado. Assim, reconhecido o

vínculo empregatício com a primeira reclamada, em face das ilicitudes constatadas, não há como fugir do reconhecimento da responsabilidade da tomadora, na eventual inadimplência por parte do prestador. Recursos conhecidos e parcialmente providos.

Processo: 0000673-53.2013.5.07.0022 **Julg.: 14/12/2017**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 20/12/2017**
Turma 3ª

RECURSO DO ENTE ESTATAL: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONVÊNIO. POSSIBILIDADE.

Ainda que a contratação da primeira reclamada pelo Estado do Ceará tenha sido formalizada mediante CONVÊNIO, tendo procedido autêntico fornecimento de mão-de-obra ao contratante, guarda esse contrato íntima semelhança com o instituto da terceirização de serviços, fato que atrai a incidência de responsabilidade do tomador dos serviços pelas consequências jurídicas da contratação, inclusive em face dos empregados da empresa contratada, não se admitindo queira o poder público eximir-se de responsabilidade quanto aos direitos trabalhistas dos prestadores de serviços, conquanto não foram criteriosos na escolha da empresa prestadora e na fiscalização das obrigações pertinentes ao respectivo contrato, produzindo dano em decorrência da própria atuação pública. Assim, evidenciada a conduta culposa da administração estadual, no cumprimento das obrigações dispostas na Lei nº 8.666/1993, é a hipótese sobre o contratante responsabilidade subsidiária pelo pagamento dos títulos trabalhistas inadimplidos pela contratada, consoante o entendimento plasmado no item V da Súmula 331 do TST.

HONORÁRIOS DE ADVOGADO.

Antes da reforma trabalhista, somente era devida a verba honorária quando preenchidos os requisitos da Súmula nº02, deste Regional, não sendo a hipótese dos autos.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. REFLEXOS DE HORAS EXTRAS.

Considerando que o presente litígio foi interposto antes da Lei nº13.467 de 11/11/2017, conhecida como reforma trabalhista, ainda estava em vigor o § 4º, do Art. 71, da CLT,

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.

Com o advento da Lei n. 12.740/2012 passou a ser devido o adicional de periculosidade para os empregados que trabalham sujeitos à risco de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

Processo: 0001690-09.2017.5.07.0015 **Julg.: 10/06/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 2ª

RECURSO DO RECLAMADO. HORA EXTRA "IN ITINERE". HORÁRIO NOTURNO.

No percurso fora de área urbana, em direção a uma mineradora, no horário noturno, só mediante prova, a cargo de quem alega a existência de transporte público regular, pode-se negar, antes da vigência da Lei nº 13.467/17, pedido de horas "*in itinere*". No caso presente, essa prova não existe.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECLAMANTE NÃO ASSISTIDO POR SINDICATO. REFORMA TRABALHISTA.

A lei nº 13.467, com vigência a partir de 11/11/17, não tem efeito retroativo para alcançar ações que estavam em curso. O TRT da 7ª Região editou a Súmula nº 2, alinhando-se à orientação do TST em relação aos requisitos para a concessão de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho. Na vigência da Súmula citada, há de prevalecer a decisão da maioria dos membros desta Corte que assim decidiram. No caso presente, não se encontrando a reclamante assistida pelo sindicato da sua categoria profissional, não se divisa o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da verba honorária. Sentença reformada nesse tópico. Recurso do reclamante conhecido e parcialmente provido.

RECURSO DO RECLAMANTE. HORA EXTRA "IN ITINERE". PEQUENO PERCURSO NÃO SERVIDO POR TRANSPORTE PÚBLICO.

Havendo no percurso do deslocamento do trabalhador até o local de trabalho trecho não servido por transporte público e sendo a condução efetivada pelo empregador, neste trajeto incide o direito de cobrar horas "*in itinere*", com base na Súmula nº 90, IV, do TST. Recurso do reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001181-09.2017.5.07.0038 **Julg.: 18/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma

RECURSO DO RECLAMADO. HORAS EXTRAS. SISTEMA "TREINET".

Exigência de realização de cursos, via *internet*, em quantitativo mínimo mensal. Realização fora do horário de expediente comprovada. Integração à jornada de trabalho. Sobrejornada comprovada. Condenação, ademais, que exclui o período posterior a 2012, quando quando os cursos passaram a ser realizados, obrigatoriamente, na própria agência, durante o expediente.

ACÚMULO DE FUNÇÕES. INOCORRÊNCIA.

Não engendra acúmulo funcional o desempenho de atividades compatíveis com a condição pessoal do empregado (CLT, art. 456), notadamente quando pre-

vistas contratualmente, independentemente da frequência das atividades ou da existência ou não de empregados que sejam aproveitados, precipuamente, para tais funções. O fato de se desempenhar as atribuições de Tesoureiro Executivo, mormente na ausência de quadro de carreira, não engendra acúmulo funcional, nem dá lugar à equiparação salarial, se não se cogita da presença dos requisitos do art. 461 da CLT, mormente na ausência de paradigma, não se podendo arbitrar *plus* salarial empregado e salário a ser equiparado. Recurso do reclamado conhecido e parcialmente provido.

RECURSO DO RECLAMANTE. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. VENDAS DE PRODUTOS BANCÁRIOS. COMISSÕES RETIDAS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 93 DO TST.

Não há direito à percepção de comissões sobre vendas de produtos bancários ou de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico sem que tal comissionamento integre o contrato de trabalho. Aplicação do entendimento da Súmula 93 do TST apenas para fins de integração salarial, nos casos em que há, efetivamente, o pagamento de comissões.

RESPONSABILIDADE CIVIL. ASSALTO À AGÊNCIA. FORTUITO INTERNO. RISCO DA ATIVIDADE.

Comprovado o fato, o dano, o nexo causal, e ausentes as hipóteses excludentes da responsabilidade civil, deve o empregador responder integralmente pelos danos infligidos ao empregado. Hipótese que chama a incidência do art. 927, parágrafo único, do CCB/02, em razão do risco inerente à atividade, que sujeita o empregado a risco bem superior ao que experimenta o cidadão comum, no tráfego regular da vida em sociedade comissionamento. Caso, ademais, em que a agência não mantinha mínimo aparato de proteção pessoal (porta giratória com detector de metais).

DANOS MORAIS POR ASSALTO. QUANTUM INDENIZATÓRIO.

Cumprindo as funções pedagógica, compensatória e repressiva, e considerada a situação financeira do ofensor e da vítima, bem como os valores arbitrados em casos similares, de arbitrar-se o valor da indenização em R$ 15.000,00, por danos morais por assalto sofrido. Recurso do reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000057-81.2017.5.07.0008 **Julg.: 20/03/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 21/03/2019**
Turma 1ª

RECURSO DO RECLAMADO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CORRETOR/VENDEDOR DE SEGUROS, CONSÓRCIOS, CARTÕES DE CRÉDITO E PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

PRESENÇA DOS CARACTERES DA RELAÇÃO DE EMPREGO. DESCARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO AUTÔNOMO.

A formalização de contrato de prestação de serviços não obsta, de *per si*, o reconhecimento da relação de emprego. Admitido o labor, cumpria ao réu provar a prestação de serviços de forma autônoma. Caso em que a prova dos autos indica a presença de subordinação jurídica, sobretudo através do exercício amplo do poder diretivo.

INICIATIVA DEMISSIONAL.

Provada a extinção contratual por iniciativa patronal e sem justo motivo, correta a condenação nas verbas rescisórias correspondentes.

HORAS EXTRAS E JORNADA MISTA.

Não é a ausência do controle de jornada, em si, que libera o empregador do pagamento da sobrejornada, mas a impossibilidade de o fazê-lo. Desse modo, se é possível, e não o faz, responde integralmente pelo sobrelabor e arca com as consequências de não ter realizado o devido e exato controle. Se o empregado desenvolve jornada mista, interna e externa, o controle de jornada se torna viável, devendo realizar-se o controle de ponto sempre que houver a presença no local de trabalho. Recurso patronal conhecido e desprovido.

RECURSO DA RECLAMANTE. INÉPCIA. PEDIDO GENÉRICO.

Não se admitem pedidos genéricos, que inviabilizam o exercício do contraditório e da ampla defesa, não se admitindo implicitudes, deduções ou inferências, atribuindo ao julgador uma tarefa que deve ser precisa e especificamente desenvolvida pelo advogado.

ENQUADRAMENTO COMO BANCÁRIO.

O enquadramento sindical da empresa decorre, segundo a legislação aplicável à espécie, da sua atividade preponderante, à exceção das categorias profissionais diferenciadas (§ 3º do art. 511 da CLT). Caso em que a reclamante se enquadra na categoria dos securitários, a despeito de desenvolver suas atividades no âmbito intestino de agência bancária.

ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL. COBRANÇA ABUSIVA DE METAS.

O assédio moral pressupõe agressão continuada e grave, que perturba a esfera psíquica do trabalhador. Caso em que não se provou qualquer conduta do empregador capaz de caracterizar assédio. Cobrança de metas em torno da realização da venda de serviços que não ultrapassa a esfera do poder diretivo do empregador, desde que realizada sem excessos, caso dos autos.

MULTA DO ART. 467 DA CLT.

Inexistindo verbas incontroversas, indevida é a multa do art. 467 da CLT. Recurso obreiro conhecido e desprovido.

Processo: 0000069-20.2016.5.07.0012 **Julg.: 22/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 24/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO DO RECLAMANTE. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. SENTENÇA MANTIDA.

O juízo "*a quo*" sopesou corretamente o contexto probatório dos autos, concluindo que não houve "distinção injustificável da condição pessoal do trabalhador, com relação a gênero, orientação política, sexual ou por possuir doença", apta a configurar a dispensa discriminatória e o dano moral pretendido. Adotam-se, portanto, como razões de decidir, os fundamentos expendidos na decisão hostilizada, que, fundamentada na prova dos autos, na legislação adequada ao caso, doutrina e jurisprudência, entrega a prestação jurisdicional na melhor forma de direito, que não tendo sido infirmada pelas razões recursais. Mantida a sentença. Recurso ordinário do reclamante conhecido e improvido.

ANÁLISE CONJUNTA DOS RECURSOS DA RECLAMADA E RECLAMANTE. DÉBITO SALARIAL. REFLEXOS.

Correta a sentença que aplica os efeitos da pena de confissão, já que a peça contestatória não contém a negativa alusiva aos salários devidos no interregno entre a alta previdenciária (negativa da prorrogação do INSS) e o retorno do empregado para suas atividades na empresa, limitando-se a negar completamente qualquer direito ao mesmo, afirmando, ainda, ter realizado o pagamento de todas as verbas que lhe eram devidas, sem, contudo, existir qualquer comprovação de quitação dos salários dos referidos meses, ônus que lhe competia. Já que no que tange os reflexos e computo de tal período nas demais verbas salariais (décimo terceiro salário, férias acrescidas do terço, recolhimento de FGTS e contribuições previdenciárias), assiste razão ao autor. Recurso ordinário da reclamada conhecido e improvido. Recurso do reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001249-59.2017.5.07.0037 **Julg.: 04/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 09/04/2019**
Turma 3ª

RECURSO DO RECLAMANTE. EMENDA À INICIAL. CONTAGEM DE PRAZO JUDICIAL. DIAS ÚTEIS.

Os atos processuais foram praticados em datas anteriores à vigência da alteração do art. 775 da CLT, pela Lei nº 13.467/2017, Reforma Trabalhista, vigente a partir de 11/11/2017, pois consumados em 2016. Não obstante vigente o Código de Processo Civil-CPC 2015, onde a contagem dos prazos restou fixada

em dias úteis (art. 219), o Tribunal Superior do Trabalho-TST mediante a Instrução Normativa nº 39 (Resolução nº 203, de 15 de março de 2016) estabeleceu que o art. 219 do CPC/2015 não seria aplicado no âmbito do Processo do Trabalho (art. 2º, inciso III). Mantida a extemporaneidade da petição de emenda à inicial.

COTA LEGAL DEFICIENTE.

Quando da manifestação acerca da defesa, o recorrente não impugnou de forma específica os documentos apresentados pela parte recorrida como meio de prova para desconstituir o direito vindicado (reconhecimento da admissão por cota, artigos 3º e 4º do Decreto 3.298/1999, com nulidade da despedida sem justa causa, pleiteando a reintegração ao emprego ou indenização substitutiva). Mantida a decisão neste tópico.

HORAS EXTRAS.

Ausente prova de jornada suplementar, a sentença, ao indeferir o pedido, não violou o art. 7º, inciso XVI da Constituição Federal e a Súmula nº 338, item III do TST. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001039-20.2016.5.07.0012 **Julg.: 28/02/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 1º/03/2019**
Turma 3ª

RECURSO DO RECLAMANTE: MULTA DO ART. 477 DA CLT. ATRASO NA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL. NÃO CABIMENTO.

Consoante a tese jurídico adotada no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n° 0080374-90.2017.5.07.0000, "o mero pagamento, dentro dos prazos legais previstos no art. 477, § 6º, da CLT, das verbas consignadas no instrumento de rescisão ou recibo de quitação, é suficiente para afastar a multa do art. 477, § 8º, da CLT, sendo irrelevante, para incidência da referida penalidade, que a efetivação da homologação sindical, ou o cumprimento das demais obrigações decorrentes do término da relação laboral (liberação de guias para gozo do seguro-desemprego e saque do FGTS e a baixa na CTPS) tenha ocorrido após o prazo legal". De se anotar, outrossim, a inexistência na cláusula convencional expressamente prevendo a cominação da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT em caso de atraso na homologação da rescisão contratual.

DANOS MORAIS. DOENÇA. LAUDO PERICIAL. INEXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL OU CONCAUSAL. INDENIZAÇÃO INDEVIDA.

Havendo laudo pericial afastada qualquer relação de causalidade das doenças acometidas ao reclamante com as atividades por ele desempenhas, não há cabida para condenação da reclamada no pagamento de indenização por danos morais.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROPOSTA ANTERIORMENTE A 11/11/2017. INSTRUÇÃO NORMATIVA NO. 41 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Por ocasião da conclusão dos trabalhos da Comissão de Regulamentação da Lei nº 13.467/2017 oriunda do Tribunal Superior do Trabalho, editou-se Instrução Normativa 41 em junho de 2018. Consoante o art. 6º do aludido documento, na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970, das Súmulas nºs. 219 e 329 do TST e da Súmula nº 2 deste Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Recurso não provido.

RECURSO DA RECLAMADO: HORAS EXTRAS. ATIVIDADE EXTERNA. POSSIBILIDADE.

Confirmado, mediante a prova oral produzida nos autos, que no decorrer da jornada havia, de fato, fiscalização das atividades exercidas pelo reclamante, e considerando que não houve a juntada de controle de ponto pela ré, presume-se verdadeira a sobrejornada declinada na inicial nos períodos próximos à páscoa.

DIFERENÇAS SALARIAIS. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. APLICABILIDADE.

Firmadas as Convenções Coletivas de Trabalho pelo Sindicato representantivo do segmento econômico da reclamada, bem como pelo Sindicato representativo da categoria profissional do autor, no âmbito territorial da prestação de serviços, inarredável a conclusão de que as normas nelas previstas devem ser aplicadas à relação de trabalho mantido entre os litigantes. Diferenças salariais mantidas. Recurso improvido.

Processo: 0000570-97.2013.5.07.0005 **Julg.: 19/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

RECURSO DO RECLAMANTE. PRELIMINAR. NULIDADE SENTENÇA. CERCEAMENTO DEFESA.

A mera negativa de oitiva da prova testemunhal não enseja por si só em cerceamento de defesa. Isto porque o demandante tinha outros meios de prova. Além disso, o autor não conseguiu provar que a testemunha, de fato, trabalhara em período concomitante com o reclamante, restando, pois, imprestável a prova testemunhal.

DOENÇA DO TRABALHO. ESTABILIDADE.

Somente se reconhece a estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei 8.213/91, em decorrência de doença ocupacional, se o empregado usufruiu auxílio-

doença acidentário ou se restou comprovada a existência da doença relacionada ao trabalho, o que não aconteceu no presente caso, vez que não comprovada qualquer das hipóteses.

ATO DISCRIMINATÓRIO NA DEMISSÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

Uma vez não comprovado que o ato de demissão decorreu de comportamento discriminatório, não merece reforma a decisão de 1º grau.

HORAS EXTRAS. CONTROLES DE PONTO. INTERVALO INTRAJORNADA. COMPENSAÇÃO AO FINAL DA JORNADA. APLICAÇÃO DO ARTIGO 71 DA CLT.

A reclamada apresentou cartões de ponto que comprovam o labor de seis horas e vinte minutos. Por sua vez, a NR-17, ao fixar condições especiais para o desempenho da atividade de telemarketing em seu Anexo II, com vistas à saúde do trabalhador, é plenamente constitucional, e estabelece diferença entre "pausa" e "intervalo", relegando a este a disciplina do artigo 71 § 2º da CLT. Lícita, portanto, a compensação dos 20 minutos de descanso ao fim da jornada de 06 horas, na qual já estão inclusas as duas pausas de 10 minutos previstas na NR. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0001757-74.2017.5.07.0014 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 17/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO DO RECLAMANTE. VÍNCULO DE EMPREGO. EQUIPARAÇÃO A BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE PROVA DA TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA.

Restou evidenciado nos autos que o trabalho prestado à 1ª reclamada era realizado com as características de subordinação, pessoalidade, não-eventualidade e onerosidade. Assim, não há que se falar em subordinação direta com o banco tomador de serviços, confirmando-se a decisão de primeiro grau no sentido de improcedência de reconhecimento de vínculo com o banco demandado.

HORAS DE SOBREAVISO. MANUTENÇÃO.

A testemunha autoral confirma que poderia ser chamado via celular nos finais de semana, o que ocasionava limitação à sua liberdade de locomoção durante esses períodos, havendo a obrigatoriedade de permanecer no seu local de residência, configurando a situação tutelada pela norma do art. 244, § 2º, da CLT.

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. PROVA DO GOZO.

Verifica-se que nos registro de pontos eletrônicos acostados aos autos havia a marcação do gozo regular do intervalo intrajornada, o que fora corroborado no

depoimento pessoal do obreiro, não havendo prova firme em sentido contrário. Desta forma, nada a prover no recurso do reclamante.

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. FATO IMPEDITIVO DA EQUIPARAÇÃO. COMPROVAÇÃO.

Considerando que a documentação acostada pela reclamada, somada ao depoimento da testemunha do autor, próprio paradigma, demonstram que este era tecnicamente mais capacitado, inviável o pedido de equiparação salarial pretendido pelo obreiro.

DANO MORAL. ASSÉDIO MORAL. RIGOR EXCESSIVO NA EXIGÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE METAS. CONFIGURAÇÃO.

Restou provada a conduta atribuída às reclamadas que, por meio de seus prepostos tratou com rigor excessivo o reclamante. Isso era levado a cabo com a exigência rigorosa do cumprimento de metas e uso de palavras de baixo calão, motivo pela qual dar-se provimento ao recurso do autor para condenar as reclamadas ao pagamento de indenização por dano moral no importe de R$15.000,00.

RECURSO DAS RECLAMADAS. MATÉRIA COMUM. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LAUDO PERICIAL QUE CONFIRMA A EXPOSIÇÃO A RISCO. DEFERIMENTO.

O adicional de periculosidade é devido ao empregado que trabalhe diretamente com inflamáveis, explosivos ou eletricidade. Sendo assim, com base no laudo técnico que concluiu pela existência de trabalho em condições perigosas, mantém-se a sentença quanto à condenação ao pagamento do adicional de periculosidade.

RECURSO DO BANCO BRADESCO. MATÉRIA REMANESCENTE. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DE SERVIÇOS.TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS POR PARTE DO EMPREGADOR. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TOMADOR DOS SERVIÇOS.

O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, pouco importando que as empresas tenham pactuado de forma diferente em contrato civil. Aplicação da Súmula 331, inciso IV, do TST. .Recurso conhecido e improvido.

RECURSO DA EMPRESA PROXXI TECNOLOGIA LTDA. MATÉRIA REMANESCENTE. CURSOS "TREINET". HORAS EXTRAS. MANUTENÇÃO.

A prova dos autos permite a conclusão de que o autor realizou ou fora obrigado a fazer cursos, fora do expediente, estando à disposição do empregador. Sendo assim, nada a reformar nesse tocante.Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000584-03.2017.5.07.0018 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 14/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. ACÚMULO DE FUNÇÕES.

Consoante o parágrafo único do art. 456 da CLT, "a falta de prova ou inexistindo cláusula expressa e tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal". Assim, tendo em vista que a prova dos autos demonstra a compatibilidade entre as atividades desempenhadas pelo autor e o cargo para o qual fora contratado, não há como se reconhecer o acúmulo de funções pretendido.

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. DISPENSA. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO.

As empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico das empresas privadas, não havendo necessidade de motivação de seus atos administrativos, inclusive no concernente à despedida de empregado. Inteligência da Súmula nº 390, II e da OJ nº 247, I, ambas do TST. O STF, no RE n° 589.998, esclareceu que apenas à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é necessária a motivação da dispensa. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000333-03.2017.5.07.0012 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 24/06/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. CONFIGURAÇÃO DE DEFINITIVIDADE. CRITÉRIO TEMPORAL. PARCELA INDEVIDA.

Segundo jurisprudência dominante, a transferência provisória deve ser entendida, em seu critério temporal, como aquela inferior a 03 (três) anos. No caso, as transferências que se encontram no período imprescrito, contam, a penúltima, com mais de 03 (anos) de fixação de residência do reclamante, e a última, embora com mais de 02 (dois) anos e menos de 03 (três), se manteve até o desligamento do trabalhador, a partir de adesão a Plano de Demissão Voluntária - PDV, de modo a presumir que duraria em definitivo, não fosse o ato volitivo do emprego, de romper o vínculo empregatício. Improvido o recurso do reclamante. Provido o apelo do reclamado, neste ponto.

DANO MORAL. BANCÁRIO. ASSALTO/ROUBO. ABALO PSICOLÓGICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE. REDUÇÃO.

Resta configurado o dano moral, a partir do abalo psicológico suportado pelo bancário, ocupante da função de gerência, que vivencia roubo à agência em que trabalhava, com uso de armas e disseminação de pânico aos ocupantes do estabelecimento da instituição financeira. Atividade que por sua natureza se apresenta como alvo estratégico de bandidos, notadamente quando a agência se localiza em cidades interioranas, em tese, menos guarnecida por efetivo policial. Art. 927, *caput* e parágrafo único, do CCB). Aplicação. Relativamente ao valor indenizatório, a se observar por condenações impostas em situações similares, tomado em conta a extensão do dano e a condição econômico das partes, compreende-se mais razoável a quantia de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), ao valor fixado na sentença, de R$90.000,00 (noventa mil reais), este muito além do que se entende suficiente para reparar, pecuniariamente, a lesão moral sofrida pelo reclamante. Recurso do reclamante improvido. Parcial provimento ao recurso do reclamado.

ADICIONAL DE RISCO. ANALOGIA AO ART. 193 DA CLT. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL, REGULAMENTAR OU COLETIVA.

Uma vez que não se divisa qualquer previsão legal, regulamentar ou coletivamente negociada, a dar suporte jurídico ao pedido de pagamento da parcela "adicional de risco", impossível impor ao reclamado tal obrigação. Analogia ao adicional de periculosidade inviável, inclusive pela falta de subsunção da situação descrita pelo reclamante àquelas insertas no art. 193 da CLT. Recurso do reclamante improvido.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Devidos os honorários advocatícios somente quando preenchidos dois requisitos cumulativos: ser o reclamante beneficiário da justiça gratuita e estar assistido pelo sindicato de sua categoria profissional. Inteligência das Súmulas ns. 219 e 329 do TST, c/c a Súmula nº 02 do TRT7. Honorários indevidos. Recurso do reclamante improvido, neste ponto.

Processo: 0000209-42.2017.5.07.0037 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO. AUXILIO-ALIMENTAÇÃO. REFLEXO NA BASE REMUNERATÓRIA DA APOSENTADORIA.

A efetividade do julgado não pode ser contestada no futuro por eventual imprecisão de seu dispositivo. Com efeito, não se dá a supressão do direito de receber auxílio-alimentação pelos aposentados e pensionistas, em cuja vigência dos respectivos contratos de trabalho lograram a incorporação da parcela por decisão judicial transitada em julgado.

Processo: 0000229-35.2017.5.07.0004 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 24/06/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

A ação trabalhista, cuja revisão é trazida a esta Corte, foi proposta contra o Banco do Brasil. Efetivamente, a PREVI, entidade da Previdência Privada dos empregados do recorrido, não integra o polo passivo desta demanda. Eis que, dessa forma, não se tem como extra616ir a compreensão de incompetência albergada no juízo sentenciante, posto que demandasse o recorrente somente contra o seu empregador direto. Afastada a incidência do óbice de que tratam os Recursos Extraordinários 586453 e 583050, apreciados pelo Supremo Tribunal Federal. Assegurada a competência da Justiça do Trabalho nos termos do art. 114, I, da Constituição Federal.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. NATUREZA SALARIAL.

De forma pacífica vem se concluindo na jurisprudência trabalhista que a parcela auxílio-alimentação, sempre paga pelo empregador Banco do Brasil S/A, embora modulado o seu feitio a partir de Acordos Coletivos de Trabalho, guarda natureza salarial pela continuidade do desprendimento patronal, quanto aos empregados beneficiados com o pagamento em época anterior àquela, em que se instituiu normativamente a sua natureza indenizatória. A pactuação em norma coletiva conferindo caráter indenizatório à verba auxílio-alimentação ou a adesão posterior do empregador ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT - não altera a natureza salarial da parcela, instituída anteriormente, para aqueles empregados que, habitualmente, já percebiam o benefício, a teor das Súmulas nos 51, I, e 241 do TST (OJ-SDI1-413/TST).

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA ANTERIORES À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017.

Vigente à época do ajuizamento deste processo as restrições contidas na legislação e jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e deste Regional, sendo contrária à segurança jurídica a aplicação retroativa da alteração promovida no disciplinamento da matéria, de se afastar o moderno princípio da sucumbência, aplicando-se em seu lugar a regra da Súmula 219/TST e Súmula 2 deste Regional. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001904-21.2017.5.07.0008 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 24/06/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRABALHO. CULPA DA EMPRESA NÃO COMPROVADA.

Indevida a indenização por danos morais quando do acervo probatório dos autos não se divisa a culpa da empresa pelo infortúnio que vitimou a obreira, tampouco pelas consequências advindas do acidente.

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA.

Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho e Emprego. A Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho e Emprego garante aos empregados em atividade de teleatendimento /telemarketing jornada máxima de 06 (seis) horas diárias, nela incluídas as pausas. Ocorre que o intervalo para repouso e alimentação previsto pelo § 1º do art. 71 da CLT não se confunde com as duas pausas de dez minutos previstas pela NR 17. Assim, conforme o § 2º do citado art. 71, "os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho", pelo que não configura trabalho extraordinário a jornada de 6h20min. Precedentes. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000616-86.2013.5.07.0005 **Julg.: 22/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 22/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. ESTABILIDADE GESTANTE. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA.

O desconhecimento do estado gravídico não é óbice ao direito da empregada gestante quanto à despedida arbitrária, consoante Súmula-244/TST. Ademais, das decisões do Tribunal Superior do Trabalho colhe-se que a recusa à reintegração no emprego não afasta o direito à estabilidade nem, consequentemente, a indenização relativa ao período estabilitário, ao fundamento de que o artigo 10, II, "b", do ADCT não condiciona a estabilidade ao retorno ao emprego, bastando para tanto a gravidez e a dispensa imotivada. A experiência de ser dispensada em meio à gravidez e seus desdobramentos fazem legítima a recusa de retornar ao trabalho. Precedentes do TST. Recurso improvido.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PERÍODO CONTRATUAL DEVIDO.

Se no laudo pericial o *experto* conclui pela modulação do adicional de periculosidade, diante do tempo de serviço, destacando o período de início e fim do direito, a sentença deve ficar igualmente adstrita. Recurso acolhido.

Processo: 0000111-17.2018.5.07.0039 **Julg.: 11/03/2019**
Rel. Desemb.: Cláudio Soares Pires **Data Ass.: 11/03/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. PRESSUPOSTOS.

Caracterizado o acidente do trabalho, nos termos do art. 19, "*caput*", da Lei nº 8.213/91, faz jus o empregado ao reconhecimento da estabilidade provisória prevista no art. 118 do diploma legal. Incidência da parte final do item II da Súmula 378/TST.

ACIDENTE DE TRABALHO. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO.

Comprovada a existência de nexo de causalidade entre o acidente que acometeu o empregado e o trabalho desempenhado, fato que se alia à constatação de culpa do empregador, pela inobservância das regras de segurança do trabalho, devida a indenização pelos danos morais decorrentes do infortúnio.

DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO.

O quanto arbitrado para a indenização não anima a revisão pretendida, quando atendido o princípio da restauração justa e proporcional, nos exatos limites da existência e da extensão do dano sofrido, sem abandono da perspectiva econômica de ambas as partes, fixando-se valor razoável para a hipótese. No caso vertente, o valor fixado na decisão recorrida guarda razoabilidade com os critérios pertinentes ao arbitramento. Recurso Ordinário conhecido e improvido.

Processo: 0001770-04.2017.5.07.0037 **Julg.: 03/06/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 04/06/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. HORAS "IN ITINERE". NORMA COLETIVA. LIMITAÇÃO.

Nos termos da Súmula 4 deste Sétimo Regional, salvo em relação às microempresas e empresas de pequeno porte, nula é cláusula de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho que fixa limite ao pagamento de horas extras pelo deslocamento do obreiro ao labor, em condução fornecida pelo empregador, por violar disposição legal contida no art. 58, § 2º, da CLT.

DANOS MORAIS. INSUFICIÊNCIA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS. VALOR DA INDENIZAÇÃO DEVIDA.

A insuficiência de banheiros para uso no local de trabalho acarreta o dever do empregador de indenizar os empregados, a fim de reparar o dano moral sofrido, consistente nos constrangimentos que as condições laborais precárias impingiam aos trabalhadores. No caso vertente, o arbitramento realizado pelo juízo de origem, em R$ 5.000,00, guarda proporcionalidade com o que restara demonstrado nos autos (insuficiência de instalações sanitárias), não sendo razoável a redução do valor da indenização por danos morais. Recurso ordinário conhecido e improvido.

Processo: 0001861-94.2017.5.07.0037 **Julg.: 27/05/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 27/05/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Considerando-se a incidência da CLT na relação de emprego mantida entre as partes, não transformada em vínculo estatutário, permanece com a Justiça do Trabalho a competência para processar o presente feito. Preliminar rejeitada.

ALTERAÇÃO ILÍCITA DA JORNADA DE TRABALHO. CONFIGURAÇÃO. EMPREGADO PÚBLICO. SALÁRIO MÍNIMO PROPORCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.

A relação de trabalho mantida entre as partes é regida pela CLT. Assim, não há como se furtar da incidência do art. 468 de tal diploma, segundo o qual "nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia". Além disso, na Administração Pública direta, autárquica e fundacional não é válida remuneração de empregado público inferior ao salário mínimo, ainda que cumpra jornada de trabalho reduzida (Orientação Jurisprudencial nº 358, II, da SBDI-1 do TST). Ocorre que o ente público majorara a jornada da parte autora sem o correspondente aumento na contraprestação salarial, o que torna patente o caráter lesivo da mudança promovida e, por consequência, invalida-a, eis que o salário mínimo é devido mesmo na jornada reduzida. Precedentes.

FÉRIAS SIMPLES E EM DOBRO ACRESCIDAS DO TERÇO CONSTITUCIONAL.

Na contestação, o Município de Abaiara não impugnou especificamente a afirmação contida na inicial acerca do não pagamento das férias acrescidas do terço constitucional. Assim, à míngua de qualquer elemento nos autos que demonstre o adimplemento da parcela, resta devida a condenação imposta pela sentença. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000839-91.2018.5.07.0028 **Julg.: 29/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 29/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Havendo reconhecimento explícito de que a noção meramente programática contida na Lei Orgânica do reclamado jamais se concretizou, porque não se editou lei complementar instituidora do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, não socorre o recorrente elucubrações alusivas ao serviço público em geral ou a regulamento estatutário dos servidores públicos estaduais ou federais. A parte recorrida foi admitida pelo regime da CLT e perdurou dessa forma. Portanto, é persistente na demanda o critério material a reger a competência trabalhista insculpida no item I do art. 114 da CF.

NULIDADE NA DISPENSA. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EFEITOS.

A aposentadoria celetista espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho (OJ-SDI1-361/TST), cujo entendimento pacificado na jurisprudência alcança o vínculo mantido com os entes públicos, porque a vedação constitucional quanto à cumulação da remuneração de cargo, emprego ou função pública com os proventos de aposentadoria decorrentes dos arts. 40, 42 e 142 da CF, não se aplica àqueles que percebem proventos de aposentadoria advindos do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, decorrentes da contratação pela CLT.

FÉRIAS. PAGAMENTO TARDIO.

É manifesto o ônus da prova do empregador quanto à regularidade do pagamento da remuneração de seus colaboradores. Arguido o atraso, compete-lhe contraprovar documentalmente. Somente a prova efetiva do pagamento é capaz de afastar a cobrança, cabendo tal ônus ao réu, vez que constitui fato impeditivo, modificativo ou extintivo de direito do autor (Art. 373, II, do CPC).

AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS.

A proeminência do abalo sofrido em razão da evidente ameaça de redução remuneratória com a demissão incontinenti, por razões que se sabe imotivada à luz do entendimento jurisprudencial trabalhista (aposentadoria espontânea), revela manifesto dano moral sofrido pelo obreiro, cuja reparação impõe-se por dever de justiça.

VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Reduz-se o valor da indenização por danos morais quando o montante arbitrado pela sentença empresta à extensão do dano severidade que ultrapassa o contexto delineado nos autos. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000519-41.2018.5.07.0028 **Julg.: 22/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 22/04/2019**
Turma 2ª

SOCIEDADE PARA O BEM ESTAR DA FAMÍLIA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

É assente a jurisprudência de que os convênios administrativos para prestação de serviços a ente público, mediante pessoal celetista, não isenta a res-

ponsabilidade subsidiária, porque o ente público atua como verdadeiro tomador de mão de obra mediante contratação de pessoa jurídica interposta. Precedentes deste Regional e do Tribunal Superior do Trabalho.

HORA EXTRAS. AUSÊNCIA DE DESCANSO INTRAJORNADA.

Quando a prova dos autos revela sem dúvida a carga horária de trabalho e a ausência do intervalo regular para descanso e refeição durante a jornada de trabalho, se há deduzir indiscutível a conclusão condenatória a que chegou o juízo recorrido.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO.

Fartamente abordado na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o agente de apoio sócioeducativo que exerce funções de segurança e proteção dos profissionais, menores infratores e visitantes faz jus ao recebimento de adicional de periculosidade, nos termos do art. 193, II, da CLT, por que se expõe a violência física no seu mister, decorrente da atribuição de prestar atendimento em situação de conflito, portanto, em ambiente de trabalho hostil e perigoso.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECLAMAÇÃO PROPOSTA ANTERIORMENTE À LEI Nº 13.467/2017.

Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017, data do início da vigência da Lei nº 13.467/2017. Proposta a reclamação em 29.09.2017, não se há falar em sucumbência recíproca. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001613-88.2017.5.07.0018 **Julg.: 22/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 22/04/2019**
Turma 2ª

VERBAS RESCISÓRIAS. QUITAÇÃO.

As razões recursais da reclamada não logram desconstituir a afirmação do juízo sentenciante, de que a empresa não comprovou o pagamento de qualquer adiantamento salarial ao empregado falecido. Dessa forma, já autorizada a dedução da quantia consignada, não deflui do apelo motivação para emendar o julgado vergastado.

SEGURO DE VIDA.

A decisão guerreada limitou a condenação a obrigação de fazer - entregar a apólice do seguro, restando o mais, incumbência dos herdeiros perante a instituição seguradora. A sentença está correta.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULAS Nº 219 E 329 DO TST.

Na constância da CLT antes da reforma trabalhista, de ser excluída a parcela condenatória a pretexto de honorários advocatícios, quando não se vê na procuração outorgada ao nobre patrono da parte reclamante a presença de assistência sindical que, em somatório aos demais requisitos de que tratam as Súmulas 02/TRT7 e 219/TST, perfaria o direito a verba honorária advocatícia.

APLICABILIDADE DA LEI 13.467/2017. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

Tratando-se de processo ajuizado antes da reforma trabalhista, dispõe a Instrução normativa Nº 41/2018, do C. TST que a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações aforadas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nºs 219 e 329 do TST.

Processo: 0001026-76.2016.5.07.0026 **Julg.: 29/04/2019**
Rel. Desemb.: Cláudio Soares Pires **Data Ass.: 29/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TERCEIRIZAÇÃO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL.

A questão proposta no feito traz duas angulações; a terceirização ilícita e o vinculo direto de emprego. 1. Quanto à terceirização em atividade fim, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 324 e o Recurso Extraordinário (RE) nº 958.252, com repercussão geral reconhecida, decidiu que é lícita a terceirização em todas as etapas do processo produtivo, ou seja, na atividade-meio e na atividade-fim das empresas. Mutatis mutandis, no âmago da decisão de primeiro grau está a mesma discussão de serem os serviços prestados para a recorrente, instalação e manutenção de máquinas, inclusos no objeto social da empresa reclamada; a terceirização aludida no item I, da Súmula-331/TST, que serviu de razão para refrear a chamada terceirização ilegítima, mas, no moderno posicionamento do e. Supremo Tribunal Federal toma nova feição, sem o viés da ilegalidade de então. 2. De outra análise, examinada a questão sob a vertente da relação empregatícia de que trata o artigo 3º, da CLT, não houve comprovação de que o recorrente era identificado como empregado, com metas a cumprir, com possibilidades de sanção ou perdas em caso de descumprimento. Nada se soube sobre a verossimilhança da alegação do controle de jornada, através de rotas estabelecidas ou da pessoalidade na prestação dos serviços, posto que o recorrente atuasse, também, através da *Internet*. Destarte, sob a forma de suposta relação empregatícia, o recorrente igualmente não logrou infirmar as conclusões a que chegou a decisão vergastada. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001183-39.2017.5.07.0018 **Julg.: 22/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 22/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA ELEIÇÕES SINDICAIS. VÍCIOS DE PUBLICAÇÃO E LEGITIMIDADE DE ASSOCIADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

Uma vez provadas as alegadas irregularidades na publicação do edital convocatório das eleições sindicais, bem como na legitimidade de candidato a presidente sindical, correta a decisão de primeiro grau que anulou as eleições do sindicato réu havida em fevereiro/2013, para o mandato 2013/2017. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0000892-51.2013.5.07.0027 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 13/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ENTE PÚBLICO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO.

É devida a condenação do ente público que reincide no desrespeito ao cumprimento das obrigações trabalhista de seus empregados.

RECURSO ORDINÁRIO. FALTA DE PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS. DESERÇÃO.

A teor do § 1º, do Art.789, da CLT, é deserto é o recurso ordinário quando a parte não recolhe as custas processuais em que foi condenada.

Processo: 0000943-23.2017.5.07.0027 **Julg.: 15/04/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 22/04/2019**
Turma 2

RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR. RESPONSABILIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO GESTOR PÚBLICO. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

A Justiça do Trabalho não possui competência para analisar a responsabilidade pessoal do prefeito municipal, agente político, sob pena de violação do artigo 114 da Constituição da República. Extingue-se, sem resolução de mérito, referido aspecto da demanda, nos termos do artigo 485, IV, do Novo CPC.

PRELIMINAR SUSCITADA PELO PRIMEIRO RECLAMADO. ILEGITIMIDADE AD CAUSAM DO MPT. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. REJEIÇÃO.

O art. 81, parágrafo único, III, da Lei nº 8.078/1990 (CDC), inclui os direitos individuais homogêneos, assim entendidos os de origem comum, na esfera dos direitos coletivos, que podem ser defendidos por meio de ação coletiva. Outrossim, nos termos do art. 129 da Constituição Federal de 1988 e do art. 6º, VII, "a" e "d", e 83, III, da Lei Complementar n° 75/1993, que compete ao Parquet promover ação civil pública para a defesa de interesses coletivos.

MÉRITO. ANÁLISE CONJUNTA. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. EXCESSO NÃO COMPROVADO. COMINAÇÃO DIÁRIA. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

Não restou demonstrado nos autos que a multa estipulada supera o montante da obrigação principal. Na verdade, entende-se que a multa diária e cumulativa tem maior aptidão para compelir o devedor ao cumprimento do mandamento jurisdicional, impondo-se o provimento do recurso do autor neste particular.

ANÁLISE CONJUNTA. DANOS MORAIS COLETIVOS. CONFIGURAÇÃO. REITERADA VIOLAÇÃO ÀS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. MAJORAÇÃO. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO.

Ficando comprovada a prática reiterada de inobservância das normas trabalhistas, em flagrante violação aos interesses individuais e homogêneos do conjunto de trabalhadores, impõe-se a indenização por danos morais coletivos. Quanto ao valor o arbitramento da indenização por dano moral deve considerar a gravidade e a repercussão da ofensa, a condição econômica e o grau do dolo ou culpa do ofensor, a coletividade ofendida e, por fim, a intensidade da ofensa. Vislumbra-se cabível a majoração do valor, nos moldes do praticado em caso semelhante.

Processo: 0000855-52.2017.5.07.0037 **Julg.: 27/03/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 28/03/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. AGRESSÕES FÍSICAS NO AMBIENTE DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE TENHAM SIDO RECÍPROCAS. JUSTA CAUSA AFASTADA.

A justa causa, como penalidade disciplinar máxima aplicável ao empregado, somente se justifica mediante prova robusta e inconteste dos fatos que lhe deram

causa. Na espécie, ante a ausência de prova robusta e inconteste a evidenciar que a agressão havida relativamente às duas empregadas da empresa tenha sido recíproca, fato que, por certo, autorizaria a imputação da penalidade, dou provimento ao recurso para reverter a justa causa aplicada em rescisão indireta do contrato de trabalho entre as partes, sendo parcialmente devidos os pedidos contrapostos vindicados. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000823-49.2018.5.07.0025 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 05/06/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. DOENÇA OCUPACIONAL. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA.

Caracterizada a culpa da recorrente, na modalidade negligência, o dano, enfermidade psiquiátrica, e o nexo causal entre a patologia e as atividades desenvolvidas pela recorrida no ambiente laboral, não há como afastar a responsabilidade civil subjetiva da recorrente. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001790-22.2017.5.07.0028 **Julg.: 31/01/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 31/01/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO. ACIDENTE OCORRIDO NO LOCAL E NO HORÁRIO DE TRABALHO. NEXO PRESUMIDO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. NECESSIDADE DE PROVA.

O acidente ocorrido no local de trabalho e durante o exercício de tarefas ordinariamente executadas pelo empregado presume-se em razão do labor, gerando o nexo de causalidade. Eventual culpa exclusiva da vítima ou outros elementos tendentes à quebra do nexo hão de ser robustamente provados, e não o foram, no caso em análise. Outrossim, o arquivamento de inquérito criminal não implica, de plano, a desconsideração da existência dos elementos da responsabilização civil. Portanto, provados o dano, o nexo e a culpa, procede o pedido de indenização à autora pelos danos sofridos em decorrência do falecimento do seu cônjuge.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Ajuizada a demanda após a vigência da Lei 13.467/2017, são-lhe aplicáveis os termos desta Lei no que tange à matéria de honorários advocatícios (art. 791-A, CLT). Recurso da parte autora conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001978-60.2018.5.07.0034 **Julg.: 19/06/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. 1. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. AGENTE SOCIOEDUCATIVO DE MENORES INFRATORES. DEFERIMENTO.

Os Agentes Socioeducadores atuantes em instituições de acolhimento de menores infratores, encontram-se submetidos a um ambiente de trabalho hostil e perigoso, sujeitos à violência física, em situação análoga ao previsto no inciso II do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e no Anexo 3 da NR 16 da Portaria nº 1.885/MT, em virtude da exposição a risco permanente, quando no exercício de suas atribuições, tendo, por via de consequência, jus ao pagamento do adicional de periculosidade.

2. SUPRESSÃO DO REPOUSO INTRAJORNADA. CONSEQUÊNCIA. LAPSO TEMPORAL LABORADO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/17.

Não concedido regularmente o intervalo intrajornada mínimo de uma hora, devido o pagamento da remuneração correspondente à integralidade daquele descanso, acrescida de 50%, nos termos do § 4º do art. 71, com a redação anterior à vigência da Lei nº 13.467/17, e do item I da Súmula nº 437 do TST. 3.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONVÊNIO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA PELOS DIREITOS TRABALHISTAS DE EMPREGADOS DA ASSOCIAÇÃO CONVENIADA. CULPA IN VIGILANDO DEMONSTRADA.

Ainda que o Ente Público haja firmado convênio com organização civil privada para a realização de serviços públicos, responde subsidiariamente pelos encargos trabalhistas inadimplidos pela associação conveniada, na qualidade de tomador dos serviços, em consonância com o preconizado na Súmula nº 331 do TST, sem implicar, com isso, afronta às premissas estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da ADC 16 e, mais recentemente, do RE 760.931/DF, com repercussão geral, desde que comprovada a culpa *in vigilando* do Ente Estatal quanto à execução do Contrato/Convênio e disto tenha resultado prejuízo ao empregado. É caso dos autos.

Processo: 0001333-71.2017.5.07.0001 **Julg.: 29/04/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 30/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ENERGIA ELÉTRICA. DECRETO Nº 93.412/86. ANEXO 4 DA NR Nº 16 DO MTE.

Segundo o art. 193 da CLT, são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que impliquem em risco acentuado em virtude de exposição a energia elétrica, desde que enquadradas nos quadros do Decreto nº 93.412/86 e, posteriormente, do Anexo 4 da NR nº 16 do MTE. Assim, enquadrando-se as atividades do reclamante naquelas tipificadas na legislação aplicável como perigosas, bem como provado nos autos o trabalho em exposição habitual, permanente ou intermitente em área de risco, devido o adicional de periculosidade. Recurso conhecido e provido.

Processo: 0000865-35.2016.5.07.0004 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 16/04/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DONO DA OBRA. INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.

Figurando entes públicos da Administração Direta e Indireta, na condição de donos da obra, estes não possuem responsabilidade por obrigações trabalhistas de empreiteiros contratados para a execução de obra específica. Observância das teses jurídicas do Incidente de Recursos Repetitivos nº 6 - IRR-190-53.2015.5.03.0090 - publicado em 30/06/2017. Aplicação da OJ nº 191, da SBDI-I, do TST. Sentença reformada. Recurso ordinário conhecido e provido para excluir a responsabilidade subsidiária do ente público.

Processo: 0000178-64.2017.5.07.0023 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. ASSALTO À AGÊNCIA DA ECT. BANCO POSTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

No caso vertente, restou incontroverso que a Agência dos Correiros do Rodolfo Teófilo funciona, também, como Banco Postal, realizando, por conseguinte, atividades típicas dos estabelecimentos bancários, pelo que atrai para si a obrigação de providenciar sistema de segurança adequado e compatível com os

serviços prestados, consoante preceitua o art. 2ª da Lei nº 7.102/83. Desta feita, na medida em que não oferece sistema de segurança eficaz a resguardar a incolumidade física e mental de seus empregados, incorre em culpa, devendo indenizar o dano moral sofrido pelo empregado, vítima de assalto ocorrido na agência em que trabalha. (art. 7º, XXXVIII, da CF/88 c/c art. 186 do CCB.

DANOS MORAIS. QUANTUM ARBITRADO. FIXAÇÃO.

Diante da vigência da Lei nº 13.467/2017, que trouxe à norma celetária os parâmetros para a fixação da indenização a ser paga, a título de Dano Extrapatrimonial, bem como considerando que, em análise aos autos, fixou-se a ofensa ao autor como de natureza média, no entanto, por se tratar, na hipótese, de recurso ordinário interposto pela demandada, não pode haver *reformatio in pejus*, sendo a única alternativa possível a mantença do *quantum* indenizatório arbitrado na Origem, no importe de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEMANDA AJUIZADA EM DATA ANTERIOR À REFORMA TRABALHISTA. SÚMULA Nº 219 DO TST. REQUISITOS AUSENTES. DEVIDOS.

Tendo em vista que, no caso em apreço, restaram observados os requisitos cumulativos das Súmulas 219 e 329, do C. TST, bem como da Súmula TRT-7 nº 2, atinentes à assistência sindical e Declaração de Hipossuficiência, não merece, pois, provido o apelo, neste aspecto. Recurso ordinário parcialmente conhecido e parcialmente provido. Recurso ordinário parcialmente conhecido e improvido.

Processo: 0000360-39.2015.5.07.0017 **Julg.: 13/03/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 14/03/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. BANCO DO BRASIL. DIFERENÇAS SALARIAIS. PROMOÇÕES. INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO TOTAL. SÚMULA 294 DO TST.

Incide a Súmula 294/TST, quando verificado que os critérios para o estabelecimento dos percentuais aplicáveis entre os níveis salariais (interstícios) foram alterados por força de Acordo Coletivo de Trabalho findo (conforme redação da Súmula-277/TST vigente na época) ainda no ano de 1996, eis que, verdadeiramente, se está examinando prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, mas, não se trata de parcela assegurada por preceito de lei. É hipótese, destarte, de prescrição total, a teor da Súmula-294/TST. Precedentes do TST e do TRT7. Recurso ordinário conhecido e improvido.

Processo: 0001879-20.2017.5.07.0004 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 24/06/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. BANCO DO BRASIL. PARCELA ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA COM EFEITOS CONDENATÓRIOS. PRESCRIÇÃO BIENAL. VERIFICAÇÃO. AÇÃO DE NATUREZA CONDENATÓRIA COM PEDIDO DECLARATÓRIO. ACESSORIEDADE. ART. 7º, XXIX, DA CF/88. APLICABILIDADE.

Uma vez constatado o transcurso de mais de 02 (dois) anos entre a extinção do contrato de trabalho e o ajuizamento da presente ação, a pretensão condenatória resta fulminada pela prescrição bienal, que se apresenta intransponível. Prescrição "parcial" e "total", inerentes a prestações de trato sucessivo, atualmente previstas no art. 11, § 2º, da CLT, são subespécies de prescrição quinquenal. Prazo bienal que não comporta essa dicotomia. Pedido declaratório meramente acessório das pretensões condenatórias. Ação de cunho eminentemente condenatório, uma vez que a pretensão do autor repousa no pagamento dos reflexos decorrentes da parcela "alimentação", paga pela instituição financeira empregadora. Sujeição à disciplina do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal. Recurso improvido.

Processo: 0001867-73.2017.5.07.0014 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PERGUNTA À PARTE CONTRÁRIA. INDEFERIMENTO DE OITIVA DE TESTEMUNHA TRAZIDA PELA PARTE CONTRÁRIA. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO.

Não há falar em prejuízo ao contraditório no caso em que a parte autora desejava ouvir as testemunhas da parte adversa, máxime quando não consta na ata de audiência seus protestos no momento oportuno, e quando a própria parte trouxe testemunha para provar os fatos alegados.

CONTRADITA DE TESTEMUNHA. VÍNCULO EM REDES SOCIAIS. SUSPEIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

A mera amizade em redes sociais não torna suspeita a testemunha, devendo haver prova de amizade íntima ou interesse na causa.

DIFERENÇAS RESCISÓRIAS. GORJETA. CIÊNCIA DO RECEBIMENTO, PELA EMPRESA.

Atuando a reclamada no setor de Restaurantes, e havendo prova de que era costumeiro o pagamento de gorjetas pelos clientes aos trabalhadores do local, inclusive com conhecimento do encarregado do Caixa, não há falar em não integração desta verba à remuneração por "ausência de ciência da empresa". Integração devida.

HORAS EXTRAS. SUPRESSÃO DE INTERVALO INTRAJORNADA.

Os registros de ponto com anotações manuais e variáveis, assinados pela reclamante, são prova robusta do gozo do intervalo intrajornada. No entanto, se as testemunhas ouvidas, inclusive a da reclamada, informam a incorreção dos registros, a contraprova se revela ainda mais forte, suficiente para autorizar o pagamento, como extra, do intervalo em questão, que se presume não usufruído.

DANOS MORAIS POR ASSÉDIO SEXUAL. PROVA TESTEMUNHAL.

A gravidade da acusação de assédio sexual implica que dela deve haver prova contumaz e robusta, para respaldar a condenação. Lado outro, por ser uma conduta abominável não só do ponto de vista jurídico, mas também moral e ético, além de socialmente condenada, o assédio geralmente se perpetra longe do público, ou de maneira sutil, porém constrangedora. No caso, havendo a testemunha presenciado diversos atos de constrangimento do gerente à trabalhadora, tais como abraços não consentidos, prospera o pedido condenatório. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0002015-21.2016.5.07.0014 **Julg.: 20/02/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 25/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. CONSTRUTORA. CONTRATAÇÃO INFORMAL DE TRABALHADOR. FORMAÇÃO DO VÍNCULO DIRETO.

Em se tratando de empresa construtora, mostra-se ilícita a contratação de trabalhadores inseridos em sua atividade-fim por meio de subempreitada informal, mormente quando o suposto subempreiteiro é pessoa econômica e financeiramente inidônea. Nessa hipótese, o vínculo forma-se diretamente com o tomador dos serviços.

HORAS EXTRAS. CONFISSÃO FICTA.

Tendo em vista a pena de confissão *ficta* aplicada à ré, e não havendo nos autos elementos que infirmem as alegações iniciais, prevalece a jornada indicada na exordial.

DANO MORAL.

O descumprimento pela empresa ré da obrigação legal de zelar pela saúde e segurança dos trabalhadores, ante o não fornecimento dos equipamentos de proteção necessários, de banheiros e de água potável, constitui ato ilícito do

empregador, pois infringidos os direitos da personalidade do reclamante, dando azo à reparação por dano moral.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO CONSÓRCIO.

A responsabilidade solidária do consórcio réu é medida que se impõe, pois se enquadra na acepção de grupo econômico, na esfera trabalhista, haja vista que a figura prevista no art. 2º, § 2º, da CLT, decorre do compartilhamento de patrimônio visando à obtenção de lucro, ou seja, mesma finalidade buscada pelas empresas que optam por se consorciar.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Constatando-se que a ação foi ajuizada após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), incide, na espécie, o art. 791-A, *caput*, da CLT, razão pela qual são devidos honorários advocatícios sucumbenciais pelo réu. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0002935-22.2017.5.07.0026 **Julg.: 13/05/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 14/05/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO DE APRENDIZAGEM. ADMISSÃO OBRIGATÓRIA. COTA. BASE DE CÁLCULO. ART. 429 DA CLT. INCLUSÃO DOS EMPREGADOS MOTORISTAS. POSSIBILIDADE.

O artigo 429 da CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a contratar menores aprendizes no percentual de cinco a quinze por cento dos trabalhadores existentes no estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Nesse contexto, não há razão para excluir da base de cálculo do número de aprendizes a serem contratados os empregados que exercem a função de motorista. No entanto, tendo em vista a circunstância de a referida função exigir a idade mínima de 21 anos, que limita o número de aprendizes, e objetivando possibilitar que a recorrente possa cumprir a lei, é bastante razoável a tese adotada pelo TST, no sentido de que se possa, aplicando-se o princípio da proporcionalidade, autorizar um percentual menor de contratação dos jovens aprendizes. Precedentes. (TST-RR-409-11.2013.5.02.0431). Recurso improvido.

Processo: 0001774-11.2015.5.07.0005 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 18/06/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE EMPREGO. SUBORDINAÇÃO JURÍDICA COMO ELEMENTO DE DISTINÇÃO.

Admitida a prestação de serviços, todavia de natureza jurídica diversa daquela alegada na inicial, a reclamada atraiu para si o ônus de prova, do qual se desvencilhou a contento. Em sendo demonstrada a inexistência de subordinação jurídica na relação havida entre as partes, há de se reconhecer a validade do contrato de representação comercial celebrado. Recurso conhecido, mas não provido.

Processo: 0000628-12.2018.5.07.0010 **Julg.: 03/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 04/06/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO.DANOS MORAIS. DOENÇA OCUPACIONAL. ATIVIDADES LABORAIS. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSALIDADE.

É da parte autora o ônus de comprovar o nexo de causalidade entre o dano experimentado e o trabalho prestado, descabendo indenização reparatória quando não constatado que a doença adquirida pelo empregado decorre do próprio emprego. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0003094-75.2016.5.07.0033 **Julg.: 11/03/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 11/03/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. DESIGNER GRÁFICO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO NÃO COMPROVADO.

É cediço que para a configuração do vínculo empregatício é necessária a existência dos elementos fático-jurídicos componentes da relação de emprego, a saber: prestação de trabalho por pessoa física, com pessoalidade, a um tomador, de forma não-eventual, efetuada sob subordinação jurídica e com onerosidade; não preenchendo, portanto, os requisitos configuradores do liame empregatício, previstos nos artigos 2º e 3º da CLT. A ausência de qualquer um desses pressupostos fático-jurídicos impossibilita o reconhecimento da relação de emprego entre as partes. Recurso ordinário conhecido e improvido

Processo: 0000577-92.2018.5.07.0012 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 13/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. DIFERENÇAS ENTRE O VALOR SALARIAL OFERTADO À ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO E O SALÁRIO EFETIVAMENTE PAGO.

O trabalhador que assina, por livre e espontânea vontade, contrato de trabalho no qual consta determinado salário, concorda com o referido valor, de sorte que, ainda que tenha havido proposta anterior mais vantajosa, esta perece diante da anuência do obreiro com o novo importe salarial, não havendo que se falar em direito a diferenças. Sentença mantida.

ALTERAÇÃO NA FORMA DE PAGAMENTO DAS COMISSÕES NÃO COMPROVADA. DIFERENÇAS INDEVIDAS.

Não tendo a autora comprovado, como lhe incumbia (art. 818 da CLT e art. 373, I, do CPC), que a reclamada alterou a forma de pagamento das comissões, de forma a reduzi-las propositalmente, não há que se falar em pagamento de diferenças de comissões. Sentença mantida.

DANO MORAL.

A reclamante não demonstrou conduta da reclamada, que lhe tenha violado a intimidade, a dignidade, a honra, a imagem ou a cidadania, a ensejar reparação por infringência aos artigos 1º, incisos II e III, 5º, incisos X e XLI, ambos da Constituição Federal de 1988, e art. 186 c/c 927, do Código Civil. Logo, improcede o pleito de indenização por danos morais. Sentença mantida. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0001819-72.2016.5.07.0007 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO.DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. RESCISÃO POR JUSTA CAUSA. ABANDONO DE EMPREGO.

Não se olvida que o autor era membro da CIPA, tampouco que, nos termos da Súmula nº 443 do TST, "presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito". Ocorre que tais aspectos não socorrem a pretensão autoral, isto porque, no caso dos autos, restou demonstrado o abandono de emprego, motivo rescisório suficiente para afastar a presunção de que a dispensa se dera por discriminação. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001494-48.2018.5.07.0033 **Julg.: 22/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 22/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. DISPENSA POR JUSTA CAUSA. PRÁTICA DE FURTO NÃO COMPROVADA.

A justa causa, por causar danos à honra pessoal e profissional do trabalhador, bem assim de fulminar direitos conquistados no curso da contratualidade, demanda prova robusta e inconteste do ato faltoso a ele imputado, de modo a não remanescer a mínima dúvida ao julgador. Vislumbrando-se, na espécie, que o recorrente não trouxe aos autos elementos convincentes que justifiquem a dispensa do obreiro por justa causa em face da prática de ato ímprobo, nenhum reproche merece a decisão objurgada. Recurso conhecido e não provido, nesse tocante.

INTERVALO INTRAJORNADA. CARTÕES DE PONTO. JUNTADA INCOMPLETA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS HORÁRIOS DE LABOR DECLINADOS NA PETIÇÃO INICIAL.

À luz do estabelecido na Súmula 338, I, do TST, "É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não-apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário." Desse modo, se os cartões de ponto adunados aos fólios dizem respeito a somente alguns meses da contratualidade, bem assim que a testemunha empresarial presta informação no sentido de que aludidos documentos são assinados apenas uma vez por mês, deve incidir, na hipótese, a presunção de veracidade dos horários de labor indicados na petição inicial, que pode ser elidida por prova em sentido contrário, o que ocorreu, na espécie, através da prova oral produzida pelo réu. Recurso provido, no particular.

RECURSO ORDINÁRIO. MULTA RESCISÓRIA. DISPENSA POR JUSTA CAUSA NÃO RECONHECIDA EM JUÍZO. CABIMENTO.

A multa prevista no § 8º, do art. 477, da CLT, é sanção imposta ao empregador que não paga as parcelas rescisórias constantes do instrumento de rescisão no prazo estabelecido em lei, segundo se extrai do § 6º do mesmo dispositivo legal, nada obstante ainda a tempestividade da data de homologação da rescisão contratual ou do adimplemento das obrigações de fazer derivadas da dissolução do contrato de trabalho, sendo, ainda, plenamente devida para a situação de pagamento incorreto ou insuficiente, quando há discussão em torno do reconhecimento ou não do vínculo empregatício ou sobre o motivo determinante da dissolução contratual, consoante Súmula 462, do TST, segundo a qual "A circunstância de a relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo não tem o condão de afastar a incidência da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT. Aludida multa, portanto, somente não será devida quando o empregado, comprovadamente, der causa à mora no pagamento das verbas rescisórias, o que não ocorreu, na espécie, devendo ser mantida a condenação, porquanto as verbas rescisórias decorrentes da dispensa injusta não foram pagas ao recorrido. Recurso não provido.

MULTA POR INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS CONSIDERADOS PROCRASTINATÓRIOS. NÃO OCORRÊNCIA.

Nos embargos de declaração interpostos, não se vislumbra intenção protelatória do embargante, mas, tão somente, o legítimo exercício do direito do reclamado de fazer uso de tal remédio jurídico, não havendo, portanto, motivos para a aplicação das penalidades impostas, somente justificadas em situações em que reste comprovada a prática de atos lesivos aos interesses da Justiça e/ou das partes. Recurso provido, nesse tópico.

Processo: 0000867-89.2018.5.07.0018 **Julg.: 08/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 08/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. EMATERCE. NÃO RECOLHIMENTO DO PREPARO. DESERÇÃO.

A decisão liminar prolatada em sede de ADPF nº 437/CE, do STF não estendeu à EMATERCE o privilégio fiscal de isenção do recolhimento das custas processuais e do depósito recursal, haja vista que limitou sua aplicação ao art. 100 da CF, que se dá o pagamento através de precatório. Não havendo a recorrente recolhido o preparo, não se conhece do recurso, por deserto.

Processo: 0001648-81.2017.5.07.0007 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: **Data Ass.: 14/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. ENTE PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE REGIME JURÍDICO ÚNICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Depreendendo-se dos autos que o Município recorrente não instituíra regime jurídico único, a relação com seus servidores encontra-se submetida ao regime celetista, restando competente, portanto, a Justiça do Trabalho. Preliminar rejeitada.

ASSÉDIO MORAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA.

A configuração do dano moral, decorrente de assédio moral, depende da comprovação de que o trabalhador foi exposto, de forma repetitiva e prolongada, a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhe causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica, o que não restou demonstrado nos autos, pelo que indevida a indenização.

IRREDUTIBILIDADE SALARIAL DO INCISO XV, DO ART. 37, DA CF/1988.

Desrespeita o princípio da irredutibilidade salarial previsto constitucionalmente o acréscimo na jornada de trabalho sem a correspondente retribuição remuneratória. Recursos improvidos.

Processo: 0000093-29.2018.5.07.0028 **Julg.: 08/04/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 10/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ART. 461 DA CLT. SUCESSÃO DE EMPRESAS. POSSIBILIDADE.

Ainda que o vínculo tenha se originado com empresas diversas para o paradigma e o paragonado, não há óbice à equiparação salarial se futuramente, em virtude de sucessão empresarial, ambos venham a trabalhar para a mesma empresa, e desde que, naturalmente, estejam presentes os demais requisitos para o pleito equiparatório, conforme art. 461 da CLT e Súmula 6 do TST.

HORAS EXTRAS. CARGO DE CONFIANÇA BANCÁRIO. ÔNUS DA PROVA.

É do empregador o ônus de provar que o trabalhador exercia, efetivamente, função de confiança, nos termos do art. 224, § 2º da CLT, vez que a limitação do tempo de trabalho do bancário em 6 horas diárias é a regra geral, e sua majoração para 8 horas constitui hipótese excepcional.

REGISTROS DE PONTO INVERÍDICOS. PROVA TESTEMUNHAL.

Ainda que os registros de ponto tenham sido apresentados pela empresa e não sejam uniformes (Súmula 338, I, TST), prevalece a prova testemunhal que se direcionou de forma robusta e consistente em sentido contrário, esclarecendo que havia labor não documentado.

HORAS EXTRAS. INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. CONSTITUCIONALIDADE.

O intervalo previsto no art. 384 da CLT (antes da revogação promovida pela Lei 13.467/2017) era regra que atendia ao princípio da isonomia, sendo, portanto, constitucional. Por isso, a ausência de concessão deste intervalo em período anterior a 11/11/2017 respalda a condenação da empregadora ao pagamento dos 15 minutos como horas extras, conforme a jurisprudência amplamente majoritária. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0000082-76.2017.5.07.0014 **Julg.: 27/03/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 28/03/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS NA FASE DE FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO. ADMISSÃO EFETIVADA. AUSÊNCIA DE ILICITUDE. INEXISTÊNCIA DE PROVA DO DANO MORAL.

Não gera dano moral a conduta do empregador que pede a apresentação de certidão de antecedentes criminais, na fase pré-contratual e de forma indiscriminada, aos candidatos a emprego, ressalvados os casos de injustificada discriminação, que depende de prova. Trata-se de faculdade que integra o poder diretivo do empregador. Se o trabalhador é regular e normalmente admitido aos quadros da empresa, não se observa tal discriminação, nem violação dos princípios da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho e da busca pelo pleno emprego. Recurso ordinário conhecido e não provido.

Processo: 0000181-21.2019.5.07.0032 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 17/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. HOSPITAL PRIVADO. ATENDIMENTO PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). TERCEIRIZAÇÃO E/OU CONTRATO DE GESTÃO NÃO CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL PELAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DOS EMPREGADOS DO HOSPITAL CONVENIADO DESCABIDA.

A formalização de Convênio entre os Gestores do SUS e entidades privadas pode, também, atrair a incidência do previsto na Súmula nº 331 do TST, ou seja, a responsabilização subsidiária da Administração Pública pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela instituição conveniada, desde que configurada terceirização de serviços mediante a locação/disponibilização de mão de obra, o que inocorrera na hipótese destes autos. A reclamada principal não fora contratada para a realização ou gestão de projeto de saúde pública específico ou eventual, mas credenciada, mediante convênio, para o atendimento de pacientes pelo SUS, percebendo os repasses correspondentes aos atendimentos realizados, não restando caracterizada, assim, contratação de trabalhadores por interposta pessoa ou locação de mão de obra capaz de ensejar a responsabilização subsidiária de que trata o verbete sumular retro citado. Recurso a que se nega provimento.

Processo: 0000589-36.2018.5.07.0003 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 18/06/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Não aplicável. Não se aplica a incompetência desta Justiça quando o ente municipal não dispõe de Regime Jurídico Único.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PROVA EMPRESTADA. PERÍCIA.

Comprovado nos autos, mediante utilização de prova emprestada (perícia), que o empregado exercia atividade perigosa e não tendo o recorrente conseguido produzir prova capaz de ilidir a conclusão pericial, ônus que lhe competia, é devido o adicional e reflexos, a partir 03/12/2013.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

Considerando-se o § 3º, do artigo 791-A, da CLT, condeno o reclamante no pagamento na sucumbência recíproca, no percentual de 10% sobre o proveito econômico obtido pelo reclamado.

Processo: 0000613-95.2018.5.07.0025 **Julg.: 08/04/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 10/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. INCOMPETÊNCIA MATERIAL.

Extrai-se da leitura do art. 114 da CF que a competência material da Justiça do Trabalho se estabelece pelos pedidos e pela causa de pedir formulados nos autos. Na presente hipótese, todas as matérias objeto da demanda são de caráter nitidamente trabalhista, pelo que não merece ser acolhida a preliminar em questão.

PRELIMINAR ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. MATÉRIA DE MÉRITO. REJEIÇÃO.

Não se há confundir a relação jurídica material com relação jurídica processual, haja vista que, esta última deve ser aferida em abstrato, segundo as informações da inicial, cumprindo à parte indicada para o polo passivo defender-se, ainda que não seja sua a responsabilidade pelo pagamento das verbas pleiteadas (teoria da asserção).

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INSTRUTOR EDUCACIONAL. EXPOSIÇÃO A SITUAÇÃO DE RISCO. DEVIDO. NÃO PROVIMENTO.

Constatado que o autor, laborando em centro educacional que abriga adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, exercia a segurança pessoal dos internos, submetido a um ambiente de trabalho perigoso, sujeito à violência física, enquadra-se no artigo 193, II, da CLT e no Anexo 3 da NR 16 da Portaria 1.885/MT, haja vista a exposição a situações de risco.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERMO DE CONVÊNIO. CULPA "IN VIGILANDO". RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO. POSSIBILIDADE.

Conforme entendimento jurisprudencial do TST, calcado na decisão do STF que declarou a constitucionalidade do art. 71 da Lei nº 8.666/93 (ADC 16/DF), remanesce a responsabilidade subsidiária da administração pública direta e indireta pelos direitos trabalhistas não adimplidos pelo empregador, sempre que os referidos entes públicos, tomadores dos serviços, sejam omissos na fiscalização das obrigações do respectivo contrato (Súmula 331, inciso IV, do TST). Portanto, não provada a fiscalização efetiva de tais obrigações, procede o pedido de responsabilização subsidiária.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

Procede o pedido de condenação do reclamante ao pagamento de honorários, com base no art. 791-A da CLT, em caso de procedência parcial dos pedidos exordiais, ainda que o autor seja beneficiário da Justiça Gratuita, e uma vez que a situação não se enquadra na exceção prevista no art. 791-A, § 4º da CLT. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000296-21.2018.5.07.0018 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass. 13/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. REFORMA TRABALHISTA. LEI 13.467/2017 QUE ALTEROU O ART. 840 E PARÁGRAFOS DA CLT. VÍCIO SANÁVEL. LIQUIDAÇÃO DOS PEDIDOS. ART. 769 DA CLT. EMENDA À INICIAL. POSSIBILIDADE.

A Lei nº 13.467/2017, que alterou o teor do § 1º e acrescentou o § 3º ao art. 840 da CLT, estabelecendo a necessidade de que os pedidos formulados nas reclamatórias trabalhistas sejam certos, determinados e com seus valores indicados, não determina a imediata extinção do feito, devendo ser oportunizada à parte a emenda à inicial, nos termos do art. 317 do CPC, aplicável subsidiariamente. Recurso Ordindário conhecido e provido.

Processo: 0001164-75.2018.5.07.0025 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO. INDENIZAÇÃO ESTABILITÁRIA. PRESCRIÇÃO.

Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro (art. 23, Lei 8.213/91). Constatado, como no caso, que a trabalhadora já era diagnosticada como portadora de doença psicológica desde o período do vínculo, não se justifica o pleito indenizatório formulado após dois anos, em desrespeito ao art. 7º, XXIX da CF. Lado outro, em relação à doença física, a conclusão é diversa, vez que somente houve diagnóstico em 2018, aplicando-se o disposto na Súmula 378, II do TST.

INDENIZAÇÃO ESTABILITÁRIA. NEXO DE CAUSALIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

O empregado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu vínculo na empresa (art. 118, Lei 8213/91). Entretanto, não provado o nexo entre o dano e a atividade sofrida, não há falar em garantia de emprego, tampouco em indenização por danos morais ou materiais. Improvido.

Processo: 0000364-50.2018.5.07.0024 **Julg.: 08/05/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 09/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. INEC. NÃO ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE COMO FINANCIÁRIO.VIOLAÇÃO DA LEI 9.790/1999. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 55, DO TST (HORA EXTRA).

A atividade desenvolvida pelo reclamante de captação de clientes para fins de concessão de empréstimo bancário não configura atividade típica de bancário, conforme art. 2º, inciso XIII, da Lei nº 9.790/1999. Indevidos, portanto, o enquadramento do reclamante como financiário, bem como o direito às horas extras concedidas (7ª e 8ª), e os respectivos reflexos, concedidos com base no art. 224, da CLT e na súmula 55, do TST. Decisão reformada. Recurso ordinário do reclamado INEC conhecido e provido.

RECURSO ORDINÁRIO. BNB. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.

O entendimento jurisprudencial mais recente do C. TST, diante da decisão do excelso Supremo Tribunal Federal que declarou a constitucionalidade do art. 71 da Lei 8.666/1993 (ADC 16/DF), é o de que permanece a responsabilidade subsidiária dos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista pelos direitos trabalhistas do empregado locado não adimplidos pelo empregador, sempre que

os referidos entes públicos, tomadores dos serviços, sejam omissos na escolha da empresa prestadora e na fiscalização das obrigações do respectivo contrato (Súmula 331, inciso IV, do Tribunal Superior do Trabalho). Sentença mantida. Recurso ordinário do reclamado BNB conhecido e desprovido.

RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE. PRELIMINAR. NULIDADE DE SENTENÇA.

Observando-se dos autos que não houve indeferimento sobre a realização da perícia, e que, sequer, foi solicitada a realização de perícia, tratando-se de inovação recursal, impõe-se a rejeição da preliminar.

MÉRITO. HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA.

Como fato constitutivo do direito que alega ter, incumbe à parte autora fazer a prova de suas alegações, a teor do disposto no art. 818, I, da CLT, ônus que, uma vez não satisfeito, não rende ensejo à concessão das horas extras pleiteadas. Sentença mantida, no particular.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. USO DE MOTOCICLETA NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE LABORAL.

O reclamante faz jus ao adicional de periculosidade, no período compreendido entre 13/10/2014 (data de inclusão das "atividades perigosas em motocicleta" nos quadros aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - Portaria nº 1.565/14), até o fim da relação de emprego ocorrida em 14.08.2017, porquanto incontroverso o fato de o trabalhador utilizar-se de motocicleta para o exercício de suas funções laborais. Sentença reformada, neste aspecto.

INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. ATO ILÍCITO DO EMPREGADOR NÃO CONFIGURADO.

O conjunto probatório dos autos não revela ato ilícito do recorrido que tenha violado a intimidade, dignidade, honra, imagem e cidadania do recorrente, por infringência aos artigos 1º, incisos II e III, 5º, incisos X e XLI, ambos da Constituição Federal de 1988, e artigos 186 c/c 927, do novo Código Civil. Descaracterizado o dano moral, indevida, portanto, a indenização pleiteada. Sentença mantida, no particular.

DAS COMISSÕES DE VENDA DE SEGURO.

Incumbia ao Reclamante a prova do fato alegado de que não foram adimplidas todas as comissões devidas, pois constitutivo do seu direito, a teor do que dispõem os arts. 818 da CLT e 373, I do CPC/2015, vigente ao tempo da prolação da sentença, ônus do qual não se desincumbiu a contento. Assim, indefere-se o pleito. Sentença mantida. Recurso ordinário adesivo do reclamante conhecido; preliminar de mérito de nulidade de sentença rejeitada; apelo parcialmente provido.

Processo: 0001262-03.2017.5.07.0023 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 15/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. JUSTA CAUSA. DESÍDIA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

A justa causa ensejadora da rescisão contratual deve ser provada de forma cabal e robusta, tendo em vista o princípio da continuidade da relação empregatícia, notadamente, a fim de se evitar os prejuízos que podem advir para o empregado. No caso concreto, as provas colacionadas atestam que os afastamentos se deram por problemas decorrentes do estado gravídico da obreira, que evidentemente retiram da empregada, no contexto dos autos, qualquer ânimo deliberado no sentido de caracterizar a desídia justificadora da resolução contratual por justa causa, principalmente negligência, omissão ou descuido. Recurso Ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0002034-84.2017.5.07.0016 **Julg.: 04/04/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO. JUSTA CAUSA. FALTA GRAVE NÃO COMPROVADA.

A justa causa, como penalidade disciplinar máxima aplicável ao empregado, somente se justifica mediante prova robusta e inconteste dos fatos que lhe deram causa. Não havendo prova satisfatória de que a parte reclamante tenha praticado atos que autorizam a dispensa por justa causa nos termos do art. 482, da CLT, deve ser mantida a decisão de primeira instância que não reconheceu que o desfecho contratual entre as partes tenha ocorrido em tal modalidade. Sentença mantida no particular.

EMPREGADA GESTANTE, AUSÊNCIA DE PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO. DESNECESSIDADE. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

Conforme entendimento dominante no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, a empregada detentora de estabilidade provisória no emprego pode almejar a indenização substitutiva, sendo desnecessário pedido de reintegração. Isso porque a estabilidade da empregada gestante é um direito fundamental da mulher garantido pela Constituição Federal (ADCT, art. 10, II, "b") com base no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III). Sentença mantida, no particular.

DANO MORAL. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

O simples ato de se realizar boletim de ocorrência traduz exercício legal de direito a que tem jus o cidadão, nos termos do art. 188, I, do Código Civil Brasileiro, não se podendo concluir que a empregadora agiu de forma ilícita ao assim proceder, sendo indevida, portanto, a pretensão reparatória. Sentença reformada, no particular. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001198-59.2017.5.07.0001 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. JUSTA CAUSA POR PARTE DO EMPREGADO. FALTA GRAVE. IMPROBIDADE. OCORRÊNCIA.

Restando notória a irregularidade da conduta do reclamante, revelando a prática de ato comprometedor da fidúcia necessária à manutenção do contrato de trabalho, há de ser reconhecido o rompimento contratual motivado. Recurso parcialmente conhecido e improvido.

Processo: 0001806-84.2013.5.07.0005 **Julg.: 20/02/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 25/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. INEXISTÊNCIA.

Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. Não constitui litispendência a nova ação interposta pela obreira, cuja causa de pedir difere daquela anteriormente apreciada.

ASSÉDIO MORAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

O quadro probatório permite concluir que além do controle excessivo da utilização do banheiro, a reclamante estava efetivamente sujeita a um ambiente de cobranças exacerbadas, com exposição vexatória quando não atingia as metas estipuladas, que atentaram contra a sua dignidade, a sua integridade psíquica e o seu bem-estar individual (bens imateriais que compõem seu patrimônio moral protegido pela Constituição), ensejando a reparação moral pretendida, conforme autorizam os incisos V e X do art. 5º da Constituição Federal e os arts. 186 e 927, *caput*, do Código Civil.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, na vigência da legislação e jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e deste Regional anteriores a reforma trabalhista, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000615-26.2017.5.07.0017 **Julg.: 1º/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 1º/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. MOTORISTA DE ÔNIBUS. DOENÇA OCUPACIONAL. DANO MORAL. MONTANTE ARBITRADO. REDUÇÃO. CRITÉRIOS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.

Presentes os requisitos ensejadores da responsabilização empresarial - o dano, evidenciado na doença ocupacional adquirida (perda auditiva unilateral), com redução da capacidade laborativa; a culpa, caracterizada na omissão em adotar medidas preventivas de riscos à integridade do trabalhador; e o nexo de causalidade entre a enfermidade e o trabalho realizado - inquestionável o direito à reparação do dano moral decorrente da ofensa à saúde obreira. No tocante ao valor da indenização, sopesando-se o grau e a extensão do dano (perda auditiva unilateral) e a inexistência de incapacidade total e definitiva para o trabalho do reclamante, entendo mais razoável e equidoso o importe de R$ 20.000,00, em substituição ao arbitrado na Sentença. Recurso a que se dá parcial provimento.

Processo: 0001489-48.2017.5.07.0037 **Julg.: 20/05/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 21/05/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO ESPECIAL. INSTITUIÇÃO NO CURSO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO. DIREITO À ADESÃO.

O parágrafo primeiro do art. 487, da CLT garante a integração do período correspondente ao aviso prévio indenizado no tempo de serviço do trabalhador, não havendo qualquer restrição aos efeitos pecuniários, de sorte que o contrato de trabalho permanece em vigor, para todos os fins, até a data final do período respectivo (Orientação Jurisprudencial nº 82 da SDI-1, do TST). Instituído o Plano de Desligamento Voluntário Especial 2017 ofertado pelo réu durante a vigência do contrato de trabalho do autor, tem este jus ao direito de adesão ao aludido plano, bem assim aos direitos nele estabelecidos, vez que vez preenchidos os requisitos de elegibilidade. Sentença reformada, no particular.

DANO MORAL. RECUSA PATRONAL DE ADESÃO DO EMPREGADO AO PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO. MERO DISSABOR. INDENIZAÇÃO INDEVIDA.

Não caracteriza dano moral a ocorrência de meros dissabores, não havendo se falar em direito à indenização reparatória nas hipóteses em que se alega a recusa patronal em permitir que o empregado se engaje em plano de desligamento

voluntário por concluir pelo não preenchimento das condições estabelecidas para adesão ao mencionado plano. Sentença mantida, na espécie.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SINDICAL. AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017.

Conforme disciplinamento da matéria vigente à época do ajuizamento da ação (Lei nº 5.584/70 e Súmulas 219 do TST e 2 deste Regional), o deferimento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho somente tinha cabimento quando a parte estivesse assistida por sindicato de sua categoria profissional e comprovasse a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou, ainda, se encontrasse em situação econômica que não lhe permitia demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família, nos termos da Súmula 219 do c. TST. Requisitos não preenchidos. Sentença mantida, nesse aspecto. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001368-80.2017.5.07.0017 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.467/2017. 1. VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Na fixação do valor da indenização por danos morais deve o julgador observar os princípios da razoabilidade, e da proporcionalidade, pelo quais se estabelece a relação de equivalência entre a gravidade da lesão e o valor monetário da indenização imposta, de modo que possa propiciar a certeza de que o ato ofensor não fique impune e servir de desestímulo a práticas inadequadas aos parâmetros da lei. No caso vertente, tem-se que o valor arbitrado pelo juízo de primeiro grau a título de indenização por danos morais (R$ 1.500,00) atende aos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando que as atividades laborativas do reclamante atuou apenas como concausa, o acidente típico, o tempo de serviço prestado à empresa (de 02/03/2017 a 21/08/2017), o grau de culpa do ofensor e a sua condição econômica, o não enriquecimento indevido do ofendido, o caráter pedagógico da medida e que não há incapacidade para o trabalho, razão pela qual deve ser mantido.

2. DANO ESTÉTICO. ACIDENTE DE TRABALHO. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR.

Consoante o art. 927 do Código Civil, aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Se o empregador não cumpre a obrigação de propiciar aos trabalhadores os treinamentos devidos, é responsável pelos danos morais, materiais e estéticos decorrentes de acidente de trabalho.

Cuida-se de responsabilidade civil proveniente de culpa contratual, em face de seu comportamento omissivo.

3. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. ÔNUS DA PROVA.

Ao alegar que a demissão se deu por ato discriminatório do empregador, em razão de enfermidade do obreiro, o autor atraiu para si o ônus da prova de sua arguição, eis que se trata de fato constitutivo do direito pretendido, a saber, o pagamento de indenização por dispensa discriminatória. No caso concreto, como bem registrou a sentença, nenhum depoimento ou documento é conclusivo no sentido de que a reclamada dispensou o reclamante em razão da doença ocupacional. Desta feita, o ônus que lhe incumbia pelos arts. 373, I, do CPC e 818 da CLT não foi comprovado. Impõe-se, assim, a manutenção da improcedência do pleito de indenização por dispensa discriminatória.

4. INDENIZAÇÃO DO ARTIGO 497 DA CLT.

De se manter a sentença, que considerou indevida a indenização do artigo 497 da CLT, tendo em vista que o pagamento da indenização dobrada, na forma dos artigos 496 e 497 da CLT, é cabível, exclusivamente, nos casos de empregado detentor da estabilidade decenal, prevista no artigo 492 consolidado, sendo inaplicável, porém, a casos de estabilidades provisórias, como a decorrente de acidente de trabalho. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000257-48.2018.5.07.0010 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 24/06/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI N. 13.467/2017.1. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.

É devido o adicional de periculosidade quando constatada a exposição do empregado a condições de risco, na forma do § 4º do art. 193 da CLT. 2.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

A condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no artigo 791-A e seus parágrafos, é aplicável às ações ajuizadas após 11 de novembro de 2017, data da vigência da Lei nº 13.467/2017 (IN TST Nº 41/2018). Proposta a reclamação em 18.10.2018, de se manter a sentença que deferiu a verba honorária no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Recurso ordinário conhecido e improvido.

Processo: 0001144-45.2018.5.07.0038 **Julg.: 27/05/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 27/05/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA ANTERIORMENTE À REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017).

As pretensões veiculadas em ações ajuizadas precedentemente à entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, que impôs relevantes modificações na legislação trabalhista, devem ser analisadas à luz do direito então vigente, considerando-se, para esse fim, as disposições constantes da Instrução Normativa nº 41, de 21.06.2018, do Tribunal Superior do Trabalho, que traça limites à aplicação da lei nova.

SÚMULA Nº 330, DO TST. EFICÁCIA LIBERATÓRIA. RESTRIÇÃO ÀS VERBAS E VALORES DISCRIMINADOS NO TRCT.

A eficácia liberatória de que trata a Súmula 330, do Tribunal Superior do Trabalho restringe-se às parcelas e aos valores expressamente consignados no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, não obstando a discussão judicial acerca de parcelas não elencadas no aludido termo de quitação, menos ainda o pleito de diferenças de valores relativamente às verbas ali discriminadas. Recurso não provido, nesse aspecto.

AVISO PRÉVIO INDENIZADO. PROJEÇÃO.

A teor do disposto no parágrafo primeiro do art. 487, da CLT, o período do aviso prévio é considerado como de tempo de serviço, ainda que indenizado, devendo as verbas rescisórias ser apuradas considerando-se essa projeção, observado, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo primeiro da Lei nº 12.506/2011, segundo o qual "Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias". Uma vez que, no momento rescisório, contava o autor com 3 (três) anos e 15 (quinze) de prestação de serviços, tinha ele jus ao pagamento do aviso prévio indenizado na proporção de 39 (trinta e nove) dias, o que não foi integralmente observado pela ré, que, a título de aviso prévio, pagou ao obreiro valor superior a 30 (trinta) dias, porém, abaixo de 39 (trinta e nove) dias. Recurso parcialmente provido.

MULTA DO ART. 467, DA CLT. VERBAS RESCISÓRIAS DEVIDAMENTE CONTESTADAS. INAPLICABILIDADE.

A ausência de controvérsia acerca das verbas rescisórias vindicadas na ação é pressuposto indispensável para incidência da sanção estatuída no art. 467, da CLT, de modo que, havendo impugnação defensiva às aludidas verbas, como ocorreu, na espécie, torna-se inaplicável a referida sanção. Recurso provido, na espécie.

ESCALA DE 12X36. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM INSTRUMENTO COLETIVO. INVALIDADE.

Nos termos contidos na Súmula 444, do TST, o módulo relativamente a 12hs horas de trabalho por 36hs de descanso somente se reveste de validade quando previsto em lei ou exclusivamente ajustado mediante acordo ou convenção

coletiva de trabalho. Ausente a negociação coletiva, se sujeita o empregado apenas aos limites de 8hs diárias e 44hs semanais estabelecidos na regra geral do art. 7º, XIII, da Constituição Federal. Recurso não provido, no particular.

INTERVALO INTRAJORNADA. PRÉ-ASSINALAÇÃO. VALIDADE RECHAÇADA POR PROVA TESTEMUNHAL.

Para as empresas que contam com mais de dez empregados, a pré-assinalação do intervalo para refeição e descanso encontra chancela no parágrafo segundo do art. 74, da CLT, de modo que incumbe ao empregado demonstrar que tais horários não refletem a real jornada cumprida. Uma vez provada através de prova testemunhal a concessão parcial do período intervalar, devida, como extra, a hora respectiva. Recurso não provido, nesse tópico.

ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO DA JORNADA NOTURNA EM PERÍODO DIURNO.

Consoante disposto na Súmula 60, II, do TST, estendida a jornada de trabalho em horário noturno para horário diurno, tem jus, o empregado, ao percentual estatuído no art. 73, da CLT. Recurso não provido, nesse tópico.

DANO MORAL. AUSÊNCIA DE LOCAL ADEQUADO PARA CONSUMO DE REFEIÇÕES. LESÃO À DIGNIDADE DO TRABALHADOR. INDENIZAÇÃO. DEVIDA.

Confirmada a submissão do autor a condições precárias de alimentação face à inexistência de local adequado para consumo de refeições e repouso, fato lesivo à dignidade obreira, devida a pretensão indenizatória correspondente. Recurso não provido, nesse tocante. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000430-40.2017.5.07.0032 **Julg.: 02/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 03/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. RECURSO DA PARTE RECLAMADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

A ação trabalhista, cuja revisão é trazida a esta Corte, foi proposta contra o Banco do Brasil. Efetivamente, a PREVI, entidade da Previdência Privada dos empregados do recorrente, não integra o polo passivo desta demanda. Eis que, dessa forma, não se tem como extrair a compreensão de incompetência sustentada pelo recorrente, posto que demandasse o recorrido somente contra o seu ex-empregador. Afastada a incidência do óbice de que tratam os Recursos Extraordinários 586453 e 583050, apreciados pelo Supremo Tribunal Federal.

PROTESTO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO.

É certo que o protesto judicial interrompe a prescrição a partir da data do seu ajuizamento, consoante se depreende do art. 202 do CC e da OJ nº 392 da SBDI-1

do TST, o que ocorreu em 18/11/2009. Todavia, a partir desta data o prazo começa a fluir novamente de forma imediata e por inteiro. Destarte, interrompido o prazo em 18/11/2009, com o protesto, o obreiro poderia exercer o seu direito de ação até 18/11/2014, o que não ocorreu no caso ora em análise, pois esta reclamação trabalhista somente fora ajuizada em 03/07/2017, razão pela qual não pode o reclamante ser beneficiado pelo protesto interruptivo promovido pela CONTEC.

HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. ART. 224, § 2º, DA CLT. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

Ao defender o exercício de tarefas suficientes para o enquadramento da parte autora em função de confiança a que se refere o § 2º do art. 224 da CLT, atraiu o reclamado o ônus da prova, consoante inteligência do art. 818 da CLT e do art. 373, II, do CPC. Todavia, não se desincumbiu o Banco recorrente do seu encargo probatório, diante da pena de confissão *ficta* que lhe fora aplicada, por não ter comparecido à audiência em que deveria depor, não se podendo abonar a tese recursal apenas a partir das tarefas descritas no alegado sistema normativo do banco, sendo imprescindível a confirmação de que tal rotina laboral efetivamente ocorresse.

COMPENSAÇÃO. OJ TRANSITÓRIA SDI-1 70/TST.

Não havendo reconhecimento do exercício de cargo de confiança, a gratificação auspiciada remunera apenas a maior responsabilidade eventual do cargo e não as horas extraordinárias além da sexta, como se extrai da inteligência da Súmula-102/TST. Não há, portanto, que se falar em compensação. Ademais, descabe aplicar a OJ-SDI1T-70/TST, quando não tratar o feito de adesão a outra jornada de trabalho.

HORAS EXTRAS. REFLEXOS NO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. SÁBADO DO BANCÁRIO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA.

O TST, em sede de Incidente de Julgamento de Recursos de Revista Repetitivos (processo nº 849-83.2013.5.03.0138), fixou, dentre outras, a tese de que "as normas coletivas dos bancários não atribuíram aos sábados a natureza jurídica de repouso semanal remunerado". Destarte, considerando-se não ser o sábado dia de repouso remunerado, devem ser excluídos da condenação os reflexos das horas extras em tal dia, consoante inteligência da Súmula nº 113 do TST. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO DA PARTE RECLAMANTE. PLANO DE APOSENTADORIA INCENTIVADA. AVISO PRÉVIO. MULTA DE 40% DO FGTS.

O termo de adesão voluntária assinado pelo reclamante demonstra o conhecimento do empregado dos termos do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI). Ressalte-se que, na referida manifestação devidamente assinada pelo demandante, o mesmo solicitou a dispensa do cumprimento do aviso prévio, restando assim prejudicado seu pedido quanto ao recebimento de aviso prévio e da multa sobre o FGTS, como suscitado no recurso. Necessário consignar que o empregado, ao

manifestar sua livre adesão ao plano de incentivo, demonstra interesse em receber benefícios outros, em contrapartida àqueles que receberia em caso de iniciativa do empregador. O único óbice a tal adesão consistiria na demonstração de vício de vontade que pudesse macular de nulidade o negócio jurídico entabulado, o que não ocorreu no caso. Precedentes desta Corte e do Tribunal Superior do Trabalho.

GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL. REFLEXOS.

Cabe à parte autora demonstrar as diferenças de créditos trabalhistas decorrentes da integração da parcela gratificação semestral a seu favor, por se tratar de fato constitutivo do seu direito, a teor do disposto nos artigos 818 da CLT e 373, inciso I, do CPC, ônus do qual indubitavelmente não se desincumbiu.

CORREÇÃO MONETÁRIA. TR X IPCA-E.

O Pleno do TST, no julgamento do processo ArgInc - 0000479-60.2011.5.04.0231, DEJT 14/8/2015, definiu a utilização do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), como fator de atualização monetária, e fixou como marco modulatório o dia 30/06/2009. Por ocasião do julgamento dos embargos de declaração opostos ao referido acórdão (ED - ArgInc -0000479-60.2011.5.04.0231, DEJT 30/6/2017), o Pleno do TST, acolhendo-os com efeito modificativo, alterou o marco modulatório estabelecido anteriormente, fixando-o em 25/03/2015. Restou estabelecido pelo C. TST, portanto, que na correção dos créditos trabalhistas, aplica-se a TR até 24/3/2015 e o IPCA-E a partir de 25/3/2015. Ocorre que a Lei n° 13.467/2017, em vigência a partir de 11/11/2017, acrescentou o § 7º ao art. 879 da CLT, o qual determina que "a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991". Dessa forma, deve ser aplicada a TR para atualização dos créditos trabalhistas decorrentes de condenação judicial pelo período até o dia 24/3/2015; a partir de 25/3/2015 incide o IPCA-E até a entrada em vigor da Lei nº 13.467/17, em 11/11/2017, quando então a TR volta a ser utilizada. No caso vertente, verifica-se que somente subsistem créditos trabalhistas devidos ao reclamante a partir do dia 03/07/2012 (marco prescricional) até a data da rescisão (ocorrida em data anterior à vigência da Lei nº 13.467/2017). Assim sendo, reforma-se a sentença para determinar a aplicação da Taxa Referencial - TR, como índice de correção monetária, para os débitos trabalhistas devidos até o dia 24/3/2015, e, a partir do dia 25/3/2015, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

HONORÁRIOS CONTRATUAIS DO ADVOGADO. PERDAS E DANOS.

No Direito Processual Trabalhista, a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios não decorre de reparação por perdas e danos, nos termos dos artigos 389 e 404 do Código Civil. A reclamação da parcela sob tal angulação constitui forma incorreta de tangenciar a jurisprudência pacificada deste Egrégio TRT da 7ª Região e do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada

nas Súmulas nºs 2 e 219, respectivamente, vigente até antes da reforma trabalhista. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001052-12.2017.5.07.0003 **Julg.: 24/06/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 24/06/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. RECURSO DA PARTE RECLAMADA. DIFERENÇAS SALARIAIS. DESVIO DE FUNÇÃO.

Exercendo o autor funções diversas das contratadas, em razão das substituições habituais da gerente de PAA, faz jus ao pagamento das diferenças salariais decorrentes dessas substituições, consoante o entendimento consubstanciado na Súmula 159, I, do TST.

HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. ART. 224, § 2º, DA CLT. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

Ao defender o exercício de tarefas suficientes para o enquadramento da parte autora no § 2º do art. 224 da CLT, atraiu o reclamado o ônus da prova, consoante inteligência do art. 818 da CLT e do art. 373, II, do CPC. Ocorre que não são suficientes para a caracterização da hipótese prevista no § 2º do art. 224 da CLT as atividades desempenhadas pelo reclamante, por se tratarem de funções meramente técnicas, relacionadas à confiança ordinária, presente em qualquer relação de emprego, e não à fidúcia especial.

HORAS EXTRAS. REFLEXOS. SÁBADO BANCÁRIO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA.

O TST, em sede de Incidente de Julgamento de Recursos de Revista Repetitivos (processo nº 849-83.2013.5.03.0138), fixou, dentre outras, a tese de que "as normas coletivas dos bancários não atribuíram aos sábados a natureza jurídica de repouso semanal remunerado". Destarte, considerando-se não ser o sábado dia de repouso remunerado, devem ser excluídos da condenação os reflexos das horas extras em tal dia, consoante inteligência da Súmula nº 113 do TST.

TRANSPORTE DE VALORES. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Procede reparar por danos morais, quando evidenciado que o empregado incumbe-se da tarefa de transportar valores da instituição bancária, em situação de evidente risco diante do fato estranho a seu contrato de trabalho, e do lidar com tarefa a respeito da qual se exige proteção comumente ao encargo de empresas especializadas.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO EM DESACORDO COM AS SÚMULAS Nº 2/TRT7 E Nº 219/TST.

Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, na vigência da legislação anterior a reforma trabalhista, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.

CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR).

Aos cálculos aplicam-se a correção pela Taxa Referencial, a teor do artigo 879, § 7º, da CLT, introduzido pela Lei n° 13.467/2017. Considerando a constante atualização dos cálculos até o pagamento efetivo, de se respeitar o comando inserto no artigo 1º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 41/2018/TST. A aplicação das normas processuais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, alteradas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, com eficácia a partir de 11 novembro de 2017, é imediata. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO DA PARTE RECLAMANTE. HORAS EXTRAS. CURSO PELA INTERNET.

De fundado receio é agasalhar o pleito de horas extras decorrentes de cursos realizados pela *internet*, não presenciais, realizados com o esforço pessoal do empregado, mas, de forma totalmente imprevisível quanto ao tempo e lugar, quase nunca se podendo mensurar a quantidade de horas efetivamente dispensadas pelo obreiro.

VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

A dosimetria do *quantum* indenizatório guarda relação direta com o princípio da restauração justa e proporcional, nos exatos limites da existência e da extensão do dano sofrido e do grau de culpa. Tal compreensão compele à fixação do *quantum* em conformidade com o prejuízo experimentado, com a intensidade da dor decorrente do infortúnio, que embora não seja pelo montante pretendido pelo obreiro, reanima o apreço pelos valores socialmente relevantes, sem se descurar das amarras do artigo 944 do Código Civil. Não é possível avançar tanto na pretensão reparatória que, desbordando do intuito justo, resvala para o enriquecimento sem causa.

INDENIZAÇÃO POR ASSÉDIO MORAL.

Corrobora-se com o julgado recorrido, quando na revisão das provas dos autos vê-se confirmada a ausência de comprovação da alegada conduta danosa, praticada pelo banco promovido em busca de resultados comerciais, contra o bem jurídico imaterial do reclamante. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001654-92.2017.5.07.0038 **Julg.: 22/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 22/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. RECURSO DA PARTE RECLAMADA. HORAS EXTRAS. AUSÊNCIA DE PROVA. NÃO DEFERIMENTO.

O ônus da prova quanto às horas extras é do reclamante, do qual não se desincumbiu. Assim, à falta de prova do horário indicado na inicial, deve ser modificada a sentença, com exclusão da condenação no pagamento de horas extras.

TRANSPORTE DE VALORES. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Procede reparar por danos morais, quando evidenciado que o empregado incumbe-se da tarefa de transportar valores da empresa, em situação de evidente risco diante do fato estranho a seu contrato de trabalho, e do lidar com tarefa a respeito da qual se exige proteção comumente ao encargo de empresas especializadas.

JUSTIÇA GRATUITA. DEFERIMENTO.

O reclamante alegou, na inicial, não estar em condições de custear as despesas do processo sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, pelo que faz jus aos benefícios da justiça gratuita. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO ADESIVO DA PARTE RECLAMANTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

A dosimetria do *quantum* indenizatório guarda relação direta com o princípio da restauração justa e proporcional, nos exatos limites da existência e da extensão do dano sofrido e do grau de culpa. Tal compreensão compele à fixação do *quantum* em conformidade com o prejuízo experimentado, com a intensidade da dor decorrente do infortúnio, que embora não seja pelo montante pretendido pelo obreiro, reanima o apreço pelos valores socialmente relevantes, sem se descurar das amarras do artigo 944 do Código Civil. Não é possível avançar tanto na pretensão reparatória que, desbordando do intuito justo, resvala para o enriquecimento sem causa. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001843-82.2017.5.07.0034 **Julg.: 08/04/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 19/05/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. REFORMA DA SENTENÇA. DANO MORAL. BANHEIROS QUÍMICOS INSUFICIENTES.

O empregador não cumpriu sua obrigação de proporcionar um ambiente de trabalho digno para seus empregados, vez que os banheiros químicos disponibilizados eram insuficientes e sem condições de utilização em razão do acúmulo de sujeira. Tal aspecto agride a dignidade e intimidade do trabalhador, razão pela qual a condenação em indenizar o dano moral é necessária. Recurso do reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0002498-78.2017.5.07.0026 **Julg.: 15/04/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 22/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. SALÁRIO EXTRAFOLHA. ÔNUS DA PROVA. DIFERENÇAS DEVIDAS.

Por se tratar de fato constitutivo do direito as diferenças salariais pleiteadas na inicial e o pagamento de remuneração realizado à margem dos contracheques atraem o ônus da prova para a parte reclamante, conforme impõe o art. 818 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conjugado com o inciso I do art. 373 do Código de Processo Civil - CPC, de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho, especialmente quando repelida essa informação pela parte adversa. *In casu*, evidenciando a prova oral a existência de pagamento de comissões extrafolha, de modo a confirmar as assertivas postas na peça de ingresso, de se ratificar a Sentença condenatória da parte reclamada ao pagamento de diferenças salariais.

INFRAÇÕES PATRONAIS A DIREITOS FUNDAMENTAIS DO EMPREGADO PROVADAS. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

Não há dúvida de que a exigência patronal de prestação de horas extras, sem a respectiva contraprestação, a não concessão de férias, subtraindo do empregado os necessário repouso anual e o convívio familiar, e o pagamento das verbas resilitórias a menor, impondo injustificada dificuldade financeira ao obreiro, repercutiram na vida privada e na intimidade da parte recorrida de forma negativa, causando-lhe indiscutível abalo psíquico, a reclamar a necessária reparação, pela parte recorrente, do dano moral experimentado. Recurso a que se nega provimento.

Processo: 0000931-03.2016.5.07.0008 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. SENTENÇA TRABALHISTA. CONFIRMAÇÃO PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. ART. 895, § 1º, IV, DA CLT. CERTIDÃO DE JULGAMENTO COM EFEITO DE ACÓRDÃO.

O Acórdão decorrente do julgamento de recurso ordinário, nas ações trabalhistas submetidas ao rito sumaríssimo, na dicção do art. 895, § 1º, inciso IV, da CLT, consistirá "unicamente na certidão de julgamento, com a indicação

suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente", restando assente, no mesmo dispositivo legal, para o caso de confirmação da sentença "pelos próprios fundamentos", que a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão". A regra em alusão deve ser aplicada na hipótese vertente em que o juiz considerou, acertadamente, como se colhe dos autos, que a empresa reclamada, sem prova efetiva da falta grave, procedeu de forma excessivamente rigorosa ao dispensar a empregada por justa causa. Sentença mantida pelos próprios fundamentos. Recurso ordinário conhecido e desprovido.

Processo: 0000112-50.2018.5.07.0023 **Julg.: 20/02/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 20/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA PARTE RECLAMANTE. PROTESTO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO.

Deve ser reputado interrompido o transcurso do prazo prescricional bienal e quinquenal, tendo em vista a plena incidência, ao caso, do entendimento consolidado na Orientação Jurisprudencial nº 392, da SBDI-I, do TST ["O protesto judicial é medida aplicável no processo do trabalho, por força do art. 769 da CLT e do art. 15 do CPC de 2015. O ajuizamento da ação, por si só, interrompe o prazo prescricional, em razão da inaplicabilidade do § 2º do art. 240 do CPC de 2015 (§ 2º do art. 219 do CPC de 1973), incompatível com o disposto no art. 841 da CLT"].

PLANO INCENTIVADO DE DESLIGAMENTO (PID). MODALIDADE DE RESCISÃO CONTRATUAL.

No caso dos autos, a parte reclamante aderiu ao Plano Incentivado de Desligamento (PID), pedindo expressamente a rescisão de seu contrato de trabalho, por sua livre e espontânea vontade, sem qualquer vício de consentimento alegado ou comprovado, tendo recebido, além das verbas inerentes à demissão a pedido do trabalhador, a indenização adicional decorrente de sua adesão ao plano. Vale apontar que o item 4.1.4 do PID deixava claro que a dispensa se daria a pedido do empregado. Nesse contexto, a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho é sólida ao chancelar a validade dos planos de demissões voluntárias, reconhecendo que a livre adesão de empregados a estes implica em rescisão por iniciativa do empregado.

DIFERENÇAS NA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2012. INEXISTÊNCIA.

Analisando-se os elementos do feito, percebe-se que não se pode reputar que houve retificação do cálculo do lucro líquido do exercício de 2012, mas sim, como explicitado pela reclamada, o ajuste do lucro de 2012 à nova fórmula trazida pela Resolução CVM nº 695/2012 apenas para fins comparativos com o lucro do exercício de 2013. Sem esse ajuste, a comparação ficaria inadequada e distorcida.

Por outro lado, não se pode cogitar em necessária revisão do lucro líquido de 2012, haja vista que, como visto, a Resolução CVM nº 695/2012 somente produz efeitos concretos a partir das demonstrações financeiras do ano de 2013.

MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INEXISTÊNCIA.

As controvérsias ventiladas pela parte reclamante em relação aos temas Plano Incentivado de Desligamento, anuênios e licença-prêmio, são, ainda que improcedentes, razoáveis, ou seja, circunscritas dentro do legítimo âmbito de interpretação/discussão normativa e produção probatória, não se vislumbrando nenhum intento doloso de alterar a verdade dos fatos ou atuação processual temerária. Afasta-se, assim, a litigância de má-fé imposta à parte reclamante.

ANÁLISE CONJUNTA. JORNADA DE TRABALHO. HORAS EXTRAS.

Analisando as provas dos autos, verifica-se que a parte reclamante, exercente da função de Gerente de Negócios, estava sujeita a fidúcia especial e diferenciada, capaz de autorizar o enquadramento da parte reclamante na exceção do art. 224, § 2º, da CLT (jornada de trabalho de oito horas diárias).

RECURSO ORDINÁRIO DA PARTE RECLAMADA. INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. CONSTITUCIONALIDADE. INOBSERVÂNCIA. CONSEQUÊNCIAS.

O intervalo específico para as mulheres (art. 384 da CLT) é, nos termos da jurisprudência do TST, constitucional e visa à recomposição do desgaste físico sofrido, necessitando o organismo de um tempo mínimo para o restabelecimento das energias, antes do início do período extraordinário de trabalho. Trata-se de norma de caráter público, que objetiva à proteção ao trabalho da mulher, infensa à negociação coletiva, dada a sua indisponibilidade. Por conseguinte, nos termos da jurisprudência do TST - de observância compulsória pelos magistrados e tribunais vinculados (art. 927, V, CPC/2015, com a interpretação conferida pelo art. 15, I, "e", da Instrução Normativa do TST nº 39/2016) -, a não concessão do referido intervalo (caso dos autos) implica no pagamento do integral intervalo suprimido, com natureza salarial (aplicação analógica do entendimento contido na Súmula 437, I e III, TST). Não se trata de "mera infração administrativa". Recurso da reclamante conhecido e parcialmente provido. Recurso da reclamada conhecido e não provido.

Processo: 0001802-09.2017.5.07.0037 **Julg.: 21/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 22/02/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO APRESENTADO PELA RECLAMANTE. DIFERENÇA DE COMISSÕES. PERCENTUAL PRETENDIDO PELA AUTORA. INEXISTÊNCIA DE PROVA.

Não havendo prova produzida nos autos demonstrando a existência de ajuste contratual para pagamento de comissão no percentual alegado na inicial, não há guarida para o deferimento de diferenças em relação aos valores percebidos. Sentença mantida, no particular.

DA MULTA DO ART. 477, DA CLT CUMULATIVAMENTE À MULTA CONVENCIONAL PELO ATRASO DO PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. POSSIBILIDADE.

A multa convencional pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias prevista em Convenção Coletiva é cumulável com a multa do art. 477, da CLT, conforme diretriz contida no item II, da Súmula 384, que dispõe: "É aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, mesmo que a norma coletiva seja mera repetição de texto legal". Sendo essa a situação dos autos, impõe-se acrescer à condenação a multa prevista na cláusula décima sétima da Convenção Coletiva de Trabalho colacionada aos autos, a qual é devida até o efetivo adimplemento das verbas rescisórias pela reclamada, observando-se, em relação ao seu valor, a limitação contida no art. 412, do Código Civil. Sentença reformada.

DAS HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. ÔNUS DA PROVA.

Uma vez que os recibos de pagamento trazidos à colação pelo réu consignam o pagamento de horas extras por vários meses da contratualidade, bem como que a autora não logrou demonstrar satisfatoriamente a existência de trabalho extraordinário descoberto da respectiva contraprestação pecuniária, de se manter a decisão singular por meio da qual o pleito de horas suplementares restou indeferido. Sentença mantida.

RECURSO ORDINÁRIO APRESENTADO PELO RECLAMADO. DA NULIDADE DE SENTENÇA. DECISÃO EXTRA PETITA. OCORRÊNCIA.

Segundo o princípio da demanda, o juiz se encontra adstrito à provocação da parte, nos limites por ela estabelecidos. Tal princípio se subdivide em outros dois: o da vinculação do juiz aos fatos, o qual estabelece que o julgador deve decidir a lide nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte (artigo 141, do CPC/2015), e o da vinculação do julgador ao pedido, segundo o qual é "[...] vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado" (art. 492, do CPC/2015). Constatando-se que a julgadora singular condenou a empresa no pagamento de parcela não requerida na petição inicial, resta caracterizada a decisão *extra petita*. Impõe-se, nessa situação, a reforma da sentença, para excluir da condenação a parcela relativa ao reembolso do percentual de 5% sobre o valor das comissões, referente ao período de 29/12/2012 a 31/08/2015. Sentença alterada, quanto ao tema.

DAS DIFERENÇAS DE COMISSÕES SOBRE CONTRATOS CANCELADOS E RENEGOCIADOS.

A adequada interpretação do art. 466, da CLT é a de que a ultimação da transação a que refere encimada norma ocorre com o fechamento do negócio e não com o pagamento, pelos clientes, da obrigação decorrente do negócio ajustado, sendo incabíveis os estornos de comissões em razão de eventual cancelamento da venda, ou pela inadimplência do comprador, sob pena de se transferir ao empregado os riscos do empreendimento, que, a teor do art. 2º, da CLT, devem ser integralmente arcados pelo empregador. Sentença mantida, no aspecto.

DAS DIFERENÇAS SALARIAIS POR ACÚMULO DE FUNÇÃO.

Provado nos autos que à reclamante foram impostas atividades extracontratuais, afetas a cargo distinto em sua organização empresarial, responde o empregador pelo pagamento da respectiva diferença salarial, nos termos estabelecidos no comando sentencial, em face do caráter comutativo e oneroso do contrato de trabalho, que obriga o empregador a pagar ao empregado remuneração equivalente ao serviço prestado, bem como das disposições dos artigos 422 e 884 do Código Civil Brasileiro, que pregam a boa-fé contratual e proíbem o enriquecimento ilícito. Sentença mantida, no particular.

DA MULTA DO ART. 477, DA CLT.

A multa prevista no § 8º, do art. 477, da CLT, é sanção imposta ao empregador que não paga as parcelas rescisórias constantes do instrumento de rescisão no prazo estabelecido em lei, segundo se extrai do § 6º do mesmo dispositivo legal. Provada a impontualidade do reclamado, impõe-se a condenação na multa referenciada. Sentença mantida, no aspecto.

DA JUSTIÇA GRATUITA. AÇÃO AJUIZADA SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017.

Em se tratando de ação ajuizada em 19/12/2017, posteriormente, pois, à entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017 (11/11/2017), aplica-se, ao caso, as inovações trazidas pela Reforma Trabalhista quanto ao tema em epígrafe. De acordo com o art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT, aqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social gozam de presunção de miserabilidade, de modo que os magistrados poderão conceder-lhes o benefício da justiça gratuita, a requerimento ou de ofício. Já aqueles que auferem salário superior a 40% do limite máximo do RGPS não se favorecem de presunção de miserabilidade, devendo, para fazerem jus ao benefício da justiça gratuita, comprovar a insuficiência de recursos para o pagamento das custas processuais. Constatando-se que a autora se enquadra no mencionado § 3º, de se manter a concessão do benefício da justiça gratuita. Sentença mantida, por fundamento diverso.

DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

A litigância de má-fé consiste em alterar a verdade dos fatos, com ânimo doloso, visando à obtenção de vantagem ilícita ou procrastinatória do feito, hipótese não verificada na espécie, na medida em que a reclamante apenas postulou direitos que entendia fazer jus. Em sendo assim, ausentes os requisitos configuradores da litigância de má-fé, nos termos dos arts. 80 e 81 do CPC/2015, resta incabível a condenação a esse título. Sentença mantida, no aspecto.

RECURSO ORDINÁRIO DOS LITIGANTES. ANÁLISE CONJUNTA. DO DANO MORAL.

Restando configurado o abuso de direito perpetrado pela reclamada, em face do caráter discriminatório das regras impostas aos consultores na linha de atendimento, de ser mantida a condenação da reclamada por danos morais. Quanto aos demais aspectos citados como ensejadores do alegado assédio moral, a autora não conseguiu se desincumbir do seu ônus probatório, a teor dos arts. 818, da CLT e 373, I, do CPC. Sentença mantida, no particular.

DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. MAJORAÇÃO. DANO MORAL. VALOR INDENIZATÓRIO.

O valor da indenização por dano moral, arbitrado pelo juízo de piso, revela-se consentâneo com a hipótese dos presentes autos, tendo em vista o caráter pedagógico da medida, a extensão do dano causado, bem como o porte financeiro da empresa demandada. Sentença mantida, no aspecto.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. CABIMENTO.

Conforme o art. 14, do CPC, a legislação processual tem aplicação imediata, de modo que, ajuizada a reclamação trabalhista no dia 19/12/2017, ou seja, quando vigente a Lei nº 13.467/2017, tem lugar a aplicação do disposto no *caput* do art. 791-A da CLT, bem como seu parágrafo quarto, que disciplinam sobre os honorários advocatícios sucumbenciais, não havendo se cogitar que tais disposições violam o princípio constitucional de amplo acesso à justiça insculpido no art. 5º, XXXIV e XXXV, da Constituição Federal, vez que, ao estabelecer a possibilidade de suspensão da exigibilidade das obrigações advindas da sucumbência, bem como a sua extinção, o legislador considerou a condição do beneficiário da justiça gratuita, de modo que a possibilidade de condenação da parte hipossuficiente em honorários sucumbenciais não deve ser tomada como óbice ao acesso à justiça. Na espécie, impõe-se a condenação da reclamante no pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, à razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído aos pleitos indeferidos. Sentença parcialmente reformada.

ELEVAÇÃO DO PERCENTUAL CONCEDIDO. INDEFERIMENTO.

Ao fixar o percentual da verba honorária, o juízo monocrático observou o disposto no art. 791-A, § 2º, da CLT, sendo, portanto, indevida a elevação do per-

centual concedido. Sentença mantida. Recurso ordinário do reclamado conhecido e parcialmente provido, excluindo-se da condenação a parcela relativa ao reembolso do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor das comissões, referentes ao período de 29/12/2012 a 31/08/2015, bem como condenar a reclamante no pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, à razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído aos pleitos indeferidos, vez que ajuizada a presente ação quando já vigente a Lei da Reforma Trabalhista. Recurso ordinário da reclamante conhecido e parcialmente provido para acrescer à condenação a multa prevista na cláusula décima sétima da Convenção Coletiva de Trabalho, a qual é devida até o efetivo adimplemento das verbas rescisórias pela reclamada, qual seja, 12/04/2017.

Processo: 0002719-37.2017.5.07.0034 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 15/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO EFETIVA. ADICIONAL DENOMINADO "QUEBRA DE CAIXA". RECEBIMENTO SIMULTÂNEO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 07, TRT 7ª REGIÃO.

Comprovado que a verba "quebra de caixa" e a gratificação de função pelo exercício das atividades de caixa detém naturezas diversas, com objetivos diferenciados, que não se confundem, em razão de a "quebra de caixa" cobrir riscos assumidos pelo manuseio constante de numerário e a gratificação pelo exercício da função de Tesoureiro ter como objetivo remunerar o empregado que exerce função diferenciada em grau de fidúcia (artigos 62 e 224 da CLT), sendo incontroverso que o reclamante exerce atribuições com manuseio de numerário de forma permanente, é admissível o recebimento simultâneo do adicional "quebra de caixa" com a gratificação de função de Tesoureiro, nos termos da Súmula nº 07 desta Corte Regional. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO ADESIVO DA PARTE RECLAMANTE. APIPS CONVERTIDAS EM PECÚNIA. VALORES RETROATIVOS.

A parte reclamante requer "A Integração do valor das horas extras no cálculo da 'APIP', quando convertida em pecúnia, referente aos últimos cinco anos(...)", o que corresponde ao período imprescrito, a partir de 19/5/2012. No documento apontado pelo reclamante constam as conversões em pecúnia das APIPs ocorridas entre os anos 2012 a 2017, a partir de 17/9/2012. Dessa forma, dou provimento ao recurso adesivo da parte reclamante para acrescer à condenação a inclusão na base de cálculo da conversão em pecúnia das APIPs o valor das horas extras habitualmente prestadas, correspondente ao período imprescrito, observado o documento ID 9d5d1a0.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Considerando que a reclamação trabalhista foi ajuizada antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, bem como que o autor encontra-se assistido por advogado particular e não por sindicato da sua categoria, indevidos honorários advocatícios pelo não atendimento aos requisitos da Lei nº 5.584/70 e das Súmulas nºs. 2 deste Tribunal e 219, item I do TST. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0002482-18.2017.5.07.0029 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 23/04/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DA EMPRESA RÉ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.

A teor do art. 129, III, da Constituição Federal, o Ministério Público detém legitimidade ativa para a defesa de direitos coletivos *lato sensu*, incluindo-se, em tal grupo, direitos individuais homogêneos. No caso, as verbas rescisórias, os depósitos do FGTS acrescidos da multa de 40% (quarenta por cento), e o plano de saúde empresarial constituem direitos individuais homogêneos, os quais merecem proteção judicial quando desrespeitados pelo empregador de forma coletiva por meio de ação civil pública com esteio nos arts. 127 e 129, III e IX, da Constituição Federal, 6º, VII, alíneas "a" e "d" e 84, da Lei Complementar nº 75/93. Sentença confirmada neste ponto.

DO PLANO DE SAÚDE EMPRESARIAL. ALTERAÇÃO CONTRATUAL LESIVA. CONFIGURADA.

O plano de saúde empresarial oferecido pela reclamada aos seus funcionários, aderiu aos contratos de trabalho dos obreiros que o contrataram por meio da empresa, visto que a modalidade de serem feitos de forma coletiva é mais benéfica para o empregado. E tendo em vista a habitualidade do benefício aderiu aos contratos de trabalho dos empregados que optaram em contratá-lo nesta modalidade, não podendo ser retirados, sob pena de se incorrer em uma alteração contratual lesiva aos empregados, vedado pelo art. 468, da CLT. Sentença mantida neste item.

VERBAS RESCISÓRIAS, FGTS E MULTA DE 40% (QUARENTA POR CENTO). DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DESRESPEITADOS.

A empresa recorrente não pode alegar dificuldade financeira ou o estado de recuperação judicial para justificar o inadimplemento dos seus empregados referente às verbas rescisórias, FGTS, e multa fundiária. Assim, a ação civil pública mostra-se como medida processual eficaz de proteção coletiva ao grupo homogêneo de empregados prejudicados. Desta forma, mantém-se a sentença em todos os seus termos quanto a este ponto.

RECURSO ORDINÁRIO DO MPT. PLANO DE SAÚDE EMPRESARIAL. EMPREGADOS NÃO OPTANTES. DIREITO NÃO ASSEGURADO.

Para que o plano de saúde empresarial oferecido pela reclamada aos seus funcionários, aderisse aos contratos de trabalho dos obreiros fazia-se necessário que houvesse a habitualidade de seu usufruto. No caso, os empregados que optaram em não participar do plano de saúde não foram alcançados pelo requisito da habitualidade do benefício, e portanto, não podem alegar que sofreram alteração contratual lesiva, nos termos do art. 468, da CLT. Sentença confirmada neste item. Recursos ordinários conhecidos e improvidos.

Processo: 0002386-85.2017.5.07.0034 **Julg.: 18/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO DA EMPRESA RECLAMADA. PROVIMENTO PARCIAL PARA FINS DE EXCLUSÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO RELATIVO A PERÍODO DE TREINAMENTO DE FUTURO EMPREGADO.

O período relativo ao treinamento, quando constitui condição para a admissão do futuro empregado, não pode ser tido como tempo de serviço para fins de formação do vínculo empregatício em razão da absoluta incompatibilidade entre diversas situações de fato e de direito. Constatado, portanto, que o reclamante, efetivamente, foi submetido a treinamento específico como condição para ser admitido ao emprego, não há que se falar em ocorrência de vínculo empregatício quanto ao período da efetiva duração do curso destinado à seleção dos futuros empregados.

VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DOS EMPREGADOS. PROVA EMPRESTADA SUFICIENTE PARA JUSTIFICAR A CONDENAÇÃO DA EMPREGADORA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Constando dos autos provas robustas, ainda que emprestadas, no sentido de que a empresa reclamada, efetivamente, adotou e que adota práticas que violam a dignidade dos respectivos empregados, impõe-se a confirmação da sentença mediante a qual o Juízo *a quo* lhe impôs a obrigação de pagar indenização por danos morais, mantendo-se o valor arbitrado, eis que condizente com a extensão dos danos.

CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA QUANTO AO INDEFERIMENTO DAS HORAS EXTRAS RELATIVAS AOS INTERVALOS PREVISTOS NA NR-17, DO MINISTÉRIO DO

TRABALHO. OPERADOR DE TELEMARKETING. NR-17. INTERVALO DE 20 MINUTOS PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. HORAS EXTRAS. INDEVIDAS.

O intervalo de 20 (vinte) minutos para repouso e alimentação, não se encontra incluso na jornada de seis horas, corroborando o disposto no § 2º do art. 71, da CLT, segundo o qual os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho, motivo pelo qual não procede o pleito de pagamento de vinte minutos diários, a título de horas extras, com acréscimo de 50%. Recurso adesivo conhecido e desprovido. Sentença mantida em relação ao indeferimento das horas extras.

Processo: 0001230-80.2017.5.07.0028 **Julg.: 22/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 26/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA PARTE RECLAMANTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Ausentes os elementos tipificadores da responsabilização civil do empregador, correta a sentença que indeferiu o pleito de indenização por danos morais, pelo que nego provimento ao apelo. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001187-21.2017.5.07.0004 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria José Girão **Data Ass.: 17/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA RECLAMADA. ANOTAÇÃO NA CTPS. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA.

A sentença monocrática deve respeitar os limites da lide, que é estabelecida pelos pedidos da petição inicial e pelas matérias objeto da defesa, sob pena de afronta ao disposto nos artigos 141 e 492 do CPC/2015. No entanto, a sentença que determina a anotação da CTPS, face ao reconhecimento do período clandestino, não incorre em julgamento *extra petita*, ainda que não conste tal pleito na exordial, por se tratar de matéria de ordem pública. Assim, uma vez que não foram ultrapassados os limites delimitados na lide, não há que se falar em julgamento *extra petita*. Preliminar rejeitada.

DESVIO DE FUNÇÃO. PLANTÕES MÉDICOS.

Impera no âmbito do Direito do Trabalho, o princípio da primazia da realidade sobre a forma, segundo o qual nas relações jurídico-trabalhistas prevalecem os fatos efetivamente ocorridos, em detrimento da forma que lhe foi atribuída. Assim,

ao cotejo probatório, além de restar devidamente comprovado que o autor exerceu a função de médico, verifica-se, também, que foram realizados plantões médicos que não lhe foram pagos. Outrossim, por se tratar de verba de cunho salarial, devida a sua integração à remuneração do obreiro, com as respectivas diferenças salariais sobre as verbas rescisórias. Recurso ordinário conhecido e improvido.

RECURSO ORDINÁRIO DO SEGUNDO RECLAMADO. REVELIA E CONFISSÃO FICTA QUANTO À MATÉRIA DE FATO. ENTE DE DIREITO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.

A discussão acerca da possibilidade de aplicação da revelia às pessoas jurídicas de direito público restara superada pelo entendimento contido na Orientação Jurisprudencial nº 152, da SDI-I, do C. TST.

NULIDADE DA SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA.

A decisão objurgada analisara adequadamente as questões essenciais do litígio e, ainda que tal análise tenha sido sucinta, não se há confundir com a falta de fundamentação, para efeito de nulidade da sentença. Ademais, não se vislumbra qualquer prejuízo ao recorrente, eis que o apelo ordinário devolve ao Tribunal a apreciação de todas as questões suscitadas e discutidas no processo. Preliminar rejeitada.

CERCEAMENTO DE DEFESA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRINCÍPIO DA APTIDÃO DA PROVA.

In casu, deve-se aplicar o princípio da aptidão para a prova, devendo-se determinar que esta seja produzida pela parte que a ela tem acesso, quando estiver fora do alcance da parte contrária. No caso concreto, seria insensato exigir do reclamante a comprovação da existência de culpa do Município, sob pena de desvestir o instituto da responsabilidade civil de toda sua eficácia. Cabia, pois, ao Ente Público, e, não ao reclamante, desvencilhar-se do ônus da prova da inexistência de sua culpa até mesmo porque quem detém toda a documentação é o ente público e não o trabalhador. Assim, não há que se falar em cerceamento de defesa. Não se verifica, pois, a alegada violação aos arts. 818 da CLT e 373 do CPC/2015.

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

A competência material é fixada com base no pedido e na causa de pedir, a esteio do que preceituado no artigo 114 da Constituição Federal. O pleito autoral não fora no sentido de reconhecimento de vínculo direto para com o Estado, mas, sim, com a empresa Prestadora de Serviços, esta de natureza privada, sendo a relação entre as partes de caráter nitidamente empregatício, nos moldes preconizados nos artigos 2º e 3º da CLT. Portanto, o pedido de responsabilização subsidiária do tomador de serviços não retira a competência da Justiça do Trabalho. Preliminar rejeitada.

ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. TEORIA DA ASSERÇÃO.

Não se há confundir a relação jurídica material com relação jurídica processual, haja vista que, esta última deve ser aferida em abstrato, segundo as informações da inicial, cumprindo à parte indicada para o polo passivo defender-se, ainda que não seja sua a responsabilidade pelo pagamento das verbas pleiteadas (teoria da Asserção). Preliminar rejeitada.

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. EXISTÊNCIA DE CULPA IN VIGILANDO.

No julgamento da ADC 16 pelo STF permaneceu ressalvada a aplicação da responsabilização subjetiva da Administração, decorrente de dolo ou culpa, em especial ante a comprovação da existência de omissão na fiscalização da atividade terceirizada, no que tange à obediência à legislação trabalhista, previdenciária ou fiscal (culpa *in vigilando*). Ressalte-se que esse posicionamento foi referendado por aquela Suprema Corte, no julgamento do RE 760.931, em que restara firmado o Tema 246 de Repercussão Geral. Assim, no caso dos autos, restando inobservado o dever fiscalizatório do tomador de serviços, tem-se por correta a responsabilidade subsidiária atribuída ao Ente Público. Recurso ordinário conhecido e não provido.

ANÁLISE CONJUNTA DOS RECURSO ORDINÁRIOS DOS RECLAMADOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEMANDA AJUIZADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. SUCUMBÊNCIA.

A Lei nº 13.467/2017 instituiu, no artigo 791-A, no âmbito do Processo do Trabalho, o regime de sucumbência, que deve ser aplicada aos processos ajuizados na sua vigência. Assim, em virtude da procedência da reclamação, são devidos honorários advocatícios. Recursos improvidos.

Processo: 0000541-69.2018.5.07.0038 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 05/06/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA RECLAMADA. NULIDADE DA SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.

Na dicção do artigo 795 da CLT, "As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos". Assim, considerando que a nulidade só fora arguida nesta oportunidade, quando já houve outros pronunciamentos da parte nos autos, resta, pois, preclusa sua insurgência. Preliminar rejeitada.

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA SEGUNDA RECLAMADA. CONFIGURAÇÃO.

Com efeito, a empresa tomadora de serviços tem o dever legal de fiscalizar a prestação dos serviços pela empresa contratada, a fim de prevenir a ocorrência de lesões a terceiros, inclusive aos trabalhadores que lhe prestam serviços. No caso concreto, é evidente a ausência de provas tendentes a demonstrar a tomada de providências no sentido de fiscalizar a atividade terceirizada, no que tange à obediência à legislação trabalhista, previdenciária ou fiscal (culpa *in vigilando*), impondo-se a manutenção da responsabilidade subsidiária da segunda reclamada.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LAUDO MÉDICO CONCLUSIVO. GRAU MÁXIMO. DEVIDO.

O laudo pericial é instrumento técnico-científico de constatação, apto a demonstrar a veracidade de determinadas situações fáticas relacionadas às alegações das partes, e a sua conclusão somente pode ser infirmada por prova robusta, em sentido contrário. Embora o julgador não esteja adstrito ao laudo (artigo 479 do CPC de 2015), ele deve ser prestigiado, se não há dúvida quanto à idoneidade e à capacitação do perito. Assim, a par das conclusões periciais, irreparável a sentença que reconheceu que a reclamante laborava em ambiente insalubre em grau máximo.

RESCISÃO INDIRETA. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO. NÃO CONFIGURAÇÃO. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PEDIDO DE DEMISSÃO.

Não se visualizando, nos autos, a justa causa patronal alegada pelo trabalhador, extingue-se a relação de emprego por pedido de demissão, merecendo, pois, ser adaptada a condenação quanto às verbas decorrentes desta modalidade de extinção do pacto laboral. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000970-48.2017.5.07.0013 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 17/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA RECLAMADA. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO X ABANDONO DE EMPREGO. ÔNUS DA PROVA.

Constitui ônus da reclamada provar o abandono do emprego imputado à obreira. Ao passo que é da reclamante o dever de comprovar que a ruptura contratual se deu de forma indireta. Tendo a empregada comprovado a falta grave do empregador, desvencilhando-se a contento do seu encargo probatório, impõe-se a manutenção da sentença que reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA. GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

Nos termos do § 2º do art. 2º da CLT grupo econômico ocorre: "sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego". No caso dos autos, verifica-se que existe grupo econômico, uma vez que demonstrado o interesse integrado das empresas. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000531-80.2016.5.07.0010 **Julg.: 09/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 09/05/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA: ACIDENTE DO TRABALHO. OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEVIDA.

Ante a existência de prova do fato constitutivo do direito vindicado pelo autor, e restando configurados os elementos da responsabilidade civil do empregador demandado, a saber, o dano, a conduta omissiva ou comissiva (culpa *in vigilando*) e o respectivo nexo etiológico, tais circunstâncias afiguram-se conducentes ao acolhimento da pretensão reparatória autoral. Improvido.

DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO.

Verificando-se que o Laudo Médico Pericial concluíra que o reclamante apresenta sequela definitiva no olho direito, com perda total da visão de um olho, impõe-se a manutenção do valor da indenização por danos morais (R$ 16.757,80), observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, eis que consentâneo com as circunstâncias do caso concreto. Tal valor está condizente com o caráter pedagógico da pena e com o poder econômico da parte empregadora, mensurando-se a extensão dos danos e evitando-se o enriquecimento sem causa do autor. Improvido.

MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. ATRASO APENAS NA HOMOLOGAÇÃO OU NO CUMPRIMENTO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES ATINENTES AO TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO. PENALIDADE INDEVIDA.

Por indevida tida é a multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, pois que, conforme recente decisão emanada do Tribunal Pleno do TRT da 7ª Região, nos autos do Processo nº 0080374-90.2017.5.07.0000 (IUJ), o mero pagamento, dentro dos prazos legais previstos no art. 477, § 6º, da CLT, das verbas consignadas no instrumento de rescisão ou recibo de quitação, é suficiente para afastar a multa do art. 477, § 8º,

da CLT, sendo irrelevante, para incidência da referida penalidade, que a efetivação da homologação sindical, ou o cumprimento das demais obrigações decorrentes do término da relação laboral (liberação de guias para gozo do seguro-desemprego e saque do FGTS e a baixa na CTPS) tenha ocorrido após o prazo legal. Provido. RECURSO ORDINÁRIO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

Processo: 0001130-16.2017.5.07.0032 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 13/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. CONTRADITA. TESTEMUNHA QUE POSSUI AÇÃO COM OS MESMOS PEDIDOS EM FACE DA RECLAMADA. SUSPEIÇÃO NÃO CONFIGURADA.

Na dicção da Súmula nº 357, do C. TST, "não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador." Mesmo a identidade de causa de pedir e de pedidos é irrelevante, somente podendo ser acolhida a suspeição quando ficar demonstrado que o interesse no litígio possa, efetivamente, comprometer a isenção das declarações, como, por exemplo, nos casos de uma eventual troca de favores, entre o reclamante e sua testemunha, o que é bastante para gerar presunção de suspeição, o que não ocorreu no caso presente feito.

RESPONSABILIDADE CIVIL. NEXO CONCAUSAL. DOENÇA. ASSÉDIO MORAL.

Considerando a conclusão do laudo pericial, os demais documentos anexados aos autos, assim com a prova oral produzida, denota-se a presença dos requisitos necessários à atribuição de responsabilidade civil da reclamada, tanto em relação a doença adquirida/agravada em função do labor desenvolvido pela autora, como em relação ao assédio sofrido pela mesma, ao ser confinada no banheiro/vestiário da empresa. Impõem-se, pois, a reparação de tais danos. Sentença mantida nesse aspecto. Recurso conhecido e não provido.

ANÁLISE CONJUNTA DOS RECURSOS DA RECLAMADA E RECLAMANTE. DANOS MORAIS. "QUANTUM" INDENIZATÓRIO.

À míngua de previsão legal quanto à forma de cálculo, o valor da indenização por dano moral há de ser arbitrado pelo juiz. O arbítrio, entretanto, não deve ser absoluto. Para a fixação da quantia, cabe ao julgador considerar vários elementos, entre eles, o grau da culpa e de entendimento do ofensor, a extensão do dano causado ao ofendido e a situação econômica de cada parte, de modo a que a indenização não sirva de enriquecimento sem causa para o ofendido, mas tenha caráter punitivo e educacional para o ofensor, evitando que novos casos

ocorram. Cabível, portanto, a minoração do valor da indenização, em razão do pleno reestabelecimento da doença antes contraída pela autora, para quantia mais adequada a situação debatida, arbitrada em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Mantida, entretanto, a quantia fixada em função do assédio moral suportado.

Recursos ordinários da reclamada e reclamante conhecidos, sendo o da reclamada parcialmente provido.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. RESCISÃO INDIRETA.

Sem se afastar dos fatos narrados, das circunstâncias evidenciadas - em especial do assédio moral sofrido pela autora, amplamente configurado nesses autos - e tomando como parâmetro o documento não observado anteriormente, que atesta que o benefício previdenciário perdurou até 13.03.2012, e não 21.02.2012, não tendo decorrido, portanto, o trintídio legal, há de se afastar a tese firmada pelo juízo de origem, para reconhecer que o tratamento dispensado à demandante autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho, nos termos do art. 483, "e", da CLT.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCURAÇÃO. TIMBRE SINDICATO.

Além de beneficiária(s) da justiça gratuita, conforme deferido em sentença, a(s) parte(s) reclamante(s) está(ão) assistida(s) pelo sindicato profissional. Desse modo, nos termos da jurisprudência consolidada do TST (Sumula 219) e do TRT da 7ª Região (Súmula 2), restaram atendidos os requisitos para deferimento dos honorários advocatícios. Convém esclarecer que, nos termos da iterativa, atual e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o mero timbre do sindicato na peça exordial e/ou na procuração (caso dos autos) é suficiente para configurar a assistência sindical exigida para o deferimento da verba honorária. Ademais, não há que se falar em exigência de filiação para configurar a regular assistência sindical, uma vez que é dever legal do sindicato profissional prestar assistência judiciária a todos os trabalhadores da categoria profissional (art. 14, Lei 5.584/1970), independentemente de sua condição de associado. Recurso conhecido e provido.

Processo: 0000494-86.2012.5.07.0012 **Julg.: 24/01/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 30/01/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. PAGAMENTO SALARIAL A LATERE, EXTRAFOLHA OU "POR FORA". EXTRATOS BANCÁRIOS. MEIO DE PROVA. ADMITIDOS.

Ao cotejo probatório, as declarações prestadas pelas testemunhas, que asseguram o percebimento de salário superior ao anotado na CTPS, aliada aos

extratos bancários (Parágrafo Único, artigo 464, da CLT), anexados pelo obreiro, nos quais se identificam depósitos, que não coincidem com os valores registrados nos holerites, ratificaram a tese exordial, neste aspecto da demanda, a saber, o pagamento de estipêndio salarial "a latere". Em vista do exposto, nada a reparar, neste tocante, na sentença adversada.

ACÚMULO DE FUNÇÕES. AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CHEFE DE TRANSPORTES. DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS DEVIDOS.

Havendo o autor se desincumbido do encargo processual que lhe competia, qual o de comprovar que exercitara o seu mister profissional com acúmulo de funções, não há porque se modificar a sentença adversada, neste aspecto da demanda, a qual fixara o "*plus*" salarial ao reclamante, por conta do acúmulo de funções, no percentual de 20% sobre sua remuneração mensal.

CÁLCULOS EXEQUENDOS. ÍNDICE DE CORREÇÃO. IPCA-E. APLICABILIDADE. IMPROVIDO.

A liminar concedida, na RCL 22012, que suspendia os efeitos da decisão do Tribunal Pleno do TST para aplicação do índice IPCA-E foi revogada pela 2ª Turma do E. Supremo Tribunal Federal. Nessa linha, considerando que os cálculos exequendos foram efetuados com observância ao índice ora debatido, não merece ser provido o recurso ordinário, neste aspecto.

JUSTIÇA GRATUITA. DEVIDA.

O autor anexou declaração de hipossuficiência nos presentes autos, e sendo a alegação de insuficiência presumidamente verdadeira quando feita por pessoa física, nos termos do art. 99, § 3º do CPC, é devido o benefício da gratuidade judiciária, conforme disposto no art. 790, § 3º da CLT, com redação anterior à Lei 13.467/2017. Recurso ordinário conhecido e improvido.

Processo: 0001079-29.2016.5.07.0003 **Julg.: 08/05/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 09/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. DEVIDO.

De acordo com a prova pericial existiam condições técnicas de periculosidade, visto que o presente caso enquadrou-se na hipótese prevista na NR 16, uma vez que houve violação de itens, da NR10, do MTE. Desta forma, é forçoso confirmar a sentença que deferiu o adicional de periculosidade, uma vez que o reclamante ficava exposto a risco uma vez que trabalhava próximo ao Sistema Elétrico de Potência. Sentença mantida neste ponto.

ADICIONAL NOTURNO. INTEGRAÇÃO NÃO DEVIDA.

Conforme a prova documental produzida pela reclamada houve a integração do adicional noturno nas férias acrescidas do terço constitucional e dos 13ºs salários. Assim, deve ser reformada a sentença para excluir a condenação na referida integração.

VERBAS TRABALHISTAS RECONHECIDAS EM JUÍZO. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. INDEVIDA.

A teor do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0080374-90.2017.5.07.0000, o qual foi julgado pelo Pleno do TRT da 7ª Região e transitou em julgado na data de 29/01/2019, o mero pagamento, dentro dos prazos legais previstos no art. 477, § 6º, da CLT, das verbas consignadas no instrumento de rescisão ou recibo de quitação, é suficiente para afastar a multa do art. 477, § 8º, da CLT, sendo irrelevante, para incidência da referida penalidade, que a efetivação da homologação sindical, ou o cumprimento das demais obrigações decorrentes do término da relação laboral (liberação de guias para gozo do seguro-desemprego e saque do FGTS e a baixa na CTPS) tenha ocorrido após o prazo legal. Assim, no presente caso deve ser afastada a multa do art. 477, § 8º, da CLT, uma vez que houve o pagamento das verbas rescisórias dentro do prazo legal. Sentença reformada neste ponto.

ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA PARA ATUALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS DO OBREIRO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. APLICAÇÃO DA MODULAÇÃO TEMPORAL DO TST. TRD X IPCA-E.

A liminar concedida na RCL 22012, que suspendia os efeitos da decisão do Tribunal Pleno do TST para aplicação do índice IPCA-E foi revogada pela 2ª Turma do E. Supremo Tribunal Federal. Nessa linha, a teor da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a correção monetária dos créditos trabalhistas deve ser realizada mediante a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TRD) para os créditos trabalhistas devidos ao obreiro até o dia 24/3/2015, e, a partir do dia 25/3/2015, a correção deve ser realizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) nos termos modulação temporal aplicada pela Jurisprudência do TST. Sentença reformada parcialmente neste item.

RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE. ACÚMULO DE FUNÇÃO. SERVIÇO COMPATÍVEL COM O CARGO. LIVRE ESTIPULAÇÃO. JUS VARIANDI DO EMPREGADOR.

A teor da Jurisprudência do TST e do art. 456, parágrafo único, da CLT, inexistindo ressalva a respeito no contrato de trabalho, o empregado se obriga a qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal, entendida como a sua qualificação e demais atributos físicos e intelectuais. No caso, o fato de o

reclamante ser contratado como conferente de cargas, e exercer atividades de capatazia e limpeza se seu local de trabalho, constituem atividades compatíveis com a condição pessoal do trabalhador, não ensejando o pagamento de acréscimo salarial por acúmulo ou desvio de funções. Sentença mantida neste item.

DO "QUANTUM" INDENIZATÓRIO DECORRENTE DE DANOS MORAIS. MANTIDO.

Em que pese o prejuízo moral sofrido pela parte obreira, bem como diante do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, e considerando-se, ainda, a capacidade econômica da empresa demandada, as condições da parte ofendida, a extensão do dano, o caráter pedagógico e a finalidade compensatória da medida, conclui-se que a decisão merece ser confirmada, devendo ser mantido o valor fixado a título de danos morais na quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Recursos ordinário e adesivo conhecidos, parcialmente provido o da reclamada, mas improvido o do reclamante.

Processo: 0000097-78.2017.5.07.0003 **Julg.: 22/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 23/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

A obrigação de indenizar deve existir quando efetivamente comprovado o dano e demonstrado o nexo de causalidade entre este e o comportamento do agente. No caso dos autos, restou comprovada, a par da prova oral, a prática dos atos ilícitos que vilipendiaram a dignidade do trabalhador, razão pela qual é devida a reparação a esse título.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. DISPENSA POR JUSTA CAUSA.

A dispensa por justa causa, por envolver grave violação dos deveres contratuais no âmbito da relação de emprego, exige prova robusta e inequívoca para sua configuração, consistindo ônus do empregador que a invoca a sua demonstração em juízo, a teor do disposto nos arts. 818 da CLT e 373, II, do NCPC. No caso dos autos, em tendo a ré apresentado elementos de prova suficientes à comprovação das suas alegações, correta a sentença que manteve a justa causa aplicada ao reclamante.

DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Cabível a indenização por dano moral, esta deve ser em valor compatível com o quadro existente no processo. Não deve ser tão alto a ponto de acarretar enriquecimento sem causa do autor ou de arruinar financeiramente a parte adversa, nem pode ser tão baixo a ponto de não penalizar o ofensor permitindo que ele reitere a falta praticada ou não repare o dano sofrido pelo autor.

Processo: 0000751-72.2017.5.07.0033 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. LABOR EM SOBREJORNADA. HORAS EXTRAORDINÁRIAS DEVIDAS.

À vista dos registros e controles de ponto anexados aos autos1, constatou-se que, com efeito, o reclamante laborava, em média, no horário de 18:00 às 06:00 horas, com intervalo intrajornada de 01 (uma) hora para repouso e alimentação, totalizando 12 (doze) horas. Em vista disso, tem-se que são devidas ao autor 04 (quatro) horas ao dia, no total de 60 (sessenta) horas ao mês, com adicional de 50% e reflexos em 13º salários, férias com 1/3 e FGTS + 40%, considerando o período de 10.12.2014 a 31.03.2016", levando em linha de conta a hora noturna reduzida, excluindo-se os dias de afastamento tais como licenças, faltas e férias, com a compensação dos valores adimplidos a tal título. Improvido.

RECURSO ORDINÁRIO APRESENTADO PELO RECLAMANTE. ACIDENTE DO TRABALHO. INCONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDEVIDAS.

Ante a inexistência de prova do fato constitutivo do direito vindicado pelo autor, e não restando configurados os elementos da responsabilidade civil do empregador demandado, a saber, o dano, a conduta omissiva ou comissiva (culpa *in vigilando*) e o respectivo nexo etiológico, tais circunstâncias afiguram-se conducentes ao não-acolhimento da pretensão reparatória autoral, seja a título de danos moral e material ou lucros cessantes. Improvido.

ESTABILIDADE PROVISÓRIA PREVISTA NO ARTIGO 118 DA LEI N. 8.213/1991. DA INDENIZAÇÃO ESTABILITÁRIA SUBSTITUTIVA.

Conforme atestado na conclusão médica pericial, restara afastada a ocorrência de acidente de trabalho típico, nos termos definidos no artigo 19 da Lei Nº 8.213/91, ante a ausência de perda ou redução da capacidade laborativa do autor, seja permanente, seja temporária, máxime levando-se em conta que o autor permanecera em atividade junto à empresa até seu afastamento da empresa reclamada, havendo desempenhado normalmente suas atividades até a data de sua cirurgia. De se consignar que o reclamante fora submetido a procedimento cirúrgico, em face do qual percebera auxílio-doença sob a Espécie 31, sendo considerado apto ao trabalho pelo INSS e retornando ao serviço, não se configurando, portanto, hipótese de incidência do artigo 118 da Lei em referência, bem como do disposto na Súmula 378, II, do C. TST, estando o autor plenamente apto ao trabalho, consoante se verificou no exame médico-pericial. Improvido. RECURSOS ORDINÁRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

Processo: 0000932-79.2017.5.07.0031 **Julg.: 20/03/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 22/03/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. PRELIMINAR. NULIDADE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. REJEIÇÃO.

O destinatário da prova é o magistrado, razão pela qual este detém ampla liberdade de direção do processo, a teor do art. 765 da CLT, podendo determinar a produção de provas que entender necessárias e rejeitar as que considerar inúteis ou meramente protelatória (art. 370, parágrafo único, do CPC/2015). Preliminar rejeitada.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO. COMPROVAÇÃO.

Presentes os pressupostos da responsabilidade civil do empregador a ensejar a correspondente reparação pelos danos decorrentes do acidente de trabalho. Sentença mantida. Recurso ordinário conhecido e improvido.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO.

Observadas as particularidades do caso concreto, entende-se razoável o valor indenizatório arbitrado em sentença, atendidos o caráter compensatório e o efeito pedagógico da punição pelos danos morais sofridos pela obreira, em celebração aos princípios da moderação e equidade.

PENSÃO MENSAL. PAGAMENTO ANTECIPADO.

Nada obstante o parágrafo único do art. 950 do CCB/02 possibilite à vítima do dano requerer a entrega da pensão em parcela única, entende-se que o juiz é quem detém a prerrogativa de decidir sobre o pagamento único ou mensal da pensão estipulada, considerando a situação econômica das partes, o impacto financeiro da condenação na empresa reclamada e outros fatores, amparado no princípio do livre convencimento motivado, consubstanciado na livre apreciação da prova, desde que a decisão seja fundamentada na lei e nos elementos dos autos (art. 131 do CPC). Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000207-50.2018.5.07.0033 **Julg.: 28/02/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 07/03/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. REJEIÇÃO.

Considerando a norma constante do art. 370, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015, importa reconhecer, salvo o entendimento das partes, que

não constitui causa de nulidade da sentença o simples fato de o juiz sentenciante considerar que determinada prova deve ser rejeitada e, nessa trilha, não implica nulidade a determinação judicial no sentido de que sejam anexadas e utilizadas, no processo, provas emprestadas de outros casos, desde que haja, minimamente, identidade fática e jurídica entre as demandas.

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. EXISTÊNCIA DE SÚMULA ACERCA DA MATÉRIA. PEDIDO IMPROCEDENTE.

Comprovado que há, na jurisprudência deste Tribunal, súmula específica acerca de determinada matéria ou tema, impõe-se a denegação de pedido de uniformização formulado em recurso ordinário.

HORAS EXTRAS IN ITINERE. LIMITAÇÃO EM NORMA COLETIVA. RECLAMADA NÃO ENQUADRADA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE. SÚMULA 04 DO TRT DA SÉTIMA REGIÃO.

De acordo com o entendimento constante da súmula nº04, do TRT da Sétima Região, exceto quanto "às microempresas e empresas de pequeno porte, nula é cláusula de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho que fixa limite ao pagamento de horas extras pelo deslocamento do obreiro ao labor, em condução fornecida pelo empregador, por violar disposição legal contida no art. 58, § 2º, da CLT." Nada obstante, não havendo provas no sentido de que o deslocamento dos empregados suplanta o tempo previsto na norma coletiva, deve prevalecer o que restou estabelecido pelas partes em efetiva negociação coletiva, sem que tal situação viole a disposição legal referida na súmula em relevo.

AUSÊNCIA DE PROVA DA PRESTAÇÃO DE HORAS EXTRAS IMPEDITIVAS DA FRUIÇÃO DO INTERVALO INTERJORNADA. PEDIDO IMPROCEDENTE.

Não constando dos autos provas robustas no sentido de que o reclamante prestasse, pelo menos, 05 (cinco) horas extras por dia, suficiente para obstaculizar a fruição do intervalo interjornada de 11 horas, improcede o pedido de condenação da empregadora ao pagamento das horas extras requeridas na exordial a esse título.

DANO MORAL. AUSÊNCIA DE PROVAS DA VIOLAÇÃO PATRONAL À IMAGEM, À HONRA OU À DIGNIDADE DO EMPREGADO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Eventual condenação do empregador ao pagamento de indenização por danos morais, segundo doutrina e jurisprudência dominantes, pressupõe, sempre, a existência do dano, bem como do prejuízo efetivo à suposta vítima e, ainda, do nexo de causalidade, não sendo possível a imposição da penalidade com base em meras elucubrações, ainda que caracterizadas pelo viés da verossimilhança. Nesse sentido, ainda que, em tese, as condições ambientais existentes na empresa não sejam as

melhores, como alegado e demonstrado através da prova emprestada que veio aos autos, faz-se necessário que o empregado reclamante, em ação individual, prove que sofreu, pessoalmente, a violação de ordem moral referida na petição inicial.

Processo: 0002454-59.2017.5.07.0026 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.:19/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE VALORES. QUANTIAS ELEVADAS. FORTUITO INTERNO. RISCO DA ATIVIDADE.

Comprovado o fato, o dano, o nexo causal, e ausentes as hipóteses excludentes da responsabilidade civil, deve o empregador responder integralmente pelos danos infligidos ao empregado. Hipótese que chama a incidência do art. 927, parágrafo único, do CCB/02, em razão do risco inerente à atividade, que sujeita o empregado a risco bem superior ao que experimenta o cidadão comum, no tráfego regular da vida em sociedade. Dano, ademais, que reside na situação de risco em si mesma, sendo prescindível que tenha havido efetiva violência (assalto), esta que deve apenas servir de elemento tópico para a fixação do *quantum* indenizatório. Tendo em conta os referenciais jurisprudenciais para casos similares, de se reduzir o valor arbitrado para R$ 10.000,00 (dez e mil reais).

DANOS MORAIS. EXIGÊNCIA DE CARTA DE FIANÇA.

É abusiva a exigência de carta de fiança, desbordando dos limites do poder diretivo do empregador, pois coloca em dúvida a honestidade do empregado, deflagrando ofensa à honra e à dignidade do trabalhador, além de privar o acesso ao emprego àqueles que tenham crédito bancário suficiente. Despicienda, outrossim, prova de que o reclamante tivesse sofrido prejuízos financeiros, por se tratar de dano *in re ipsa*. Recurso parcialmente provido.

RECURSO DO RECLAMANTE. VENDEDOR EXTERNO. POSSIBILIDADE DE CONTROLE DE JORNADA. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO ASSEGURA (ISOLADAMENTE) A PRESTAÇÃO DE HORAS EXTRAS.

O simples fato de o empregador deter, potencialmente, efetivas condições para fiscalizar e controlar a jornada de trabalho dos empregados incluídos na exceção prevista no art. 62, I, da CLT, assim considerados, por exemplo, os motoristas vendedores que prestam trabalho externo, não constitui base sólida para provar a efetiva prestação de horas extras, eis que se trata de mera possibilidade e não de fato concreto. Em tais casos, eventual condenação do empregador ao pagamento de horas extras pressupõe, além da existência do controle da jornada, a prova da

efetiva extrapolação dos horários normais de trabalho, observados, sempre, os limites traçados na petição inicial.

DANO EXISTENCIAL. PRESTAÇÃO DE HORAS EXTRAS. NECESSIDADE DE PROVAS CABAIS DA IMPOSIÇÃO PELO EMPREGADOR DE JORNADA DE TRABALHO CAPAZ DE OBSTAR O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES FAMILIARES E SOCIAIS.

Segundo a doutrina e a jurisprudência mais abalizadas, constitui dano existencial, espécie de dano imaterial, a situação de fato que implica à vítima, de modo pleno ou parcial, eventual impossibilidade de dar continuidade à própria vida ou a projetos relevantes, atingindo, de forma determinante, a dimensão familiar, afetivo-sexual, intelectual, educacional ou profissional, dentre outras, não tendo essa natureza o mero dissabor ou aborrecimento próprio das condições adversas que podem advir da estressante atividade laboral diária. Demais disso, no campo das chamadas jornadas de trabalho exaustivas, eventual reconhecimento do dano existencial pressupõe a presença, nos autos do caso concreto, de prova robusta, induvidosa e insofismável, a cargo do empregado demandante, da efetiva imposição pelo empregador de horários de trabalho incompatíveis com o direito do trabalhador ao convívio com a família e que, ademais, seja capaz de inviabilizar seu projeto de vida, não sendo bastante mera insatisfação com o trabalho ou com o tempo dedicado à prestação laboral.

MAJORAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ADICIONAL DE RISCO DE VIDA. PEDIDOS PREJUDICADOS. TEMAS CONEXOS. OCORRÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE.

Ausente o reconhecimento do direito à indenização por danos morais, ante o entendimento, segundo o qual não ocorreu, no caso concreto, a suposta violação à honra, à vida ou imagem do reclamante, restam prejudicados os pedidos conexos ou relacionados ao tema.

DEMAIS VERBAS REQUERIDAS NA INICIAL. IMPROCEDÊNCIA. VENDEDOR. MOTORISTA. ACÚMULO DE FUNÇÕES. NÃO OCORRÊNCIA. PLUS SALARIAL INDEVIDO.

A circunstância de o vendedor externo dirigir o veículo que serve de transporte às mercadorias comercializadas por seu empregador não implica a caracterização de acúmulo de funções, mas é inerente à atividade relacionada ao emprego para o qual fora admitido o obreiro. Assim, não há que se falar em direito à remuneração supletiva ou complementar por suposto acúmulo de funções.

ENQUADRAMENTO SINDICAL. VENDEDOR. USO DE VEÍCULO DA EMPRESA. NÃO ENQUADRAMENTO COMO MOTORISTA.

Constatado, nos autos, que o uso de veículo pertencente à empresa era apenas um meio propiciado ao empregado para a realização de vendas, o enqua-

dramento do obreiro deve ocorrer juntamente à categoria profissional dos vendedores, e não dos motoristas.

GASTOS DO RECLAMANTE COM ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM E DA NECESSÁRIA CONDENAÇÃO DA RECLAMADA NO PAGAMENTO DAS DIÁRIAS DE VIAGEM.

Constatando-se que o reclamante sequer comprovou nos autos o gasto mensal com despesas no montante requerido, de modo a provar que o valor que lhe era dado pela reclamada era insuficiente para fazer face às suas despesas, como também não comprovou que o valor percebido de sua empregadora seria inferior ao convencionado na norma coletiva, eis que esta não estabeleceu um valor mínimo, forçoso confirmar a decisão recorrida.

EMPREGADO. CONTRATAÇÃO DE AJUDANTE SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO EMPREGADOR. INEXISTÊNCIA DO DIREITO À RESTITUIÇÃO DAS DESPESAS.

Considerando, com base na prova constante dos autos, que o reclamante, na condição de motorista vendedor externo, a seu talante e sem anuência da empresa reclamada, contratou determinada pessoa para lhe fornecer auxílio na prestação dos serviços, não há que se falar em direito à indenização ou ressarcimento das despesas que efetuou para manter o indigitado ajudante.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. RECLAMANTE NÃO ASSISTIDO PELA ENTIDADE SINDICAL. ENTENDIMENTO EXPRESSO DA SBDI-1 DO TST.

Indevidos, no âmbito processual trabalhista, consoante reiterado entendimento da SBDI-1, do TST, os honorários advocatícios contratuais. Recurso não provido.

Processo: 0002328-19.2016.5.07.0034 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 03/06/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. FATO OBSTATIVO. PERFEIÇÃO TÉCNICA. PROVA.

Constando nos autos os relatórios de avaliação individual do pretenso paradigma, indicando que seus níveis de perfeição técnica na execução do trabalho sempre foram superiores aos do paragonado, resta provado fato que obsta o direito à equiparação salarial.

HORAS EXTRAS. ART. 72, CLT. ATIVIDADE DE DIGITAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

Se a função do trabalhador implica o exercício de um feixe de atividades, dentre as quais a de digitação, que não é preponderante nem constante, não se revela próprio o seu enquadramento no art. 72 da CLT.

HORAS EXTRAS. ALTERAÇÃO DOS REGISTROS DE PONTO. NÃO COMPROVAÇÃO.

Cumpre ao trabalhador provar que os registros de ponto eram alterados de forma ilícita, nos termos do art. 818 da CLT. Não conseguindo fazer prova neste sentido, improcede o pedido de pagamento das horas extras supostamente laboradas.

ASSÉDIO MORAL INTERPESSOAL E ORGANIZACIONAL.

Não provada a jornada extenuante ou a cobrança excessiva, ou ainda a violação aos direitos de personalidade do trabalhador, não há como prover o pedido.

PAGAMENTO DAS PARCELAS NO PRAZO LEGAL. HOMOLOGAÇÃO POSTERIOR. MULTA DO ART. 477, § 8º DA CLT. INDEVIDA.

Nos termos do recém-editado entendimento deste Regional, o mero pagamento das verbas consignadas no instrumento de rescisão ou recibo de quitação, dentro dos prazos legais previstos no art. 477, § 6º, da CLT, é suficiente para afastar a multa do art. 477, § 8º, da CLT, sendo irrelevante, para incidência da referida penalidade, que a efetivação da homologação sindical, ou o cumprimento das demais obrigações decorrentes do término da relação laboral (liberação de guias para gozo do seguro-desemprego e saque do FGTS e a baixa na CTPS) tenha ocorrido após o prazo legal. Multa indevida. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. ART. 384, CLT. INTERVALO QUE ANTECEDE A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS.

Ao julgar o incidente de inconstitucionalidade nº IIN-RR-1540/2005-046-12-00.5, o TST se manifestara pela constitucionalidade do art. 384 da CLT, em face do art. 5º, inciso I, da Constituição Federal. O entendimento prevalece, visto que promove a isonomia entre trabalhadores de ambos os sexos, atendendo a critérios econômicos, sociais, históricos e biológicos de equalização.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR). VALOR APURADO COM BASE EM CRITÉRIOS INDIVIDUAIS.

Se o cálculo da PLR é feito com base na produtividade e na avaliação do desempenho individual do trabalhador, consubstancia comissão, em face do princípio da primazia da realidade. Possui, assim, natureza jurídica salarial, a despeito do nome dado pelas partes. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000056-27.2016.5.07.0010 **Julg.: 24/04/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 25/04/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. DISPENSA POR JUSTA CAUSA.

A dispensa por justa causa, por envolver grave violação dos deveres contratuais no âmbito da relação de emprego, exige prova robusta e inequívoca para sua configuração, consistindo ônus do empregador que a invoca a sua demonstração em juízo, a teor do disposto nos arts. 818 da CLT e 373, II, do NCPC. No caso dos autos, em tendo a ré apresentado elementos de prova suficientes à comprovação das suas alegações, correta a sentença que manteve a justa causa aplicada à reclamante.

EMENTA: SALÁRIO POR FORA. ÔNUS DA PROVA.

Constitui ônus do autor provar a percepção de salário diverso do registrado em sua CTPS, por ser fato constitutivo de seu direito, a teor do art. 818, da CLT, c/c o art. 373, I, do CPC. No caso dos autos, merece mantida a sentença de 1º grau que deferiu o pagamento de diferenças salariais, mas tomando-se por base o acréscimo de 10% da remuneração consignada na carteira profissional da trabalhadora, mercê da prova oral e documental adunadas aos fólios digitais.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Tendo em vista o ajuizamento da ação em momento anterior à vigência da reforma trabalhista instituída pela Lei nº 13.467/2017, não há falar em pagamento de honorários advocatícios, porquanto não preenchidos os requisitos dispostos nas Súmulas 219 e 329 do C. TST.

RECURSO ADESIVO DA PARTE RECLAMADA. JULGAMENTO "EXTRA PETITA".

Da análise dos autos, extrai-se que o provimento jurisdicional não foi concedido fora do que pleiteou o autor na inicial, mas sim dentro dos limites da lide, razão pela qual não há que se falar em julgamento "*extra petita*".

INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT.

Uma vez constatada a prorrogação habitual da jornada de trabalho da autora, é devido o pagamento do período correspondente ao intervalo de 15 minutos não usufruído como extraordinário, por analogia ao disposto no artigo 71, § 4º, da CLT, uma vez que o contrato de emprego findou antes da vigência da Lei nº 13.467/17 que revogou aquele dispositivo celetista.

SÚMULA 338 DO TST. ÔNUS DA PROVA. RECLAMADA.

A ausência de apresentação dos cartões de ponto pela empresa que possui mais de 10 empregados, nos termos da Súmula 338 do C. TST, enseja inversão do ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador. *In casu*, houve contradição entre o horário declinado na exordial e o depoimento da testemunha de indicação obreira, irreprochável o r. *Decisum* vergastado que fixou a jornada laboral de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00, com 1 (uma) hora de intervalo intrajornada. Recursos conhecidos e improvidos.

MULTA DO ART. 477, DA CLT. INCIDÊNCIA.

Ante a não comprovação do pagamento integral das verbas rescisórias ter sido efetuado dentro do prazo legal, incide a multa prevista no art. 477, § 8º da CLT.

Processo: 0001129-88.2017.5.07.0013 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MULTA DO ART. 467 DA CLT. DEVIDA.

Nos termos da Súmula 388 do TST, a não sujeição à multa do artigo 467 da CLT aplica-se somente à massa falida, não se estendendo às empresas que estão em recuperação judicial, pois permanecem na gestão patrimonial do negócio. Recurso conhecido e provido.

Processo: 0000037-89.2019.5.07.0018 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 10/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 338 DO TST.

Por contar a empresa reclamada com mais de dez empregados, aplicável ao caso a Súmula n° 338 do TST que diz respeito à inversão do ônus da prova da jornada de trabalho. Nesse sentido, a reclamada apresentou os cartões de ponto do reclamante, válidos, além de prova testemunhal que confirmou sua tese defensiva. Recurso improvido.

PLR. PAGAMENTO FEITO NA FORMA DE COMISSÕES. RECONHECIMENTO DA NATUREZA SALARIAL.

Provado que houve fraude no pagamento das comissões sob a roupagem de PLR, concede-se provimento ao recurso ordinário para reconhecer a natureza salarial da parcela recebida a título de participação nos lucros e resultados, conforme valores descritos nos contracheques acostados aos autos, a qual passa a integrar a remuneração da autora para todos os fins. Por conseguinte, determina-se o pagamento de seus reflexos em aviso prévio, 13º salário, férias, acrescidas do terço legal, horas extras, repouso semanal remunerado e depósitos do FGTS + 40%.

DIFERENÇA SALARIAL PELO DESVIO DE FUNÇÃO. ACÚMULO DE FUNÇÃO NÃO CONFIGURADO.

Inexistindo prova nos autos da diversidade das funções nos cargos apontados pela reclamante e que a atribuição de outras atividades, dentro da condição pessoal do empregado, encontra-se inserida no jus variandi do empregador, nada a deferir a título de diferenças salariais.

DANO MORAL. TRATAMENTO VEXATÓRIO. NÃO COMPROVAÇÃO.

Não demonstrado nos autos a prática de ato empresarial que gerasse tratamento vexatório da empregada, mantém-se a sentença nessa matéria.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROPOSTA ANTERIORMENTE A 11.11.2017. INSTRUÇÃO NORMATIVA NO. 41 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Por ocasião da conclusão dos trabalhos da Comissão de Regulamentação da Lei nº 13.467/2017 oriunda do Tribunal Superior do Trabalho, editou-se Instrução Normativa 41 em junho de 2018. Consoante o art. 6º do aludido documento, na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970, das Súmulas nºs 219 e 329 do TST e da Súmula nº 2 deste Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Sentença mantida.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. INTERVALO DE 15 MINUTOS ÀS MULHERES. ART. 384 DA CLT. PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA LEGALIDADE.

Ao julgar o incidente de inconstitucionalidade nº IIN-RR-1540/2005-046-12-00.5, o Colendo TST manifestou-se pela constitucionalidade do art. 384 da CLT, em face do art. 5º, inciso I, da Constituição Federal. Naquela assentada, a Corte Superior reconheceu que a igualdade jurídica e intelectual não afasta a diferenciação fisiológica e psicológica dos sexos, entendendo que o art. 384 da CLT, inserido no capítulo que trata da proteção ao trabalho da mulher, é norma legal de natureza afeta à medicina e segurança do trabalho. Recurso improvido.

Processo: 0000188-78.2016.5.07.0012 **Julg.:13/03/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 18/03/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. PRELIMINAR DE INÉPCIA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 39 DO TST. DECISÃO SURPRESA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

A teor do artigo 324 do CPC/2015, subsidiariamente aplicável, o pedido deve ser irremediavelmente determinado, não atendendo a tal exigência a indicação genérica elaborada pela reclamante na inicial com o fito de formular pedido de estabilidade decorrente de doença laboral, mesmo considerando a informalidade intrínseca à processualística do trabalho. Ademais, a teor do art. 4º, § 2º, da Instrução Normativa nº 39 oriunda do Tribunal Superior do Trabalho, não se considera decisão surpresa aquela relativa aos pressupostos de constituição do processo. Rejeito.

PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.

Não viola o artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, decisão recorrida em que a matéria objeto de inconformismo da parte é apreciada, de forma fundamentada, e o órgão prolator da decisão deixa clara a motivação do convencimento.

DISPENSA POR JUSTA CAUSA. CONFIGURAÇÃO.

Rejeito. Sendo a demissão por justa causa a mais severa das penalidades imposta ao empregado, o motivo ensejador de tal manobra deve ser suficientemente grave e ficar robustamente comprovado, o que se verifica no presente caso. Recurso conhecido e, no mérito, improvido.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS DECORRENTES DE DOENÇA DO TRABALHO.

Provados, por via pericial, os requisitos previstos no art. 186 do CC, mantém-se a indenização em que a ré foi condenada, em primeiro grau.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROPOSTA ANTERIORMENTE A 11.11.2017. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 41 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Por ocasião da conclusão dos trabalhos da Comissão de Regulamentação da Lei nº 13.467/2017 oriunda do Tribunal Superior do Trabalho, editou-se Instrução Normativa 41 em junho de 2018. Consoante o art. 6º do aludido documento, na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970, das Súmulas nºs. 219 e 329 do TST e da Súmula nº 2 deste Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Recurso conhecido, e, no mérito, improvido.

Processo: 0001606-74.2013.5.07.0006 **Julg.: 19/12/2018**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 07/01/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. PRELIMINAR DE MÉRITO. INÉPCIA. REFLEXOS DO REAJUSTE SALARIAL E ACÚMULO DE FUNÇÕES.

Os princípios norteadores do processo trabalhista não se coadunam com o exame demasiadamente rígido da petição inicial. Conforme a leitura da peça vestibular nos autos, percebe-se que, da narração dos fatos, pode-se presumir que os pleitos de férias e de 13ºs salários decorrem logicamente dos reajustes salariais e do adicional de acúmulo de funções. Preliminar de mérito acolhida, para se afastar a inépcia conhecida, de ofício, pela Magistrada sentenciante. Sentença reformada, no aspecto.

ACÚMULO DE FUNÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO.

No ordenamento jurídico pátrio, inexiste previsão relativa à contraprestação de várias funções realizadas em prol do mesmo empregador. Assim, a princípio, o desempenho cumulativo de funções, numa mesma jornada de trabalho, para um único empregador, não justifica a exigência de pagamento de remuneração distinta para cada atribuição do empregado, a menos que sejam incompatíveis entre si, hipótese que não se aplica aos autos. É o que se infere, inclusive, do parágrafo único do art. 456, da CLT, *verbis*: "à falta de prova ou inexistindo cláusula expressa a tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal". Sentença mantida, no particular. Recurso ordinário da reclamante conhecido e não provido.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. DIREITO AOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. REQUERIMENTO FORMULADO POR PESSOA FÍSICA RECLAMANTE. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE JURÍDICA MEDIANTE DECLARAÇÃO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. INTELIGÊNCIA DA REGRA INSCULPIDA NO ART. 790, § 4º, DA CLT, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 13.467/2017.

Considerando a elasticidade interpretativa que pode ser conferida à regra prevista no art. 790, § 4º, da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.467/2017, segundo a qual os benefícios da justiça gratuita podem ser concedidos à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo, forçoso reconhecer que goza desse direito a pessoa física que, na condição de pessoa natural, se desincumbe do ônus de provar que se encontra sem condições para arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou da respectiva família, fazendo declaração no bojo da petição inicial, para esse fim, cujo teor há de se presumir verdadeiro, até porque entendimento diverso tornaria letra morta a regra prevista no art. 99, § 3º, do CPC/2015, de acordo com a qual "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural". Sentença mantida, neste aspecto.

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. CABIMENTO.

Conforme o art. 14, do CPC, a legislação processual tem aplicação imediata, de modo que, ajuizada a reclamação trabalhista quando vigente a Lei nº 13.467/2017, tem lugar a aplicação do disposto no *caput* do art. 791-A da CLT, bem como seu parágrafo quarto, que disciplinam sobre os honorários advocatícios sucumbenciais, não havendo se cogitar que tais disposições violam o princípio constitucional de amplo acesso à justiça insculpido no art. 5º, XXXIV e XXXV, da Constituição Federal, vez que, ao estabelecer a possibilidade de suspensão da exigibilidade das obrigações advindas da sucumbência, bem assim a sua extinção, o legislador considerou a condição do beneficiário da justiça gratuita, de modo que a possibilidade de condenação da parte hipossuficiente em honorários sucumbenciais não deve ser tomada como óbice ao acesso à justiça. Na espécie, impõe-se a condenação da reclamante no pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa. Sentença reformada neste ponto. Recurso da reclamada conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000815-38.2018.5.07.0004 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 05/06/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE E DAS RECLAMADAS. ANÁLISE CONJUNTA DAS MATÉRIAS ALEGADAS. ENQUADRAMENTO SINDICAL. EMPRESA PROMOTORA DE VENDAS.

Provado nos autos que a empresa Ibi Promotora de Vendas Ltda não é financiária, e sim, efetivamente, correspondente bancária do Banco Bradescard; e provado, ainda mais, que a autora não extrapolava suas funções, não fazendo efetiva análise de crédito nem funções bancárias, acolho a tese de defesa para julgar improcedente o pedido de enquadramento sindical da reclamante como bancária ou financiária, bem como de aplicação das normas coletivas pertinentes a estas categorias.

INTEGRAÇÃO DAS VERBAS VARIÁVEIS RECEBIDAS SOB A RUBRICA PLR.

Improcede o pedido de integração da PLR ao salário, e não provada qualquer irregularidade no pagamento desta verba (art. 7º, XI, CF).

INTERVALO INTRAJORNADA. AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE À REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017). CONCESSÃO PARCIAL. HORAS EXTRAS DEVIDAS.

Segundo o art. 71, da CLT, havendo trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, uma hora. As consequências da não concessão ou concessão parcial do aludido intervalo estão previstas no parágrafo quarto do art. 71, da CLT, que assim dispõe: "Quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho".

INTERVALO DO ART. 384, DA CLT. AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE À REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017).

O art. 384, da CLT, visando fixar medidas de higiene, saúde e segurança do trabalho da mulher, obriga o empregador a conceder um intervalo mínimo de quinze minutos a toda trabalhadora que prorrogar seu horário normal de trabalho, os quais devem ser concedidos antes do início da prestação do trabalho extraordinário. Desse modo, constatado que o empregador, embora exigindo o labor extraordinário, não concedia à autora o respectivo intervalo, merece reparo a sentença, no particular, para julgar procedente o pedido de pagamento do intervalo previsto no artigo 384 da CLT (15 minutos por dia de efetivo trabalho extraordinário), sob a modalidade de horas extras, com acréscimo do adicional de 50%, com os devidos reflexos.

RECONHECIMENTO DE GRUPO ECONÔMICO E DA SOLIDARIEDADE.

As empresas promovidas, que exercem atividades complementares, constituem um grupo econômico, nos termos dispostos na antiga redação do § 2º, do art. 2º, da CLT.

CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO APLICÁVEL. IPCA-E.

Quando do julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição plena, considerando decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIs nºs 4.357, 4.372, 4.400 e 4425, bem como na Ação Cautelar n° 3764 MC/DF, reconheceu a inconstitucionalidade da expressão "equivalentes à TRD", contida no artigo 39 da Lei n° 8.177/1991. Relativamente ao índice aplicável em substituição à TRD, a Corte Superior Trabalhista decidiu adotar a técnica de interpretação conforme a Constituição para o texto remanescente do art. 39 da Lei n° 8.177/1991, preservando o direito à atualização monetária dos créditos trabalhistas, e definiu a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) como fator de correção a ser utilizado na tabela de atualização monetária dos débitos trabalhistas na Justiça do Trabalho. A mencionada decisão do TST, antes suspensa, foi chancelada pelo STF, quando do julgamento final da RCL 22012.

JUROS DE MORA. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA.

Vigendo a relação de emprego em período posterior a 05.03.2009, data da conversão da Medida Provisória nº 449/2008 na Lei nº 11.941/2009, correta a aplicação de juros de mora a partir da efetiva prestação laboral, ex vi do disposto na Súmula 368, V, do TST. Recursos conhecidos e parcialmente providos.

Processo: 0001130-12.2017.5.07.0001 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 10/06/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. HORAS "IN ITINERE". ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA. MANUTENÇÃO PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

Não tendo a parte recorrente apresentado argumentos minimamente sólidos, aptos a afastarem as conclusões alçadas pelo juízo de origem, no que toca às matérias debatidas em seu apelo, resulta a conclusão de que a decisão atacada, por seu detalhamento e qualidade, deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Ressalta-se que tal procedimento, conforme já consolidado pelo Supremo Tribunal Federal e, inclusive, autorizado explicitamente pela legislação nos casos de processos que tramitam sob o rito sumaríssimo (art. 895, § 1º, IV, da CLT), está em estrita conformidade com o mandamento constitucional de que as decisões judiciais sejam fundamentadas (art. 93, IX, da CF).

RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO DO RECLAMANTE. HORAS EXTRAS.

Pela ausência de prova do pagamento, deferem-se ao obreiro, conforme o que restar apurado das anotações efetivadas nos cartões de ponto, as horas extras dos meses de novembro e de dezembro de 2015.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. "QUANTUM" REPARATÓRIO.

Na situação enfrentada, o dano causado é moderado. A situação econômica das reclamadas é muito boa. O caráter punitivo-pedagógico da indenização deve ser ressaltado - essencial para que as acionadas sejam diligentes, no sentido de evitar que episódios similares venham a ocorrer. O montante reparatório, por outro lado, não pode promover o enriquecimento sem causa do trabalhador. Da conjunção de tais critérios, entende-se que a indenização estipulada na origem mostra-se suficiente para reparar a dor moral vivenciada e atender aos demais parâmetros.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AJUIZAMENTO DA AÇÃO ANTES DA VIGÊNCIA DA REFORMA TRABALHISTA.

Tendo sido o feito ajuizado antes da entrada em vigor da Lei 13.467/2017 ("Reforma Trabalhista"), deve-se aplicar o regramento dos honorários advocatícios sucumbenciais vigente à época da propositura da ação, haja vista se tratar de "situação jurídica consolidada sob a vigência da norma revogada" (art. 14 do CPC). Isso porque a questão da verba honorária é um elemento atrelado à época da veiculação da demanda, momento em que são calculados os riscos financeiros do ajuizamento de uma ação judicial, sendo temerário e contrário ao Princípio da Proteção da Confiança mudar, quando já iniciado determinado processo, regras elementares que respaldam justamente a análise de custo/benefício de provocar a jurisdição. Recurso ordinário da segunda reclamada conhecido, mas não provido. Recurso ordinário adesivo do reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001019-93.2016.5.07.0023 **Julg.: 04/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 09/04/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DAS RECLAMADAS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM".

A legitimidade para a causa, de conformidade com a teoria da asserção adotada pelo nosso sistema legal para a verificação das condições da ação, é aferida com fulcro nas afirmações da peça vestibular, ou seja, a legitimidade das partes consiste na pertinência subjetiva da ação que deve ser analisada em abstrato, em função do que é alegado e não do que é contestado ou provado nos autos. De par com isso, depreende-se que no vertente caso que o reclamante busca a responsabilidade do banco reclamada pelo pagamento das verbas trabalhistas, razão pela qual somente no mérito a questão restará dirimida. Preliminar rejeitada.

GRUPO ECONÔMICO. FORMAÇÃO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

É solidária a responsabilidade das reclamadas pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas ao empregado, quando caracterizada a formação de grupo econômico. Art. 2º, § 2º, da CLT. Recurso improvido.

HORAS EXTRAS. CONTROLE DE JORNADA. TRABALHO EXTERNO. ART. 62, I, DA CLT. INAPLICABILIDADE.

Sendo possível a aferição da jornada de trabalho do autor, não há como aplicar ao caso a regra excetiva do art. 62, I, da CLT. Recurso improvido.

HORAS EXTRAS. FUNÇÃO DE CONFIANÇA. ART. 224, § 2º, DA CLT. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE FIDÚCIA ESPECIAL.

Uma vez que atribuições desempenhadas pelo reclamante não denotam fidúcia especial, além daquela depositada em qualquer empregado da instituição, deixa-se de observar a caracterização de desempenho de função de confiança, a atrair a incidência do § 2º do art. 224 da CLT. Recurso improvido.

REEMBOLSO DE DESPESAS COM DESGASTE DO VEÍCULO DO EMPREGADO. DESEMPENHO DE SERVIÇOS DA RECLAMADA. RISCO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR.

Com relação à indenização pelo desgaste do veículo utilizado, não há como olvidar que, ao colocar o automóvel de sua propriedade a serviço do empregador, o empregado contribuiu para o incremento dos lucros deste, o que fez sem compensação pelo desgaste natural do veículo. Entender de forma contrária é aceitar que a contraprestação salarial seja afetada pelos riscos da atividade econômica, próprios da atividade patronal consoante o art. 2º da CLT. No contrato de natureza empregatícia, o empregador assume os riscos da atividade econômica desenvolvida, cabendo-lhe fornecer os meios para o empregado realizar o trabalho. Recurso improvido.

DIFERENÇA DE COMISSÕES. VERIFICAÇÃO.

Configurada retenção de comissão em face da aplicação de um "limitador" pelo empregador, implica restrição inadmissível ao salário do reclamante. Recurso improvido.

JUSTIÇA GRATUITA PARA O RECLAMANTE.

A simples afirmação firmada na peça inaugural, alegando não ter o autor condições de demandar em juízo sem que haja prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família é meio hábil ao deferimento da gratuidade judiciária, nos moldes do que preleciona o art. 99 do NCPC, que atualmente rege a matéria, outrora disciplinada no art. 4º, *caput*, da Lei nº 1.060/50. Inexistência de evidência em contrário. Recurso improvido.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. BANCÁRIO. ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL. VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O BANCO TOMADOR DOS SERVIÇOS.

Hígido o vínculo empregatício com a primeira reclamada, pertencente ao mesmo grupo econômico. Todavia, nos termos do art. 468 da CLT, a continuidade do contrato de trabalho determina a possibilidade de alteração das condições inicialmente pactuadas, desde que haja mútuo consentimento das partes e não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado. Na hipótese dos autos, o autor foi contratado com bancário e depois migrado para a condição de financiário, dentro do mesmo grupo econômico. Se asseguradas as condições de trabalho mais benéficas, não haveria qualquer ilegalidade na transferência entre as empresas. Entrementes, embora continuasse com o contrato de trabalho em curso (sem alteração das suas funções), o autor foi reenquadrado na categoria dos financiários e, com isso, perdeu direitos e vantagens asseguradas aos bancários.

Como as condições de trabalho do empregado bancário são mais vantajosas que as do empregado financiário neste caso, reputa-se correta a conclusão de que a alteração realizada pelo reclamado é lesiva à trabalhadora. Diante da ilegalidade perpetrada, a consequência, conforme disposto nos artigos 468 e 9° da CLT, é a nulidade do ato, retornando-se às condições inicialmente pactuadas (RR - 269-08.2011.5.04.0005 Data de Julgamento: 26/06/2018, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/06/2018).

HORAS EXTRAS. REUNIÕES APÓS O HORÁRIOS DO EXPEDIENTE. CURSOS ONLINE.

Inexistindo prova robusta de que havia sobre labor nos dias de reunião, não há horas extras devidas. De igual modo não restou provada a prestação de horas suplementares em razão da realização de cursos *online*. Recurso improvido.

ACÚMULO DE FUNÇÕES. COBRANÇA DE VALORES. ART. 456 DA CLT. APLICABILIDADE.

Ausente um delineamento detalhado das funções para as quais contratado o reclamante, a imposição de serviços de cobrança, afetos aos financiamentos por ele captados para a instituição financeira concedente, não resulta em pagamento de acréscimo salarial, por se considerar condizente com seu cargo. Inteligência do art. 456, parágrafo único, da CLT. Inexistência de ofensa ao art. 8º da Lei nº 3.207/57. Recurso improvido.

MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. PARCELAS RESCISÓRIAS PAGAS NO PRAZO. DIFERENÇAS RECONHECIDAS EM JUÍZO. NÃO CABIMENTO.

"Segundo a jurisprudência pacífica deste Tribunal Superior, a multa prevista no artigo 477, § 8º, da CLT somente é devida quando o pagamento das verbas rescisórias ocorrer fora do prazo previsto no § 6º do mesmo dispositivo. É incabível quando o pagamento é a menor e se refere a diferenças decorrentes de parcelas reconhecidas apenas em juízo. Precedentes." (TST - ARR - 466-54.2010.5.01.0401 Data de Julgamento: 12/12/2018, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/12/2018). Recurso improvido.

INDENIZAÇÃO PELO USO DO CELULAR. AUSÊNCIA DE PROVAS.

O reclamante possuía celular fornecido pela empresa e na maior parte do tempo se encontrava em lojas de veículos automotores que disponibilizavam serviço wi-fi, não havendo razão para creditar valores indenizatórios ao trabalhador. Recurso improvido.

UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PRÓPRIO. INDENIZAÇÃO. DESGASTE. MAJORAÇÃO.

Nada obstante competir ao empregador assumir os riscos do negócio (art. 2º da CLT), uma vez não provado o acerto de pagamento mensal ao empregado

a título de uso do veículo, tem-se devido unicamente indenização pelo suposto desgaste, com o qual contribuiu também o reclamante, em seu uso pessoal, razão pela qual se arbitra em 15% do valor do carro, consoante precedente desta Corte. Recurso parcialmente provido.

DA MORAL. AUSÊNCIA DE PROVA.

Não provado que o reclamante tenha se submetido a situação vexatória ou qualquer outra ação das reclamadas hábil a lhe causar dano moral passível de indenização, indevido o pagamento perseguido. Recurso improvido.

Processo: 0000369-70.2016.5.07.0015 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 15/04/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DAS RECLAMADAS. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA RELATIVA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. REJEITADA.

Confirma-se a competência relativa territorial da Justiça do Trabalho brasileira para o presente, a teor do art. 651, § 2º, da CLT, c/c o art. 21, do NCPC, de uso subsidiário, visto que houve a contratação no Brasil de empregado brasileiro para trabalhar no exterior por empresa estrangeira domiciliada no Brasil. Sentença mantida neste ponto.

CONFLITO DE LEI NO ESPAÇO. EMPREGADO BRASILEIRO CONTRATADO NO BRASIL PARA LABORAR EM OUTRO PAÍS.

O caso em questão configura-se como o previsto nos arts. 2.º, III, e 3.º, da Lei Nº 7.064/1982, visto que a empregadora, MSC CRUISES S/A. possui sede no Brasil, a teor do contrato social colacionado nos autos, havendo contratado trabalhador brasileiro no Brasil para trabalhar a seu serviço no exterior, o que enquadra o reclamante como um trabalhador transferido nos termos definidos pelo referido diploma legal. E, por isso, estando sujeito ao art. 3º, da Lei Nº 7.064/82, que lhe confere o direito de ver aplicada a legislação brasileira de proteção ao trabalho a sua situação, inclusive quanto ao FGTS e à Previdência Social, nos termos do parágrafo único desta norma. Sentença confirmada neste aspecto.

VERBAS RESCISÓRIAS. DEVIDAS.

Definido que a legislação brasileira é a que se aplica ao contrato do reclamante e não verificado o pagamento correto das horas extras, férias e demais verbas rescisórias, conforme as provas documentais, mantém-se a sentença atacada neste ponto.

RECURSO DO RECLAMANTE. UNICIDADE CONTRATUAL. RECONHECIMENTO. CONTRATOS SUCESSIVOS POR PRAZO DETERMINADO, PACTUADOS EM INTERVALOS INFERIORES A SEIS MESES. ART. 452 DA CLT.

A exploração de cruzeiros marítimos não constitui atividade econômica enquadrável nas hipóteses normativas autorizadoras da celebração de contratos de trabalho por prazo determinado, fixadas no art. 443 da CLT, porquanto as viagens ocorrem durante todo o ano, nos dois hemisférios do planeta, alternando os locais de partida e destino de acordo com as estações climáticas. Não se trata, pois, de serviço ou atividade empresarial de caráter transitório que justifique a predeterminação do prazo, vez que as empresas desse ramo permanecem em contínua atuação. Desta forma, afasta-se a prescrição bienal declarada quanto ao primeiro e segundo contrato de trabalho e amplia-se a condenação nas verbas trabalhistas decorrentes referentes aos períodos trabalhos. Sentença modificada neste ponto.

MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. RECONHECIDA.

Tendo em vista que não houve o pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, entende-se como devida a multa do art. 477, § 8º, da CLT. Sentença alterada neste aspecto. Recursos ordinários conhecidos, improvido o das reclamadas, mas parcialmente provido o do obreiro.

Processo: 0001756-04.2017.5.07.0010 **Julg.: 06/05/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 07/05/2019**
Turma 2ª

PEJOTIZAÇÃO. NATUREZA SALARIAL DOS VALORES ALCANÇADOS ATRAVÉS DE PESSOA JURÍDICA.

Exsurge inquestionável, à luz da prova dos fólios, que o autor, sem qualquer alteração nas suas condições de trabalho, passou a auferir parte de seus ganhos através de pessoa jurídica. Logo, a manutenção do julgado combatido, no que se refere à declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e ao reconhecimento da natureza salarial dos pagamentos efetuados à pessoa jurídica integrada pelo promovente, é medida que se impõe.

VALORES DE NATUREZA SALARIAL EM ATRASO.

A prova documental produzida pelo primeiro acionado (em especial as autorizações de faturamento apresentadas) conduz à ilação de que também os importes dos meses de novembro de 2015 e de fevereiro de 2016 foram quitados - montantes que devem ser, então, extirpados da condenação. Inexiste, nos fólios, comprovação do adimplemento dos demais valores. No tocante, o recorrente não se desvencilhou de seu encargo probatório (art. 818 da CLT c/c art. 373, inc. II, do CPC/2015). Dá-se parcial provimento ao recurso ordinário, para determinar a exclusão, da condenação, dos valores de natureza salarial dos meses de novembro de 2015 e de fevereiro de 2016.

RESCISÃO INDIRETA. ATRASO NO PAGAMENTO DE VALORES DE CUNHO SALARIAL.

O instituto acionado incorreu em indiscutível falta, ao deixar em aberto, por longos meses, inúmeras parcelas de caráter salarial. A conduta patronal

reportada constitui justo motivo para a rescisão indireta do pacto, por implicar nítido descumprimento das obrigações do contrato de trabalho (art. 483, alínea "d", da CLT). Adotam-se, portanto, como razões de decidir, os fundamentos da sentença recorrida, por retratarem, na visão deste julgador, a correta solução a ser empregada à matéria discutida.

IMPUGNAÇÃO AOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. AJUIZAMENTO DA AÇÃO ANTES DA VIGÊNCIA DA REFORMA TRABALHISTA.

Tendo sido o feito ajuizado antes da entrada em vigor da Lei n. 13.467/2017 ("Reforma Trabalhista"), deve-se aplicar o regramento da gratuidade judiciária vigente à época da propositura da ação, haja vista se tratar de "situação jurídica consolidada sob a vigência da norma revogada" (art. 14 do CPC). Nessa toada, a declaração de insuficiência de recursos, formulada até mesmo na própria petição inicial, retrata prova para todos os efeitos (art. 99, "*caput*" e § 3º, CPC/2015; art. 1º da Lei n. 7.115/1983) e gera presunção relativa de veracidade da insuficiência econômica alegada, de modo que recai sobre a parte contrária o ônus de demonstrar a situação financeira incompatível com a gratuidade. Na hipótese, os elementos probatórios jungidos ao caderno processual não são fortes o suficiente para desfazer a referida presunção, emanada da declaração firmada. E o argumento de que o autor percebeu altos salários no curso do contrato de trabalho referenciado não se presta, igualmente, a esse desiderato, porquanto não oferece uma conclusão definitiva acerca da situação financeira do promovente ao tempo do ajuizamento da reclamação. Benefícios da justiça gratuita confirmados.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AJUIZAMENTO DA AÇÃO ANTES DA VIGÊNCIA DA REFORMA TRABALHISTA.

Tendo sido o feito ajuizado antes da entrada em vigor da Lei n. 13.467/2017 ("Reforma Trabalhista"), deve-se aplicar o regramento dos honorários advocatícios sucumbenciais vigente à época da propositura da ação, haja vista se tratar de "situação jurídica consolidada sob a vigência da norma revogada" (art. 14 do CPC). Assim, com fulcro no que dispõe o art. 927, V, do CPC de 2015 e art. 15, I, "e", da IN nº 39 do TST, curvei-me à Súmula n. 02 deste Regional e às Súmulas ns. 219 e 329 do TST, para entender ser devida a verba honorária apenas quando a parte for beneficiária da justiça gratuita e estiver assistida pelo sindicato da sua categoria profissional, o que não ocorre na hipótese, tendo em vista que o reclamante se encontra assistido por advogado particular. Recurso provido para que sejam excluídos da condenação os honorários advocatícios.

RECURSO ORDINÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. ILEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". NÃO CONFIGURAÇÃO.

A pessoa jurídica apontada como tomadora do serviço na condição de pactuante de um contrato de gestão, e, portanto, responsável subsidiária, em

caso de inadimplemento do empregador direto, é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda, pois é a única que poderá se defender de tal alegação formulada contra si. É a aplicação prática da Teoria da Asserção, segundo a qual a legitimidade se afere pela averiguação da relação jurídica afirmada na inicial, ou seja, se há pertinência entre o pedido e as partes chamadas a juízo para compor a lide. A existência ou não da responsabilidade alegada é matéria que se resolve no mérito.

APLICABILIDADE DO ENUNCIADO Nº 331 DO TST À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DECISÃO DO STF EM RELAÇÃO AO ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/83. A DECISÃO DO STF, QUE CONSIDEROU CONSTITUCIONAL O DISPOSTO NO ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/83, NÃO AFASTA A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUANDO ESTA SE OMITIR NA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (ARTS. 58, III E IV, 66 E 67, DO MESMO DIPLOMA), CAUSANDO DANO A OUTREM. ILICITUDE QUE LEVA À APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 37, § 6º, DA CF/88 E ARTIGOS 927 E 186, DO C. CIVIL. CULPA IN VIGILANDO. OMISSÃO FISCALIZATÓRIA. RECONHECIMENTO. ÔNUS DA PROVA.

Não comprovando a efetiva fiscalização, reconhecendo a inviabilidade de fiscalizar as empresas prestadoras e/ou não detectando o descumprimento das obrigações pelo contratado, a Administração Pública incide em culpa, sendo passível de responsabilização subsidiária. Ademais, o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do contrato compete ao ente público, uma vez que o ordenamento jurídico expressamente lhe atribui esse dever (artigos 58, III, e 67, § 1º, da Lei 8.666/93). Demais disso, exigir que o reclamante procedesse a comprovação da falta de fiscalização do ente público equivaleria a atribuir-lhe a prova de um fato negativo, o que não pode ser tolerado. Inegavelmente, a Administração Pública é quem tem as reais condições de comprovar as medidas que teriam sido adotadas na fiscalização do contrato, daí porque o seu ônus probatório também se justifica pelo Princípio da Aptidão da Prova. Nesse sentido, a jurisprudência majoritária das Turmas do TST. Esclareça-se que a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, em 26/04/2017, no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 760931, é exatamente aquela que já havia sido consolidada na ADC 16. O tema "ônus probatório" não foi objeto de deliberação expressa, razão pela qual o aresto em nada muda a forma de pensar deste Relator, no particular.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS.

A verba honorária merece ser extirpada da condenação. Remete-se, no caso, às linhas erigidas por ocasião da apreciação do recurso ordinário do primeiro acionado. Recurso ordinário do primeiro reclamado conhecido e parcialmente provido. Recurso ordinário do segundo reclamado conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000791-73.2016.5.07.0038 **Julg.: 14/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DO MUNICÍPIO RECLAMADO:

INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. VÍNCULO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO.

Segundo precedentes do STF, em reiteradas decisões, vislumbra-se a incompetência da Justiça do Trabalho para a análise de questões que tenham por base relação de natureza jurídico-administrativa, inclusive se formulados pedidos de natureza tipicamente trabalhista, tais como FGTS, posicionamento que se acata por questão de disciplina judiciária. Recurso Ordinário conhecido e provido.

Processo: 0001816-20.2017.5.07.0028 **Julg.: 21/03/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 16/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DO PRIMEIRO RECLAMADO. DIÁRIAS DE VIAGEM. CARÁTER SALARIAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

Restando provado que as diárias, em valor superior a 50% do salário de viagem, tinham como finalidade apenas o ressarcimento das despesas e demonstrado a necessidade de prestação de contas, afasta-se o caráter salarial.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LAUDO PERICIAL.

Uma vez constatado, a partir da prova técnica, contra a qual não foi contraposta prova capaz de infirmar seu valor, que o autor laborava em condição de risco acentuado, é devido o adicional de periculosidade.

Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

RECURSO ORDINÁRIO DA PETROBRAS. ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. TOMADOR DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.

Conforme entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, calcado na decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a constitucionalidade do art. 71, da Lei nº 8.666/93 (ADC 16/DF), remanesce a responsabilidade subsidiária dos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista pelos direitos trabalhistas dos

empregados locados e não adimplidos pelo empregador, sempre que os referidos entes públicos, tomadores dos serviços, sejam omissos na escolha da empresa prestadora e/ou na fiscalização das obrigações do respectivo contrato (Súmula 331, inciso IV, do Tribunal Superior do Trabalho). Recurso ordinário conhecido e desprovido.

Processo: 0001231-46.2013.5.07.0015 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 13/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO: PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. REJEIÇÃO.

Inexiste nos autos qualquer prova acerca da instituição do regime jurídico estatutário no âmbito da municipalidade, razão por que se mantém a sentença recorrida que reconheceu a competência da Justiça do Trabalho para dirimir a presente querela. Preliminar rejeitada.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LAUDO PERICIAL.

Havendo a prova pericial constatado "in locu" a exposição do trabalhador a condições periculosas nos termos da NR-16, Anexo 3, do Ministério do Trabalho e Emprego, e inexistindo, nos autos, qualquer elemento de prova apto a desconstituir a conclusão pericial, deve ser mantida a sentença de origem que condenou o Município de Crateús ao pagamento do adicional de periculosidade e seus reflexos. No entanto, determina-se a dedução do adicional de periculosidade com os valores recebidos a título de "gratificação risco de vida 40%".

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE: FERIADOS EM DOBRO. CONCESSÃO.

Presentes as condições para julgamento do pedido referente a feriados trabalhados, reforma-se a sentença, para, afastando a inépcia da inicial, condenar o reclamado a pagar à reclamante 6 (seis) dias de feriado em dobro.

GRATIFICAÇÃO DE TRÂNSITO. INDEFERIMENTO.

A Lei nº 575/2006, no seu art. 21, inciso III, previu o pagamento de gratificação aos guardas civis municipais de Crateús quando desempenhassem serviços profissionais alheios às suas funções, por solicitação do comandante da Guarda Civil Municipal. No presente caso, ainda que se considere as atividades de agente de trânsito como serviço alheio à função do guarda civil municipal, não há prova de que a reclamante tenha sido designada por autoridade da Guarda Civil Municipal para exercê-las. Assim, não faz jus a autora ao percebimento da gratificação de trânsito. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO

Processo: 0001112-16.2017.5.07.0025 **Julg.: 06/06/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. ACIDENTE DE TRABALHO. DOENÇA DEGENERATIVA. NEXO CAUSAL OU CONCAUSAL. NÃO COMPROVADO.

O parecer do perito judicial não foi conclusivo quanto à caracterização de nexo causal ou concausal entre as atividades do autor na empresa ré e a moléstia da qual fora acometido. Desta feita, à falta de elementos de convicção aptos a infirmar o laudo pericial, impõe-se a reforma da sentença para fins de excluir a indenização por danos morais.

HONORÁRIOS PERICIAIS. PAGAMENTO. RESPONSABILIDADE. PARTE SUCUMBENTE NO OBJETO DA PERÍCIA. APLICAÇÃO DO ART. 790-B DA CLT. PROVIMENTO.

A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiário da justiça gratuita. Nessa linha, considerando a conclusão do laudo do *expert*, impõe-se o provimento do apelo, para fins de reconhecendo a sucumbência do obreiro, no objeto da perícia, reverter a responsabilidade pelo pagamento da perícia realizada nestes autos e, em razão de o reclamante ser beneficiário da Gratuidade de Justiça, determinar que o pagamento dos honorários sucumbenciais remanescentes (R$650,00) deverá ser realizado com observância ao que estabelece a Consolidação dos Provimentos do TRT da 7ª Região, em seus artigos 122 a 126. Recurso ordinário conhecido e provido.

RECURSO ORDINÁRIO DO OBREIRO. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL.

Estando a causa de pedir e o pedido devidamente delimitados na petição inicial, permitindo a compreensão da controvérsia jurídica, não há falar em inépcia do pleito de diferenças salariais.

DESVIO DE FUNÇÃO NÃO COMPROVADO. DIFERENÇAS SALARIAIS INDEVIDAS.

Para a configuração pretendida, há que se ter prova de terem sido atribuídas ao empregado tarefas sem relação com aquelas para as quais fora contratado, com carga ocupacional qualitativamente superior à primitiva, o que não se tem no caso. O desempenho de atividades diversas, mas diretamente ligadas ao cargo para o qual foi o reclamante contratado, não enseja o pagamento de *plus* salarial por acúmulo de funções, mormente quando estas são plenamente compatíveis com sua habilidade e qualificação. Outrossim, por se tratar de fato constitutivo, cabia ao autor comprovar o exercício de função diversa da qual fora contratado.

Assim, não se desincumbindo do encargo que lhe competia, não há como acolher o pleito de pagamento de diferenças salariais.

GARANTIA DE EMPREGO. DOENÇA OCUPACIONAL. ACIDENTE DE TRABALHO. INEXISTÊNCIA.

A garantia de manutenção provisória de emprego prevista no art. 118 da Lei 8.213/1991 depende da verificação de ocorrência de acidente de trabalho, o que não houve, no caso. Recurso ordinário conhecido e improvido.

Processo: 0000382-38.2017.5.07.0014 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 17/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. AGÊNCIA BANCÁRIA. ASSALTO. DANO MORAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO.

Quando a atividade desenvolvida pelo empregador implicar, por sua natureza, em risco para os direitos de outrem (parágrafo único do artigo 927 do Código Civil), torna-se desnecessária a comprovação da culpa, porquanto, neste caso, deve ser aplicada a teoria do risco. Sentença mantida.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO.

A fixação do valor da indenização devida a título de danos morais deve observar o caráter pedagógico da medida, os limites da razoabilidade e proporcionalidade, bem assim a extensão do dano e a capacidade econômica do ofensor, requisitos esses que foram atendidos na instância *a quo*. Sentença mantida.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE À REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017). EMPREGADO NÃO ASSISTIDO POR SINDICATO. INCIDÊNCIA DO ENTENDIMENTO PREVISTO NAS SÚMULAS 219 E 329 DO TST E SÚMULA 2 DESTE REGIONAL.

Em se tratando de ação ajuizada antes da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a questão deve ser analisada à luz da legislação então vigente, eis que os honorários advocatícios possuem natureza material e processual (híbrida) e, como tal, de acordo com a jurisprudência majoritária, avoca a aplicação do princípio da irretroatividade. Não comprovando o reclamante que se encontra assistido pelo sindicato representativo de sua categoria profissional, restam indevidos os honorários advocatícios, "*ex vi*" do entendimento constante das súmulas 219 e 329 do TST e Súmula 02 desta Corte, de seguinte teor:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, JUSTIÇA DO TRABALHO. LIDES DECORRENTES DA RELAÇÃO DE EMPREGO - RES. 41/2015, DEJT 10, 11 E 12.02.2015.

Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. Sentença mantida. Recursos ordinários das partes conhecidos e desprovidos.

Processo: 0000968-48.2017.5.07.0023 **Julg.: 20/02/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 20/02/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. AGENTE DE MICROCRÉDITO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MOTOCICLISTA.

Comprovado nos autos a utilização rotineira da motocicleta pelos agentes de crédito no desenvolvimento de seu trabalho, mister o adicional de periculosidade, nos termos do art. 193, § 4º da CLT e da Portaria nº 1.565/14 do MTE.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

Em decorrência da sucumbência da parte reclamada, os honorários advocatícios são devidos, em proveito do reclamante/recorrido. Art. 791-A. da CLT. Sentença mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001069-06.2018.5.07.0038 **Julg.: 18/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 15/03/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. DOENÇA GRAVE. REINTEGRAÇÃO. DANO MORAL.

À míngua de provas de que o desligamento do reclamante fora efetuado nos limites do exercício regular do direito potestativo patronal, reputa-se como arbitrário e discriminatório o ato de dispensa, nada havendo a modificar na decisão vergastada que, acertadamente, condenou a reclamada ao apagamento de indenização dobrada da remuneração desde o afastamento até a prolação da sentença e ao pagamento da indenização por danos morais, no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Recurso improvido, no particular.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. DANO MORAL. VALOR INDENIZATÓRIO. MAJORAÇÃO.

O valor da indenização por dano moral, arbitrado pelo juízo de piso, revela-se consentâneo com a hipótese dos presentes autos, tendo em vista o caráter pedagógico da medida, a extensão do dano causado, bem como o porte financeiro da empresa demandada. Sentença mantida

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. INEXISTÊNCIA DE PROVA EM SENTIDO CONTRÁRIO. PAGAMENTO INDEVIDO.

Nos termos do art. 479 do CPC, o juiz não está adstrito às conclusões da prova pericial, podendo decidir diversamente, desde que indique na sentença os motivos que o levaram a deixar de considerar as conclusões do laudo. No entanto, não se verificando elementos consistentes que demonstrem, de forma inequívoca, a existência de erro na confecção da prova técnica, impõe-se a manutenção da sentença, por meio da qual o juiz decidiu pela improcedência do pedido do adicional de insalubridade. Recurso desprovido, no particular. Sentença mantida. Recursos ordinários conhecidos e desprovidos.

Processo: 0000628-46.2017.5.07.0010 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 15/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO MOVIMENTO CONSCIENCIA JOVEM. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO. ATIVIDADE PERIGOSA. EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA.

Constatado nos autos que a atividade exercida pelo reclamante na função de instrutor socioeducativo, são inerentes à proteção, quer do patrimônio público, em caso de rebelião dos menores infratores que estão sob sua guarda, quer, ainda, à proteção dos próprios internos, enquadrando-se perfeitamente no item 2, "b", do Anexo nº 3 da NR-16, aprovado pela Portaria nº 1.885/2013 do Ministério do Trabalho e Emprego. Por corolário, o reclamante tem direito à percepção do adicional de periculosidade, nos moldes do art. 193, II, da CLT.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. INAPLICABILIDADE.

Considerando que a reclamatória foi ajuizada antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, bem como a aprovação da Instrução Normativa nº 41/2018 do C.

TST, que, em seu art. 6º, estabelece que "a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017", e não estando a parte reclamante assistida pelo sindicato da categoria, impõe-se a exclusão da condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO ORDINÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. AUSENCIA DE PROVA DA CULPA "IN VIGILANDO".

TESE Nº 246 DO STF. O Supremo Tribunal Federal - STF ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º da Lei nº 8.666/1993 com edição da Tese nº 246, no seguinte sentido: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.". Somente a demonstração inequívoca do ato faltoso da Administração a configurar culpa "*in vigilando*", mediante prova substancial, robusta do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do ente público e o dano sofrido pelo trabalhador, enseja a responsabilidade subsidiária da Administração Pública, tomadora dos serviços, o que não restou provado nos autos. Reforma-se a sentença para excluir da condenação a responsabilidade subsidiária da parte recorrente por falta de prova da culpa "in vigilando" do Estado do Ceará, com fundamento na Tese nº 246 do STF. Recurso conhecido e provido.

RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO INDEVIDA.

Ao fixar o valor da indenização, o juízo de origem analisou a extensão do dano sofrido pela reclamante, o grau de culpa da reclamada quanto à responsabilidade subjetiva, o caráter pedagógico da pena e o poder econômico do empregador. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001489-45.2017.5.07.0038 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Jose Antonio Parente da Silva **Data Ass.: 24/04/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INSTRUTOR EDUCACIONAL (AGENTE SOCIOEDUCATIVO). TRABALHO DIRETO COM MENORES EM CONFLITO COM A LEI.

As atividades desenvolvidas pela parte reclamante envolviam contato direto com adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei. Não se dúvida também que, nessa condição, estavam sujeitos a constantes ameaças e que eram

responsáveis pelo trato direto com os menores, sendo constantemente hostilizados. O papel do "Instrutor Educacional/Socioeducador" era, inclusive, de garantir a segurança dos internados. Assim, as atividades do reclamante enquadram-se no item "Segurança pessoal" do quadro do item "3" do Anexo 3 da NR 16. Em relação ao ponto "2" do referido Anexo, constata-se o enquadramento do obreiro no item "b", haja vista que a atividade desenvolvida pelo trabalhador foi fruto de contratação direta feita pelo Poder Público. Não se pode restringir o conceito de "contratação direta" previsto na norma, sob pena de a Administração Pública, ao realizar terceirização, lícita ou ilícita, de atividades típicas de Estado, ainda terminar por gerar a sonegação do direito dos empregados ao adicional de periculosidade. Esclarece-se que o direito ao adicional de periculosidade com fundamento no art. 193, II, CLT, somente passou a ser devido a partir de 03/12/2013, com a regulamentação do referido inciso (incluído pela Lei 12.740/2012), pela Portaria MTE nº 1.885, de 2 de dezembro de 2013. Nesse sentido a jurisprudência da SDI-I do TST. Recurso do reclamante conhecido e parcialmente provido.

RECURSO ORDINÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. CULPA IN VIGILANDO. OMISSÃO FISCALIZATÓRIA. RECONHECIMENTO. ÔNUS DA PROVA.

Não comprovando a efetiva fiscalização, reconhecendo a inviabilidade de fiscalizar as empresas prestadoras e/ou não detectando o descumprimento das obrigações pelo contratado, a Administração Pública incide em culpa, sendo passível de responsabilização subsidiária. Ademais, o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do contrato compete ao ente público, uma vez que o ordenamento jurídico expressamente lhe atribui esse dever (artigos 58, III, e 67, § 1º, da Lei 8.666/93). Inegavelmente, a Administração Pública é quem tem as reais condições de comprovar as medidas que teriam sido adotadas na fiscalização do contrato, daí porque o seu ônus probatório também se justifica pelo Princípio da Aptidão da Prova. Nesse sentido, a jurisprudência majoritária das Turmas do TST.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO PROTOCOLADA ANTES DA REFORMA.

No que concerne à condenação em honorários advocatícios, assiste razão ao ente público, haja vista que o Juízo originário aplicou a "reforma trabalhista" (art. 791-A da CLT) como fundamento para condenar a reclamada. Ocorre que a Lei 13.467/2017 (reforma trabalhista) é aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017, nos termos do art. 6º da IN 41/2018 do C.TST, não sendo este a hipótese dos autos, visto que a reclamação foi protocolada em 13/07/2017. Aplica-se ao caso o entendimento da súmula 219 do C.TST. Assim, não estando o reclamante assistido pelo sindicato de sua categoria profissional, são indevidos os honorários advocatícios de sucumbência. Recurso do Estado do Ceará conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001167-94.2017.5.07.0015 **Julg.: 04/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 09/04/2019**
Turma 3ª

I. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. DO MOTIVO RESILITÓRIO. DA CAUSA EFICIENTE AO DESFAZIMENTO DO VÍNCULO CONTRATUAL. DA JUSTA CAUSA CONSUBSTANCIADA EM DESÍDIA. CONFIGURAÇÃO.

À luz da prova oral colhida nos autos, especialmente as próprias declarações do autor, que representam confissão real da prática faltosa alegada pela empresa reclamada em sua defesa, a par da prova documental carreada ao acervo instrutório, tais circunstâncias se afiguram aptas ao reconhecimento da justa causa consubstanciada em desídia no desempenho das respectivas funções, conforme capitulada no art. 482, alínea 'e', da CLT, restando despicienda a análise da prova testemunhal, ofertada apenas pela parte reclamada, a qual, a propósito, confirmara a tese contestativa empresarial, restando comprovado o desvio do reclamante de sua rotina e das técnicas profissionais. De se manter, pois, a sentença, neste particular. Improvido.

II. DO RECURSO ADESIVO INTERPOSTO PELA RECLAMADA. 1. DO DANO À IMAGEM DA EMPRESA. NÃO COMPROVAÇÃO.

À reclamada competiria o demonstrar os alegados prejuízos ou danos à sua imagem, encargo processual do qual, entretanto, não se desincumbira a contento, descabendo, por essa razão, indenização reparatória. Improvido.

2. ADICIONAL NOTURNO. DEVIDO.

Constatando-se o adimplemento de apenas alguns meses da parcela referente ao adicional noturno, impõe-se a condenação da empresa ré a pagar ao autor o adicional noturno relativo aos meses faltantes, em face do que mantém-se a sentença adversada neste aspecto da demanda. Improvido.

3. DO INTERVALO INTRAJORNADA. NÃO CONCESSÃO. HORAS EXTRAS DEVIDAS.

Ante a ausência de controle de ponto, bem como em face da inexistência de provas quanto à concessão de intervalos intrajornada, por devidas tidas são as horas extras decorrentes da supressão do repouso. Improvido.

4. DAS VERBAS REFERENTES A SALDO DE SALÁRIO E VALE-ALIMENTAÇÃO. DEVIDAS.

Não se observando o adimplemento do salário relativo ao mês de fevereiro/2017, senão apenas de uma quinzena referente ao mês de fevereiro/2016, há de ser mantida a sentença neste ponto, que condenou a reclamada ao pagamento

de tais parcelas. Tocante ao vale-alimentação, mantém-se os termos sentenciais, segundo os quais a defesa da reclamada é genérica, sem comprovar, entretanto, que tenha efetuado o pagamento no mês de fevereiro, pelo que fora condenada a pagar o importe correspondente a 15 unidades a título de vale-alimentação. Improvido.

5. DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO.

Não restando comprovada a má-fé do autor, máxime quando este, conforme é a hipótese dos autos, obtém êxito, posto que parcial, no deslinde da demanda, não se verificando qualquer conduta amoldável à previsão contida no artigo 80 do Código de Processo Civil/2015, nega-se provimento ao apelo da ré, neste ponto.

Processo: 0000404-32.2017.5.07.0003 **Julg.: 24/04/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 25/04/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. ATO DE IMPROBIDADE PROVADO. JUSTA CAUSA. CONFIGURADA. PERDA DA FIDÚCIA.

A dispensa por justa causa é medida extrema, principalmente em face dos efeitos de sua aplicação na vida profissional e pessoal do empregado, e, por assim ser, somente pode ser reconhecida quando a falta grave que a ensejou restar provada estreme de dúvidas, cabendo ao empregador o ônus de prová-la, conforme dispõe o art. 373, inciso II, do CPC/2015. No caso em análise, entende-se que o obreiro incorreu em ato de improbidade previsto no art. 482, "a", da CLT, uma vez que a reclamada trouxe aos autos provas testemunhais e de mídias eletrônicas que confirmaram que o reclamante incorreu em descumprimento da norma interna da empresa ao abandonar a sala de monitoramento de vídeo sem ser rendido por outro funcionário, no momento exato do furto sofrido pela reclamada. Atitude que trouxe grande prejuízo para a reclamada e retirou a fidúcia do obreiro. Sentença confirmada neste ponto.

RECURSO DA RECLAMADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCESSO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. APLICAÇÃO DA SÚMULA 219, DO TST. PARTE RECLAMANTE NÃO ASSISTIDA POR SINDICATO. PAGAMENTO INDEVIDO.

Como este processo fora protocolado em data anterior à vigência da Lei Nº 13.467/2017, não se aplica o art. 791-A, da CLT, a teor do art. 6º, da Instrução Normativa Nº 41/2018, do TST, prevalecendo o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho exarado por meio da Súmula Nº 219, a qual definiu os requisitos para a concessão de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho. Na vigência da Súmula citada, há de prevalecer a decisão da maioria dos membros desta Corte que se alinharam à posição do TST. No caso presente, não se encontrando a parte reclamante assistida pelo sindicato

da sua categoria profissional, não se divisa o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da verba honorária. Sentença reformada neste ponto. Recursos ordinários conhecidos, improvido o do obreiro, mas parcialmente provido o da reclamada.

Processo: 0001040-14.2016.5.07.0009 **Julg.: 13/05/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 14/05/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. ART. 62, I, CLT. CONTROLE INDIRETO DE JORNADA. DEVIDAS.

Ainda que haja o exercício do trabalho fora da estrutura física do empregador, é plenamente possível que este exerça o controle da jornada dos seus empregados pelos diversos meios que a tecnologia lhe faculta. Nesses casos, o exercício da fiscalização efetiva dos horários cumpridos pelo trabalhador externo o colocará em situação de isonomia aos que laboram na sede da empresa, sendo direito de ambos, salvo exceções legalmente previstas, o recebimento de adicional no caso de ultrapassada a jornada fixada.

DANO EXISTENCIAL. INEXISTÊNCIA.

A simples prestação habitual de horas extras não enseja indenização, seja a título de dano moral seja existencial, até porque dispõe o empregado de meios legais e judiciais para enfrentar a situação.

VENDEDOR. MOTORISTA. ACÚMULO DE FUNÇÕES. NÃO OCORRÊNCIA. PLUS SALARIAL INDEVIDO.

Não configura acúmulo de funções o exercício de atividades vinculadas à função para a qual foi, o trabalhador, originalmente contratado e que eram exercidas dentro da mesma jornada de trabalho, mesmo que extrapolada ocasionalmente, sendo indevido, portanto, o acréscimo remuneratório por acúmulo de funções.

ENQUADRAMENTO SINDICAL. VENDEDOR. USO DE VEÍCULO DA EMPRESA. NÃO ENQUADRAMENTO COMO MOTORISTA.

Constatado, nos autos, que o uso de veículo pertencente à empresa era apenas um meio propiciado ao empregado para a realização de vendas, o enquadramento do obreiro deve ocorrer juntamente à categoria profissional dos vendedores, e não dos motoristas.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL. RESSARCIMENTO DE DESPESA COM ADVOGADO.

Em face de o artigo 791 da CLT conferir às partes capacidade postulatória para virem a juízo na Justiça do Trabalho, os honorários advocatícios previstos nos

artigos 389, 395 e 404 do Código Civil, ainda que não se confundam com o encargo decorrente da sucumbência, não podem ser concedidos, pois na Justiça do Trabalho o deferimento de honorários advocatícios tem regramento próprio, nos termos da Súmula 219 e da OJ 305 da SBDI-1, todas do TST. Este é o entendimento da Corte Superior.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. TRANSPORTE DE VALORES. DANOS MORAIS.

O fato de a segurança pública ser uma obrigação imputável ao Estado, nos termos do art. 144 da CF/1988, não implica aceitar que a empresa, com vistas à pura obtenção de lucro, disponha livremente da saúde e da integridade dos seus trabalhadores sem oferecer qualquer proteção que minore o risco de sua atividade.

CARTA DE FIANÇA. EXIGÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO. DANOS MORAIS.

A exigência de carta de fiança para a contratação do empregado consiste em uma conduta flagrantemente abusiva e discriminatória, por ofender a honra e a dignidade do trabalhador, bem como por restringir o acesso ao emprego àqueles que tenham crédito bancário suficiente. Outrossim, por se tratar de dano "*in re ipsa*", desnecessária a prova do abalo moral sofrido.

CONTRATAÇÃO DE AJUDANTE SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO EMPREGADOR. RESTITUIÇÃO DE DESPESAS PAGAS INDEVIDA.

Se a contratação de terceiro ocorreu sem expressa autorização da empregadora, mas no exclusivo interesse do autor com vistas a aumentar suas vendas e, via de consequência, o volume de suas comissões, não há se falar em ressarcimento de despesas efetuadas.

APRECIAÇÃO CONJUNTA DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS PARTES. DANOS MORAIS. QUANTUM ARBITRADO. FIXAÇÃO.

Uma vez violada a integridade psicológica do autor, o juízo monocrático fixou com muita propriedade o valor da indenização por danos morais por transporte indevido de valores e pela exigência de carta de fiança. Tal valor condiz com o caráter pedagógico da pena e com o poder econômico da parte empregadora, bem como atende aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade mensurando-se a extensão dos danos e evitando-se o enriquecimento sem causa do autor. Recursos conhecidos e parcialmente providos.

Processo: 0001924-65.2016.5.07.0034 **Julg.: 15/05/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 17/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. 1. INTERVALO INTRAJORNADA. NÃO-CONCESSÃO. CONSEQUÊNCIA.

Sem prova da regular concessão do intervalo intrajornada, ônus que incumbe ao empregador, devido o pagamento da remuneração correspondente à integralidade daquele descanso, acrescida de 50% e reflexos.

2. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. AGENTE SOCIOEDUCADOR DE MENORES INFRATORES. DEFERIMENTO.

O Colendo Tribunal Superior do Trabalho, sobre o assunto, já pacificou entendimento no sentido de que os agentes de apoio socioeducativo, que exercem a segurança pessoal de menores infratores e educadores, submetidos a um ambiente de trabalho hostil e perigoso, sujeitos a violência física, enquadram-se no Inciso II do Artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e no Anexo 3 da NR 16 da Portaria 1.885/MT, em virtude da exposição a risco permanente, quando no exercício de suas atribuições, fazendo, por via de consequência, jus ao pagamento do adicional em comento.

RECURSO DO ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. DECISÃO DO EXCELSO STF DECLARATÓRIA DA CONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 71 DA LEI Nº 8.666/93. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO OU DE ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS. ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA PELOS DIREITOS TRABALHISTAS DE EMPREGADOS DA EMPRESA PRESTADORA.

Embora o Excelso Supremo Tribunal Federal haja proclamado a constitucionalidade do Art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, segundo o qual a inadimplência de empresa contratada pelo Poder Público, "com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento", aquela Corte Constitucional, no mesmo Julgado, admitiu, em caráter excepcional, o redirecionamento ao contratante da obrigação de quitar a dívida impaga da contratada, sempre que aquele estiver configuradamente incurso na culpa in eligendo ou na *in vigilando*. É o caso destes autos, em que o Estado do Ceará não carreou aos autos a comprovação, cujo ônus lhe tocava, de que teria agido em consonância com o devido processo licitatório quando da contratação da prestadora dos serviços ou, ainda, fiscalizado o efetivo cumprimento das obrigações legais e contratuais daquela empresa. Nesse compasso, impõe-se mantida sua responsabilização subsidiária quanto às obrigações inadimplidas pela empregadora.

Processo: 0000344-23.2017.5.07.0015 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. PEDIDO DE DEMISSÃO. AUSÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO SINDICAL.

A rescisão do contrato de trabalho não foi homologada pela entidade sindical representante do empregado, de sorte que não foi atendida a exigência do art. 477, parágrafo 1°, da CLT, segundo o qual o pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, firmado por empregado com mais de um ano de serviço, somente é válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho.Ressalte-se que a ausência de assistência do sindicato ou de autoridade do Ministério do Trabalho, importa presunção favorável ao empregado de que a extinção do vínculo de emprego se deu sem justa causa. Tal presunção, é bem verdade, não é absoluta, podendo, pois, ser desconstituída por prova inequívoca de que o obreiro tinha a intenção de se desligar da empresa. Contudo, no presente caso, não restou comprovado robustamente que o reclamante tinha o intuito de pedir demissão. Desse modo, impõe-se a reforma da sentença a fim de reconhecer a dispensa sem justa causa e condenar a ré ao pagamento das verbas rescisórias pertinentes. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001558-43.2018.5.07.0038 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. UNICIDADE CONTRATUAL. NÃO RECONHECIMENTO. PRESCRIÇÃO BIENAL.

Provado nos autos que o contrato com a primeira reclamada se extinguiu em 30/06/2015 e não tendo o reclamante se desincumbido do ônus processual que lhe competia (art. 818, da CLT c/c art. 373, I, do CPC) qual seja, de comprovar que o labor prestado ao ente municipal teria se efetivado com a intermediação da prestadora de serviços, com vistas a comprovar a continuidade contratual depois da rescisão ocorrida em 30/06/2015, prescrita está a ação ajuizada somente em 25/10/2017.

Processo: 0001558-43.2018.5.07.0038 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. VÍNCULO DE EMPREGO CONFIGURADO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA EMPREITEIRA PRINCIPAL.

A teor dos arts. 2º e 3º, ambos da CLT, tendo em vista a configuração de subordinação jurídica na relação entre o autor e o subempreiteiro, restou evidente a existência de vínculo empregatício entre o ora recorrente e este. Além disso, a teor do art. 455, da CLT, a empreiteira principal responde forma solidária pelas verbas trabalhistas devidos pelo subempreiteiro. Sentença reformada neste ponto.

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E DE HIGIENE INADEQUADAS. CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE EPI. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Comprovado nos autos que as instalações sanitárias eram insuficientes, incompatíveis com a dignidade do ser humano, por não propiciar aos trabalhadores mínimas condições de higiene e saúde, em descumprimento à NR 18, do MTE, bem como por não ser fornecido ao obreiro o EPI obrigatório, reforma-se a sentença para condenar a 2ª reclamada, de forma solidária, no pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Sentença modificada neste ponto.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA.

Nos termos do art. 791-A, § 3º, da CLT, é devida a verba honorária por mera sucumbência, quando houver procedência parcial, superando o entendimento consubstanciado nas Súmulas nº 02 do TRT7 e 219 do TST, não havendo necessidade do obreiro estar assistido pelo Sindicato de sua categoria profissional nem ser beneficiário da Justiça Gratuita. Sentença alterada neste item. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0002929-15.2017.5.07.0026 **Julg.: 15/04/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 19/04/2019**
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO DO SEGUNDO RECLAMADO. ESTADO DO CEARÁ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. AUSENCIA DE PROVA DA CULPA "IN VIGILANDO" A FUNDAMENTAR A DECISÃO. TESE Nº 246 DO STF.

O Supremo Tribunal Federal - STF ratificou a constitucionalidade do art. 71, § 1º da Lei nº 8.666/1993 com edição da Tese nº 246, no seguinte sentido: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Somente a demonstração inequívoca do ato faltoso da

Administração a configurar culpa "*in vigilando*", mediante prova substancial, robusta do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do ente público e o dano sofrido pelo trabalhador, enseja a responsabilidade subsidiária da Administração Pública, tomadora dos serviços, o que não restou demonstrado na sentença, restando patente a negativa de prestação jurisdicional. Decretada a nulidade da decisão, no particular, devendo os autos retornarem à Vara de origem para a prolação de nova decisão, à luz do entendimento consubstanciado na Tese nº 246 do STF. Prejudicados os demais tópicos do recurso do Estado do Ceará. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA RECLAMADA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. HIGIENIZAÇÃO E COLETA DE LIXO EM ESCOLA PÚBLICA. LOCAL DE USO COLETIVO DE GRANDE CIRCULAÇÃO.

Restando incontroverso nos autos que a reclamante realizava serviços de higienização e coleta de lixo das áreas comuns e banheiros de escola pública, local de grande circulação de pessoas, equipara-se à coleta de lixo urbano, para fins de caracterização da insalubridade em grau máximo prevista na NR-15 do MTE. Inteligência do item II da Súmula nº 448 do TST. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0002000-41.2014.5.07.0008 **Julg.: 11/04/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 23/04/2019**
Turma 3ª

RECURSO ORDINÁRIO E ADESIVO. RESCISÃO INDIRETA. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO. NÃO CONFIGURAÇÃO. ABANDONO DE EMPREGO. INTENÇÃO DE ABANDONAR. NÃO CONFIGURAÇÃO. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PEDIDO DE DEMISSÃO.

Não se visualizando, nos autos, a justa causa patronal alegada pelo trabalhador, e tampouco verificando-se por parte deste o "animus abandonandi", correta a sentença que extinguiu a relação de emprego por pedido de demissão.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DEVIDOS.

Uma vez que a reclamação foi ajuizada após a Lei nº 13.467/2017, impõe-se a aplicação das novas regras referentes à matéria. Desta feita, havendo a procedência parcial da demanda e sendo o reclamante, beneficiário da justiça gratuita, impõe-se a aplicação da norma contida no §4, do artigo 791-A, da CLT, segundo a qual, vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as

obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. VERBAS RESCISÓRIAS.

Não havendo prova de quitação das verbas rescisórias, merece, pois, ser mantida a condenação, neste sentido.

MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT. CONDENAÇÃO.

O artigo 477, § 8º, da CLT, tem a previsão do pagamento de multa caso não observados os prazos definidos em seu § 6º, quais sejam: a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou, b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa do cumprimento. Descumprido referidos prazos, é devida a multa, à exceção de hipótese em que se comprova culpa exclusiva do trabalhador para a extemporaneidade do pagamento. Recurso ordinário conhecido e improvido.

RECURSO ADESIVO DO AUTOR. HORAS EXTRAS. INDEVIDAS.

Quanto ao questionamento sobre o trabalho em horário extraordinário, é de se observar que, de acordo com a legislação pátria vigente, a prova das alegações incumbe à parte que as fizer: ao autor cabe comprovar os fatos constitutivos do seu direito, e ao réu compete comprovar os fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito perseguido (art. 818 da CLT c/c o art. 373 do CPC/2015). No caso dos autos, o obreiro não se desincumbiu a contento do ônus que lhe competia, restando, pois, mantida a sentença. Recurso adesivo conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000382-92.2018.5.07.0017 **Julg.: 13/02/2019**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno **Data Ass.: 13/02/2019**
Turma 1ª

RECURSOS ORDINÁRIOS. 1. RECURSO DA RECLAMADA. DOENÇA OCUPACIONAL. CULPA DA EMPREGADORA CONFIGURADA. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

Provado nos autos que a doença desenvolvida pela reclamante decorreu das atividades por ela desempenhadas na reclamada, e sendo certo, ainda, que a culpa da empregadora está, de igual modo, evidenciada, resta patente o dever indenizatório da empresa, com fulcro nos arts. 186 e 927 do Código Civil.

PERCEPÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA COMUM. GARANTIA À ESTABILIDADE NO EMPREGO.

Existindo nos autos provas que revelam a ocorrência de acidente de trabalho típico que resultou na perda da capacidade laborativa do trabalhador com a impossibilidade de retorno ao serviço por período superior a 15 (dias), a concessão pelo Órgão Previdenciário de simples auxílio-doença no código 31 ao invés de auxílio-doença acidentário, código 91, não obsta a garantia à estabilidade no emprego, prevista na Lei 8.213/1991.

RESCISÃO INDIRETA COMPROVADA. SENTENÇA MANTIDA.

Ante a existência de prova das condutas imputadas à reclamada, de se manter a sentença, por meio da qual o juízo de piso reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho. Recurso conhecido e não provido.

2. RECURSO DO RECLAMANTE. DANO MATERIAL.

Na hipótese em que o trabalhador não apresenta sequelas decorrentes do acidente de trabalho, sendo atestada, pela perícia médica, a ausência de incapacidade laboral, não se justifica qualquer reparação por danos materiais decorrentes de lucros cessantes.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE À ENTRADA EM VIGOR DA LEI NR. 13.467/2017. INDEFERIMENTO.

A condenação da parte reclamada ao pagamento dos honorários advocatícios, de acordo com o disposto nas súmulas 219 e 329, do TST, não decorre, pura e simplesmente, da sucumbência, mas pressupõe, dentre outros requisitos, esteja a parte reclamante assistida pela entidade sindical que representa a categoria profissional. Nesse sentido, seguindo o TST, firmou o TRT da 7ª Região, nos termos do verbete sumular 2, o entendimento, de que "Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família". Logo, os honorários advocatícios não são devidos, visto que a parte reclamante não se encontra assistida por qualquer entidade sindical e, portanto, não atende aos requisitos elencados na súmula 219 do TST.

Processo: 0000483-29.2013.5.07.0010 **Julg.: 30/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 30/05/2019**
Turma 1ª

RECURSOS ORDINÁRIOS. RECURSO DO RECLAMANTE. 1. REAJUSTES SALARIAIS.

Apreciando o tema destacado, conclui-se que a sentença objurgada se ateve ao limite do pedido alusivo aos reajustes normativos. A questão trazida para acertamento neste recurso desborda da pretensão inicial.

2. UNICIDADE CONTRATUAL. FÉRIAS NÃO PAGAS.

Indefere-se a pretensão quando as férias calculadas conforme o pretendido pelo Reclamante, ocasiona *bis in idem* no pagamento.

3. HORAS EXTRAS.

Ao negar a existência de horas extras, a reclamada deixou ao reclamante o ônus da prova, não se havendo falar em inversão dessa obrigação porque não se trata no feito de aquilatar a obrigação patronal de possuir ou não controle de ponto. O Reclamante declarou que não assinava ponto. A questão é, pois, de verificar a prova das alegações do obreiro, do que corroborar com a assertiva do juízo de origem que concluiu pela falta de comprovação do alegado.

4. HORAS DE SOBREAVISO.

Considera-se em sobreaviso o empregado que, à distância e submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso (Súmula-428/TST). Confrontando-se o conceito jurisprudencial acima com as provas dos autos, nenhum é o direito do recorrente a essa parcela.

5. JORNADA EXTRA. VIAGENS À TRABALHO.

As horas de viagem admite-se extraordinária quando for possível associar ao expediente contratual do obreiro, como sequenciamento lógico do horário de trabalho. Decorre de comprovação. Como no caso julgado não se chega a tal verificação, o pedido é efetivamente improcedente.

6. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.

A improcedência do pleito decorre da falta de previsão normativa, depois, porque, com o advento da cláusula normativa, o obreiro restou excluído do benefício em razão de seu salário, como fator excludente expresso.

7. MULTA DO ART. 477 DA CLT.

O valor quitado ao longo do contrato de trabalho deve ser expressão fidedigna do quanto devido ao empregado. Quando há condenação em juízo de qualquer parcela trabalhista não satisfeita até o momento do desligamento do empregado, importa condenar o ente patronal na pena prevista no artigo 477, § 8º, da CLT, eis que perdura o atraso. Do contrário, o empregador facilmente ver-se-ia livre da sanção com pagamentos irrisórios ou de qualquer monta somente com o fito de se atender o prazo legal de quitação da rescisão. Registre-se, por fim, que a existência de controvérsia acerca das verbas trabalhistas não afasta a incidência da multa em questão. Impõe-se, pois, provimento do apelo, para deferimento do pagamento da multa do art. 477 da CLT.

8. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Evidenciado que a demanda teve início antes da vigência da reforma trabalhista, a questão dos honorários advocatícios decide-se consoante as diretrizes da Lei nº 5.584/70, do que constituem as Súmulas 02/TRT7 e 219/TST consolidado entendimento quanto ao direito a parcela honorária. Conquanto examinada a questão de conformidade com os parâmetros anteriores a vigência da Lei nº 13.467/2017, que reformou a CLT, cumpre observar as restrições contidas na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e deste Regional, de então, pelo que deve ser mantida a improcedência quanto à parcela condenatória a pretexto de honorários advocatícios.

RECURSO DA RECLAMADA. 1. PRESCRIÇÃO.

O argumento recursal teria algum sentido, porventura estivesse sendo tratado no feito a suposta existência de dois contratos de trabalho. Essa, contudo, não é a hipótese em discussão. Examinada a relação de trabalho desde 2010 e encerrada em 2014, não há efetivamente falar em prescrição.

2. NULIDADE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA DO AUTOR. AMIZADE ÍNTIMA.

O convívio social, não revela amizade íntima, eventualidade que tem como oposto a inimizade capital. São extremos que se revelam indissociáveis da vida da testemunha, conduzem ao pensar persistente de que não se pode lembrar de um, sem associar a existência do outro. A evidência dos autos não ultrapassa do convívio social, como exemplarmente decidido.

3. PERÍODO CLANDESTINO DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE PEDIDO.

A questão processual suscitada pela recorrente - pedido de desconstituição do contrato de prestação de serviços - não constitui objeto da contestação. É irrespondível, portanto, porque desatendido o preceito contido no artigo 336/ CSP. "Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir".

4. ACORDOS COLETIVOS. AUSÊNCIA DE PEDIDO.

Não se denota da contestação apresentada pela recorrente qualquer questão de ordem processual, eis que a falta de pedido constitui efetivamente matéria processual prejudicial de mérito. Mas, foi somente no mérito que a recorrente se debruçou quanto às teses defensórias, não podendo questionar em recurso o que não pretendeu contestar.

5. DANOS MORAIS.

De ser destacado duas evidências decorrentes de prova documental: o recorrido, dispensado em 2014, continuou a constar como responsável técnico da recorrente até 2015; o sindicato representante do Reclamante é o Sintepav-CE,

mas, estranhamente, a homologação do distrato laboral foi tentada na Secretaria de Relações do Trabalho, localizada no Rio de Janeiro. A primeira causa de indenização deduz-se da inquestionável conclusão da violação da imagem do recorrente. O segundo motivo deflui da nefasta implicação pela tentativa de se homologar a rescisão em local diverso do correto. Deveras, a teor dos artigos 186 e 927, do Código Civil, vê-se ilicitude na ação patronal, violando direito do obreiro, causando-lhe dano, do que decorre a obrigação de reparação por dano moral.

6.VALE-TRANSPORTE. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. SENTENÇA EXTRA PETITA.

A sentença não foi *extra petita*, por que a parcela constou expressamente da reclamação.

7. GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

A partir da edição da Lei nº 7.115, de 1983, presume-se verdadeira a declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, hipótese em que a assistência judiciária gratuita é devida.

RECURSO COMUM AOS LITIGANTES. 1. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO.

O quanto arbitrado para a indenização, a luz das nuances reveladas pelo juízo de origem, não anima a revisão pretendida pelos litigantes, atendido, a meu juízo, o princípio da restauração justa e proporcional, nos exatos limites da existência e da extensão do dano sofrido, sem abandono da perspectiva econômica de ambas as partes, fixando-se valor razoável para a hipótese. No caso vertente, o valor fixado na decisão recorrida guarda razoabilidade com os critérios pertinentes ao arbitramento.

Processo: 0001900-68.2014.5.07.0014 **Julg.: 11/03/2019**
Rel. Desemb.: Claudio Soares Pires **Data Ass.: 11/03/2019**
Turma 2ª

RECURSOS ORDINÁRIOS. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. USO DE MOTOCICLETA PELO EMPREGADO NO TRABALHO.

Uma vez demonstrada a utilização de motocicleta pelo reclamante para o exercício de seu labor, é devido o adicional de periculosidade de 30%, nos termos do art. 193, § 4º, da CLT.

JUSTA CAUSA NÃO CONFIGURADA. SAÍDA ESPONTÂNEA.

Tendo confessado o reclamante, no seu depoimento pessoal, que não mais regressaria ao trabalho, pouco se importando com as medidas que seriam adotadas pelo seu empregador, preferindo provocar o Poder Judiciário Trabalhista,

escorando-se na garantia do emprego por um ano assegurada ao obreiro quando do término do benefício de auxílio-doença por acidente do trabalho, se afigura justo e razoável, uma vez que não configurada a justa causa alegada pela reclamada, o enquadramento da ruptura contratual como pedido de demissão. Recursos das partes conhecidos, mas desprovidos.

Processo: 0001024-20.2018.5.07.0032 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 18/06/2019**
Turma 2ª

RECURSOS ORDINÁRIOS. RECURSO DA RECLAMADA. DA INEXISTÊNCIA DE CONTRATO DE ESTÁGIO. CARACTERIZAÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO.

Tratando-se a Lei nº 11.788/08 de diploma legal que excepciona o disposto no artigo 3º da CLT, imprescindível a observância dos requisitos nela previstos, sob pena de descaracterização do contrato de estágio, e configuração da relação empregatícia. Recurso conhecido, mas não provido.

RECURSO DA RECLAMANTE. 1. DOS SALÁRIOS E DAS DEDUÇÕES.

O desconto sobre o valor pago à reclamante, quando do rompimento contratual, deve considerar o montante do último salário percebido por esta.

2. DO ACÚMULO DE FUNÇÕES.

Entende-se que não é dado ao empregador o direito de usufruir de atividades desenvolvidas pelo trabalhador alheias às atribuições da função para a qual foi contratado, sob pena de pagamento de diferenças salariais. Todavia, no caso, não restou comprovado pela autora o acúmulo de funções, a quem incumbia o ônus probatório.

3. DANO MORAL.

O descumprimento de obrigações trabalhistas, por si só, não induz ao deferimento de indenização por dano moral. Para tanto, faz-se necessário inferir os reflexos da violação legal na esfera íntima do trabalhador, ou seja, deve haver a demonstração inconteste de que este também sofreu violação à sua honra, imagem, vida privada, dignidade, etc., abalando diretamente direitos inerentes à sua personalidade, em decorrência da conduta ilícita do seu empregador, sob pena de banalização do instituto em apreço.

4. DAS HORAS EXTRAS E DO ADICIONAL NOTURNO.

Não se pode admitir que, além de empenhar-se em dois cursos universitários, nos períodos da manhã e da noite, que a trabalhadora se ativasse na empresa numa jornada superior a 8 horas diárias ou no período noturno. Tal insurgência recursal está eivada de desarrazoabilidade.

5. DAS MULTAS DOS ARTS. 467 E 477 DA CLT E PELA NÃO ANOTAÇÃO DA CTPS.

Indevidas as multas do art. 467 da CLT e pela não anotação da CTPS, ante a discussão do elo contratual e o grau de controvérsia instalada nos autos, somente resolvida mediante pronunciamento judicial. Entretanto, evidenciada a existência de verbas rescisórias a serem quitadas, ainda que decorrente do reconhecimento em decisão judicial, fica configurada a mora salarial, de forma que devido o pagamento da multa prevista no art. 477, parágrafo 8°, da CLT.

6. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Constatando-se que a ação foi ajuizada antes a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, e não preenchidos os requisitos da legislação em vigor à época, indevida a verba honorária. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000556-36.2015.5.07.0008 **Julg.: 03/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 04/06/2019**
Turma 2ª

RECURSOS ORDINÁRIOS DAS PARTES. AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE À REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017).

Em se tratando de ação ajuizada anteriormente à Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a questão será analisada à luz da legislação então vigente, conforme Instrução Normativa nº 41, de 21.06.2018, do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre normas da CLT, com as alterações da Lei nº 13.467/2017 e sua aplicação no processo do trabalho.

ANÁLISE CONJUNTA. BANCÁRIO. HORAS EXTRAS. DIVISOR. APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 64, CAPUT, DA CLT. NOVO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

A Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, apreciando recursos de natureza repetitiva previstos na Lei nº 13.015/2014, concluiu, por maioria de votos, que o divisor aplicável ao cálculo das horas extras prestadas por empregados de estabelecimentos bancários, inclusive para aqueles submetidos à jornada de oito horas, se define com base no art. 64 da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo de 180 e 220, respectivamente, para as jornadas de seis e de oito horas. Decidiu, ademais, a SDI-1 que o julgamento tem efeito vinculante e, por esse motivo, encaminhou a matéria à Comissão de Jurisprudência da Corte Trabalhista Superior para fins de revisão da súmula nº 124. Considerou a SDI-1, embora permitindo a ampliação, mediante convenção

ou acordo coletivo de trabalho, do número de dias para repouso remunerado, que a inclusão do sábado em tais instrumentos normativos não desfigura o divisor "em virtude de não haver redução de horas semanais trabalhadas e de repouso". Tendo em vista o quadro fático acima delineado, outra solução não resta aos Juízes e aos Tribunais Regionais do Trabalho senão acompanhar a novel orientação jurisprudencial do TST para indeferir as pretensões formuladas pelos bancários que buscavam, com fundamento em convenções e acordos coletivos de trabalho, as diferenças de horas extras decorrentes da aplicação dos divisores 180 e 220. Sentença mantida.

REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS NOS SÁBADOS. INDEVIDOS.

a partir da novel decisão da SDI-1, do TST, de 21 de novembro de 2016 (IRR - 849-83.2013.5.03.0138), a inclusão do sábado em acordos ou em convenções coletivas de trabalho não altera o divisor das horas extras, não constando da decisão qualquer referência à súmula 113 do TST que, por isso mesmo, permanece preservada em sua existência, validade e eficácia. Sentença reformada, no particular.

PODER EMPRESARIAL. EXCESSO. ATO ILÍCITO. DANOS MORAIS. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR.

Não constitui ato ilícito suscetível de sanção a mera exigência, emanada do empregador, no sentido de que os empregados cumpram determinada tarefa segundo certas condições; nada obstante, caracteriza ofensa moral que gera o direito à indenização, a circunstância de a exigência se realizar mediante violação da honra e da dignidade dos empregados. Assim, embora seja lícito o estabelecimento de metas, não goza da mesma licitude a exigência precedida de insultos ou de tratamento degradante. Sentença mantida.

CARGO DE CONFIANÇA. NÃO ENQUADRAMENTO NA EXCEÇÃO DO ART. 224, PARÁGRAFO SEGUNDO, DA CLT. HORAS EXTRAS DEVIDAS.

Evidenciado nos autos que a gratificação percebida pelo autor se dava em razão do grau de responsabilidade inerente às atividades desempenhadas no cargo comissionado e não por outorga de poderes de mando e gestão, faz jus o empregado ao pagamento da 7ª e da 8ª horas como extras. Sentença reformada, no particular.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO DAS PARCELAS VARIÁVEIS/HORAS EXTRAS. CABIMENTO.

Qualquer parcela paga ao empregado, não sendo indenizatória, deve ser computada para fins de cálculos das verbas rescisórias, bem como de horas extras, não sendo razoável admitir-se que o empregador, a seu talante, imponha limites à incidência da legislação para considerar determinada verba apenas na base de cálculo do FGTS, desprezando, arbitrariamente, a natureza salarial para os demais fins. Mantida a decisão.

BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA.

O parágrafo 3°, do artigo 790, da CLT, faculta ao julgador conceder os benefícios da justiça gratuita, a requerimento ou de ofício, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, sendo, para isso, suficiente a simples afirmativa na petição inicial, a teor do art. 4º, da Lei n. 1.060/1950, com redação dada pela Lei n. 7.510/1986. Mantida a decisão.

DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

Em relação à abordagem recursal quanto aos descontos de natureza previdenciária/fiscal, juros e correção monetária, entende-se desnecessário externar o juízo deste Relator, neste momento, uma vez que a incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Previdenciária, juros e correção monetária são matérias afetas à fase de liquidação e quitação de sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho, desmerecendo incursão na presente fase processual. Sentença mantida.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS DECORRENTES DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL.

O reclamante, em verdade, não trouxe aos autos as provas necessárias para demonstrar que as despesas com combustível excedessem o valor da indenização regularmente paga pelo banco reclamado, não sendo razoável assentar-se o acréscimo condenatório pretendido em meras presunções. Sentença mantida.

VEÍCULO UTILIZADO PARA O TRABALHO. DEPRECIAÇÃO. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

Não é razoável admitir que a empresa, usufruindo os benefícios da prestação de serviço, transfira ao empregado qualquer ônus relativo ao sucesso do empreendimento, cabendo-lhe, ao reverso, custear todas as despesas que se realizem em prol do trabalho. Sentença parcialmente reformada. Recursos ordinários conhecidos e parcialmente providos.

Processo: 0001422-72.2014.5.07.0010 **Julg.: 02/05/2019**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia **Data Ass.: 03/05/2019**
Turma 1ª

RECURSOS ORDINÁRIOS DAS RECLAMADAS: TOMADOR DE SERVIÇOS. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA Nº 331, IV, DO TST.

O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas

obrigações, estendendo-se essa responsabilidade, consoante expressamente reconhecido pelo TST, através da Súmula 331, inciso IV e VI, a todas as verbas decorrentes da condenação.

DANOS MORAIS. CONDIÇÕES DE TRABALHO. PROVA.

Havendo prova firme nos autos quanto à existência das más condições de trabalho narradas pelo autor, impende ser mantida a decisão de primeiro grau, que condenou a ré ao pagamento de indenização por danos morais.

NÃO-APRESENTAÇÃO INJUSTIFICADA DOS CARTÕES DE PONTO. JORNADA DE TRABALHO INDICADA PELO OBREIRO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. HORAS EXTRAS DEVIDAS.

A reclamada não apresentou os cartões de ponto do reclamante como lhe cabia, vez que possui mais de 10 (dez) empregados, nem informou o motivo que a impediu de fazê-lo. Outrossim, a ré não produziu prova capaz de elidir a presunção relativa de veracidade da jornada indicada pelo obreiro (art. 74, § 2º, da CLT, e Súmula 338, I, do TST). Desta feita, mantém-se incólume a decisão de primeira instância, que condenou a reclamada a pagar ao reclamante intervalo intrajornada, horas extras e reflexos.

RECURSOS ORDINÁRIOS DAS RECLAMADAS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE/RISCO DE VIDA. PEDIDO IMPROVIDO.

A Lei nº 12.740/2012, que alterou o art. 193 da CLT, instituindo o adicional de periculosidade aos vigilantes, passou a ter efeitos pecuniários somente após a publicação da Portaria 1.885/2013, em 03/12/2013. Portanto, reputa-se indevido o adicional de periculosidade referente ao ano de 2012.

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. INDEFERIMENTO.

Tendo o magistrado se utilizado dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, não há como acolher o pedido de majoração da indenização por dano moral. Recurso Adesivo do Reclamante conhecido e improvido.

Processo: 0000601-90.2017.5.07.0001 **Julg.: 14/02/2019**
Rel. Desemb.: 24/04/2019 **Data Ass.: 20/02/2019**
Turma 3ª

REGIME CELETISTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Nos termos do art. 114 da CF/88, é competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de

direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. Trata-se de pedido de restabelecimento da carga horária, pagamento de diferenças salariais, horas extras e férias, acrescidas de 1/3, decorrentes da relação de emprego havida entre o reclamante e o Município de Abaiara, portanto de natureza celetista, atraindo assim, a competência para apreciar e julgar o presente feito desta Especializada, a teor do art. 114, da Constituição Federal de 1988. Sentença mantida.

NOTIFICAÇÃO POSTAL. ENTE PÚBLICO. AVISO DE RECEBIMENTO ELETRÔNICO. VALIDADE.

O sistema para entrega de citação e notificação na Justiça do Trabalho é o de via postal, como disposto no artigo 841 da Consolidação das Leis do Trabalho, que determina sua realização ao reclamado, e não especificamente e pessoalmente ao seu representante legal, tanto que pode ser realizada pela via postal, atendendo a princípios processuais próprios, quais sejam, da celeridade e simplificação dos atos, o qual o Município não foi excepcionado, pois tal exceção não consta dos privilégios atribuídos pelo Decreto-Lei n. 779/69. Não desponta, portanto, no ordenamento jurídico, qualquer menção para que a intimação do Procurador Municipal seja pessoal, aplicando-se, portanto, a regra geral do art. 841, da CLT. Preliminar rejeitada.

JUNTADA DE DOCUMENTOS NA FASE RECURSAL. SÚMULA Nº 8 DO TST.

A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença. Diante desse fato, resta preclusa a tentativa da acionada de colacionar documentos, que segundo alega, provariam a suposta relação jurídico-administrativa a que esteve submetida a autora.

CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE ATENDENTE INFANTIL. AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA SEM A DEVIDA CONTRAPRESTAÇÃO SALARIAL. ALTERAÇÃO CONTRATUAL ILÍCITA.

Reconhecida a condição de celetista dos servidores, de se aplicar o Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva, contido no artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como o Princípio da Irredutibilidade Salarial, expresso no art. 7°, inciso VI, da CF/88. Sentença mantida.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA. JORNADA REDUZIDA. PERCEPÇÃO DE REMUNERAÇÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO LEGAL. VEDAÇÃO.

Segundo a O.J 358, II, da SBDI-1, do TST, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional, não é válido o pagamento de remuneração

inferior ao salário mínimo legal, ainda que o empregado público cumpra jornada reduzida de trabalho. Sentença confirmada neste ponto.

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DAS FÉRIAS. ÔNUS DA PROVA.

Segundo o art. 464, *caput*, da CLT, "o pagamento do salário deverá ser efetuado contra recibo, assinado pelo empregado; em se tratando de analfabeto, mediante sua impressão digital, ou, não sendo esta possível, a seu rogo". Logo, aplicando-se as regras de distribuição de ônus da prova é cediço que cabe ao empregador o ônus de demonstrar o pagamento e a fruição das férias, nos valores e prazos previstos no art. 135 e 145 , parágrafo único , da CLT , bem como em razão do princípio da aptidão para a prova. Assim, considerando-se a pena de confissão *ficta* aplicada contra a acionada e , ainda, que não constam nos autos documentos ou prova testemunhal capazes de afastar a veracidade dos fatos alegados na peça de ingresso, mantém-se a sentença atacada. RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO

Processo: 0000205-95.2018.5.07.0028 **Julg.: 11/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 13/02/2019**
Turma 2ª

REINTEGRAÇÃO PROVISÓRIA POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL REVOGADA POSTERIORMENTE. RECEBIMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. IMPOSSIBILIDADE.

O Colendo TST declarou válida a dispensa sem justa causa do reclamante em 17/06/2008, consignando que o período trabalhado de 22 de abril de 2009 a 24 de agosto de 2016, por força de decisão antecipatória dos efeitos da tutela, reformada posteriormente, revestiu-se de caráter precário. Nessa medida, não há como se possa deferir novas verbas rescisórias, uma vez que o desligamento não importou em nova demissão sem justa causa. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0002042-16.2016.5.07.0010 **Julg.: 28/02/2019**
Rel. Desemb.: Maria Jose Girao **Data Ass.: 1º/03/2019**
Turma 3ª

RELAÇÃO DE EMPREGO. NEGAÇÃO DO VÍNCULO, MAS NÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. ÔNUS DA PROVA.

Ao negar a existência de vínculo empregatício, mas admitir a prestação de serviços de natureza diversa, a reclamada atrai para si o ônus probatório, conforme exegese dos artigos 818 da CLT e 373, II, do CPC. Se desse encargo não se desincumbe a contento, a consequência é o reconhecimento do liame

sustentado na vestibular. No caso dos autos, extrai-se da prova produzida nos autos que, ao contrário dos contornos jurídicos defendidos pela demandada, o labor desenvolvido pela demandante, na função de Fisioterapeuta, era pessoal, subordinado, não-eventual e oneroso, daí se reconhecer configurada a relação de emprego propugnada na vestibular.

Processo: 0001498-15.2018.5.07.0024 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.:: 18/06/2019**
Turma 2ª

RELAÇÃO DE EMPREGO. ÔNUS DA PROVA. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

O reclamado admitiu a prestação de serviços autônomos e eventuais por parte do obreiro. Assim, competia ao demandado o encargo de demonstrar que a prestação laboral não se desenvolveu nos moldes celetistas, ônus do qual se desvencilhou. Recurso conhecido, mas improvido.

Processo: 0000821-40.2018.5.07.0038 **Julg.: 17/06/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 19/06/2019**
Turma 2ª

RELAÇÃO PROCESSUAL. ESPÓLIO.

Restando evidenciado que o "de cujus" beneficiou-se dos serviços prestados pelo exequente durante todo o lapso laboral, o espólio deve se responsabilizar pela dívida contraída e não quitada.

Processo: 0000585-67.2016.5.07.0003 **Julg.: 26/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 26/06/2019**
Turma 1ª

RESCISÃO CONTRATUAL. JUSTA CAUSA. PROVA ROBUSTA.

Analisando-se os autos, constata-se haver prova suficientemente (oral e documental), da ocorrência de agressões físicas desproporcionais praticadas pelo consignado/reclamante, quando do exercício de suas funções. Mantida, pois, a decisão atacada Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0001714-95.2016.5.07.0007 **Julg.: 24/01/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 30/01/2019**
Turma 3ª

RESCISÃO CONTRATUAL. PEDIDO DE DEMISSÃO.

Comprovado que a ruptura contratual se deu, efetivamente, por iniciativa obreira, mediante pedido de demissão plenamente válido, não há como se acolher a pretensão recursal voltada ao reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho.

HORAS EXTRAS. FRAGILIDADE DA PROVA PRODUZIDA PELO RECLAMANTE.

Revelando-se frágil a prova testemunhal produzida pelo autor, à vista da suspeição de sua primeira testemunha e do confuso relato da segunda, impõe-se mantida a sentença que julgou improcedente o pedido de horas extras. Recurso não provido.

Processo: 0001454-72.2017.5.07.0010 **Julg.: 30/01/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 30/01/2019**
Turma 1ª

RESCISÃO INDIRETA. RECONHECIMENTO.

As alegações autorais de labor exposto à criminalidade, sem a adoção pela empresa de nenhuma medida tendente a minorar tal situação, o que restou suficientemente demonstrado nos autos, é o bastante para enquadrar a reclamada na alínea "d", do art. 483 Consolidado c/c art. 7º inc. XXII da CF/88. Nesse compasso, reconhecida a rescisão indireta do contrato de trabalho havido entre os litigantes, de se condenar a ex-empregadora no pagamento das verbas consectárias de tal modalidade rescisória.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.467/2017. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41/2018 DO TST. AÇÃO PROPOSTA ANTES DE 11/11/2017. SÚMULA 2 DESTE TRIBUNAL. FALTA DE ASSISTÊNCIA SINDICAL. INDEFERIMENTO.

Com a vigência da Lei 13.467/17, dispondo que os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência, foram substancialmente alterados os ditames legais e jurisprudenciais restritivos quanto aos critérios para o deferimento da verba honorária na Justiça do Trabalho nas lides decorrentes do vínculo empregatício. Com foco no princípio da segurança jurídica, indispensável para assegurar estabilidade às relações processuais, o TST editou a Instrução Normativa nº 41/2018, estabelecendo no art. 6º que "Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas

anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nºs 219 e 329 do TST." Sem adentrar ao mérito desse entendimento, e, ainda, para evitar a criação de falsas expectativas aos jurisdicionados, bem como por disciplina judiciária, cumpre aplicar, no caso concreto, a compreensão consubstanciada na súmula 2 deste TRT da 7ª Região. Assim sendo, como a presente reclamação trabalhista decorre do vínculo empregatício, foi ajuizada em data anterior a 11/11/2017 e o(a) reclamante não atende aos requisitos necessários à concessão do pleito, por não se encontrar assistido(a) pelo sindicato de sua categoria profissional, resulta improcedente o pedido de honorários advocatícios sucumbenciais.

Processo: 0001154-26.2017.5.07.0038 **Julg.: 27/02/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 27/02/2019**
Turma 1ª

RESCISÃO CONTRATUAL INDIRETA. NÃO-RECONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA DA ALEGADA CONDUTA PATRONAL ABUSIVA.

Imerece acolhida a tese exordial de despedida indireta quando a prova dos autos demonstra que a ruptura contratual decorreu, exclusivamente, da vontade do empregado, não restando demonstrada a alegada conduta patronal abusiva.

FGTS.PEDIDO DE DEMISSÃO.LIBERAÇÃO.IMPOSSIBILIDADE.

Em havendo o contrato de trabalho sido extinto por iniciativa do empregado e não sendo o caso de nenhuma das hipóteses elencadas no artigo 20 da Lei 8.036/90, indevida a liberação do saldo de FGTS.

3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA Nº 02 DESTE E. REGIONAL.

Desatendidos os requisitos postos na Súmula nº 02 deste E. Regional, indeferível a verba profissional em questão.

Processo: 0010454-53.2014.5.07.0026 **Julg.: 04/02/2019**
Rel. Juiz Convocado: Clóvis Valença Alves Filho **Data Ass.: 12/02/2019**
Turma 2ª

RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE MOTIVO ENSEJADOR DA RUPTURA.

Uma vez que a reclamante não provou a alegada ilicitude do acúmulo de funções ou que fosse tratada com rigor excessivo (palavras e expressões agressivas), que tenha sofrido pressão para pedir demissão ou a que teria sido injus-

tamente acusada de ter pichado o banheiro feminino, não tendo, ainda, juntado aos autos qualquer documentação que comprovasse que a reclamada suspendera o adiantamento salarial, ônus que lhe competia, correta a decisão que declarou a inexistência de justa causa para a rescisão indireta do contrato de trabalho.

Processo: 0000400-34.2018.5.07.0011 **Julg.: 06/05/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 24/05/2019**
Turma 2ª

RESPONSABILIDADE CIVIL. DOENÇA OCUPACIONAL. LESÃO NO OMBRO E NO PULSO.

Comprovado o nexo de causalidade entre as doenças e o trabalho prestado e, ainda, evidenciada a culpa da empresa - que não comprovou a adoção de medidas com o intuito de prevenir ou mitigar as doenças ocupacionais decorrentes do trabalho da reclamante, não resta dúvida quanto à configuração da responsabilidade civil.

DANO MORAL.

À míngua de previsão legal quanto à forma de cálculo, o valor da indenização por dano moral há de ser arbitrado pelo juiz. O arbítrio, entretanto, não deve ser absoluto, entendendo este juízo que o valor da condenação fixado na sentença é compatível com casos mais graves que o presente. Para a fixação da quantia, cabe ao julgador considerar vários elementos, entre eles, o grau da culpa e de entendimento do ofensor, a extensão do dano causado ao ofendido e a situação econômica de cada parte, de modo a que a indenização não sirva de enriquecimento sem causa para o ofendido, mas tenha caráter punitivo e educacional para o ofensor, evitando que novos casos ocorram. Cabível, portanto, a redução do valor da indenização (R$ 51.524,90) para quantia mais adequada ao dano sofrido pelo reclamante. Indenização arbitrada em R$20.000,00 (vinte mil reais). Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001681-93.2017.5.07.0032 **Julg.: 14/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 3ª

RESPONSABILIDADE CIVIL. DOENÇA PSÍQUICA. DANOS MORAIS NEXO DE CAUSALIDADE. AUSÊNCIA.

Danos morais "são lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, entendendo-se por patrimônio ideal, em contraposição a patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico"(SILVA, Wilson Melo da. O dano moral e sua reparação, Rio

de Janeiro: Forense, 1969. p. 13). O juiz não está adstrito ao laudo apresentado pelo perito (NCPC, Art. 479. O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito."), podendo desconsiderar suas conclusões, total ou parcialmente, quando se deparar com a presença de elementos suasórios capazes de justificar a adoção de decisão contrária à indicada pela prova técnica. Caso, porém, em que não há, seja na prova pericial, seja na prova testemunhal, a comprovação de qualquer excesso cometido pelo empregador ou de condutas que pudessem traduzir um ambiente laboral mórbido apto a ensejar a eclosão ou o agravamento da doença psíquica que acometera a recorrente. Cobrança de metas, ademais, que se dá dentro do giro normal e aceitável da vida profissional, bastando que se dê nos limites da urbanidade, resguardados o respeito e consideração mútuos a que se obrigam empregado e empregador. Recurso conhecido e não provido.

Processo: 0002014-12.2015.5.07.0001 **Julg.: 13/03/2019**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar **Data Ass.: 15/03/2019**
Turma 1ª

RESTRIÇÃO À EMPREGABILIDADE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

A atitude da promovida não foi a de um simples informar o desligamento do reclamante de seus quadros, mas a de avaliar negativamente o obreiro e a de contribuir para alimentar um sistema de restrição capaz de inviabilizar nova chance de colocação do autor na função, por intermédio de diversa empresa interposta. Nesse contexto, reputa-se manifesta a conduta ilícita praticada pela acionada (restrição à empregabilidade), o que se infere, inclusive, pela leitura da prova oral produzida, nos moldes da fundamentação erigida na decisão de primeiro grau, aqui abraçada, por seu acerto e precisão.

"QUANTUM" INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO.

Da conjunção dos critérios pertinentes, entende-se como mais razoável e proporcional à lesão ocasionada o arbitramento da indenização por danos morais na monta de R$ 7.000,00 (sete mil reais).

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Nos termos da jurisprudência consolidada do TST (Súmula n. 219) e do TRT da 7ª Região (Súmula n. 2) - de observância compulsória pelos magistrados e tribunais vinculados (art. 927, V, CPC/2015) -, uma vez que não restaram atendidos os requisitos para o deferimento da verba honorária em prol do patrono do demandante - a parte reclamante não está assistida pelo sindicato profissional, mas sim por advogado particular -, merece provimento o apelo, a fim de excluir da condenação a determinação de pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000326-31.2015.5.07.0028 **Julg.: 14/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 3ª

RUPTURA CONTRATUAL. GORJETAS. HORAS EXTRAS. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

A sentença, no caso, merece ser mantida por seus próprios fundamentos, uma vez que apreciou com detalhamento e qualidade as provas e as alegações fático-jurídicas constantes no feito, alçando conclusão justa e acertada. Recurso da reclamada conhecido e improvido. Recurso da reclamante conhecido e improvido.

Processo: 0001340-12.2017.5.07.0018 **Julg.: 19/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 21/02/2019**
Turma

SENTENÇA. MANUTENÇÃO PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CONTRATO DE EMPREITADA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ART. 455, DA CLT.

A norma plasmada no artigo 455 da CLT deriva do caráter protetivo do Direito do Trabalho, o que justificaria a conclusão de que a garantia econômica dos direitos do empregado não poderia ficar entregue à eventual inidoneidade econômica dos subempreiteiros, devendo o empreiteiro principal ser solidariamente responsabilizado pelas verbas devidas ao obreiro.

Processo: 0001923-65.2016.5.07.0039 **Julg.: 14/03/2019**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 18/03/2019**
Turma 3ª

SENTENÇA EXTRA E ULTRA PETITA. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. DECOTAÇÃO DO EXCESSO SEM NECESSIDADE DE ANULAÇÃO DA DECISÃO. PRINCÍPIO DA UTILIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL.

O Juiz deve sentenciar nos limites da lide em virtude do princípio da congruência ou adstrição disposto nos arts. 141 e 492 do CPC/2015. Ressalte-se que a sentença "*extra petita*" ou "*ultra petita*" não implica necessariamente em nulidade, uma vez que o excesso da decisão poderá ser extirpado no recurso, com a devida adequação aos termos do pedido. Assim, constatando-se que a sentença

revisanda é "*extra petita*", impõe-se a reforma da decisão para excluir da condenação as verbas que não constam do rol dos pedidos formulados na petição inicial.

MULTA DO ART. 477, §8º, DA CLT. PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS NO PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 477, § 6º, DA CLT. TRCT HOMOLOGADO FORA DO PRAZO LEGAL. INDEVIDA. MATÉRIA PACIFICADA NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA REGIONAL.

Consoante o entendimento do Pleno deste Regional no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência Regional sob o nº 0080374-90.2017.5.07.0000, o pagamento das verbas constantes no termo de rescisão ou recibo de quitação dentro do prazo estabelecido no art. 477, § 6º, da CLT é o que basta para não incidir a multa do art. 477, § 8º, da CLT, independentemente de a homologação do TRCT pelo sindicato de classe ter ocorrido após o prazo legal.

Processo: 0000277-58.2017.5.07.0015 **Julg.: 05/06/2019**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teofilo Furtado **Data Ass.: 05/06/2019**
Turma 1ª

SENTENÇA "ULTRA PETITA".

Ainda que se considere procedente a alegação do vício apontado no julgamento proferido na origem, a consequência deverá ser o corte condenatório respectivo, afastando-se, por óbvio, a possibilidade de prejuízo à parte, elemento indispensável à decretação da nulidade, consoante dispõe o art. 794 da CLT. É o que se verifica no presente caso. Sendo assim, e considerando, ainda, o rito sumaríssimo do presente feito, de se dar parcial provimento ao pleito, neste ponto, para que a condenação a danos materiais seja limitada ao montante de R$ 1.864,24, concernente ao cálculo de 50% do plano de saúde dos três meses seguintes ao afastamento da autora, acrescido da diferença entre o valor do plano individual atual, pago pela reclamante, e o valor do plano fornecido pela empresa, conforme pleiteado na inicial.

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA. GOZO DE LICENÇA MÉDICA. DANOS MORAIS E MATERIAIS.

Da análise do conjunto probatório dos autos, resta claro que a recorrente tinha ciência do quadro de enfermidades apresentados pela autora, que vinha, reiteradamente, em período anterior a sua demissão, apresentando atestados médicos. Frise-se, ainda, que, mesmo após o conhecimento da presente reclamação, não adotou a empresa nenhuma atitude para reintegrar a autora, que fora despedida em gozo de licença médica, quando interrompido seu contrato de trabalho. Pelo exposto, e como bem explanado em sentença, nula a despedida da autora, impondo-se sua reintegração, bem como indenização por danos morais e materiais,

considerando o ato ilícito espelhado na omissão e negligência da reclamada que, sabedora do estado de saúde da reclamante, permitiu que a mesma fosse desligada quando deveria observar a hipótese de interrupção contratual.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO INTERPOSTA APÓS A LEI 13.467/2017.

Tendo sido o feito ajuizado em 06/12/2017, após a entrada em vigor (11/11/2017) da Lei 13.467/2017 ("Reforma Trabalhista"), deve-se aplicar o regramento dos honorários advocatícios sucumbenciais, previsto no art. 791-A da CLT ("Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.) Pelo exposto, e considerando a sucumbência da recorrente, de ser mantida a sentença de origem, quanto à condenação aos honorários advocatícios, negando-se provimento ao pleito neste ponto. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001998-75.2017.5.07.0005 **Julg.: 28/03/2019**
Rel. Desemb.: Fco. Tarcisio Guedes Lima Verde Junior **Data Ass.: 03/04/2019**
Turma 1ª

SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM.

Conforme preceitua a Constituição Federal, no inciso III de seu art. 8º, "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas". O Código de Defesa do Consumidor, de aplicação subsidiária, prevê, no art. 81, parágrafo único, inciso III, a defesa coletiva dos direitos e interesses individuais homogêneos, ali definidos como aqueles decorrentes de origem comum. Demais disso, no art. 82, reconhece como parte legítima para essa defesa a entidade representativa de classe. *In casu*, o Sindicato autor busca a observância do piso salarial em favor de empregados das empresas demandadas, admitidos em regime de contrato de aprendizagem, previsto no art. 428 da CLT. Postula, portanto, inquestionável direito individual homogêneo, cujos titulares são identificáveis e estão unidos por uma circunstância comum, que é o descumprimento de obrigações decorrentes do contrato de trabalho mantido com as empresas acionadas. Há, portanto, legitimidade ativa *ad causam*.

APRENDIZ. DIREITO AO PISO SALARIAL PREVISTO NA CCT DA CATEGORIA.

O art. 428 da CLT, em seu parágrafo segundo, assegura, para o trabalhador admitido como aprendiz, o salário mínimo hora, ressalvando, porém, a existência

de condição mais favorável. Assim, havendo piso salarial estabelecido em norma coletiva para os empregados em geral, cujo valor supera o mínimo fixado em lei, tal patamar remuneratório há de ser observado, também, para os aprendizes, não havendo razão jurídica para distinção nesse particular.

Processo: 0001811-07.2016.5.07.0004 **Julg.: 20/05/2019**
Rel. Desemb.: Paulo Regis Machado Botelho **Data Ass.: 21/05/2019**
Turma 2ª

SOBREAVISO. NÃO COMPROVAÇÃO.

Nos termos da Súmula n° 428 do C. TST, "considera-se em sobreaviso o empregado que, à distância e submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso." Na hipótese, não restaram robustamente comprovados os requisitos hábeis a configurar a existência de horas de sobreaviso.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROPOSTA ANTERIORMENTE A 11.11.2017. INSTRUÇAO NORMATIVA NO. 41 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Por ocasião da conclusão dos trabalhos da Comissão de Regulamentação da Lei nº 13.467/2017 oriunda do Tribunal Superior do Trabalho, editou-se Instrução Normativa 41 em junho de 2018. Consoante o art. 6º do aludido documento, na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970, das Súmulas nos. 219 e 329 do TST e da Súmula nº 2 deste Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Processo: 0000095-27.2016.5.07.0009 **Julg.: 19/06/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 24/06/2019**
Turma 1ª

TRANSFERÊNCIA. EMPREGADA PÚBLICA. SAÚDE DA RECLAMANTE E DE SEUS PAIS. DIREITO ASSEGURADO NA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 226 E 229). PROVIMENTO.

A teor dos arts. 226 e 229, ambos da Constituição Federal, que conferem especial proteção à família, aos pais enfermos e ao idoso, entende-se que a empresa pública reclamada tem o dever de proteger estes direitos constitucionalmente

tutelados. No caso, restou provado os motivos de saúde da empregada pública reclamante e de seus pais à luz das normas constitucionais de proteção à família e aos pais enfermos. Assim, a obreira faz jus à transferência para outra unidade da empresa pública em outro Estado da Federação. Sentença reformada neste ponto. Recurso ordinário conhecido e provido.

Processo: 0001429-83.2017.5.07.0002 **Julg.: 18/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes da Silva **Data Ass.: 13/03/2019:**
Turma 2ª

VERBAS RESCISÓRIAS DO LABOR PRESTADO ENTRE A REINTEGRAÇÃO AO EMPREGO POR FORÇA DE LIMINAR E A CASSAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL.

Inobstante o caráter precário, foi legítima a ordem judicial que determinou a reintegração da autora ao quadro funcional do banco reclamado, gerando efeitos jurídicos pelo dispêndio da força de trabalho da empregada em benefício do empregador como se o contrato de trabalho estivesse em pleno vigor, fazendo a reclamante jus à percepção dos salários, das férias com o terço constitucional e do 13º salário do período da reintegração..

PARTICIPAÇÃO DOS LUCROS OU RESULTADOS.

Cabível a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) referente ao ano de 2016, de forma proporcional, a teor da Súmula 451 do TST e consoante disposição em norma coletiva.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Na Justiça do Trabalho, somente são devidos os honorários advocatícios quando atendidos os pressupostos da Lei nº 5.584/70, a saber, assistência pelo sindicato representativo da categoria profissional e remuneração inferior ao dobro do mínimo legal ou situação econômica que não permita a parte demandar sem prejuízo do sustento próprio ou da sua família, conforme disposto nas Súmulas 219 e 329, do C.TST.

Processo: 0000819-79.2017.5.07.0014 **Julg. 30/05/2019:**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 3ª

VÍNCULO DE EMPREGO.

O reconhecimento de vínculo de emprego requer prova da existência dos requisitos previstos nos art. 2º e 3º da CLT, que esclarecem o que é preciso para ser empregador e empregado, respectivamente, quais sejam: admite, assalaria, dirige a

prestação pessoal do serviço e a presença de habitualidade, subordinação e salário. A falta de um destes é suficiente para desfigurar a relação de emprego. No caso presente, a reclamante possuía salão de beleza e era companheira de um dos sócios da reclamada, que atuava na área comercial, e, nessa qualidade, efetuava algumas vendas com se fosse representante comercial de fato e recebia compensação financeira por essa trabalho. Isso não gera relação de emprego. Recurso conhecido, mas desprovido.

Processo: 0001375-93.2017.5.07.0010 **Julg.: 18/02/2019**
Rel. Desemb.: Fco. José Gomes Da Silva **Data Ass.: 19/02/2019**
Turma 2ª

VÍNCULO DE EMPREGO. COMPROVAÇÃO.

Emergindo do conjunto probatório a realidade de que a prestação de serviços pelo reclamante deu-se sob a forma regida pela CLT, procede o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício. Recurso conhecido e desprovido.

Processo: 0000303-89.2018.5.07.0025 **Julg.: 30/01/2019**
Rel. Juiz Convocado: Carlos Alberto Trindade Rebonatto **Data Ass.: 30/01/2019**
Turma: 1ª

VÍNCULO EMPREGATÍCIO NÃO CARACTERIZADO.COOPERATIVA.

Uma vez que a prova oral produzida pela reclamante não é convincente, de se manter a decisão que entendeu não caracterizados os elementos do art. 3º da CLT e julgou improcedente a reclamatória em que buscado o reconhecimento do vínculo empregatício.

Processo: 0001898-20.2017.5.07.0006 **Julg.: 10/06/2019**
Rel. Desemb.: Jefferson Quesado Júnior **Data Ass.: 11/06/2019**
Turma 2ª